

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP/COGEAE
ESPECIALIZAÇÃO EM SEMIÓTICA PSICANALÍTICA – CLÍNICA DA CULTURA

O HILÁRIO E O VALÉRIO DO DISCURSO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA LINGUÍSTICA E DA PSICANÁLISE
SOBRE UM CASO CLÍNICO DE PSICOSE

Monografia final de curso de Especialização em
Semiótica Psicanalítica – Clínica da Cultura
Paulo Henrique Yaekashi

SÃO PAULO
2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP/COGEAE
ESPECIALIZAÇÃO EM SEMIÓTICA PSICANALÍTICA – CLÍNICA DA CULTURA

**O HILÁRIO E O VALÉRIO DO DISCURSO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA LINGUÍSTICA E DA PSICANÁLISE
SOBRE UM CASO CLÍNICO DE PSICOSE**

Monografia final de curso de Especialização em
Semiótica Psicanalítica – Clínica da Cultura
Paulo Henrique Yaekashi

Projeto de Monografia apresentado à
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, para obtenção do título de
Especialista em Semiótica Psicanalítica –
Clínica da Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Claudio César Montoto

SÃO PAULO
2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à M..

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram na construção deste material. Ao psicanalista Sérgio Lopes de Oliveira por iniciar este diálogo. Ao orientador Claudio César Montoto, pelas horas de discussão e troca de ideias, estimulando sempre o caráter crítico e reflexivo, funções essenciais de qualquer pesquisador. Aos amigos Bruno Bonfim, Daniela Freitas e Renan de Simone (em ordem alfabética para não criar caso), que pela vizinhança nas aulas vieram a se tornar grandes amigos, proporcionando muitos momentos de descontração e conhecimento. Espero poder continuar participando de suas vidas. A todos, fica aqui gravado o meu muito obrigado.

“Havia uma tempestade em nossa atmosfera, a natureza que somos escureceu – *pois não havia caminho para nós*. Fórmula de nossa felicidade: um sim, um não, uma linha reta, uma meta...”

(O Anticristo – Friedrich Nietzsche)

RESUMO

O presente trabalho possui como proposta inicial analisar através de diferentes pontos de vista, um caso clínico de psicose atendido entre os anos de 2004 e 2008, mais especificamente, pretende-se analisar as cartas enviadas pela paciente ao analista durante os anos de 2004 e 2005.

Toma-se como referencial teórico as manifestações de diversas abordagens, ou linhas de raciocínio sobre o tema, assim inicia-se através de Michel Foucault (2004) um levantamento sobre as medidas em que a loucura foi tratada ao longo da história, até o momento em que a medicina se faz valer enquanto saber sobre a loucura. Neste sentido, abordaremos as classificações vigentes sobre o transtorno mental, denominada aqui como psicose, do ponto de vista da psiquiatria, através de Harold I. Kaplan (1998) e seu *Manual de Psiquiatria Clínica* que toma como base a quarta edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-IV), da American Psychiatric Association e, ainda contamos com o auxílio da *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde* (CID-10), oferecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2003). Através desta consulta, nos detemos um pouco mais sobre as esquizofrenias, enfatizando tipos, etiologias, tratamentos, e procurando estabelecer os critérios utilizados numa anamnese para se chegar ao diagnóstico de um transtorno mental. Contrapondo o modelo psiquiátrico partiremos para uma abordagem psicanalítica sobre a psicose, para tanto, faremos um resgate da literatura freudiana (1894a; 1894b; 1911; 1924[1923]; 1924) sobre a psicose e depois seguiremos outros autores (AULAGNIER, 1991; CALLIGARIS, 1989; JULIEN, 2002; KATZ, 1991; LECLAIRE, 1991a e 1991b; LIBERMAN, 1983; NASIO, 2001; QUINET, 2006; SOLER, 2007), psicanalistas que a exemplo de Jacques Lacan (1998; 1999; 2002; 2008a; 2008b) discursaram sobre a psicose. Por se tratar de uma análise discursiva textual contamos com a colaboração da linguística, através das teorias sobre o signo de Ferdinand de Saussure (2006), denominada Semiologia, e da Semiótica de Charles S. Peirce, com o auxílio de J. Teixeira Coelho Netto (1980), Lucia Santaella (1983), Neiva Pitta Kadota (2004) e Castelar de Carvalho (1997). Ainda sobre a linguística, utilizaremos as teorias de Roman Jakobson (1989) para analisar os aspectos e as funções da linguagem e da comunicação, para só então avançarmos com a Análise de Discurso, assim como propõe Eni P. Orlandi (2012) e a ordem do discurso apresentada por Foucault (2006). Novamente com Foucault (1992) partiremos de sua questão sobre a função autor e suas contribuições para a presente análise.

Enquanto metodologia, este trabalho é melhor definido sob os parâmetros da pesquisa documental qualitativa. A análise do caso clínico consiste na articulação entre as teorias psicanalíticas, da linguística e a análise de discurso sobre as cartas que a paciente enviou no período de férias do ano letivo de 2004 e continuou até o final de 2005. Sabe-se que há linguagem na psicose, mas há também psicose na linguagem? Esta questão serviu de base para o diálogo entre as teorias buscando aquilo que há de mais legível no delírio, ou seja, a essência do sujeito.

Conclui-se com isto que a questão atual da falta de razão da loucura, é fruto de uma orientação de saber classificatório da psiquiatria que toma a psicose como uma doença. Para a psicanálise, a psicose é uma vicissitude do sujeito, uma estrutura assim como é a neurose obsessiva ou a histeria, por exemplo. A clínica das psicoses vai ouvir no delírio a articulação que o sujeito realiza com o Outro fazendo retornar no real o que ficou de fora do simbólico. Nesse sentido pode-se dizer que há psicose na linguagem, uma vez que o discurso delirante revela a estrutura do sujeito tomado, possuído pela linguagem. O ponto de estabilização para esta cadeia de significantes a céu aberto da psicose pode surgir através do compartilhamento do delírio, através da relação transferencial entre paciente e analista e ainda na possibilidade textual que reforça a noção de autoria defendida por Foucault (1992) e Orlandi (2012), função, aliás, encontrada por Daniel P. Schreber, James Joyce e muitos outros que através da escrita criaram uma metáfora de suplência, um ponto de basta no deslizamento do significado sob o significante.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise; Linguística; Análise de Discurso; Psicose.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Figura 01 - O discurso orientado pelo ponto de estofo.....	55
Figura 02 - O discurso solto, sem um ponto de amarração.....	55
Figura 03 - Triangulação edipiana.....	56
Figura 04 - O esquema L.....	68
Figura 05 - O signo para Saussure.....	79
Figura 06 - As associações do signo.....	80
Figura 07 - Eixo da sincronia e diacronia.....	93
Figura 08 - Eixo sintagmático e paradigmático.....	98
Figura 09 - A interface entre o plano das ideias (A) e o plano do som (B).....	100
Figura 10 - Fatores constitutivos da linguagem.....	116
Figura 11 - As seis funções da linguagem.....	119
Figura 12 - O signo para Peirce.....	124
Figura 13 - O signo em sua relação triádica.....	131
Figura 14 - Verso da carta de 02 de junho de 2005.....	170
Figura 15 - Carta de 02 de junho de 2005.....	171
Figura 16 - Carta de 06 de fevereiro de 2005.....	172
Figura 17 - Trecho da carta de 07 de março de 2005.....	174
Figura 18 - Trecho da carta de 11 de fevereiro de 2005.....	175
Figura 19 - Trecho da carta de 19 de maio de 2005.....	175
Figura 20 - Trecho da carta de 23 de junho de 2005.....	176
Figura 21 - Trecho da carta de 28 de abril de 2005.....	179
Figura 22 - Trecho da carta de 07 de março de 2005.....	180
Figura 23 - Trecho da carta de 19 de maio de 2005.....	181
Figura 24 - Trecho da carta de 02 de junho de 2005.....	181

Figura 25 - Trecho da carta de 01 de agosto de 2005.....	182
Figura 26 - Trecho da carta de 05 de julho de 2005.....	186
Figura 27 - Trecho da carta de 31 de dezembro de 2004.....	187
Figura 28 - Trecho da carta de 11 de janeiro de 2005.....	189
Figura 29 - Trecho da carta de 11 de janeiro de 2005.....	190
Figura 30 - Trecho da carta de 19 de janeiro de 2005.....	191
Figura 31 - Carta de 04 de janeiro de 2005.....	192
Figura 32 - Trecho da carta de 05 de maio de 2005.....	192
Figura 33 - Trecho da carta de 12 de maio de 2005.....	193
Figura 34 - Trecho da carta de 20 de outubro de 2005.....	194
Figura 35 - Carta de 20 de outubro de 2005.....	196
Figura 36 - Trecho da carta de 23 de fevereiro de 2005.....	198
Figura 37 - Trecho da carta de 28 de abril de 2005.....	200
Tabela 01 - Critérios diagnósticos do DSM-IV para esquizofrenia.....	36
Tabela 02 - Critérios sintomáticos de Eugen Bleuler.....	36
Tabela 03 - Critérios diagnósticos do DSM-IV para transtorno delirante.....	42
Tabela 04 – Divisão dos signos.....	127
Tabela 05 – As 10 classes dos signos.....	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 A PSICOSE NA HISTÓRIA.....	18
1.1 A psicose desde a Idade Média e a participação da medicina.....	20
CAPÍTULO 2 A PSICOSE NO JARDIM DAS ESPÉCIES.....	29
2.1 A psiquiatria e as classificações.....	30
2.2 Quando o discurso encontra-se prejudicado.....	31
2.3 A anamnese.....	33
2.4 Esquizofrenias.....	34
2.4.1 Epidemiologia e etiologia da esquizofrenia.....	37
2.4.2 Fisiopatologia e fatores psicodinâmicos.....	37
2.4.3 Curso, prognóstico e tratamento da esquizofrenia.....	38
2.4.4 Tipos de esquizofrenia.....	39
2.5 Transtornos delirantes e outros transtornos psicóticos.....	41
2.5.1 Transtorno Delirante (DSM-IV: 297.1; CID-10: F22.0).....	41
2.5.2 Transtorno Esquizofreniforme (295.40; F23.2).....	42
2.5.3 Transtorno Esquizaofetivo (295.70; F25).....	42
2.5.4 Transtorno Psicótico Breve (298.8) ou Transtorno Psicótico Agudo e Transitório (F23).....	43
2.5.5 Transtorno Psicótico Compartilhado (297.3) ou Transtorno Delirante Induzido (F24).....	43
2.5.6 Transtorno Psicótico Sem Outra Especificação (SOE) (298.9).....	44
CAPÍTULO 3 A PSICOSE SEGUNDO A PSICANÁLISE.....	45
3.1 A psicose e o discurso psicanalítico.....	46
3.2 A psicanálise e o discurso psicótico.....	52

3.3 O que é recusado na ordem simbólica volta no real.....	58
3.4 Quem fala com quem e de quem na psicose?.....	67
CAPÍTULO 4 EM BUSCA DE UMA TEORIA SOBRE A LINGUAGEM.....	73
4.1 O surgimento da linguística.....	74
4.2 A Semiologia e seu modelo linguístico.....	76
4.2.1 O signo linguístico.....	78
4.2.2 A arbitrariedade do signo linguístico.....	84
4.2.3 A linearidade do signo.....	87
4.2.4 Langue e parole.....	87
4.2.5 A langue.....	89
4.2.6 A parole.....	90
4.2.7 Sistema e não-sistema ou forma e substância.....	91
4.2.8 Sincronia e diacronia.....	93
4.2.9 Relações sintagmáticas e paradigmáticas.....	96
4.2.10 Na língua só existem diferenças.....	100
4.3 Os problemas da linguagem.....	104
4.3.1 Distúrbios por similaridade e a afetação da metáfora.....	107
4.3.2 Distúrbios da contiguidade e a afetação da metonímia.....	110
4.3.3 Os polos metafórico e metonímico.....	111
4.4 As seis funções da linguagem.....	114
4.5 A Semiótica.....	121
4.5.1 Conceito de signo.....	123
4.5.2 Divisão dos signos.....	124
4.5.3 Categorias dos signos: primeiridade, secundidade e terceiridade.....	127
4.5.4 Classes de signos.....	128

4.5.5 Segundo conceito de signo.....	130
4.5.6 Objeto do signo: Conceito e divisão.....	132
4.5.7 Interpretante do signo: Conceito e divisão.....	133
4.5.8 Sentido, significado e significação.....	134
4.6 Análise de Discurso.....	135
4.6.1 O discurso.....	136
4.6.2 Condição de produção, interdiscurso e esquecimento.....	146
4.6.3 Paráfrase e polissemia.....	149
4.6.4 Formação discursiva.....	151
4.6.5 Ideologia e sujeito.....	152
4.6.6 Textualidade e discursividade.....	157
4.6.7 Autor e sujeito: O imaginário e o real.....	158
4.6.8 Função autor.....	159
CAPÍTULO 5 ANÁLISE DO CASO CLÍNICO.....	164
5.1 O caso clínico.....	165
5.2 As cartas.....	168
5.3 Análise das cartas.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	206

INTRODUÇÃO

– Tenho minha teoria sobre isso – prosseguiu. – Penso que se trata de um desses... casos peculiares... Mas é difícil afirmar...
(Dublinenses – James Joyce)

Ao iniciar este trabalho, uma pergunta serviu de referência: há psicose na linguagem? Sabemos que há linguagem na psicose, uma vez que o louco também é um ser que fala, mas e se invertêssemos a ordem das palavras? Conforme avançávamos na pesquisa tal questão foi ganhando outros sentidos. O discurso do louco, uma vez atestada sua loucura, não pode mais indicar a verdade, não é capaz de assumir-se como testemunho, consagrando sua fé, autenticar documentos, criar e manter laços sociais, expor sua cidadania. Será, antes, relegada a um código específico que definirá um prognóstico e com isso toda uma série de ações. Mas, o que há de errado com as palavras ditas na loucura? O que realmente elas dizem? Estaria seu discurso tão prejudicado a tal ponto de não haver mais concordâncias? Não é capaz de fazer sintaxes? Não há em seu discurso a linearidade e arbitrariedade do signo? Devemos ter uma certa cautela em responder tais questões. Pois, se a incoerência do dito da loucura, não está em suas palavras, para que servem então as anamneses? Se a loucura pode pronunciar a equação *sujeito + verbo + objeto*, a frase “estou organizando minha vida”, não encerra em si mesma uma falta de razão. Correto? Ora, mas isto não nos levaria, então, para uma questão com a interpretação?

Quantas pessoas, estendidas sobre um divã, revelaram algo de suas histórias para um analista desde a última... digamos, quinta-feira? Não apenas cada sujeito possui uma história singular, mas também cada um possui uma interpretação singular de sua própria história. Daí surge a psicanálise. Dentre tantas confissões, intimidades e livres associações, por vezes algumas poucas palavras acabam por romper as paredes que circundam a práxis analítica, tamanha amplitude que assumem nesta relação dialética entre o saber técnico e a experiência clínica. Assim foram as vozes sexuais de Dora, a garganta apertada de Katharina, as repetições do homem dos ratos, ou os sonhos do outro, e ainda as investidas de Anna. Tais casos devido ao seu caráter lúdico em promover o diálogo com as teorias, quer seja para refutá-las ou comprová-las, carecem de uma atenção maior do analista. Clamam, além da escuta, uma palavra a mais que se dirige à construção do saber. Protegidos por uma letra, um pseudônimo ou um substantivo que seja, são casos onde o terapeuta se sente como quem em débito com seus colegas de profissão por não terem tido a oportunidade de atender tais pacientes.

De acordo com Nasio (2001:11), aquilo que chamamos de *caso clínico* se trata de uma observação escrita cujo interesse particular do analista leva-o a um intercâmbio de sua experiência. Diferentemente do discurso médico, onde a palavra *caso* remete ao sujeito anônimo representativo de uma doença, para a psicanálise o *caso* exprime a singularidade do ser e da fala que nos é dirigida. O caso clínico, se trata, portanto, do relato de uma experiência

singular, escrito por um terapeuta para atestar seu encontro com um paciente específico e respaldar um saber. Um estilo narrativo de dirigir a palavra colocando em cena uma situação clínica que ilustra uma elaboração teórica.

Assim é este caso trazido agora para análise. Um caso de psicose, para evitar maiores delongas. Um caso que se fez marcar por suas diferenças, por sua singularidade, por seu dizer desconectado de uma realidade que até então, habitávamos. Vale dizer que o atendimento já surgiu como possibilidade de construção, pois nasce em meio à informalidade dos grupos de estudos e cartéis lacanianos que fazíamos semanalmente na universidade, e principalmente fora dela. Retornando nove anos depois de darmos os primeiros passos, se formaliza agora enquanto material para a presente monografia.

Ainda é nítida a impressão sobre este caso clínico. Comentávamos no grupo de estudos que a paciente devia estar lendo livros e mais livros de psicanálise. E, pior! Devia estar lendo exatamente o que estávamos lendo. Em momentos mais tensos, deixemos assim, achávamos que havia um delator no grupo combinando com a paciente, o que esta deveria dizer nas próximas sessões. Por vezes, acreditava que o atendimento que fazíamos não passava de um jogo, uma brincadeira de mau gosto, uma situação hilária. Se, por exemplo, debatíamos sobre a leitura acerca da metáfora do Nome-do-Pai e suas implicações no quadro de pessoas com estruturas psicóticas, em uma ou duas sessões seguintes, no máximo, a paciente descrevia exatamente tal função intrincada em suas histórias através de seus relatos. Se dizíamos, *forclusão*, a paciente demonstrava tal conceito em termos práticos, como se fosse uma forma de validar a técnica.

O cômico e a validade (articulados aqui como *hilário* e *valério*), como veremos, estarão reunidos nesta trama através de um personagem específico, fixados via discurso, justamente com o significante usado para designar o analista, ou seja, seu próprio nome, seu nome próprio. Não apenas isso, mas também articulam com a validade de cada palavra dita, pronunciada, escrita, mesmo que de forma controversa ou inconclusa.

“Estranha relação é a que temos com as palavras”, dizia Saramago (2008:77). Tanto podemos usá-las mesmo que perdidas ou mal ditas, mas que ainda assim capazes de revelar o fio da meada das coisas. Sendo representantes das coisas, e desta maneira, duplicatas, não se tornariam assim outras coisas que não mais a coisa representada? As palavras reservam em si o poder de validar ou anular, de verbalizar o sujeito, não porque predica o verbo, mas especialmente porque revela o ser. Para tanto, é preciso uma escuta. Não qualquer uma, a do senso comum, talvez a analítica do analista.

Segundo Lacan (2002:284), se o neurótico habita a linguagem, o psicótico por outro lado é habitado, possuído, por esta. A questão que se coloca a respeito das psicoses, situa-se exatamente no que diz respeito ao processo da comunicação quando, justamente, este mesmo processo não chega a ser constitutivo para o sujeito (LACAN, 1999:151).

De acordo com Orlandi (2012:09), não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Isso tanto para a neurose quanto para a psicose. Porém, quando o dizer é delirante o que se toma como ausente é a própria razão. Segundo Foucault (2006:19), dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, é este terceiro que mais se retoma. Na atual sociedade, a verdade se veste da própria verdade para fazer valer sua hegemonia. Controla e autoriza quem pode dizer e o que deve ser dito. Isola os dizeres para depois tratá-los sob o designo de uma conduta, por vezes, higienista. Surgem as patologias.

A loucura foi ao longo dos tempos administrada de diversas formas até que a medicina a reivindicasse como pertencendo à ausência de saúde. É o que trazemos neste primeiro capítulo, mais especificamente através da óptica foucaultiana (2004) que recolhe em meio aos dizeres das petições, dos documentos, relatórios, das *lettres de cachet*¹, sobre certos desafortunados, devassos, omissos, obscuros, raivosos, furiosos, lunáticos que sejam, desviantes de certa conduta, que encerram neste discurso sua própria sorte e, ainda, como a loucura foi se moldando nas suas relações com o poder.

Seguiremos este percurso do louco até o momento em que encontra hospitalidade dentro dos muros dos hospitais. São nestes mesmos muros que a medida do saneamento vai justificar o isolamento da loucura. Com a chegada da figura do médico nos Hospitais Gerais, o avanço da medicina põe em jogo as condutas do homem social, preparando uma patologia dualista, em termos de normal e anormal, sadio e mórbido. Através dos manuais (KAPLAN, 1998) e códigos de classificações (OMS, 2003), examinaremos no segundo capítulo como a loucura é medida nestes estudos, como é fatiada em tipos e subtipos, com relação às suas manifestações, (neuro)transmissões, de acordo com as mínimas indicações de desvios da conduta vigente enquanto saúde.

A questão da compreensão, comum na visão psiquiátrica da patologia, não se detém na psicanálise. “Se comprehendo, eu passo, não me detenho nisso, visto que já comprehendi”, eis o que nos diz Lacan (2002:60). A compreensão nesta perspectiva é entrar no jogo do paciente

¹ Documentos emitidos em nome do rei, não necessariamente de sua própria iniciativa, que tinham como função sujeitar a medidas de segurança, quer sejam prisões ou internamentos dos indivíduos cujos comportamentos eram tipificados como indesejáveis.

colaborando com sua resistência. “A resistência do paciente é sempre a de vocês, e quando uma resistência é bem-sucedida, é porque vocês estão dentro até o pescoço, porque vocês estão compreendendo”, reforça o autor (*Ibid.*). Se a psicose, sob o olhar psicanalítico, não segue uma perspectiva conteudista, como fica então o louco e sua loucura? Quais os percursos que segue ao lado das neuroses e das perversões? Como se entende o inconsciente a partir da psicose? E mais, qual é a clínica do louco? Estas questões serão, mais ou menos, respondidas – ou melhor formuladas – no terceiro capítulo. Discutiremos como Freud² (1894a; 1894b; 1911; 1924[1923]; 1924) foi articulando as questões da psicose atendidas em meio às histerias, fobias e neuroses obsessivas, até chegar às *Memórias de um doente dos nervos*, livro escrito pelo célebre presidente Schreber (1984) que auxiliou a psicanálise a avançar com as causas da paranoia e sua ligação com a fantasia homossexual edipiana e a figura paterna. Em seguida, avançaremos com Lacan (1998; 1999; 2002; 2008a; 2008b) e a psicanálise lacaniana (AULAGNIER, 1991; CALLIGARIS, 1989; JULIEN, 2002; KATZ, 1991; LECLAIRE, 1991a, 1991b; LIBERMAN, 1983; NASIO, 2001; QUINET, 2006; SOLER, 2007), disciplina que avançou muito sobre este tema, estabelecendo uma clínica das psicoses.

Para Leclaire (1991a:82) a conceitualização da experiência clínica só pode ser um fim em si mesma, na medida em que seja capaz de permanecer aberta ao movimento dialético que promove. Neste sentido, convidamos para este diálogo as muitas contribuições da linguística. No quarto capítulo examinaremos um pouco mais detalhadamente as contribuições de Ferdinand de Saussure (2006) e sua Semiologia, Roman Jakobson (1989) e a busca pela essência da linguagem, e a Semiótica de Charles S. Peirce através das vozes de Lucia Santaella (1983), J. Teixeira Coelho Netto (1980), Castelar de Carvalho (1997) e Neiva Pitta Kadota (2004), para só então avançarmos no que diz respeito ao discurso. Para tanto, fomos ao encontro da Análise de Discurso tal como propõe Eni P. Orlandi (2012) e, novamente Foucault (1992; 2006) debatendo sobre a função da autoria e a ordem do discurso.

Por fim, a análise do caso clínico. Tentamos, a todo momento, articular tanto a psicanálise quanto a linguística com os relatos que a paciente deixou gravado em forma de texto nas cartas remetidas ao analista durante seus atendimentos. Estes relatos serviram para que a paciente pudesse manter a transferência analítica mesmo durante o período de férias, dando continuidade ao processo iniciado no que chamamos de *clínica das psicoses*. No presente estudo, tais textos expõem através da análise as funções da linguagem, sua

² Os textos de Freud foram tirados da *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, versão em CD-ROM da Editora Imago. Por isso, oferecemos como referência o ano de publicação original do texto para facilitar o leitor.

possibilidade comunicativa, as manifestações do inconsciente a céu aberto, a constituição da psicose, o diálogo/monólogo entre o Sujeito e o grande Outro.

Mas, afinal, até onde queremos ir com este trabalho? Ofereceremos nossas conclusões, com certeza, pois assim mandam as normas, entretanto gostaríamos de convidar o leitor para que tire suas próprias conclusões. Retomamos a provocação de Lacan (2002:62) em seu seminário sobre as psicoses:

Ou nos contentamos em dizer para nós mesmos – *Aí está, ela alucinou*. Ou tentamos – o que pode parecer uma empresa insensata, mas não é papel dos psicanalistas até o presente terem se entregado a empresas insensatas? – ir um pouquinho mais longe (grifos do autor).

CAPÍTULO 1 A PSICOSE NA HISTÓRIA

Eu sou Estamira, eu sou a beira, eu tô lá, eu tô cá, eu tô em tudo quanto é lugar... E todos dependem de mim, todos dependem de esta mira.
(Estamira – filme de Marcos Prado)

Antes da loucura adentrar nas alas psiquiátricas dos hospitais, foi expulsa das cidades, excomungada de outras, encerradas detrás das grades nas prisões juntamente com os criminosos, pobres e vagabundos. Foi banida, ignorada, estudada, classificada e enfim, tratada. Toda esta trajetória foi esplendidamente narrada por Michel Foucault (2004) num resgate das vidas infames que ficaram perdidas em meios aos discursos de livros e documentos. Tal inquietação surgiu quando o autor se encontrava na Bibliothèque Nationale, em Paris, a ler alguns registros de internamento redigidos no início do século XVIII. Dois se destacaram:

Mathurin Milan, internada em 31 de Agosto de 1707 (FOUCAULT, 1992:91),

A sua loucura foi sempre o esconder-se da família, levar uma vida obscura no campo, se processado, emprestar a usura e a fundo perdido, passear o seu pobre espírito por caminhos esconsos e crer-se capaz dos maiores cometimentos.

E, Jean Antoine Touzard, internado no Bicêtre em 21 de Abril de 1701,

Frade apóstata, sedicioso, capaz dos maiores crimes, sodomita, ateu até mais não poder ser; um verdadeiro monstro de abominação que mais valia sufocar do que deixar livre.

Tais novelas rompem o silêncio mais de dois séculos depois para narrar a sorte de personagens decerto miseráveis que, como muitos outros, tiveram suas ínfimas vidas transformadas em cinzas nas frases que as prostraram, no breve encontro que tiveram com o poder. Foucault vai em busca das causas que levaram ao “sufocamento” um monge escandaloso ou um usuário fantasista e inconsequente. Na secura destes textos, indaga à quais instituições, à que práticas políticas vêm a pertencer e qual sua razão de ser. Reúne discursos que definiu a sorte, a liberdade, a desgraça, por vezes a morte, enfim, o destino de personagens obscuros, que nunca foram notórios, que pertencem aos milhões de existências que estão destinados a não deixar rastro. Conta a história daqueles que foram atravessados por um certo ardor, que foram animados por uma violência, uma energia, um excesso de malvadez, na obstinação ou no infortúnio, infames que foram inscritos na cultura como loucos. Trata-se, portanto, da história da loucura.

1.1 A psicose desde a Idade Média e a participação da medicina

Segundo Foucault (2004:03), a lepra desaparece do mundo ocidental ao final da Idade Média deixando em toda a Europa durante a cristandade, cerca de 19 mil casas para abrigar os leprosos. Esses lugares, após a retirada da lepra, ficam ociosos esperando para serem novamente reocupados.

Num primeiro momento foram logo acomodados os enfermos por doenças venéreas, mas foi só com a loucura que o espaço antes reservado aos leprosos pode ser reorganizado. Não apenas o espaço físico necessitava ser realocado, mas também o espaço moral de exclusão, antes incorporado pela lepra. Durante a Renascença, as Naus dos Loucos fizeram seu trajeto para que seus tripulantes pudessem recuperar a razão, escorraçados de sua própria terra seguiam rumo à peregrinação. Navios altamente simbólicos de insanos em busca da razão seguiam os rios de Renânia na direção da Bélgica e de Gheel, ou subiam o Reno até o Jura e Besançon.

Essas naus assombraram a imaginação da população de toda a primeira parte da Renascença. Em cidades como Nuremberg, na Alemanha, por exemplo, muitos loucos foram acolhidos, alojados e mantidos pelo orçamento da cidade, mas não tratados, eram simplesmente jogados na prisão. Em outras cidades que fossem lugar de passagem ou de feiras, os loucos eram levados pelos mercadores e marinheiros em grande número e ali eram “perdidos”, livrando-se assim da origem de sua procedência. Para Foucault (2004:11-2):

Confiar os loucos aos marinheiros é com certeza evitar que ele ficasse vagando indefinidamente pelos muros da cidade, é ter certeza de que irá para longe, é torná-lo prisioneiro de sua própria partida.

Todo este imaginário recaído na partida do louco, volta assumindo uma formulação do tema, na literatura e na iconografia. Tanto a loucura quanto o louco tornam-se personagens ameaçadores, irrisórios, desatino do mundo e medíocre ridículo dos homens. Na literatura do final da Idade Média, a loucura assume o estigma do passado de vícios e defeitos, aproximando-se não mais da falta de caridade, do esquecimento das virtudes cristãs, mas a um desatino onde ninguém é exatamente culpável. A denúncia da loucura é a forma geral da crítica, assumida no personagem do Louco, do Simplório ou do Bobo, estes serão os detentores da verdade. Nos jogos acadêmicos, a loucura é objeto de estudo estando mais

próxima da razão do que a própria razão. Na expressão da literatura e da filosofia, a experiência da loucura, no século XV, assume o aspecto de uma sátira moral (FOUCAULT, 2004:25).

O leproso, excluído e recluso nos leprosários, representava enquanto vivo, a presença da morte. O vazio da existência, vazio com a saída do leproso de cena, encontra na loucura um substituto. De acordo com Foucault (2004:16), a loucura é o já-está-aí da morte. Atrai, mas não é capaz de fascinar, a loucura não se liga ao mundo, mas sim ao homem, a suas fraquezas, seus sonhos e ilusões. Se é a verdade do conhecimento, é só porque este é insignificante.

Durante o século XVI a loucura assume uma forma relativa à razão, loucura e razão entram numa relação reversível fazendo com que toda loucura tenha sua razão que a julga e controla, e toda razão possui sua loucura onde encontra sua irrisória verdade (FOUCAULT, 2004:30). Com o passar do tempo é também ao mundo moral que a loucura pertence, ela pune através das desordens do espírito, as desordens do coração. O amor decepcionado em seu excesso não tem outra saída senão a demência. Nas obras de Shakespeare, aparentam-se com a morte e o assassinato; em Cervantes, as formas que se entregam à presunção e a todas as complacências do imaginário. Diferentemente, a literatura do século XVII, tira a loucura da derradeira iminência, é antes o nó do que o desenrolar.

Fora das artes e das naus, a loucura encerra-se no internamento dos hospitais, “o internamento é *uma sequência do embarque*”, adverte Foucault (2004:43, grifo do autor). No caminho da dúvida de Descartes, a loucura fica ao lado do sonho e do erro, mas diferentemente desses, a loucura é condição de impossibilidade do pensamento. O perigo da loucura desaparece no exercício da razão, estrincheira-se em si mesma encontrando apenas os erros e as ilusões. O século XVII criou vastas casas de internamento. Em Paris, por exemplo, mais de um habitante em cada cem viu-se fechado, numa delas por alguns meses. Foi entre os muros do internamento que Pinel e a psiquiatria do século XIX encontraram os loucos, e é lá que os deixarão, se vangloriando de tê-los “libertados”.

Vi-os nus, cobertos de trapos, tendo apenas um pouco de palha para abrigarem-se da fria umidade do chão sobre o qual se estendiam. Vi-os mal alimentados, sem ar para respirar, sem água para matar a sede e sem as coisas mais necessárias à vida. Vi-os entregues a verdadeiros carcereiros, abandonados a sua brutal vigilância. Vi-os em locais estreitos, sujos, infectados, sem ar, sem luz, fechados em antros onde se hesitaria em fechar

animais ferozes, e que o luxo dos governos mantém com grandes despesas nas capitais, denuncia Esquirol em 1838 (apud FOUCAULT, 2004:49).

Os Hospitais Gerais, estabelecimentos já existentes para abrigar os leprosos, mas que agora sofrem uma reorganização administrativa trata de recolher, alojar, alimentar aqueles que para lá se apresentam de livre e espontânea vontade ou que são encaminhados pela autoridade real ou judicial. Nestes alojamentos é preciso zelar pela subsistência, pela boa conduta e pela ordem geral, tarefa confinada aos diretores, nomeados por toda a vida. Segundo Foucault (2004:49-50), os Hospitais Gerais, não eram instituições médicas, apesar de terem médicos dentre os funcionários, eram antes uma estrutura semijurídica, uma ordem de repressão ao lado da polícia e da justiça.

Entre o poder real e a burguesia, a Igreja também tratou de erguer seus hospitais. Nessas casas, levava-se uma vida de convento e também, observava-se a preocupação burguesa de por em ordem o mundo da miséria. Enviando para os hospitais os pobres, assumia-se assim o desejo de ajudar, mas também a necessidade de reprimir.

Na Inglaterra viam-se erguer, sob um ato de 1575, as *houses of correction*, para a punição dos vagabundos e alívio dos pobres. No começo do século XVII vieram as *workhouses* com instalações para profissões, ateliers e manufaturas que auxiliavam na manutenção das casas e asseguravam trabalho a seus internos. A loucura, para o autor (2004:61), acabou presa nesta dicotomia que ora manifestava-se na beneficência, ora na repressão.

O louco encontrou hospitalidade dentro dos muros dos hospitais, ao lado dos pobres, miseráveis e vagabundos. A hospitalidade que o acolhe se tornará a medida de saneamento que o põe fora do caminho. Continua a vagar, relata Foucault (2004:63), mas perturbando a ordem do espaço social.

O Hospital Geral não tem o aspecto de um simples refúgio para os enfermos ou os idosos, dentro de seus muros há toda uma instituição encarregada de “tratar” uma libertinagem moral, castigando, corrigindo uma certa “falha” moral que não merece o tribunal dos homens, mas que não poderia ser corrigida apenas pela severidade da penitência. Para tanto, para instituir um estatuto ético, põe-se à disposição do Hospital Geral, pelourinhos e golilhas, prisões e celas-fortes.

Num certo sentido, o internamento e todo o regime policial que o envolve servem para controlar uma certa ordem na estrutura familiar, que vale ao

mesmo tempo como regra social e norma da razão (FOUCAULT, 2004:90).

No século XIX, o conflito entre o indivíduo e sua família torna-se um problema psicológico, todo aquele que feria a estrutura familiar passava para o mundo do desatino. Não apenas aqueles que traíam a instituição familiar foram internados, mas toda uma ordem de profanadores e blasfemadores, antes vítimas da fogueira. A partir do século XVII, o desatino deixa de ser a dimensão natural das aventuras da razão, assume o aspecto de um fato humano. Os homens do desatino são os devassos, o dissipador, o homossexual, o mágico, o suicida, o libertino, tipos que a sociedade reconhece e isola. O desatino é então avaliado segundo um certo distanciamento da ordem social (FOUCAULT, 2004:104).

Desde a sua criação em 1656, a décima parte do Hospital Geral, diz respeito a insanos, homens em demência, pessoas de espírito alienado, pessoas que se tornaram inteiramente loucas. Uma das medidas da loucura encontradas nos livros do internamento era o termo “furioso”. O furor, termo técnico da jurisprudência e da medicina, designa todas as formas de violência que escapam à definição rigorosa do crime e à sua apreensão jurídica, diz respeito a desordem dos costumes e do espírito, também são internados os “fantásticos frenéticos” e os “lunáticos”, os “iluminados” e “visionários” que correspondem a nossos alucinados – visionários que imaginam ver aparições celestes e iluminados com revelações – os débeis e alguns atingidos por demência orgânica ou senil, designados como “imbecis” – imbecis por devassidão pelo vinho, imbecil que fala sempre, dizendo-se imperador dos turcos ou papa, imbecil sem nenhuma esperança de retorno – além daqueles com delírios pitorescos, que se dizem perseguidos por pessoas que querem matá-los, fazedores de projetos desmiolados, homens continuamente eletrizados e a quem se transmitem ideias de outros. Dentre os tratamentos, separa-se aqueles que podem ser curados dos que estão aquém da cura. A ausência de cuidados médicos coloca o Hospital Geral quase na mesma situação de uma prisão. De acordo com Foucault (2004:115), se há um médico no Hospital, não é porque se tem consciência de que aí são internados doentes, mas porque se teme a doença naqueles que já estão internados, a famosa “febre das prisões”.

A evidência da loucura é facilmente notada, porém relegada à autenticação da medicina, um jurisconsulto pode reconhecer um louco por suas palavras quando este não consegue ordená-las, pode reconhecê-lo também por suas ações, incoerência de seus gestos ou o absurdo de seus atos civis. Não passam, porém, de impressões. À disposição do médico está todo um sistema de sinalizações: na esfera das paixões, a melancolia é denunciada por uma

tristeza contínua e imotivada; no domínio do corpo, a temperatura distingue o frenesi de todas as outras formas apiréticas de furor; a vida do indivíduo, seu passado, os juízos formados sobre ele a partir de sua infância; tudo isso pode autorizar o médico a fazer um juízo e decretar a existência ou ausência de doença. Trabalho que não se esgota aí, é preciso ainda determinar quais as faculdades atingidas (memória, imaginação ou razão), de que forma e em qual grau. A razão é diminuída na fatuitas, pervertida superficialmente nas paixões e profundamente no frenesi e na melancolia.

Para Foucault (2004:130),

[...] enquanto sujeito de direito, o homem se liberta de suas responsabilidades na própria medida em que é um alienado; como ser social, a loucura o compromete nas vizinhanças da culpabilidade. O direito, portanto, apurará cada vez mais sua análise da loucura; e, num sentido, é justo dizer que é sobre o fundo de uma experiência jurídica da alienação que se constituiu a ciência médica das doenças mentais.

Pode-se falar em dois usos, dois níveis de elaboração da medicina, conforme ela seja considerada no contexto do direito ou conforme deve pautar-se pela prática social do internamento. De um lado, está em jogo as capacidades do sujeito de direito, preparando terreno para uma psicologia que misturará, numa unidade indecisa, uma análise filosófica das faculdades e uma análise jurídica da capacidade para elaborar contratos e contrair obrigações. Por outro lado, põe em jogo as condutas do homem social, preparando uma patologia dualista, em termos de normal e anormal, sadio e mórbido. O momento em que a jurisprudência da alienação se torna a condição preliminar de todo internamento é também o momento em que nasce uma psiquiatria que pela primeira vez pretende tratar o louco como um ser humano. Momento em que reconcilia-se a consciência dividida do século XVIII.

A loucura passa a ser o lado despercebido da ordem, que faz com que o homem seja o instrumento de uma sabedoria cuja finalidade desconhece.

Existe uma certa evidência do louco, uma determinação imediata de seus traços que parece correlativa, justamente, à não-determinação da loucura [...] Na própria medida em que não sabemos onde começa a loucura, sabemos, através de um saber quase incontestável, o que é o louco (FOUCAULT, 2004:181).

O louco não é manifesto em seu ser, mas é porque é outro. Diante desses insanos, sabe-se que não se é como eles, o inevitável reconhecimento de suas loucuras surge espontaneamente, num relacionamento estabelecido entre eles e si próprio. Para Voltaire (apud FOUCAULT, 2004:183), “chamamos de loucura essa doença dos órgãos do cérebro que impede necessariamente um homem de pensar e agir como os outros.” Entre o louco e aquele que pronuncia “esse aí é um louco” estabelece-se um grande fosso, que não é mais o vazio cartesiano do “não sou esse aí”, mas que ocupa-se por um duplo sistema de alteridade.

Uma definição da loucura dada pela Encyclopédia, de acordo com Foucault (2004:186):

Afastar-se da razão sem o saber, por estar privado de ideias, é ser imbecil; afastar-se da razão, sabendo-o, porque se é escravo de uma paixão violenta, é ser fraco; mas afastar-se da razão com confiança, e com a firme persuasão de estar obedecendo à razão, é o que constitui, a meu ver, o que chamamos de ser louco.

O louco não é louco para si mesmo, mas só para os olhos de um terceiro que é capaz de distinguir o exercício da razão da própria razão. A evidência da loucura, que não admite contestação possível, não se baseia em um domínio teórico sobre o que seja a loucura. Quando o pensamento clássico interroga sobre a loucura, não o faz a partir do louco, mas a partir da doença em geral, sem que o louco fale de si mesmo em sua existência concreta. O século XVIII percebe o louco, mas deduz a loucura. No louco percebe a razão e a não-razão. Para dar conteúdo particular à doença, dirige-se aos fenômenos reais, observáveis, positivos, através dos quais ela se manifesta. A definição de uma doença passa pela enumeração dos sintomas que se apresenta para conhecer seu gênero e sua espécie, e para distingui-la de outras doenças.

Ao se procurar as formas mórbidas da loucura, encontrou-se apenas as deformações da vida moral. A noção de doença se alterou neste percurso, passando de uma significação patológica para um valor puramente crítico (FOUCAULT, 2004:198). Inscreve-se assim, na loucura, o outro lado do progresso, a civilização oferece incessantemente ao homem novas possibilidades de alienar-se (FOUCAULT, 2004:371).

O louco (ou ao menos sua alma) será salvo, seja o que for que tenha feito durante sua loucura. Sua alma esteve afastada durante esse tempo, protegida da doença e preservada do

mal pela própria doença. Os juízes não contrariam essa opinião, quando não considera crime o gesto de um louco.

Para Foucault (2004:236-7) há duas formas de delírio na loucura clássica. Uma forma particular, sintomática, em que esse delírio é sempre manifesto, faz parte dos signos da loucura. Mas, há outro delírio que nem sempre aparece, não é formulado pelo próprio doente no curso de sua doença, mas que existe aos olhos daquele que, procurando a doença a partir de suas origens, tenta formular seu enigma e sua verdade. Também é considerado delírio onde tudo o que se tem são gestos silenciosos, violências sem palavras e comportamentos estranhos. O discurso abarca todo o domínio de extensão da loucura, a linguagem, desta forma, vem a ser a estrutura primeira e última da loucura.

Desde muito tempo, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos demais (FOUCAULT, 2006:10). Sua palavra é considerada nula, não trazendo verdade nem importância, não pode testemunhar na justiça, não é capaz de autenticar um ato ou um contrato, não pode no sacrifício da missa, permitir a transsubstancialização e fazer do pão um corpo. Em contrapartida, foi dado à palavra do louco estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, de pronunciar o futuro, de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. De uma forma ou de outra, o discurso do louco não existia, era através de suas palavras que se reconhecia sua loucura. Era justamente o lugar onde se exercia a separação.

Depois do século XVIII, a medicina passa a se interessar sobre o que era dito, como era dito e por que era dito, nessa palavra que fazia a diferença. Isto, contudo, só retornava ao ruído, a palavra só lhe era dada simbolicamente, no teatro que ele se apresentava, desarmado e reconciliado, representando aí o papel de verdade mascarada. Mesmo que hoje possa se considerar que a palavra do louco não representa mais a separação, para Foucault (2006:13) essa separação se exerce de outro modo. Mesmo que o papel do médico não fosse senão prestar ouvido ao discurso do louco, é na manutenção da censura que esta escuta se exerce.

A loucura para o século XIX adquire outros sentidos. Se não é mais percebida como a contrapartida da história é, então, o outro lado da sociedade. Sendo assim, embarca numa moral social, torna-se o estigma de uma classe que abandonou as formas da ética burguesa (FOUCAULT, 2004:375-6). O número de loucos aumentou assombrosamente a partir deste momento, a Salpêtrière que em 1690 abrigava 3.059 pessoas, cem anos mais tarde terá mais do dobro: 6.704, de acordo com o recenseamento feito por La Rochefoucauld-Liancourt para o relatório do Comitê de Mendicância (apud FOUCAULT, 2004:380). Não foi só o número de loucos que aumentou em toda a Europa, mas também se criou toda uma série de casas

destinadas a recebê-los, uma terra de asilo que é só deles. Foi necessária a instalação de uma nova dimensão, um novo espaço e uma nova solidão para que, em meio a esse silêncio, a loucura pudesse enfim, falar. De acordo com Foucault (2004:393), se a loucura encontra seu lugar e assume seus rostos, não se trata de uma atenção que se aproxima, mas a uma indiferença que a isola.

Não há um psiquiatra ou historiador que não se assombra com aquilo que encontra nas casas de internamento. Os insensatos são acorrentados ao lado dos criminosos, os alienados tranquilos são mais maltratados do que os malfeiteiros. “Ao longo do século XVIII, afirma-se que os internos mereciam melhor sorte do que aquela que os confunde com os insensatos”, relata Foucault (2004:395). Os protestos contra os internamentos tornam-se mais fortes conforme o avanço do século, os loucos representam a verdade brutal das prisões, casas de força e asilos, o instrumento do que existe de pior, quer seja pelo excesso de maus tratamentos ou pelo horror da solidão. Ao final do século XVIII a loucura separa-se da miséria e do desatino, o que reaparece é a própria loucura, condenada assim como o crime, até o momento em que essa relação também será questionada.

Antes de desprover o louco de sua liberdade, este será entregue às funções médicas da cura, pois encontra-se agora sob o domínio da doença. Prender os loucos é uma tentativa de imunizar a sociedade contra o perigo que representam, caso a família não seja capaz de vigiá-los (FOUCAULT, 2004:430). Os cuidados serão dispensados durante o período em que a doença é considerada curável, após isso, o internamento retomará sua função única de exclusão. Nos limites do asilo, o internamento é agente de cura, é também entidade médica, não tanto pelos cuidados que proporciona, mas em virtude do próprio jogo da imaginação, da liberdade, do silêncio, dos limites e do movimento que organiza e conduz o erro à verdade, a loucura à razão.

Aos poucos as correntes vão caindo, no Hospital Geral Bicêtre, situado ao sul de Paris, por exemplo, a nomeação de um renomado médico para as enfermarias prova que as doenças do espírito é um problema médico (FOUCAULT, 2004:464). Conta-se como Pinel chegou a um dos internos, um capitão inglês acorrentado numa cela de Bicêtre por quarenta anos, exortando-o a ser razoável, e a não fazer mal a ninguém, agindo desta forma prometia libertá-lo de suas correntes e dar-lhe o direito de passear no pátio: “Acredite em mim. Seja calmo e tenha confiança, eu lhe devolverei a liberdade”. O capitão ouve o discurso calmamente enquanto caem suas correntes. Livre, precipita-se para admirar a luz do sol e exclama extasiado: “como é bonito!” Passa esse primeiro dia a subir e descer as escadas, correndo, sempre dizendo: “como é bonito!” Nessa mesma noite, o capitão que já fora encarado como o

mais terrível de todos os alienados, onde uma vez, num acesso de furor deu uma pancada com suas algemas na cabeça de um servente, matando-o, volta para sua cela, dormindo pacificamente. Durante os dois anos em que passou no Bicêtre não teve nenhum outro acesso de furor (FOUCAULT, 2004:472-3).

A loucura é entregue ao que Samuel Tuke chamou de “necessidade de estima”, julgada sob o olhar do outro. Alguns doentes eram convidados para *tea parties* pelos diretores e vigilantes da casa de campo em York, conhecida como Retiro, os doentes vestiam suas melhores roupas e rivalizavam-se em polidez e boas maneiras. Eram-lhes oferecidos o melhor menu, e tratados com tanta atenção como se fossem estranhos. As festas transcorriam na mais completa harmonia, raramente ocorria algum evento desagradável, os doentes controlavam suas inclinações. Esse não era um rito de aproximação, de diálogo, mas situava o louco como um Estranho por excelência, uma organização de imagem cuja máscara lhe era imposta silenciosamente sob os olhos da razão. Tem-se aqui a passagem da reprovação para o julgamento, essa distância que não é rompida pela queda das correntes. A ciência das doenças mentais, desenvolvida nos asilos, pertencerá sempre ao campo da observação e da classificação. Isso até o advento da psicanálise que vai exorcizar o fenômeno do olhar e propor o diálogo.

Acredita-se que Tuke e Pinel abriram o asilo ao conhecimento médico. Não introduziram uma ciência, mas uma personagem, cujos poderes atribuíram a esse saber apenas um disfarce ou, no máximo, sua justificativa [...] Se a personagem do médico pode delimitar a loucura, não é porque a conhece, é porque a domina (FOUCAULT, 2004:498).

Para Foucault, (2004:506), a liberdade do louco só existe na imperceptível distância que o torna livre, abandona sua liberdade e acorrenta-o na sua loucura.

CAPÍTULO 2

A PSICOSE NO JARDIM DAS ESPÉCIES

*Não é bom tentar colocar sua mão
Aonde eu não consigo ver porque eu entendo
Que você é diferente de mim
Sim, eu posso dizer
Que você não pode ser o que finge ser
(No Good Trying – Syd Barret)*

Digamos que você tenha à sua frente duas pessoas, bem vestidas, sendo uma delas psicótica e outra não, e que tenha que avaliar entre as duas, qual delas apresenta traços psicóticos. Quais seriam seus critérios para fazer tal seleção? Mesmo que você não tenha um certificado de medicina, é bem provável que você venha a ter sucesso em seu “diagnóstico”. O primeiro passo, convenhamos, seria iniciar uma conversa com ambas as pessoas. Mas, o que há no discurso destas que as diferencia? A questão se encontra no discurso ou na interpretação deste discurso? Como se pode definir o que diz um psicótico para ser considerado psicótico?

2.1 A psiquiatria e as classificações

A psicose é tida como um transtorno mental, caracterizada pela perda do teste da realidade. Percebe-se que há comprometimento do funcionamento mental, geralmente manifestado através de delírios, alucinações, confusão, e muitas vezes percebe-se também o comprometimento da memória. Sendo um transtorno mental é tomado pelo *Manual de Psiquiatria Clínica* como “uma doença com manifestações psicológicas ou comportamentais associadas com comprometimento funcional devido a uma perturbação biológica, social, psicológica, genética, física ou química” (KAPLAN, 1998:11). A medição deste desvio é feita a partir de algum índice, ou conceito normativo, sabendo que cada doença possui sinais e sintomas característicos e específicos.

Os transtornos psiquiátricos seguem a classificação da quarta edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Tratamentos Mentais* (DSM-IV) da *American Psychiatric Association*. O sistema diagnóstico do DSM-IV procura ser confiável, ou seja, tomando como base, diferentes observadores que devem obter os mesmos resultados e, deve ser válido, isto é, deve medir aquilo a que se propõe. Através de um enfoque descritivo, onde os sinais e sintomas característicos de cada transtorno devem estar presentes para que se possa fazer um diagnóstico, os transtornos mentais, de acordo com Kaplan (*Ibid.*) são descritos como:

- *Psicóticos*: característica perda da realidade com delírios e alucinações, como a esquizofrenia, por exemplo;
- *Neuróticos*: sem perda do teste de realidade; baseados principalmente em conflitos intrapsíquicos ou acontecimentos vitais ansiogênicos; aparecem como um sintoma, na forma de uma obsessão, fobia ou compulsão;

- *Funcionais*: ausência de um dano estrutural ou fator etiológico evidente que explique o comprometimento;
- *Orgânicos*: apesar do termo “orgânico” não ser mais utilizado no DSM-IV, por sugerir que alguns transtornos mentais não teriam um componente biológico, mesmo assim é amplamente usado na linguagem comum; trata-se de doenças causadas por um agente específico que causa uma alteração estrutural no cérebro; geralmente associados com comprometimento cognitivo, delirium ou demência, por exemplo, a doença de Pick.

O DSM-IV enumera 17 principais categorias de transtornos mentais. Segundo a *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde* – outro código de classificação diagnóstico apresentado pela *Organização Mundial de Saúde*, em sua décima revisão (CID-10) – existem vários eixos de classificação de doenças e aquele que vier a ser selecionado depende do uso das estatísticas elaboradas (OMS, 2003:01). Não nos cabe no presente estudo definir e classificá-las incansavelmente, entretanto, vale enumerar alguns grupos mais importantes e interessantes ao trabalho. Justamente aqueles onde a prevalência de afetação recai sobre o discurso. Para tanto, ao se mencionar uma categoria esta será fornecida entre parênteses, de acordo com a classificação do DSM-IV (composto por códigos numéricos, por exemplo, o código 300.3 representa o Transtorno Obsessivo-Compulsivo) e/ou também do CID-10 (além do código numérico, há antes uma letra que indica a categoria, por exemplo, o código F42, para o mesmo Transtorno Obsessivo-Compulsivo) para que se possa consultá-la, caso o leitor venha a querer conferir ou aprofundar seus conhecimentos.

2.2 Quando o discurso encontra-se prejudicado

Desde a mais tenra infância o sujeito será submetido a todo um jogo de enquadre de funcionamento que deverá seguir à risca certas normas e parâmetros (KAPLAN, 1998:12). Caso a criança venha a apresentar prejuízos no desenvolvimento que resultem numa dificuldade de produzir sentenças de acordo com a idade (transtorno da linguagem expressiva: 315.31), ou quer apresente dificuldade no uso e compreensão das palavras (transtorno misto da linguagem receptivo-expressiva: 315.31), ou ainda as dificuldades na emissão dos sons vocais esperados (transtorno fonológico: 315.39) serão devidamente enquadrados e tratados de acordo com suas especificidades. Perturbações na fluência, velocidade e ritmo da fala (tartamudez: 307.0) também fazem parte do que se considera como transtornos da

comunicação. Casos mais graves diagnosticados pela primeira vez na infância ou na adolescência, onde se perceba um funcionamento intelectual anormal, associados com prejuízos no amadurecimento e na aprendizagem e ao desajuste social, podem estar relacionados aos casos de retardo mental (317 – 318).

Até chegar à adolescência a criança será avaliada e medida com relação àquilo que se espera para sua idade. Se atenta demais, porém incapaz de se fixar em um ponto específico e por um tempo determinado (transtorno do déficit de atenção/hiperatividade: 314.xx), ou se característico por seus trejeitos, movimentos involuntários e estereotipados como vistos no transtorno de Tourette (307.23), não passarão despercebidos pelos exames médicos minuciosos. Não só o que diz, mas também o que não diz (transtorno autista: 299.00; transtorno desintegrativo da infância: 299.10; e, mesmo sendo esta recusa da fala, voluntária: mutismo seletivo: 313.23) fazem parte de uma avaliação criteriosa, geralmente acompanhada de prejuízos na coordenação motora e em alguns casos, visíveis deformações corporais como o transtorno de Rett (299.80) que apresenta além da perda da fala, a perda de habilidades motoras com diminuição do crescimento craniano.

Na atual sociedade em que vivemos muitas das incapacidades ou anormalidades são detectadas durante a vivência escolar do sujeito. As tais habilidades escolares possuem suas próprias classificações e enquadres e os transtornos são logo percebidos nos quais as modalidades habituais de aprendizado estão alteradas desde as etapas iniciais do desenvolvimento, como registrado pelo CID-10, sob o código F81 (OMS, 2003:365). Inabilidade para a compreensão da leitura, não reconhecimento de palavras (F81.0) e dificuldades de soletrar (F81.1) tendem a estar associados aos casos de transtornos de fala e de linguagem e também de transtornos emocionais e de comportamento. A leitura não é a peça exclusiva para se detectar padrões desviantes da normalidade, também estão inclusas as dificuldades específicas das habilidades computacionais básicas de adição, subtração, multiplicação e divisão (F81.2), como vistas na discalculia ou na síndrome de Gerstmann de desenvolvimento, por exemplo. Se, tanto leitura ou ortografia, quanto cálculo, se apresentem desde que não atribuíveis exclusivamente ao retardo mental global ou a escolarização inadequada, estaremos falando então dos transtornos mistos de habilidades escolares (F81.3).

Até que se chegue ao transtorno mental, tal qual pretende ser analisado pelo presente estudo, deve-se antes passar por um processo de exclusão de outras possibilidades diagnósticas. Ao se diagnosticar uma esquizofrenia, por exemplo, deve-se levar em conta de que esta não esteja associada a um transtorno mental devido a uma condição médica geral (293.9), como os casos causados por sífilis, encefalites, infecções sistêmicas, doenças

degenerativas do sistema nervoso central, e outras. Também deve-se estar atento aos casos marcados por breve confusão e alteração na cognição, que estejam associados a alguma substância, provocando muitas vezes, o que veio a se chamar como delirium (293.0), através do uso de álcool (se dependente: 303.90; se abuso: 305.00) ou outros entorpecentes como canabinóides, anfetaminas, cocaína, inalantes, sedativos, opióides ou outras substâncias (292.81).

2.3 A anamnese

Todas estas definições exigem uma minuciosa entrevista que visa obter uma perspectiva histórica sobre a vida do sujeito, estabelecer *rappoport* (palavra de origem francesa que significa empatia), aliança terapêutica, compreender o funcionamento atual, fazer um diagnóstico e estabelecer um plano de tratamento (KAPLAN, 1998:20). Para tanto, o entrevistador deve seguir toda uma série de técnicas de entrevista clínica como observar o comportamento verbal e não-verbal, postura, maneirismos e aparência física do paciente, usar linguagem consistente com a inteligência do entrevistado, e acima de tudo, não fazer juízos de valor.

Fazem parte deste ritual anamnésico a investigação da fala, se lenta, rápida, pressionada, garrulosa (tagarela), espontânea, taciturna (fala pouco), tartamuda (gago), hesitante, também timbre, articulação, logorreia (fala compulsiva), mutismo, incoerência, escassez. Pede-se para o paciente dizer “Metodista Episcopal”, por exemplo, para um teste de disartria – dificuldade na produção da fala, decorrente à falta de coordenação do aparato da fonação (KAPLAN, 1998:34).

Transtornos de percepção (alucinações) podem ser logo percebidos com perguntas como, se o sujeito “já viu coisas ou ouviu vozes” (sic) (KAPLAN, 1998:24). Os delírios associam-se ao conteúdo do pensamento e podem ser persecutórios (paranoides), grandiosos, de infidelidade, somáticos, sensoriais, com irradiação ou inserção de pensamentos, ideias de referência e de irreabilidade, preocupação homicida ou suicida, despersonalização, fuga de ideias, *idée fixe*, pensamento mágico e neologismos.

Geralmente, caso os delírios sejam incongruentes com o humor, apontam para a esquizofrenia. O curso do pensamento é outro ponto a ser checado através do discurso do entrevistado, se as ideias se dirigem para o objetivo, se são feitas associações frouxas, se ilógico, tangencial, com fuga de ideias. Perguntas sobre os significados de provérbios valem para testar a abstração do paciente, e também perguntas sobre semelhanças, por exemplo,

entre um pássaro e uma borboleta (ambos são seres vivos), ou pão e bolo (ambos são alimentos). Associações frouxas e incapacidade para abstrair podem indicar esquizofrenia, já a fuga de ideias aponta para a mania.

Ao final do exame, que inclui investigações também sobre a memória, capacidade de julgamento, inteligência, concentração, humor, atitudes e comportamentos, deve-se ser capaz de julgar a presença ou ausência de psicose.

2.4 Esquizofrenias

Embora de causas desconhecidas, a esquizofrenia (para o DSM-IV: 295.xx; e para o CID-10: F20) é um transtorno crônico caracterizado por sintomas psicóticos que prejudicam o funcionamento do sujeito significativamente, envolvendo perturbações das emoções, pensamento e comportamento (KAPLAN, 1998:85).

Geralmente, o transtorno possui:

- a) uma *fase prodromica*, com sinais e sintomas que prenunciam a esquizofrenia, por exemplo, o retraimento social ou certos comportamentos bizarros ou excêntricos;
- b) uma *fase ativa* com delírios, alucinações ou ambos e;
- c) uma *fase residual*, onde pode se haver uma remissão do transtorno.

Além da esquizofrenia, apesar de ser a categoria mais importante deste grupo de transtornos, também encontram-se classificados nas consultas o transtorno esquizotípico, os transtornos delirantes persistentes e outros transtornos psicóticos agudos e transitórios (OMS, 2003:317).

Usualmente na esquizofrenia, a consciência e a capacidade intelectual mantêm-se clara, muito embora certos déficits cognitivos possam evoluir com o tempo (OMS, Ibid.). Foi descrita pela primeira vez em 1852, pelo psiquiatra belga Benedict Morel nomeando-a de *démence précoce*, em 1896, Emil Kraepelin aplicou o termo “demência precoce” a um grupo de transtornos que se iniciavam na adolescência e terminavam em demência, sendo somente em 1911 com o psiquiatra suíço Eugen Bleuler que o termo esquizofrenia aplicava-se a um agrupamento de achados característicos formando o diagnóstico como o conhecemos atualmente (KAPLAN, Ibid.). Os fenômenos psicopatológicos mais evidentes na esquizofrenia incluem o eco do pensamento, a imposição ou roubo e a divulgação do pensamento, a percepção delirante, com ideias de controle, de influência ou de passividade,

vozes alucinatórias que comentam ou discutem com o paciente na terceira pessoa, transtornos do pensamento e sintomas negativos. A evolução dos transtornos pode ser contínua, episódica com ocorrência de um déficit progressivo ou estável, ou ainda, comportar um ou vários episódios seguidos de uma remissão completa ou incompleta (OMS, Ibid.).

Para Kaplan (1998:85) a esquizofrenia é um diagnóstico fenomenológico, baseado na observação e descrição do sujeito, evidenciando-se certos aspectos como conteúdo do pensamento com delírios, ideias de referência e pobreza do conteúdo; forma do pensamento ilógico, por exemplo, com afrouxamento de associações, incoerência, superinclusão, neologismos, bloqueios, ecolalias e tangencialidade, todos incorporados como um transtorno do pensamento. Também nota-se a percepção do paciente distorcida, com alucinações quer sejam visuais, olfativas, táteis e com uma maior frequência, auditivas. Além destes fenômenos, pode-se encontrar presente nos esquizofrênicos o afeto alterado, perda dos limites do ego, confusão quanto ao gênero, incapacidade de distinguir entre a realidade interna e a realidade externa, certo retraimento social, distanciamento emocional, agressividade, inconveniência sexual e, em certos casos, catatonias.

A seguir, descreve-se nas Tabelas 1 e 2, os critérios diagnósticos para esquizofrenia:

Tabela 01 - Critérios diagnósticos do DSM-IV para esquizofrenia

A. <i>Sintomas Característicos</i> : Dois (ou mais) dos seguintes, cada qual presente por uma porção significativa de tempo durante o período de 1 mês (ou menos, se tratados com sucesso): <ul style="list-style-type: none"> (1) delírios; (2) alucinações; (3) discurso desorganizado (por ex., frequente descarrilamento ou incoerência); (4) comportamento amplamente desorganizado ou catatônico; (5) sintomas negativos, isto é, embotamento afetivo,alogia ou abulia. Obs.: Apenas um sintoma do critério A é necessário, se os delírios são bizarros ou as alucinações consistem de vozes que comentam o comportamento ou os pensamentos da pessoa, ou duas ou mais vozes conversando entre si.
B. <i>Disfunção social/ocupacional</i> : Por uma porção significativa do tempo, desde o início da perturbação, uma ou mais áreas importantes do funcionamento, tais como trabalho, relações interpessoais ou cuidados pessoais, estão acentuadamente abaixas do nível alcançado antes do início (ou quando o início dá-se na infância ou adolescência, fracasso em atingir o nível esperado de aquisição interpessoal, acadêmica ou ocupacional).
C. <i>Duração</i> : Sinais contínuos da perturbação persistem por pelo menos 6 meses. Este período de 6 meses deve incluir pelo menos 1 mês de sintomas (ou menos, se tratados com sucesso) que satisfazem o critério A (isto é, sintomas da fase ativa) e pode incluir períodos de sintomas prodômicos ou residuais. Durante esses períodos prodômicos ou residuais, os sinais da perturbação podem ser manifestados apenas por sintomas negativos ou por dois ou mais sintomas relacionados no critério A presentes de uma forma attenuada (por ex., crenças estranhas, experiências perceptuais incomuns).
D. <i>Exclusão de Transtorno Esquizoafetivo e Transtorno do Humor</i> : O Transtorno Esquizoafetivo e o Transtorno do Humor com Aspectos Psicóticos foram descartados, porque (1) nenhum Episódio Depressivo Maior, Maníaco ou Misto ocorreu concomitantemente com os sintomas da fase ativa; ou (2) se os episódios de humor ocorreram durante sintomas da fase ativa, sua duração total foi breve, relativamente à duração dos períodos ativos e residuais.
E. <i>Exclusão de uso de substância/condição médica geral</i> : A perturbação não deve ser devida aos efeitos fisiológicos diretos de uma substância (por ex., uma droga de abuso, medicamento) ou de uma condição médica geral.
F. <i>Relação com um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento</i> : Se existe uma história de Transtorno Autista ou outro Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, o diagnóstico adicional de Esquizofrenia é feito apenas se delírios ou alucinações proeminentes também estão presentes por pelo menos um mês (ou menos, se tratados com sucesso).
<i>Classificação do curso longitudinal</i> (pode ser aplicado apenas 1 mês após o aparecimento inicial dos sintomas da fase ativa): <ul style="list-style-type: none"> Episódico Com Sintomas Residuais Entre Episódios (episódios são definidos pela reemergência de sintomas psicóticos proeminentes); também especificar se: Com Sintomas Negativos Proeminentes. Episódico Sem Sintomas Residuais Entre Episódios Contínuo (sintomas psicóticos proeminentes estão presentes durante todo o período de observação); especificar também se: Com Sintomas Negativos Proeminentes. Episódio Único em Remissão Parcial, especificar também se: Com Sintomas Negativos Proeminentes. Episódio Único em Remissão Completa Outro Padrão ou Padrão Inespecificado

Fonte: KAPLAN, 1998: 86.

Tabela 02 - Critérios sintomáticos de Eugen Bleuler

Perturbações básicas ou fundamentais <ul style="list-style-type: none"> • Transtornos da forma do pensamento^a • Perturbação do afeto^a • Perturbações da experiência subjetiva de si próprio • Perturbações da volição e do comportamento • Ambivaléncia^a • Autismo^a
Sintomas acessórios <ul style="list-style-type: none"> • Transtornos da percepção (alucinações) • Delírios • Certas perturbações da memória • Modificação da personalidade • Alterações da fala e da escrita • Sintomas somáticos • Sintomas catatônicos • Síndrome aguda (como estados melancólicos, maníacos, catatônicos e outros)
^a Os quatro A's de Bleuler: associação, afeto, ambivaléncia e autismo.

Fonte: KAPLAN, 1998: 87.

2.4.1 Epidemiologia e etiologia da esquizofrenia

A prevalência da esquizofrenia durante toda a vida é de aproximadamente 1-1,5%. Estima-se que só nos Estados Unidos 2 milhões de pessoas tem esquizofrenia provocando um gasto de aproximadamente 100 bilhões de dólares/ano, no mundo inteiro, 2 milhões de novos casos aparecem a cada ano (KAPLAN, 1998:89). Além disso, não há uma relação significativa entre homens e mulheres, sendo a prevalência de 1:1.

Nenhum fator etiológico isolado é considerado como causador da esquizofrenia, devido à heterogeneidade das apresentações sintomáticas e prognósticas. O modelo de estresse-diátese, segundo a qual uma pessoa que desenvolve esquizofrenia tenha uma vulnerabilidade biológica específica ativada pelo estresse, tem sido usado com maior frequência. Os estresses podem ser biológicos, genéticos, psicossociais e ambientais.

Dentre os fatores biológicos, considera-se que os sintomas da esquizofrenia resultam em parte, de receptores sensíveis de dopamina ou atividade dopancinérgica aumentada. Alguns medicamentos antipsicóticos agem ligando-se aos receptores de dopamina causando diminuições funcionais da atividade dopaminérgica. As drogas que aumentam a dopamina como as anfetaminas, ou a cocaína, por exemplo, podem piorar ou ativar a psicose em muitos casos. Outras hipóteses consideram ainda no envolvimento da noradrenalina ou do ácido-aminobutírico (GABA), sendo que uma redução do GABA no organismo causa o aumento da atividade da dopamina; outras teorias atestam no envolvimento da serotonina. O metabolismo da serotonina é anormal em alguns pacientes esquizofrênicos crônicos, trazendo casos tanto de hiper quanto hiposerotonemia. Os fatores genéticos também têm sido propostos na causa da esquizofrenia através de teorias monogênicas e poligênicas, embora nenhuma tenha sido definitivamente confirmada, apesar da teoria poligênica parecer mais consistente. A incidência da doença nas famílias consanguíneas é maior do que na população em geral. O entendimento sobre os estressores psicossociais e ambientais para pacientes esquizofrênicos é crucial ajudando o paciente a experimentar um maior controle. Em famílias com alta emoção expressada os pacientes apresentaram taxas mais altas de recaída, que por outro lado melhoraram quando o comportamento familiar é modificado para uma emoção expressada mais baixa.

2.4.2 Fisiopatologia e fatores psicodinâmicos

Não há evidências de defeitos estruturais consistentes, embora as alterações observadas incluam diminuição de neurônios, aumento da gliose e desorganização da arquitetura neuronal (KAPLAN, 1998:92). Observou-se também degeneração no sistema límbico, em especial na amígdala, hipocampo e córtex cingulado, bem como nos gânglios basais, substância negra e córtex pré-frontal dosolateral. A experiência interna de um paciente geralmente é de confusão e input sensorial maciço, três principais defesas primitivas interferem no teste de realidade:

- a) *Projeção psicótica* – atribuir sentimentos internos de agressão, sexualidade, caos e confusão ao mundo exterior, não reconhecendo-os como emanando do próprio interior, os limites entre interno e externo são confundidos. Para Kaplan (1998:93) “a projeção é uma importante defesa subjacente à paranoia”;
- b) *Formação reativa* – transformar um impulso ou ideia perturbadora em seu oposto e;
- c) *Negação psicótica* – transformar estímulos causadores de confusão em delírios e alucinações.

2.4.3 Curso, prognóstico e tratamento da esquizofrenia

Sintomas prodômicos (indicadores da esquizofrenia) de ansiedade, perplexidade, terror ou depressão, muitas vezes, precedem o início da esquizofrenia, que pode ser agudo ou insidioso (KAPLAN, 1998:94). Tais sintomas podem estar presentes por meses antes de um diagnóstico definitivo. O início ocorre, em geral, ao final da adolescência e início dos 20 anos, eventos desencadeantes tais como trauma emocional, drogas e separações podem ativar episódios patológicos em pessoas predispostas. O curso da esquizofrenia tende a ser deteriorante, com exacerbações agudas sobrepostas a um quadro crônico. Sintomas positivos mais exuberantes, tais como delírios bizarros e alucinações, tendem a diminuir de intensidade, enquanto que os sintomas negativos mais residuais, como má higiene, resposta emocional aplaudida e várias estranhezas de comportamento podem aumentar. De acordo com Kaplan (1998:85), estima-se que as taxas de recaída estejam em volta dos 40% em 2 anos com medicamentos e de 80% no mesmo período sem medicamento.

Investigadores descreveram uma regra baseada nos terços: cerca de um terço dos pacientes levam vidas relativamente normais, um terço deles continua experimentando sintomas significativos, mas acabam funcionando socialmente e o terço restante é de pessoas acentuadamente comprometidas que necessitam de frequentes hospitalizações.

O manejo clínico inclui hospitalização e medicamentos antipsicóticos, assim como tratamentos psicossociais que podem ser terapia familiar, comportamental, de grupo, individual e de habilidades sociais, bem como de reabilitação. Os medicamentos antipsicóticos incluem antagonistas dos receptores de dopamina ou da serotonina-dopamina (ASDs), por exemplo, risperidona (Risperdal) e clozapina (Leponex). Em alguns casos, por exemplo, os pacientes catatônicos, a eletroconvulsoterapia tem sido administrada com sucesso. Psicoterapias orientadas para o insight não são recomendadas no tratamento de pacientes esquizofrênicos, pois como adverte Kaplan (1998:97) “seus egos são demasiadamente frágeis”.

2.4.4 Tipos de esquizofrenia

A esquizofrenia é descrita a partir de alguns subtipos segundo a OMS (2003:318-9) e Kaplan (1998:86-9) como:

a) Paranóide (DSM-IV: 295.30) ou Parafônica (CID-10: F20.0)

Caracterizada pela presença de ideias delirantes relativamente estáveis, relacionadas a um único tema (frequentemente de perseguição), em geral acompanhadas de alucinações, particularmente auditivas e de perturbações das percepções. As perturbações do afeto, vontade, linguagem e os sintomas catatônicos estão ausentes ou são relativamente discretos.

b) Desorganizado (295.10) ou Hebefebrônica (F20.1)

Caracterizada pela perturbação dos afetos (afeto plano ou amplamente inadequado). As ideias delirantes e as alucinações são fugazes e fragmentárias, o comportamento é amplamente desorganizado, irresponsável e imprevisível, existem frequentemente maneirismos. O pensamento é desorganizado e o discurso incoerente. Tendência ao isolamento social. Geralmente o prognóstico é desfavorável devido ao rápido desenvolvimento de sintomas negativos, particularmente um embotamento do afeto e perda da volição.

c) Catatônico (295.20; F20.2)

A esquizofrenia catatônica é dominada por distúrbios psicomotores proeminentes que podem alternar entre extremos como hiperkinésia e estupor ou mutismo, ou entre a

obediência automática e o negativismo. Atitudes e posturas que os pacientes foram compelidos a tomar podem ser mantidas por longos períodos. Um padrão marcante do transtorno pode ser constituído por episódios de excitação violenta, sem propósito. Pode apresentar ainda ecolalia (repetição de palavras ou frases, em crianças a ecolalia é comum na repetição de balbucios) e ecopraxia (repetição involuntária de movimentos).

d) Indiferenciado ou Atípico (295.90; 20.3)

Preenchem os critérios diagnósticos gerais para a esquizofrenia com delírios, alucinações e incoerência proeminentes ou comportamento amplamente desorganizado, mas não reúne os critérios para o tipo paranóide, catatônico ou desorganizado.

e) Tipo Residual (295.60; 20.5)

Estádio crônico da evolução de uma doença esquizofrênica, com ausência de delírios e alucinações e com progressão nítida de um estádio precoce para um estádio tardio, caracterizado pela presença persistente de sintomas negativos, tais como lentidão psicomotora, hipoatividade, embotamento afetivo, passividade e falta de iniciativa, pobreza da quantidade e do conteúdo do discurso, pouca comunicação não-verbal (expressão facial, contato ocular, modulação da voz e gestos), falta de cuidados pessoais e desempenho social medíocre.

f) Esquizofrenia Simples (F20.8)

Este termo era usado quando a esquizofrenia possuía uma ampla conceitualização diagnóstica. Transtorno caracterizado pela ocorrência insidiosa e progressiva de excentricidade de comportamento, incapacidade de responder às exigências da sociedade e declínio global do desenvolvimento, perda gradual e insidiosa do impulso e da ambição. Os pacientes geralmente não são manifestamente psicóticos nem experimentam alucinações ou delírios persistentes.

Kaplan (1998:88), ainda vai atentar para os *Tipos I e II* de esquizofrenia, como um outro sistema baseado na presença de sintomas positivos (produtivos) ou negativos, respectivamente. Os sintomas positivos incluem afrouxamento das associações, alucinações, comportamento bizarro e fala aumentada, já os sintomas negativos incluem aplainamento ou embotamento afetivo, pobreza da fala ou de seus conteúdos, bloqueio, desmazelo, falta de

motivação, anedonia (perda da capacidade de sentir prazer), retraimento social, defeitos cognitivos e déficits de atenção.

A OMS (2003:319) apresenta ainda o tipo *Depressão pós-esquizofrênica* (F20.4), caracterizada por episódio depressivo eventualmente prolongado que ocorre ao fim de uma afecção esquizofrênica. Ao menos alguns sintomas ainda estão presentes, mas não dominam mais o quadro clínico. Se o paciente não apresenta mais nenhum sintoma esquizofrônico, deve-se fazer um diagnóstico de episódio depressivo (F32.-), se os sintomas esquizofrênicos ainda são evidentes e proeminentes, deve-se manter o diagnóstico da forma clínica apropriada da esquizofrenia.

2.5 Transtornos delirantes e outros transtornos psicóticos

2.5.1 Transtorno Delirante (DSM-IV: 297.1; CID-10: F22.0)

Tanto Kaplan (1998:100-3) quanto a OMS (2003: 320-1) descrevem como um transtorno cuja única manifestação é um delírio fixo e inabalável em que muitas vezes permanece durante o resto da vida. Os delírios são muito variáveis quanto ao seu conteúdo, duram pelo menos um mês e são bem sistematizados, ao invés de bizarros ou fragmentados. A resposta emocional do paciente é congruente e adequada ao conteúdo dos delírios e, sua personalidade permanece intacta ou sofre um comprometimento mínimo. Geralmente são pessoas hipersensíveis e hipervigilantes o que os levam ao isolamento social, apesar do alto nível de suas capacidades de funcionamento. Sob circunstâncias não-estressantes, é difícil evidenciar o transtorno. A Tabela 3 oferece os critérios diagnósticos para o transtorno delirante.

Tabela 03 - Critérios diagnósticos do DSM-IV para transtorno delirante

A. Delírios não-bizarros (isto é, envolvendo situações que ocorrem na vida real, tais como ser seguido, envenenado, infectado, amado à distância, traído por cônjuge ou parceiro romântico, ou ter uma doença) com duração mínima de 1 mês.
B. O critério A para Esquizofrenia jamais foi satisfeito. Obs.: alucinações tátteis e olfativas podem apresentar-se no Transtorno Delirante, se estiverem relacionadas ao tema dos delírios.
C. Exceto pelo impacto dos delírios ou de suas ramificações, o funcionamento não está acentuadamente prejudicado e o comportamento não é obviamente estranho ou bizarro.
D. Se os episódios de humor ocorreram concomitantemente com os delírios, sua duração total foi breve, relativamente à duração dos períodos delirantes.
E. A perturbação não é devido aos efeitos fisiológicos diretos de uma substância (por ex., uma droga de abuso, um medicamento) ou uma condição médica geral.
<i>Especificar tipo</i> (os tipos seguintes são atribuídos com base no tema predominante do(s) delírio(s)): Tipo Erotomaniaco: delírios de que outra pessoa, geralmente de situação mais elevada, está apaixonada pelo indivíduo. Tipo Grandioso: delírios de grande valor, poder, conhecimento, identidade ou de relação especial com uma divindade ou pessoa famosa. Tipo Ciumento: delírios de que o parceiro sexual do indivíduo é infiel. Tipo Persecutório: delírios de que o indivíduo (ou alguém chegado a ele) está sendo, de algum modo, maldosamente tratado. Tipo Somático: delírios que a pessoa tem algum defeito físico ou condição médica geral. Tipo Misto: delírios característicos de mais de um dos tipos acima, sem predomínio de nenhum deles. Tipo Inespecificado.

Fonte: KAPLAN, 1998: 101.

O transtorno tende a ser crônico e sem remissões em 30 a 50% dos pacientes. Há uma resposta menos satisfatória à farmacoterapia que os pacientes com sintomas delirantes associados com esquizofrenia ou transtorno de humor. A psicoterapia é difícil devido à falta de confiança.

2.5.2 Transtorno Esquizofreniforme (295.40; F23.2)

Sintomas idênticos aos da esquizofrenia, exceto que se resolvem em 6 meses com retorno do funcionamento normal (KAPLAN, 1998:103). Os critérios A, D e E da Esquizofrenia (Cf. Tabela 1) são satisfeitos. Bons prognósticos incluem ausência de afeto embotado ou plano, confusão e desorientação no auge do episódio psicótico, início agudo e manifestação dos sintomas psicóticos proeminentes quatro semanas após o surgimento de qualquer alteração perceptível no comportamento.

2.5.3 Transtorno Esquizoafetivo (295.70; F25)

Segundo a OMS (2003:323), trata-se de transtornos episódicos onde tanto os sintomas afetivos quanto os esquizofrênicos são de tal modo proeminentes que a doença não justifica

um diagnóstico específico de esquizofrenia, de episódio depressivo ou maníaco. Um mau prognóstico associa-se com história familiar positiva para esquizofrenia, porém os pacientes esquizoafetivos tem um melhor prognóstico que os pacientes esquizofrênicos e pior do que os pacientes com transtorno de humor. A OMS (2003:323-4) ainda divide este transtorno em:

- Transtorno esquizoafetivo do tipo maníaco (F25.0);
- Transtorno esquizoafetivo do tipo depressivo (F25.1);
- Transtorno esquizoafetivo do tipo misto (F25.2);
- Outros trasnstoros esquizoafetivos (F25.8);
- e Transtorno esquizoafetivo não especificado (F25.9).

2.5.4 Transtorno Psicótico Breve (298.8) ou Transtorno Psicótico Agudo e Transitório (F23)

Os sintomas duram menos de um mês e ocorrem após um estresse evidente na vida do paciente. Quando os sintomas persistem o diagnóstico deve ser alterado. Pode ser evidenciado pela presença de delírios, alucinações e discurso desorganizado, por exemplo, descarrilamento ou incoerência frequente, comportamento amplamente desorganizado ou ainda, catatônico (KAPLAN, 1998:105-6; OMS, 2003:321-3). Outras classificações incluem:

- Transtorno psicótico agudo polimorfo, sem sintomas esquizofrênicos (F23.0);
- Transtorno psicótico agudo polimorfo, com sintomas esquizofrênicos (F23.1);
- Transtorno psicótico agudo de tipo esquizofrênico (schizophrenia-like) (F23.2);
- Outros transtornos psicóticos agudos, essencialmente delirantes (F23.3);
- Outros transtornos psicóticos agudos e transitórios (F23.8);
- Transtorno psicótico agudo e transitório não especificado (F23.9).

2.5.5 Transtorno Psicótico Compartilhado (297.3) ou Transtorno Delirante Induzido (F24)

Também conhecido como *folie à deux*, trata-se de um transtorno delirante partilhado por duas ou mais pessoas com uma ligação emocional muito estrita. Apenas uma dessas pessoas apresenta um transtorno psicótico autêntico, as ideias delirantes são induzidas na(s)

outra(s) e são habitualmente abandonadas em caso de separação das pessoas (OMS, 2003:323). Os delírios persecutórios são mais comuns, sendo a apresentação fundamental o compartilhamento e a aceitação cega desses delírios. Apesar de ser raro, o transtorno é mais comum em mulheres e em pessoas com deficiências físicas que as tornam dependentes de outrem. “Membros da família, geralmente duas irmãs, estão envolvidas em 95% dos casos”, cita Kaplan (1998:106). A causa é primariamente psicológica, porém pode haver uma determinação genética. Fatores psicológicos ou psicossociais incluem relacionamentos isolados socialmente no qual uma pessoa é submissa e dependente e a outra é dominante, com um sistema psicótico estabelecido. A personalidade dominante mantém algum trato com a realidade através da pessoa submissa, enquanto que esta anseia desesperadamente pelos cuidados e aceitação da pessoa dominante.

2.5.6 Transtorno Psicótico Sem Outra Especificação (SOE) (298.9)

Pacientes cuja apresentação psicótica não reúne os critérios diagnósticos para outro transtorno psicótico estabelecido, apesar de apresentar vários aspectos psicóticos, por exemplo, delírios, alucinações, afrouxamento de associações e comportamentos catatônicos. Os transtornos podem incluir as psicoses pós-parto e as síndromes raras ou exóticas, tais como síndromes específicas ligadas à cultura.

Kaplan (1998:108) cita a **Psicose Autoscópica**, na qual o paciente vê um fantasma ou espectro de seu próprio corpo; **Síndrome de Capgras**, delírio de que as pessoas não são elas mesmas, mas duplos imitando o paciente ou impostores imitando uma outra pessoa e; **Síndrome de Cotard**, com delírios de niilismo, por exemplo, nada existe, o corpo desintegrou-se, o mundo está acabando, geralmente tida como parte da esquizofrenia ou transtorno bipolar severo.

De acordo com a OMS (2003:324) são tratados como transtornos psicóticos não-orgânicos (F28) e psicose não-orgânica não especificada (F29).

CAPÍTULO 3

A PSICOSE SEGUNDO A PSICANÁLISE

*O fim da verdade que estende o tempo
Que gastei ficando parado aqui nesse sonho pintado
Uma milha ou mais num clima estrangeiro
Para ver mais dentro de mim*
(She Took a Long Cold Look – Syd Barret)

Conforme veremos, a partir da psicanálise a psicose “vai navegar por outros mares”, diferentemente do que foi postulado anteriormente através da psiquiatria, não apenas com relação à definição, mas com certeza no que diz respeito ao tratamento disposto ao paciente. A própria palavra tratamento deixa de ser sinônimo de cura e ganha as formas de trato. Se muito bem medida e devidamente enquadrada em seus sintomas e manifestações, a medicina considera a psicose como uma patologia, já a psicanálise, a partir de Sigmund Freud e mais fortemente com Jacques Lacan, vai manter a classificação psicanalítica de estrutura – dividida em neurose (histeria e neurose obsessiva), perversão e psicose (esquizofrenia e paranoia) – para avançar nas implicações do sujeito que lida com o mundo de acordo com suas singularidades. A psicose é, portanto, uma vicissitude do sujeito.

Antes de iniciarmos, vale acrescentar que as citações de Freud neste trabalho foram tiradas da *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (CD-ROM da Imago Editora) sendo assim, não dispomos do número da página onde se encontram as citações. Para orientar o leitor, as referências seguirão o ano em que foram originalmente publicadas e acrescentaremos o nome do texto.

3.1 A psicose e o discurso psicanalítico

No anexo da carta de 29 de agosto de 1894, conhecida como *Rascunho H*, Freud endereça ao amigo Fliess algumas considerações acerca da paranoia. Relata que as ideias delirantes estão ao lado das ideias obsessivas como distúrbios intelectuais, assim sendo, se as ideias obsessivas estão ligadas a um conflito, logo as ideias delirantes devem possuir a mesma validade.

Freud fala nesta carta da paranoia como um “modo patológico de defesa” assim como a histeria e a neurose obsessiva. Sustenta que “o propósito da paranoia é rechaçar uma ideia que é incompatível com o ego, projetando seu conteúdo no mundo externo” (FREUD, 1894a, *Carta 21*). Cita como exemplo o caso de uma mulher solteira de cerca de trinta anos de idade que após uma cena de sedução passou a ter delírios persecutórios. A cena é relatada a seguir: estando a arrumar o quarto de um colega de trabalho de seu irmão que alugava um quarto na casa, enquanto este ainda estava na cama, a mulher é chamada pelo rapaz para junto da cama e ao se aproximar este colocou o pênis na mão dela. A cena, segundo Freud, não teve sequência e o rapaz pouco tempo depois foi embora. Tempos depois a moça descrita na cena passou a ter delírios de estar sendo observada e perseguida. Achava que suas vizinhas tinham pena dela por ter sido abandonada pelo namorado e ainda esperá-lo, e diziam todo tipo de coisas

sobre o rapaz. Ao melhorar da crise, a moça relata que isto se deu pelo fato de ter se excitado. Tratada por Freud a moça evitava falar da cena de sedução, não queria se lembrar do incidente e recalcava-o intencionalmente. A explicação de Freud revela que a moça provavelmente ficava excitada com a lembrança do fato e, evitando ser uma “moça depravada” recalcava esta cena e a excitação voltava agora como proveniente de fora, através das vizinhas. Estas diziam aquilo que de outro modo ela diria de si mesma.

Freud sustenta que esta transposição de algo interno para algo externo se dá por meio da projeção. Desta forma, temos na paranoia um abuso do mecanismo de projeção como meio de defesa.

Num outro texto de 1894, chamado de *As neuropsicoses de defesa*, Freud sustenta que após a ocorrência de uma incompatibilidade na vida representativa de um sujeito, este teria sua saúde mental abalada. Em outras palavras, o eu do sujeito se confronta com uma experiência, um sentimento ou uma representação que suscita um afeto muito aflitivo onde o sujeito decidiu esquecer-lo, não confiando em sua capacidade de resolver a contradição entre a representação incompatível e seu eu por meio da atividade do pensamento.

Freud não conclui que este tipo de esquecimento, de eliminar estas ideias da mente, seja patológico ou produza patologia, entretanto, em seus pacientes este mecanismo não funcionou e resultaram em histerias, neuroses obsessivas ou psicoses alucinatórias. O mecanismo funciona da seguinte forma: tanto o traço mnêmico como o afeto ligado à representação incompatível não podem ser eliminados, a tarefa que o eu realiza em sua defesa é o de transformar essa representação poderosa numa representação fraca, retirando-lhe o afeto (a soma de excitação) do qual está carregada. A representação fraca já não está mais em condições de fazer exigências de associação, mas a soma de excitação desvinculada tem que ser utilizada de alguma outra forma.

Na psicose, neste momento da teorização de Freud, o eu rejeita tanto a representação incompatível como o afeto ligado a ela, como se não houvesse ocorrido. “Mas a partir do momento em que isto é conseguido, o sujeito fica numa posição que só pode ser qualificada como ‘confusão alucinatória’” (FREUD, 1894b, em *As neuropsicoses de defesa*).

Freud usa outro exemplo, de uma moça que devotava seu amor a um homem e acreditava que este lhe retribuía, sendo que, o rapaz tinha outros motivos para visitar sua casa. A princípio a moça se defendeu das decepções com uma conversão histérica, mas preservando a crença de que um dia o rapaz pediria sua mão. Num determinado dia, sob grande tensão, aguardou a chegada do homem numa celebração familiar e este não apareceu. Ela entrou num estado de confusão alucinatória onde ele chegara e ela de camisola ao ouvir sua voz desceu

para recebê-lo. Durante dois meses a moça viveu um sonho encantador cujo conteúdo era que ele estava presente ao seu lado.

O fato para qual o desejo agora chama a atenção é que o conteúdo de uma psicose alucinatória desse tipo *consiste precisamente na acentuação da representação* que era ameaçada pela causa precipitante do desencadeamento da doença. Portanto, é justificável dizer que o eu rechaçou a representação incompatível através de uma fuga para a psicose. O processo pelo qual isso é conseguido escapa, mais uma vez, à autopercepção do sujeito, assim como escapa à análise psicológico-clínica (FREUD, 1894b, em *As neuropsicoses de defesa*. Grifos do autor).

Em 1923 no texto denominado *Neurose e Psicose*, Freud se propõe a trabalhar com as diferenças entre a neurose e a psicose e seus funcionamentos psíquicos. Relata que a neurose é o resultado de um conflito entre o ego e o id, enquanto que na psicose o conflito se dá entre o ego e o mundo externo. Geralmente, o mundo externo pode governar o ego de duas maneiras, em uma delas, através de percepções atuais sempre renováveis e, de outra forma, via armazenamento de lembranças de percepções anteriores sob a forma de um mundo interno que se apossam do ego.

Quanto aos delírios, Freud descreve que estes se encontram aplicados como remendo no lugar em que originalmente uma fenda apareceu na relação do ego com o mundo externo. Katz (1991:28) argumenta que o delírio possui sua fonte na libido. A paranoia, por exemplo, é uma defesa mal sucedida, os investimentos libidinais só vêm a intensificar as imagens do paranoico, convertendo-se em percepções nas alucinações.

Freud (1924[1923], em *Neurose e Psicose*) reforça a ideia que vinha sendo discutida acima (nos textos de 1894) onde a etiologia das psiconeuroses e das psicoses consistem numa frustração, em uma não-realização (tanto proveniente do mundo externo quanto do superego) de um desejo de infância que nunca são vencidos e que estão enraizados na organização do sujeito. O efeito patogênico depende do ego em permanecer fiel à sua dependência do mundo externo e tentar silenciar o id ou, se deixar derrotar pelo id e ser arrancado da realidade. Temos então que, as neuroses de transferência correspondem a um conflito entre o ego e o id e as neuroses narcísicas a um conflito entre o ego e o mundo externo.

Completando estas observações Freud discute em 1924 no texto *A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose* que, na psicose duas etapas podem ser discernidas. Na primeira delas

o ego é arrastado para longe da realidade enquanto que na segunda etapa há a tentativa de reparar o dano causado e restabelecer as relações do indivíduo com a realidade às expensas do id. Neste segundo processo, a ordem é a reparação para uma outra realidade que não levanta mais as mesmas objeções que a antiga.

Nas palavras de Freud (1924):

[...] na neurose, um fragmento da realidade é evitado por uma espécie de fuga, ao passo que na psicose, a fuga inicial é sucedida por uma fase ativa de remodelamento; na neurose, a obediência inicial é sucedida por uma tentativa adiada de fuga. Ou ainda, expresso de outro modo: a neurose não repudia a realidade, apenas a ignora; a psicose a repudia e tenta substitui-la.
(*A perda da realidade na neurose e psicose*).

Não poderíamos deixar de lado um dos trabalhos mais importantes de Freud acerca da psicose, intitulado como *O Caso Schreber – Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de Paranóia (Dementia Paranoides)*, de 1911. É necessário salientar que Freud analisa a publicação de Schreber sobre seus delírios escritos no livro *Memórias de um Doente dos Nervos*, de 1903. As memórias de Schreber, ou melhor, seus relatos, justificam-se na tentativa de um retorno à vida social. Seus escritos dirigiam-se a autoridades civis que o ajudariam no retorno ao cargo de presidente da Corte de Apelação de Dresden, demitido por ser “doente mental” (KATZ, 1991:35).

Vale destacar dois pontos na análise do caso Schreber, primeiro é a estreita ligação da paranoia com as fantasias homossexuais e depois, o papel do pai de Schreber no conteúdo de seus delírios.

Estando, um dia, entre o sono e a vigília ocorre a Schreber (1984:45) “a ideia de que deveria ser realmente bom ser uma mulher se submetendo ao coito”. Neste caso, para repelir uma fantasia de desejo homossexual Schreber reage com delírios de perseguição dessa espécie. Assim, “não raro, os raios divinos, aludindo à emasculação supostamente iminente, acreditavam poder zombar de mim como ‘Miss Schreber’” (SCHREBER, 1984:96). Num período entre as duas crises que teve, Schreber acreditava em sua emasculação, ou seja, em sua castração como homem e em sua transformação em mulher para assim gerar uma nova raça de homens.

Para Schreber (1984:28), os homens são compostos de corpos e nervos, a alma humana está contida nos nervos do corpo, que por sua vez devem ser entendidos como

estruturas de extraordinária finura. Alguns nervos servem apenas para a recepção de percepções sensoriais, enquanto que outros nervos executam todas as funções da mente, estes são os nervos do entendimento. Deus, por outro lado é feito inteiramente de nervos infinitos ou eternos, também chamados de raios, possuem todas as propriedades dos nervos humanos, mas em grau intensificado. De acordo com Schreber (1984:30-1), quando a obra da criação terminou, Deus retirou-se para longe e abandonou o mundo às suas próprias leis (Ordem do Mundo), limitando seu relacionamento aos mortos. Somente em casos excepcionais é que entraria em contato com pessoas específicas, altamente dotadas, ou intervira no destino do mundo através de milagres.

Porém, há uma falha na Ordem do Mundo, onde a existência de Deus é colocada em risco. Sem maiores explicações, os nervos dos homens vivos, especialmente em estado de intensa excitação, podem exercer uma poderosa atração sobre os nervos de Deus não podendo mais libertar-se deles, ameaçando a existência divina. Isto ocorreu no caso de Schreber envolvendo-o em grandes sofrimentos, culminando em sua transformação em mulher. “Por milagre divino”, explica Schreber (1984:26), “foram lançados no meu corpo os nervos de Deus correspondentes ao sêmen masculino, produzindo-se assim uma fecundação”. Como se este delírio fosse a realização do sonho que teve durante o período entre crises.

Com relação ao segundo ponto de nossos comentários, em sua primeira crise, Schreber passou seis meses na clínica de Flechsig, onde foi descrito por este como uma crise de grave hipocondria. Rapidamente restabelecido de seu distúrbio, Schreber acabou tomando o Professor Flechsig como um personagem instigador de sua moléstia e o primeiro autor de todos os atos de perseguição.

Ainda agora as vozes que falam comigo exclamam seu nome para mim centenas de vezes por dia. Nomeiam-no em certas conexões constantemente repetidas, e especialmente como sendo o primeiro autor dos danos que sofri (apud FREUD, 1911, em *O Caso Schreber – Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de Paranóia [Dementia Paranoides]*).

Schreber considera o Professor Flechsig como um “assassino de almas”, seu único inimigo e encarava Deus como seu aliado. Entretanto, passa depois a considerar que o próprio Deus havia cometido o papel de cúmplice senão de instigador na trama contra ele.

Freud (1911, em *O Caso Schreber – Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de Paranóia [Dementia Paranoides]*) relata que a pessoa a quem o delírio atribui tanto poder e influência é idêntica a alguém que desempenhou papel igualmente importante na vida emocional do sujeito antes de sua enfermidade, ou reconhecível como substituto dela. A intensidade da emoção é projetada para o mundo externo enquanto sua qualidade é transformada no oposto. Assim, o sentimento amistoso de Schreber em relação ao seu médico deve ser, portanto, fruto da transferência, por meio do qual uma catexia emocional se transpõe de alguém muito importante para o paciente, assim como seu pai.

Sustenta-se como hipótese de que a causa ativadora da enfermidade de Schreber foi o aparecimento de uma fantasia feminina (ou melhor, homossexual passiva) de desejo tomando como objeto a figura de Flechsig. A resistência defensiva contra esta ideia acabou se tornando um delírio de perseguição, tomando a pessoa de seu desejo como seu perseguidor. Este objeto sofre algumas alterações no decorrer de sua enfermidade, assim o objeto central da trama passa de Flechsig para o sol e depois o próprio Deus. Sabe-se que o pai de Schreber foi um renomado médico, assim Schreber muda a figura do médico que o tratou para Deus, ambos substitutos da figura paterna.

Para Schreber o propósito de sua emasculação era consoante a Ordem do Mundo, onde assumia sua posição feminina para com Deus. No processo de explicar esse destino para si, Schreber racionaliza que o propósito de sua emasculação é formar uma nova humanidade. Freud (1911) dizia que,

A luta do paciente com Flechsig revelou-se a ele como um conflito com Deus, e temos portanto de explicá-la como um conflito infantil com o pai que amava; os pormenores deste conflito (sobre o qual nada sabemos) foram o que determinou o conteúdo de seus delírios (em *O Caso Schreber – Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de Paranóia [Dementia Paranoides]*).

Ao analisar Schreber, Freud reconhecia no delírio uma tentativa de cura, confundida, a partir da psiquiatria com a doença (SOLER, 2007:185), chegando a propor a ideia de que o analista deve encontrar no delírio uma coerência específica (NASIO, 2001:52). Considerando a escrita de Schreber como uma tentativa de dizer aquilo que nele não se articulou, pode-se entender que escrever para o psicótico é um mecanismo de defesa contra a desintegração

psíquica. Desde que, a escrita possa ser instalada como sentido no indivíduo (KATZ, 1991:45).

Para Katz (1991:35-6) e também para aqueles que já lidaram com a clínica, bem o sabem a diferença entre ouvir um relato de um analisando e de um amigo ou parente. Devemos distinguir ainda ouvir estes relatos através de uma escrita que, especialmente nos casos com psicóticos, o timbre, o tom, o percurso, as falhas, os lapsos, as aliterações, enfim a cadência daquilo que é narrado nos informa sobre a organização discursiva. A forma de narrar transforma aquilo que é narrado e também é capaz de atingir o próprio narrador. Os relatos para a psicanálise não estão reduzidos à formação de um significante, ou que seja uma cadeia deles, servindo de elementos para uma estrutura que os antecede. Obedecem uma ética possuidora de uma estética que: conta-se, fala-se, narra-se para poder transformar-se.

Freud estabelecia que a psicanálise está para a psiquiatria, assim como a histologia está para a anatomia: a primeira estuda os tecidos e sua trama e, a outra as formas exteriores. Quinet (2006:13) sugere que a estrutura é apreendida pela psicanálise, onde as leis do inconsciente estão presentes em todos os sujeitos (neuróticos, perversos e psicóticos) e, os fenômenos ficam por conta da psiquiatria.

Se no trabalho da transferência, no caso da neurose, supõe a ligação libidinal com um outro feito objeto, na psicose o trabalho do delírio é o próprio sujeito que se encarrega, não do retorno do recalcado, mas dos retornos do real que o afligem. O que vem a ser recusado na ordem simbólica ressurge no real, adiantava Jacques Lacan (2002:22) na abertura de seu seminário sobre as psicoses, proferido entre os anos de 1955 e 1956. Os delírios são, desta forma, uma autoelaboração, manifestando a eficácia do sujeito. Para o psicanalista a questão é saber se o trabalho da psicose pode ser inserido no discurso analítico, e em caso afirmativo, de que maneira (SOLER, 2007:185). Estas formulações serão melhores descritas a seguir com os avanços da teoria lacaniana e os trabalhos com a psicose.

3.2 A psicanálise e o discurso psicótico

Os psicanalistas formados a partir do ensino de J. Lacan, não se recusam a enfrentar a psicose, conforme afirma Julien (2002:11):

[...] se a loucura não é um déficit nem uma dissociação de funções, ela então tem muito a nos ensinar; ela revela o que está presente no dito normal e por aí tem a ver com qualquer um.

Desde Freud e sua leitura sobre o Presidente Schreber, a psicose é tida como uma vicissitude do sujeito, na medida em que este sujeito não passa de um efeito da linguagem (SOLER, 2007:194). Lacan já adiantava desde seu texto *De Uma Questão Preliminar a Todo Tratamento Possível da Psicose*, escrito no final de 1957, de que a loucura também é uma estrutura do sujeito. O estado do sujeito, tanto na neurose quanto na psicose, depende do que se desenrola no Outro, articulado como discurso: “o inconsciente é o discurso do Outro” (LACAN, 1998:555). Estabelecendo as leis da fala e linguagem, a partir de uma lógica lacaniana, podemos dizer que a primeira se aplica sempre no reconhecimento do Outro no pacto da fala, e a segunda se desenvolve justamente sob as construções da metáfora e da metonímia (QUINET, 2006:25).

Diferentemente da psiquiatria que aponta o sintoma como um indício da psicose enquanto fenômeno recenseável, para a psicanálise, o delírio tomado como sintoma, se soubermos lê-lo, é o que está mais claramente articulado na própria estrutura, assim o sintoma não revela uma patologia, mas sim o próprio sujeito. Conforme vimos anteriormente em Freud (1924, *A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose*), o problema não é a perda da realidade, mas sim aquilo que vem a substituí-la. Toda análise de psicóticos nos leva à questão sobre a essência do Outro, este lugar da palavra, procurando decifrar porque o sujeito só pode responder a este discurso através da alienação. Para a neurose este campo pode ser tomado sob o ângulo projetivo, enquanto que na psicose, não podemos nos esquecer de que aquilo em que está submerso o Ego é uma falha, uma brecha real no Outro e é justamente no fundo deste abismo que se deve procurar (AULAGNIER, 1991:55). Para ser louco é necessária alguma predisposição, não se torna louco quem quer, afirmava Lacan (2002:23-4) ao final de seu pronunciamento em 16 de novembro de 1955.

Se, por um lado os critérios diagnósticos têm-se amplificado com a psiquiatria moderna, a psicanálise vai lidar com praticamente as mesmas referências diagnósticas empregadas por Freud. De acordo com Quinet (2006:10), isto se deve ao fato de que se as formas dos sintomas mudam de acordo com o discurso cultural dominante, as estruturas clínicas permanecem as mesmas e se declinam em neurose, perversão e psicose, ou seja, conforme a posição do sujeito no Édipo em relação ao gozo.

O trabalho da psicose é uma maneira do sujeito tratar os retornos no real, uma maneira de “civilizar” o gozo, tornando-o suportável. O discurso aqui varia em torno da construção de uma ficção diferente da ficção edipiana levando-a a um ponto de estabilização, obtido numa espécie de metáfora de suplência: a metáfora delirante (SOLER, 2007:187). No texto *A*

Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud, de 1957, Lacan (2008b:249) propõe uma tese bem simples, ou seja, a tese do sintoma como metáfora. A associação livre freudiana está ordenada na estrutura da linguagem, sabendo que o significante (S) induz os efeitos do significado (s), contrariando a lógica saussureana escrita na fórmula: s/S. A inversão aqui, a partir de Lacan (2002:227), está em dizer que a imagem acústica determina o conceito ou a ideia sobre esta imagem: S/s. Para Soler (2007:195), “a metáfora é uma função do significante que, vindo substituir um outro significante que ela recalca, gera um nível do significado, um efeito de significação, que é inédito”.

Na psicose, seu sintoma não se trata de uma metáfora, ao contrário das neuroses que sustentam o sintoma metaforicamente, enquanto discurso do Sujeito. A possibilidade de metaforizar na loucura trata-se de um princípio de estabilização, ou seja, cria um ponto de parada no deslizamento do significado sob o significante, produz, portanto, um ponto de basta. Mas, não se trata de qualquer tipo de metáfora para que se cumpra a estabilização da psicose, somente aquelas passíveis de metaforizar um significável, termo que, aliás vem a diferenciar-se do significante e do significado, mas que designa aquilo que há para expressar. E, o que há para se expressar?

Para que o sujeito possa expressar através do significável o ser do vivente, é preciso a articulação da metáfora paterna, justamente a que dá significação a existência do sujeito, colocando a metáfora do Nome-do-Pai em substituição ao significante do desejo da mãe. Esta substituição faz surgir a significação fálica (SOLER, 2007:197). É o que se observa na clínica da neurose, através da fala. Num atendimento com neuróticos um questionamento sobre determinado significante leva a um aprofundamento na significação, enquanto que com psicóticos questionar um significante leva a um outro significante, estes estão entrelaçados superficialmente, não há um ponto de amarração, um ponto de “capiton” para a cadeia de significantes.

Para Calligaris (1989:15-6) o sujeito neurótico, a partir da função paterna, está referido a um saber, habitando um mundo organizado ao redor de um polo central no qual se devem e se medem todas as significações. Algo assim:

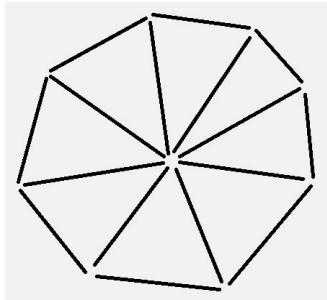


Figura 01 - O discurso orientado pelo ponto de estofo

Para um sujeito psicótico sem essa amarragem de um ponto de estofo, não haverá organização centralizada de seu saber e de seu mundo. Estando seu discurso a circular numa figura não orientada, algo assim:

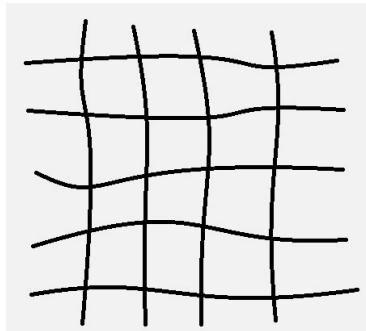


Figura 02 - O discurso solto, sem um ponto de amarração

Esse efeito de basta dá ao sujeito um alicerce, tendo por correlato a impulsão do processo de historicização, no qual introduz coerência e continuidade na história.

A psicose encontra sua condição essencial na foracção da metáfora do Nome-do-Pai. Soler (2007:200) nos adverte de que Lacan não fala em causa, mas sim condição essencial, é preciso uma causa adjunta, ocasional, para que a psicose seja desencadeada. Seja qual for a causa ocasional, é ela que faz um apelo ao Nome-do-Pai. O que está foracido do lado de dentro, volta do lado de fora, na realidade, sob a forma de alucinações e delírios (QUINET, 2006:47). A entrada da criança no complexo de Édipo é marcada, num primeiro tempo, em assumir o lugar que a mãe coloca como objeto de desejo (LACAN, 1999:188). O sujeito é elevado ao estatuto de ser o desejo do desejo da mãe. Mas, o que a mãe deseja em termos objetivos como ser que vive no mundo do símbolo, num mundo falante? Essa simbolização primordial abre para a criança a dimensão do que a mãe pode desejar de diferente, no plano

imaginário. O objeto do desejo da mãe chama-se falo, e faz girar toda a relação dialética de objeto. Observemos o seguinte esquema (LACAN, 1999:165):

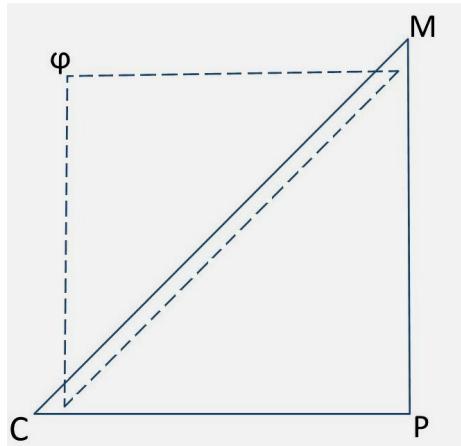


Figura 03 - Triangulação edípiana

A partir do triângulo edípiano há um outro triângulo imaginário baseado na relação do eu com a imagem espectral. Entre a criança (C) e a mãe (M) temos outro ponto precisamente onde se vê o efeito da metáfora paterna. A relação entre o falo (φ), que está no vértice superior do ternário imaginário, e o pai (P), situado no vértice inferior do ternário simbólico, não é apenas de simetria, mas também de ligação (LACAN, 1999:189). A posição do significante paterno no símbolo funda a posição do falo imaginariamente. Esse desejo do Outro que é o desejo da mãe comporta um para-além mediado pela posição do pai na ordem simbólica. Como se observa na clínica, o pai desempenha um papel essencial como aquele que priva a mãe do objeto de seu desejo, o objeto fálico. Não pode o pai privar a mãe daquilo que ela não tem. Para que fique posto que ela não o tem, é necessário que o falo já esteja projetado no plano simbólico como símbolo. Num dado momento do Édipo coloca-se para o sujeito a questão de aceitar, de registrar, de simbolizar, ele mesmo, de dar valor de significação a essa privação da qual a mãe revela-se objeto. O sujeito assume ou não essa privação, aceita ou recusa. Nesse ponto a questão que se coloca para o sujeito é ser ou não ser o falo e, acrescenta-se que tal escolha deve ser posta entre aspas, pois o sujeito é tão ativo quanto passivo, “[...] pela simples razão de que não é ele quem manipula as cordinhas do simbólico. A frase foi começada antes dele, foi começada por seus pais” (LACAN, 1999:192).

Em um segundo tempo, o pai entra no jogo edípico como portador da lei, como proibidor do objeto do desejo, que para o bebê, é a mãe. Esse lugar é dado através da própria mãe via discurso. Ouvir uma mãe dizer para uma criança que está a “desobedecer”: *quando o seu pai chegar você vai ver!*, não é mero jogo de palavras, ou pura ameaça. O desejo é algo

que se articula em meio a um mundo onde impera a fala, que submete o desejo de cada um à lei do desejo do Outro. A primeira experiência que temos com o Outro, temos com esse Outro primeiro que é a mãe, na medida em que ela já simbolizou toda uma cadeia de significantes que se encontra ali, latente e estruturante. É fundamental que aquele que se encontra na função materna funde a figura paterna como mediador daquilo que está para além da lei da mãe e de seu capricho. A isso chamamos de Nome-do-Pai, isto é, o pai simbólico.

Segundo Lacan (1999:199), aquilo que o sujeito interroga no Outro encontra neste sua própria lei, o Outro do Outro. A chave do Édipo está no ato de remeter a mãe a uma lei que não é a dela, mas a de um Outro, com o fato de o objeto de seu desejo ser soberanamente possuído por esse mesmo Outro a cuja lei ela remete.

A saída do complexo de Édipo depende desse pai em provar que tem o falo. O pai pode dar à mãe o que ela deseja simplesmente porque ele o possui. Ao sujeito resta a identificação com aquele que porta a lei, ao que Lacan (1999:200) chamou aqui de *Ideal do Eu*. Veja, a questão para a saída do Édipo já não é mais *to be or not to be*, mas sim ter ou não ter o falo. A metáfora do Nome-do-Pai leva à instituição de alguma coisa que é da ordem do significante, que fica guardado de reserva, e cuja significação vai se desenvolver mais tarde, criando um ponto de amarração no (e do) discurso. O que acontece na psicose encontra-se na não inclusão da metáfora paterna que deveria ocorrer no Édipo. O sujeito assume o lugar especular de objeto do desejo da mãe, mas não encontra um correspondente no nível do simbólico daquele que se chamará pai, que lhe forneceria o significante nodal, seu ponto de basta.

Leclaire (1991a:117) propõe que pensemos essa experiência como se fosse um tecido, um pedaço de pano constituído de fios entrecruzados. Poder-se-ia dizer que o recalcamento, no caso das neuroses, figuraria nele por algum rasgão, sempre passível de ser cerzido (tipo de costura que deixa o defeito imperceptível) ou consertado, enquanto que a foracclusão apareceria através de alguma hiância devida ao próprio tecer. A foracclusão seria uma espécie de buraco original incapaz de reencontrar sua própria substância, uma vez que esta nunca foi outra senão substância de buraco, esse buraco só poderia ser preenchido, sempre imperfeitamente, por um “remendo”. Conforme descreve Lacan (1998:584) é preciso que o Nome-do-Pai, foracluído, jamais advindo no lugar do Outro, seja invocado em oposição simbólica ao sujeito. A falta deste lugar, pelo furo que abre no significado, inicia toda uma série de remanejamentos do significante de onde provém o desastre crescente do imaginário, até que a metáfora delirante estabilize o significante e o significado. Esta consideração de

estabilização segue a linha freudiana de que o delírio não é doença, mas uma tentativa de cura (SOLER, 2007:201).

3.3 O que é recusado na ordem simbólica volta no real

No início do século XX as novas compreensões acerca da psicose tomavam outros rumos. Kraepelin, por exemplo, tirava a paranoia do campo das demências, conceito que, antes disso, chegou a descrever 70% das patologias encontradas nos manicômios (NASIO, 2001:44). Mesmo assim, existem alguns fenômenos no campo da psicose que (para a psiquiatria, principalmente) são inscritos no campo da compreensão. Lacan (2002:30) advertia que o problema em abordar as questões da paranoia resulta justamente em situá-la no plano da compreensão.

“O sujeito quis dizer isso”. Esta é a fórmula de leitura para os delírios no campo da compreensão. Para o sujeito em certo período de seu delírio nota-se que há significação, apesar de desconhecer qual seja, é uma significação que se impõe e, para ele ela é perfeitamente compreensível. Porém, que tal momento da percepção do sujeito, de seu diálogo, de sua explicação sobre si mesmo seja compreensível, não é o mais importante. O surpreendente é que isso se encontra inacessível, inerte, estagnante em relação a qualquer dialética (LACAN, 2002:31). Chamar a atenção para a integridade das faculdades do sujeito psicótico, homogêneas ao que se espera de um sujeito normal é recorrer a um erro. Ora, o comportamento humano está repleto das mudanças dialética das ações, dos desejos e valores, que não apenas mudam a todo momento, mas pode até mesmo passar para extremos opostos em função de um rodeio do diálogo.

Leclaire (1991a:115-6) observa que nos parece certo que o próprio do neurótico é formular uma pergunta, velada, certamente, mesmo quando se apresenta sob a forma de uma afirmação. Porém, será que o mesmo acontece com o psicótico? Embora se note que em alguns casos não há formulação de nenhuma pergunta, para outros psicóticos fica evidente uma questão formulada através da repetição estereotipada de certas fórmulas ou sua insistente tagarelice. Não é o caso responder a estas questões como se faz nas neuroses, onde num processo de análise engaja o sujeito voluntariamente num longo diálogo psicoterapêutico. Para o psicótico, é próprio, sem que o saiba disso, já ter respondido, através de sua entrada na psicose, a questão particular que ele se formulava. A via delirante é justamente esta resposta que nos é proposta.

Tomemos a paranoia como exemplo para nos perguntar: quem fala? Percebe-se que no caráter central da alucinação verbal o sujeito articula o que ele diz ouvir. Sabendo ou não, evidencia-se no fenômeno delirante, que o próprio paranoico articula as palavras que acusa às suas vozes de as terem pronunciado. Isso constitui uma revolução, ou seja, a de perceber que a alucinação auditiva não possui sua origem no exterior (LACAN, 2002:33). Nos faz crer que se trata originária de uma zona sensória. Mas, isso se aplica ao domínio da linguagem? Ou não seriam apenas alucinações psicomotoras? Não podemos nos esquecer que dentre as teorias da comunicação ao tratarem do fenômeno da fala, emissor, receptor e o que se passa dentre eles, na fala humana, o emissor é sempre e ao mesmo tempo receptor. Fato, marcadamente notável no campo do delírio. Lacan (2002:37) ainda afirma que: “Encontramos também no próprio texto do delírio uma verdade que lá não está escondida, como acontece nas neuroses, mas realmente explicitada, e quase teorizada”.

Como se viu através da análise de Schreber, sua crise se inicia após a ocupação deste em um cargo importante, como Presidente do Tribunal de Apelação na cidade de Leipzig. Ao que parece, essa promoção o desnorteou um pouco, Schreber se encontra no meio de pessoas mais experientes no manejo de processos delicados, é um tanto jovem para presidir um tribunal de apelação daquela importância, demandando tamanha autoridade e responsabilidade. Nos anos anteriores à nomeação ao cargo, Schreber gozava de uma ótima saúde, tendo sido internado antes, entre os anos de 1884 e 1885, devido a uma doença mental que apresentava alguns delírios hipocondríacos, mas que foi tido como curado pelo Dr. Flechsig. Entre as internações, ou seja, num período de oito anos, Schreber viu suas esperanças de paternidade serem frustradas. Para Lacan (2002:41), põe-se em função o fato de que Schreber teve sua ambição de paternidade insatisfeta, sendo realizada pelo exterior, de uma forma ratificada quase como imerecida. Ao assumir uma posição paterna, digamos assim, o temor à castração é revivido, colocando as figuras masculinas – primeiro o Dr. Flechsig, depois Deus e o processo de emasculação – numa perseguição bem paranoide.

Entre as duas crises, e é importante ressaltar isto, se Schreber tivesse se tornado pai, igualmente ele não teria suportado essa função paterna. A noção de conflito é empregada de maneira ambígua, estando no mesmo plano aquilo que é sua fonte e ao mesmo tempo ausência. O conflito deixa um lugar vazio e é neste lugar que aparece uma reação, uma construção, uma encenação de subjetividade. A mesma ambiguidade é dada pela própria significação do delírio, ao que se chama habitualmente de conteúdo, ou de forma mais preferível, o dizer psicótico. Katz (1991: 34) sugere que Freud apresenta o caso Schreber, observado unicamente pela postulação da sexualidade gerida exclusivamente desde um

sistema regulador de representações, como um tipo exemplar do dever-ser das psicoses. Abandonando as singularidades, afirma que a libido sexual possui apenas uma via, a psicose é então considerada como uma estrutura, existência prévia dos/aos fenômenos que se deveriam examinar.

Consideremos a Lingüística, mais especificamente o significante e o significado. O significante deve ser tomado no sentido material da linguagem, porém Lacan (2002:43) adverte para que não se caia na armadilha de vir a crer que o significado sejam os objetos, as coisas. O sistema da linguagem, não se reduz a um mero indicador de um ponto da realidade, é toda a realidade que está abrangida pelo conjunto da linguagem. No nível do significante, o delírio se distingue por esta forma especial de discordância com a linguagem comum que se chama um neologismo. No nível da significação deve-se partir da ideia de que uma significação remete sempre a uma outra significação sabendo que, a significação dessas palavras não se esgota no remeter a uma significação. O próprio sujeito sublinha que a palavra possui um peso em si mesma. Antes de ser redutível a uma outra significação, ela significa em si mesma algo de inefável, à significação enquanto tal.

O reconhecimento do delírio se passa de duas formas. Através da intuição delirante que nada mais é do que, um fenômeno pleno que tem para o sujeito um caráter inundante, lhe revela uma nova perspectiva, aqui a palavra é a alma da situação. Oposto a isto, há a forma da significação tomada quando não remete a mais nada. É a fórmula que se reitera com uma insistência estereotipada, um ritornelo em oposição à palavra. Essas duas formas, ou seja, a mais plena e a mais vazia funcionam como uma espécie de chumbo na malha, na rede de discurso do sujeito, parando a significação (LACAN, 2002:44). O psicótico fala a mesma linguagem que nós, portanto, é a economia do discurso, a relação da significação com a significação, a relação do seu discurso com o ordenamento comum do discurso, o que permite distinguir que se trata do delírio.

Toda a fenomenologia da psicose é criada a partir do registro da fala, em seus aspectos, decomposições e rarefações. “Falar”, nos diz Lacan (2002:47), “é antes de mais nada falar a outros”. A estrutura da fala é evidenciada no fato de que o sujeito recebe sua mensagem do outro de forma invertida. Essa estrutura é melhor vista de duas formas:

- a) Na designação feita na frase “Você é a minha mulher”, emprenhando o você presente na fala, fundando a posição dos dois sujeitos, pois implicitamente está sendo dito “Eu sou seu homem”, mas se diz em primeiro lugar “Você é a minha

mulher” instituindo a mulher na posição de ser reconhecida, mediante o que poderá ser reconhecido (LACAN, 2002:63);

- b) O signo no qual se distingue a relação de sujeito a sujeito para sujeito a objeto: o fingimento. Se um diz: “Eu vou a Cracóvia” e, o outro responde “Por que você me diz que vai a Cracóvia? Você me diz isso para me fazer crer que você vai alhures”, o que o sujeito diz está sempre numa relação fundamental a um fingimento possível, onde remete e onde recebe a mensagem sob uma forma invertida. Eis a estrutura: as falas fundadoras (*fides*) e as falas enganadoras enquanto tais (LACAN, 2002:47-8).

O outro destacado no papel da fala deve ser escrito com um “O” maiúsculo: Outro. O valor fundador dessas falas se trata de que este outro esta aí como Outro absoluto. Ou seja, que este Outro é reconhecido pelo sujeito, mas que ele não é conhecido. Essencialmente, é esta incógnita do Outro que caracteriza a ligação da palavra no nível em que é falada ao outro. No delírio o sujeito fala de si mesmo, e acontece que ele fala sobre esse assunto um pouco mais do que desejaria. Ele fala do que é nosso objeto comum, o outro com “o” minúsculo, que não se dá em absoluto.

Todo o conhecimento humano é fundado a partir da dialética do ciúme, manifestação, aliás, primordial da comunicação. O que se passa com uma criança que bateu numa outra, pode dizer: “o outro me bateu”, não se trata de uma mentira, ela é o outro, literalmente. Para Lacan (2002:50), “o objeto de interesse humano é o objeto de desejo do outro”. O eu humano é o outro, ou seja, no começo o sujeito está mais próximo da forma do outro do que do surgimento de sua própria tendência. Neste momento a primeira síntese do ego é essencialmente alter ego, é alienado.

O sujeito humano desejante se constitui em torno de um centro que é o outro na medida em que ele lhe dá a sua unidade, e o primeiro acesso que ele tem ao objeto, é o objeto enquanto objeto do desejo do outro (LACAN, Ibid.).

A fala vai ser constituída exatamente na distinção entre o imaginário e o real, o conhecimento paranoico é instaurado na rivalidade do ciúme, instaurado a partir do estádio do espelho. Rivalidade que vai ser superada na fala, na medida em que faz intervir um terceiro. Nesse sentido, a palavra é sempre pacto, acordo. O início da história daquele que fala inicia-se antes dele, o precede ao mesmo tempo em que é determinante para aquilo que virá a ser seu

futuro. “Todo sujeito se situa num mito familiar”, nos diz Aulagnier (1991:55), sabendo que este mito ocupará um papel que determina, antecipadamente, as réplicas dos parceiros, como pode ser visto pelo lugar que o mito ocupa no fantasma do sujeito. Estas “réplicas do Outro”, este discurso que não mais se dirige para o sujeito, mas para o personagem que ele encarna na cena familiar, vão constituí-lo exatamente como sujeito. Ambiguidade que o discurso impõe ao homem, ou seja, traz um nome (do qual é chamado e não o nome legal) escolhido em função deste lugar onde está ancorada sua subjetividade, ao mesmo tempo em que o discurso, neste começo alienante por definição, é testemunha da inserção daquele que é o lugar da palavra numa cadeia de significantes. Possibilidade a todo sujeito para que se possa se reconhecer outra coisa que não um acidente biológico.

A dialética do delírio deve ser situada no afastamento, no ângulo aberto pela distinção deste Outro com um O maiúsculo, Outro enquanto não conhecido, e o outro com um o minúsculo, isto é, do outro que é o eu, fonte de todo conhecimento. Na paranoia, por exemplo, alguma coisa que falhou toma a forma de palavra falada, que fala ao sujeito. Essa parte no sujeito que fala é justamente o inconsciente.

Conforme pode ser visto nos textos *Neurose e Psicose* (1924[1923]) e *A Perda da Realidade nas Neuroses e nas Psicoses* (1924), Freud (apud LACAN, 2002:56) sustenta que na neurose há uma ruptura com a realidade, porém a realidade sacrificada é uma parte da realidade psíquica. Esta ruptura é dada de uma forma simbólica, ao passo em que é esquecida e continua a fazer-se ouvir.

No campo das neuroses, a realidade que o sujeito elidia um momento, ele tenta fazê-la ressurgir emprestando-lhe uma significação particular, um sentido simbólico. Ao contrário, na psicose é com a realidade exterior que em certo momento houve uma ruptura, um buraco, uma hiância. A projeção na psicose é o mecanismo que faz voltar de fora o que está preso na *verwerfung*, isto é, o que foi posto fora da simbolização geral que estrutura o sujeito. Marcio Peter de Souza Leite³ propõe que a definição de *verwerfung* para Freud, está mais para um processo no qual o eu recusa a representação intolerável ao mesmo tempo em que seu afeto comporta-se como se a representação nunca houvesse chegado até o eu. Enquanto que Lacan traduziu a *verwerfung* como *foraclusão*, termo jurídico que significa o vencimento de um direito não exercido no prazo descrito.

O delírio é de certa forma, esperado, antes mesmo de sua produção. Esperado enquanto fratura na maneira de atingir plenamente o complexo paterno. O psiquismo que não

³ Disponível em http://www.marcipeter.com.br/links2/destaques/dest_foraclusao.html. Último acesso em 01 de abril de 2013.

percorreu as vias da libido “adequadamente”, tenta dizer o complexo paterno, mas fadado ao fracasso. Sempre haverá uma relação imediata com a realidade, sendo esta atingível apenas simbolicamente pelo complexo paterno (KATZ, 1991:31). Toda apreensão humana da realidade está sujeita à condição primordial de que o sujeito está na busca do objeto de seu desejo, mas nada o conduz a ele (LACAN, 2002:101).

Num exemplo dado por Lacan (2002:63-4), no Seminário de 07 de dezembro de 1955, intitulado como “*Eu venho do salsicheiro*”, uma mulher ouve de um homem na rua um palavrão dirigido a ela: “Porca”. Ela confessa que antes havia dito, ao passar: “Eu venho do salsicheiro”. Neste caso, para o sujeito é manifestamente alguma coisa de real que fala, não é um outro qualquer que fala, a paciente recebe deste homem sua própria fala, porém não invertida, mas sua própria fala que está no outro que é ela mesma, o outro com minúscula, seu reflexo no espelho. A partir de uma palavra é instituído todo um jogo de regras, comparado ao que se passa em *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carrol, quando os personagens da corte da rainha se põem a jogar cartas sendo eles próprios as cartas. Uma palavra nos exorta a sustentá-la pelo discurso, ou a renegá-la, recusá-la, confirmá-la, refutá-la e ainda mais, a se curvar a muitas coisas que estão na regra do jogo. Mesmo que a rainha venha a mudar constantemente as regras do jogo, isto nada mudaria no essencial, uma vez introduzido o jogo dos símbolos, se é sempre forçado a se comportar segundo uma regra. Da mesma forma, propõe Saussure (2006:31-2) com o exemplo do jogo de xadrez.

A experiência que se pode ter da realidade depende do que pode ser imaginado e simbolizado. Expliquemos, pois esta afirmação. Leclaire (1991a:84) usa um cinzeiro de cobre como exemplo. Um técnico de metais poderá ver neste, um objeto em cobre maciço, distinguindo-o do bronze ou de outro metal atribuindo-lhe maior ou menor valor. Um amante da arte poderia ver no cinzeiro um bibelô rústico e pouco elegante, mas se este for antiquário, poderá reconhecer nele um objeto antigo cujo valor é dado pela idade. Uma criança encontrará um brinquedo que tilinta e um homem prático vê apenas um cinzeiro. As experiências de realidade de um objeto podem ser diversas em seu valor e formulações. Fica evidente que não pode ser o testemunho dos sentidos, o que constitui as características de realidade da experiência de um objeto. Também não poderemos fazer de sua materialidade o critério de sua realidade para a nossa experiência. Nenhum nome, por sua vez, seria capaz de evocar a realidade do objeto: nem “cobre”, nem “bibelô”, nem “antiguidade”, nem “brinquedo” e nem mesmo “cinzeiro”, pois cinzeiro pode evocar um pires de cerâmica pintada ou um bloco de barro. Para que se possa ter a experiência da realidade desse objeto é preciso que sejamos capazes de distinguir nele uma forma específica, contorno, peso e cor.

Fazemos uma imagem dele, e simultaneamente, podemos dar-lhe um nome, para que possamos situá-lo num mundo convencional, simbolizando-o.

É imaginário, segundo Leclaire (1991a:86), tudo o que assim como a sombra, não possui uma existência própria, mas cuja ausência, à luz da vida, não se poderia conceber; é imaginário o sonho enquanto não for interpretado. E, simbólico é tudo o que em si mesmo não tem outro valor senão o de indicar a junção, a ligação e o lugar; é o signo mais, ou menos, o número, é o traço de união, a palavra sem mesmo ser um nome. A fórmula algébrica, por exemplo, ilustra bem o nível simbólico, aquilo que, em si mesmo, não tem sentido, mas o dá a todo o resto. Tanto imaginário quanto o simbólico não evoluem por conta própria, a não ser, talvez, na psicose.

Toda forma ou objeto podem ser investidos de um valor convencional simbólico e, de forma correlativa, nenhum símbolo pode dispensar um suporte imaginário (LECLAIRE, 1991a:87). A inscrição de realidade de um objeto nesses dois planos nos permite dizer que o experimentamos como real e podemos desta forma, comunicar nossa experiência. Por outro lado, na psicose o objeto não simbolizável, aquele que não entra em nenhum sistema simbólico, nem experimenta a realidade de um modo puramente imaginário, lógico e formal, é o monstro estranho do sonho indistinto e da fantasmagoria paranoica. Enquanto que, aquilo que não se pode imaginar, que possui valor apenas enquanto simbólico, que significa tudo e nada, plana sobre um mundo sem forma, sem limite e sem peso, pode-se reconhecer nele o neologismo do mundo esquizofrênico.

Se tomarmos as neuroses veremos que há a indicação de uma perturbação do metabolismo interno entre os polos imaginários, simbólico e real. O obsessivo imagina obstinadamente o símbolo como que para defender-se dele, enquanto que o histérico simboliza o imaginário para recusar toda forma e mudá-la da mesma maneira como fala. Nas neuroses, conforme sugere Leclaire (1991a:88), trata-se de um desequilíbrio interno que favorece determinado uso da função simbólica ou imaginária às expensas da outra dando seu caráter particular para a apreensão da realidade. Diferentemente, nas psicoses é o uso parcial ou total de uma dessas funções que parece faltar radicalmente, não como uma inibição funcional, mas ao contrário, como uma falta que evoca a falha orgânica sem poder encontrar nela sua explicação. É esta falta radical da função simbólica ou imaginária o que se chama de perda da realidade.

Passemos agora para a linguagem, aplicando algumas considerações sobre o imaginário, o simbólico e o real. A linguagem, para os linguistas, é autônoma da sua articulação motora, o discurso concreto é a linguagem real, que por sua vez, fala. Os registros

do simbólico e do imaginário encontram-se nos termos articulados na estrutura da linguagem: o significado e o significante (LACAN, 2002:65). Além disso, há também a significação, que sempre se remete à outra significação. É possível estruturar a linguagem, pois se pode tomar o significante a partir do momento em que é dado a ele uma significação, em que se cria um outro significante enquanto significante. A relação significante-significado sempre se reproduzirá. A significação é da ordem do imaginário, sempre evanescente estando ligada ao que interessa ao sujeito, ao que o prende. Tomemos a fome e o amor, por exemplo, só não é a mesma coisa devido à existência do significante, à significação pessoal de cada um. Quando um sujeito fala estende-se para ele o conjunto do material da língua, e é partir daí que se forma o discurso concreto.

Em primeiro lugar, há um conjunto sincrônico, isto é, a língua enquanto sistema simultâneo de grupos de oposição estruturados, em seguida, há um conjunto diacrônico, que se passa no tempo. Não existe um discurso sem certa ordem temporal e, consequentemente sem uma certa sucessão concreta. O discurso é instalado nestes conjuntos de linhas, ao que Lacan (2002:66) chamou de ninhada. O significante caracterizado na fala delirante é marcado sincronicamente por uma modificação. Alguns de seus elementos se isolam, ganham um valor, uma força particular, carregam-se de significação. No caso descrito anteriormente, *Porca*, está repleta de significação, de um sentido obscuro, que remete a uma outra significação, o que caracteriza a alusão – ao dizer “Eu venho do salsicheiro”, a paciente indica que isso remete a uma outra significação. E, ainda há o real, que conforme cita Lacan (2002:68): “a articulação realmente real, a bolinha do pelotiqueiro (malabarista) habilmente passada no outro.” A fala real, na qual se entende a fala enquanto articulada, aparecendo em outro ponto do campo, não qualquer um, mas o outro fantoche, elemento do mundo exterior. Nesse sentido podemos integrar no fenômeno da fala os três planos: o do simbólico, representado pelo significante; o imaginário, representado pela significação e; o real que é o discurso de fato efetuado em sua dimensão diacrônica (LACAN, 2002:78).

A língua está composta de signos que se evocam entre si e cujas ligações suportam a significação (LECLAIRE, 1991a:90). Apesar de se acreditar que a palavra constitua um signo específico, mesmo fora da psicose, vê-se que nada é mais contingente e relativo do que a palavra, que o mesmo signo pode mudar a todo instante de valor e significação segundo o contexto que o suporta. Para Lacan (*Ibid.*), o sujeito dispõe de todo um material significante que é a sua língua se servindo desta para fazer passar no real, significações. Os signos usados na prática da psiquiatria, essa semiologia psiquiátrica, situam-se no nível da fala, no aspecto

singular da língua. E, conforme observamos, o signo não é apenas uma etiqueta sujeitada a um objeto de uma maneira específica e definitiva.

A experiência clínica possui uma excessiva preocupação com a significação. Leclaire (1991a:97) retoma sobre a existência de uma tendência exagerada em se interessar exclusivamente pelo valor específico do signo, precisamente pelo nível em que ele constitui um sintoma, ou um conjunto simbolizado, uma síndrome. O erro é fazer de um elemento qualquer do discurso ou da observação um valor sintomático que este não possui enquanto elemento, também se deve levar em conta os outros elementos que se tornam, a partir do momento em que nos detemos neles, um signo.

Pode-se dizer que a significação extraída é o resultado do sentido escolhido a partir de uma rede de signos (LECLAIRE, 1991a:98). O sentido, ou significação que se reconhece nos discursos neuróticos compreende uma direção particular numa rede de signos e, para explorá-lo usa-se da associação livre que adquire assim seu pleno valor. Compreende-se que nas neuroses se trata de uma perturbação situada ao nível do uso das relações significativas, das relações entre os signos, evidente nas relações privilegiadas, relações interditas, curtos-circuitos, relações por via indireta. Mas, ao nível dos fenômenos psicóticos é onde melhor se pode observar esse signo linguístico, a palavra enquanto tal, se dissociar nos seus elementos constitutivos, significante e significado. Mesmo assim, vemos que o signo, dissociado, continua a ser utilizado pelo psicótico enganosamente como signo. Essa alteração, segundo Lecalire (1991a:102), pode se dar de duas maneiras onde o elemento faltante junta qualquer coisa, forma ou conceito:

- Signo feito de um significado sem significante e;
- Signo feito de um significante sem significado.

Na análise do discurso delirante de Schreber, por exemplo, se considerarmos que sua principal questão é a da procriação e da função do pai, pode-se dizer que o significante “pai” não parece responder, para Schreber, a nenhum significado, a nenhum conceito, o que não o impede de utilizar a palavra de maneira pertinente.

Para Leclaire (1991a:103):

O significante pai adquire então indubitavelmente o valor de signo na medida em que é posto em circulação no discurso, mas seu verdadeiro valor

no caso é indicar a ausência, a falta do significado ou conceito pai (Grifos do autor).

Inversamente, nos distúrbios esquizofrênicos, parece que os conceitos e os significados, não são capazes de se constituir em signos por associação estável com um fragmento de cadeia sonora ou significante. O signo assim introduz o valor próprio do significado, ou dos conceitos em qualquer forma que invista. Qualquer palavra torna-se significante de um conceito sem nome.

Há, de acordo com Lacan (2002:97), uma etapa em que uma parte da simbolização não venha a acontecer. Essa etapa precede toda a dialética neurótica, ligada ao fato de que a neurose é uma palavra que se articula, na medida em que o recalcado e o retorno do recalcado são uma só e mesma coisa. Na psicose pode acontecer que alguma coisa de primordial quanto ao ser do sujeito não entre no simbólico sendo rejeitado ao invés de recalcado.

3.4 Quem fala com quem e de quem na psicose?

A primeira questão, ou seja, “quem fala com quem?” pode ser concebida através das relações do sujeito com a comunicação: linguagem mais a fala. No âmago do complexo de Édipo postula-se que as relações não se estabelecem realmente entre dois, mas entre três sujeitos (Leclaire, 1991a:107). O complexo de Édipo quer dizer que a relação imaginária está destinada ao conflito e à ruina. Para que o sujeito possa estabelecer relações é preciso que intervenha um terceiro, que seja a imagem de algo bem-sucedido. Para tanto, é preciso uma lei, uma ordem simbólica, a intervenção da ordem da palavra, do pai. Não o pai natural, mas daquilo que se chama o pai (LACAN, 2002:114). Para Katz (1991:28-9) é o complexo paterno que dá significação às atividades psíquicas, e é justamente aí que a libido terá que ser significada para que possa ter valor psíquico.

Tomemos então as relações, entre o sujeito e o Outro da relação intersubjetiva, figurados por *S* e *A*. Será necessário introduzir um outro elemento nessa relação que é o eu, tomando o cuidado em não confundir o “eu” conceito psicológico com o sujeito. Leclaire (*Ibid.*) esclarece que nenhum sujeito poderia ser reduzido ao seu eu, estando este eu mais próximo do lugar das identificações imaginárias do sujeito. O eu do sujeito *S* será designado por *a* e, por *a'* o eu do sujeito *A*, sendo as formas do eu que aparece para cada um a subjetividade própria do outro. É possível então esquematizar a comunicação tal como ela

geralmente se estabelece entre dois sujeitos através de uma linha sinuosa em forma de Z que vai de *S* a *a*, daí para *a'* e depois para *A*, ou inversamente.

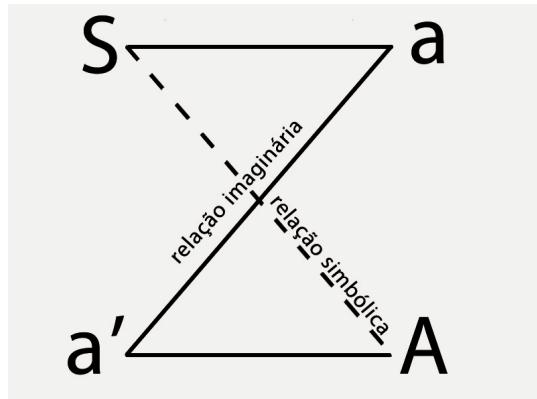


Figura 04 - O esquema L

Vale ressaltar neste esquema, que Lacan apresentou no *O Seminário Sobre a Carta Roubada* (2008b:60), e, posteriormente no texto *De Uma Questão Preliminar a Todo Tratamento Possível da Psicose* (1998:555), chamado de Esquema L, o desvio por *a* e *a'*, pelos “eus”, para juntar os dois sujeitos *S*, nomeado como a inefável e estúpida existência e *A*, lugar de onde pode ser formulada a questão da existência. O eixo que junta o *a* e o *a'* é o eixo imaginário e o eixo simbólico se inscreve entre *S* e *A*.

Para que se estabeleça uma comunicação entre *S* e *A* é preciso que os diferentes segmentos do desvio em Z se liguem de forma integral (LECLAIRE, 1991a:108). A comunicação só é possível na medida em que quando falo, reconheço que sou eu que falo enquanto sujeito, ao passo em que assumo as palavras pronunciadas por mim. Da mesma forma, ao escutar as palavras de um interlocutor, sem tomá-las ao pé da letra, ajusta-se suas palavras à medida da subjetividade que lhe empresto esforçando-me para reconhecer a intenção mais ou menos controlada que a movimenta.

Ora, é justamente o que não se deve fazer com o psicótico, ou seja, é esse ajuste de sua fala à medida da sua subjetividade que não se consegue mais realizar. No discurso delirante o sujeito nem sempre sabe o que diz, não reconhece o que diz, para ele, isso fala. Não reconhecer o que diz não significa que não compreenda o que está sendo articulado. Isso é o que caracteriza o fato do psicótico não reconhecer como seu o discurso que diz ser transmitido à distância, por exemplo. Nem tampouco pode assumir enquanto sujeito certas palavras que articula ou atribuir à medida da subjetividade do outro, as palavras que lhe são endereçadas

por seu interlocutor. Para um sujeito dito “normal”, este não leva a sério uma porção de realidades cujas existências ele reconhece. Para Lacan (2002:90), “seguramente, a certeza é a coisa mais rara para o sujeito normal”.

A crença delirante não está situada na certeza da alucinação, o sujeito admite, muitas vezes, com todos os rodeios explicativos verbalmente disponíveis ao seu alcance, que estes fenômenos são de uma outra ordem do real. Mas, ao contrário das neuroses, onde a realidade lhe chega de bandeja, na psicose o sujeito tem a certeza de que aquilo de que se trata – da alucinação à interpretação – lhe concerne. O delírio é legível, porém transcrito num outro registro, ele é sem saída (LACAN, 2002:124). Na neurose, fica-se na ordem simbólica, com esta duplicidade do significante e do significado, o recalado reaparece no meio dos símbolos, na medida em que o sujeito se integra a ele e nele participa como agente e como ator. Reaparece *in loco* sob uma máscara. Quando uma pulsão aparece num sujeito para quem a dita pulsão já foi posta em ação nos diferentes pontos de sua simbolização na neurose infantil, ela encontra o meio de se exprimir num certo número de sintomas. É desta forma que o recalque e o retorno do recalado são uma só e a mesma coisa, o sujeito encontra aqui a possibilidade, no interior do recalque, de se sair bem com o que acontece de novo (LACAN, 2002:103). Já o recalado na psicose reaparece num outro lugar, *in altero*, no imaginário e aí sem máscara. A psicose parece não possuir pré-história, assim quando uma coisa aparece no exterior, que não foi primitivamente simbolizada, o sujeito se vê absolutamente desarmado, incapaz de articular a ordem do discurso (*Verneinung*) com relação ao acontecimento. O que é produzido tem o caráter de ser excluído do compromisso simbolizante da neurose, traduzindo-se numa reação em cadeia ao nível do imaginário.

Leclare (1991a:109-10) reforça que a comunicação se encontra, de certa forma, interrompida entre *S* e *a*, entre o sujeito e seu eu. O delirante se comporta ora como uma subjetividade radical que participa da essência divina enquanto testemunha, outrora como personagem, um eu, vivendo uma dialética imaginária incapaz de se referir a seu centro subjetivo simbólico. Esse eu é presa de um pseudo-racionalismo puramente imaginário aberto às influências à distância, vítima designada de todas as intenções imaginárias de outrem que ganham corpo e realidade, nesse meio imaginário isolado de qualquer referência simbólica. Da mesma forma, o delirante toma seu interlocutor como um fantoche, ao mando de um Mestre. Também a quebra pode se dar na comunicação entre *A* e *a'*, restando apenas a única via imaginária entre *a* e *a'*. A relação delirante paranoica se estabelece entre dois eus imaginários, separado de seu correlato para uma clara apreensão da realidade, a ordem simbólica. Incapaz de reconhecer o centro simbólico de sua subjetividade, o psicótico utiliza

da linguagem comum, com a diferença de que essa linguagem torna-se, pela desarticulação de seus elementos constitutivos, signos que se desmembram em significantes sem significado. Para Leclaire (1991a:111): “Doravante podemos dizer que o sujeito não controla mais o sentido da linguagem que fala, que ao invés de conduzi-la e escolhê-la, encontra-se possuído por ela”.

O delirante cativo do mundo imaginário, desprovido de seu próprio valor subjetivo, esforça-se em reencontrar num outro lugar essa simbolicidade fundamental que perdeu, surgindo da maneira mais inesperada e desordenada em qualquer ponto de seu mundo. E, embora deus ou o diabo surjam de toda parte em resposta ao apelo desse discurso delirante, é sempre imaginariamente, falsamente racional que o psicótico tenta explicar esse surgimento simbólico que ele mesmo provoca sem cessar (LECLAIRE, 1991a:112). Nas relações esquizofrênicas o eixo *S-A* ocupa um lugar mais central em detrimento do eixo *a-a'*. Parece que o esquizofrênico em seu discurso, negligencia seu aspecto imaginário e formal, vendo apenas o valor simbólico em qualquer coisa. Este vive sua relação com o outro através de uma subjetividade entrincheirada numa negação primitiva de qualquer identificação imaginária controlada, não merecendo mais esse nome de outro.

De acordo com Lacan (2002:133), “[...] nos casos de psicose, vemos se revelar, e da maneira mais articulada, essa frase, esse monólogo, esse discurso interior [...].” A linguagem interior está em perfeita continuidade com o diálogo exterior, razão que podemos dizer que o inconsciente é o discurso do outro, ao que foi antes nomeado por Freud em sua *Traumdeutung* por pensamento inconsciente. Há nesta frase interior leis de intervalo, de suspensão, escansões que fazem com que não seja de maneira contínua que se inscreva. Essa estrutura é a própria estrutura da linguagem. O inconsciente é estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem (LACAN, 2002:139). O significante desempenha um papel tão grande quanto o significado, mas também desempenha o papel fundamental. Nas neuroses, por exemplo, para que haja sintoma, é preciso que haja uma duplidade, dois conflitos em causa, um atual e um antigo. O material ligado ao conflito antigo é conservado no inconsciente enquanto significante virtual, em potencial, para ser tomado no significado do conflito atual e servir-lhe de linguagem, expresso em sintomas. Da mesma forma como todo discurso, um delírio deve ser julgado como um campo de significação que organizou um certo significante.

A formulação da noção de significante no campo das psicoses nos joga para a estrutura fundante de todo sujeito. A estrutura pode ser entendida como um grupo de elementos formando um conjunto covariante, sempre se estabelecendo pela referência de algo que é coerente com algo diverso, mas que lhe é complementar. A noção de estrutura já é por si

mesma uma manifestação do significante (LACAN, 2002:210). Em análise se aprende a insistir na sincronia e diacronia das relações entre significante e significado, pois a partir do discurso posto em suspenso no processo analítico se revela o inconsciente, estruturado como linguagem. O significante para Lacan (2002:212), o verdadeiro significante, é aquele que não significa nada.

O problema aqui é cair no domínio da significação. Desde que haja delírio, entra-se no domínio de uma intersubjetividade cujo problema é saber por que ela é fantasmática. Onipresente na neurose, a fantasia ligada à sua significação, encobre a sua estrutura, que se trata de significantes enquanto tais, manejados por um sujeito com fins significantes (LACAN, 2002:220).

Para o psicótico e sua relação com o delírio, alguma coisa ultrapassa o jogo do significado e das significações. Há aí um apego, uma afeição, uma presentificação que une o delirante ao seu delírio, como a algo que é ele próprio (LACAN, 2002:246). Chama a atenção aqui o fato de que o diálogo interior tomado no delírio, esvaziado de significação no jogo significante, em nada se parece a uma metáfora. A metáfora deve supor que a significação comanda o uso do significante, há na metáfora todo um jogo de simbolismo, fruto da identificação, que supõe a similaridade. A forma retórica que se opõe à metáfora é a metonímia, concernente à substituição de alguma coisa que se trata de nomear. Nomeia-se uma coisa por outra, por contiguidade, que é seu continente, ou a parte, ou que está em conexão com. Para Lacan (2002:252), aquilo que Freud veio a chamar de condensação, é o que se chama em retórica de metáfora e, o que ele chama de deslocamento trata-se da metonímia.

Uma metáfora sustenta-se por uma articulação posicional. Veja o exemplo dado por Lacan (2002:257): “O amor é um calhau rindo no sol⁴. ” Geralmente se recorre erroneamente ao fato de que a similaridade seja sustentada pelo significado, na verdade, a transferência do significado não é possível senão em virtude da própria estrutura da linguagem. E toda linguagem implica uma metalinguagem, pois destina-se virtualmente a ser traduzida. Uma criança não diria que o amor é um calhau rindo no sol, pois até certa idade não está em condições de metaforizar. Outro exemplo dado por Lacan (2002:260-1) é a frase dita por um menino de dois anos que chamou sua mãe de: “Minha garotona, cheia de bumbum e músculos”. É certo que a criança evoluirá na linguagem. Daí, num determinado momento, as nádegas poderão se tornar para ele um equivalente materno. É na base da metonímia que essa

⁴ *L'Amour est un caillou riant dans le soleil.*

fala se produz, num primeiro momento a coordenação significante deve ser possível para que as transferências de significado possam posteriormente se produzir.

Encerra Lacan (2002:262) dizendo que:

A promoção do significante como tal, a emergência dessa subestrutura sempre escondida que é a metonímia, é a condição de toda investigação possível dos distúrbios funcionais da linguagem na neurose e na psicose.

CAPÍTULO 4
EM BUSCA DE UMA TEORIA SOBRE A LINGUAGEM

*Sir Tristrão, violeiro d'amores, d'além do mar encapelado, não tinha passancorado
reveniente de Norte Armórica a estas bandas do istmo escarpado da Europa Menor para o
violento conflito de penisoldada guerra
(Finnicus Revém – James Joyce)*

Antes de buscar o que exatamente diz a psicose, tem-se que considerar de que a língua não é um privilégio exclusivo da razão. Da mesma maneira de que os que se clamam “não-loucos”, os psicóticos possuem articulações linguageiras dentro de um contexto sócio-histórico, ou seja, seu discurso apesar de ser considerado como desprovido de razão, comunica-se. Se não se presta ouvidos ao que diz é uma outra consideração, porém, o louco também insere-se na linguagem e a usa para comunicar sua loucura. A construção de letras, palavras (um parêntese para os neologismos, comum em muitos casos de esquizofrenia), frases e discursos, enquanto signo, segue a mesma regra para todos. Para saber o que é dito na psicose, o estudo da linguagem deve ser abordado da mesma maneira de que se trataria caso o estudo se voltasse para o que é dito na literatura, ou no cinema, ou num grupo de neuróticos, quer sejam histéricos ou obsessivos. A análise do discurso dentro dos muros da psicose deve seguir o saber construído com a Linguística, com a Semiologia ou a Semiótica. Caso haja um rompimento entre o discurso neurótico e psicótico, é o que nossa análise deverá resultar, antes disso, deve-se saber quais foram os avanços dos estudos sobre a linguagem.

4.1 O surgimento da linguística

Definida atualmente como o estudo científico da linguagem humana (CARVALHO, 1997:19), a Linguística é uma área da ciência relativamente nova, entretanto pode-se dizer que é um saber de longa data. Só veio a adquirir seu status enquanto ciência a partir do século XIX, antes disso o que havia era o estudo assistemático e irregular dos fatos da linguagem, apresentando características normativas ou prescritivas, ou ainda, retrocedendo à Antiguidade grega. Teixeira Coelho (1980:15) acrescenta que a teoria linguística não deve ser reduzida a um simples sistema de sinalização, mas tratada como matriz do comportamento e pensamento humano atravessando vários estádios de desenvolvimento.

De acordo com Carvalho (1997:19-22) a Linguística passou por três fases sucessivas antes de definir-se a si própria:

1^a fase: Filosófica – Os gregos foram os precursores através de suas reflexões em torno da origem da linguagem. Embasados pela Filosofia, abrangeram também a Etimologia, a Semântica, a Retórica, a Morfologia, a Fonologia, a Filologia e a Sintaxe. Baseavam-se na Lógica, linha aristotélica denominada como analogistas, ou ainda no uso corrente, anomalistas, de origem estóica. Possuíam de início finalidades práticas, uma Gramática voltada para a práxis, para a ação, que os romanos mais tarde

chamaram de *Ars Grammatica*. Enquanto *gramática*, tal como propuseram os gregos, expandiu-se muito pouco, propunha-se apenas a ditar as regras pelas quais era possível distinguir entre o certo e o errado (TEIXEIRA COELHO, 1980:16). A Gramática, comprometida com a Filosofia, surgiu no Ocidente como a arte de ler e escrever, uma disciplina normativa desprovida de visão científica e desinteressada da língua em si mesma. A influência grega se fez presente durante muitos séculos, marcando toda a Idade Média. Chegou a motivar na França, em 1660, a elaboração de uma Gramática geral, conhecida como *Grammaire de Port-Royal*, com base puramente lógica, coincidindo com o Racionalismo da época.

2^a fase: Filológica – Surgida em Alexandria, no século II a.C., definindo-se historicamente como o estudo da elucidação de textos. A filologia dos alexandrinos, preocupada com a gramática dedicou-se à Morfologia, à Sintaxe e à Fonética. Além de interpretar e comentar textos procurava também estudar os costumes, as instituições e a história literária de um povo. Dedicava-se demasiadamente à língua escrita, seu objetivo (TEIXEIRA COELHO, Ibid.) era o de comentar os textos e compará-los através das diversas épocas, determinando a língua de cada autor, ou explicando inscrições em línguas arcaicas ou ainda procurando a origem das palavras. Essencialmente uma ciência diacrônica, historicista, seu ponto fraco é a preocupação obsessiva com a língua escrita, esquecendo-se da língua falada, viva, praticada a todo momento.

3^a fase: Histórico-Comparatista – Esta terceira fase da história da Linguística inicia-se com a descoberta do sânscrito entre 1786 e 1816, denunciando as relações de parentesco genético do latim, do grego, das línguas germânicas, eslavas e célticas com aquela língua da Índia. Marca-se pela preocupação diacrônica em saber *como as línguas evoluem*, e não *como funcionam*. Tinha como objetivo (TEIXEIRA COELHO, Ibid.) a abordagem das relações entre uma língua e outra, explicar uma língua através de outra. Pecou pela falta de uma metodologia específica. Com o desenvolvimento da Filologia Comparada, a linguística indo-europeia teve um grande impulso. A tendência inicial da Linguística Comparatista (1810-1890) era identificar-se com as ciências da natureza, de acordo com o espírito da segunda metade do século XIX, isso fez com que se assumisse às primeiras ideias linguísticas um enfoque naturalista, primeiramente biológico (as línguas nascem, crescem e morrem como os organismos

biológicos), e a seguir, de base física (as leis da linguística se aproximam das leis físicas: leis fonéticas). Fica o destaque para o papel dos *neogramáticos* e seu excessivo esquematismo que deram às suas postulações. Esta escola (TEIXEIRA COELHO, Ibid.) não aceitava a ideia de que a língua é uma entidade fechada, ressaltando sua existência apenas nos sujeitos falantes. Recusava-se assim de que a língua é “viva” e que realiza alguma coisa, insistindo em adotar uma perspectiva histórica como única capaz de explicar a língua como produto coletivo dos vários grupos de falantes. A Linguística Histórica (1890-1930) ainda se prolonga por mais algumas décadas, desdobrando-se, num segundo momento, a uma reação dos neogramáticos caracterizada como “fase culturalista”. Este teor linguístico combatia o naturalismo até então reinante. Era a oposição *cultura X natura*. Não havia correspondência entre as leis fonéticas e as leis da natureza. As leis fonéticas são cronológicas e circunstanciais, possuindo validade apenas para um determinado período histórico, sofrem limitação espacial e só se manifestam em condições particulares. Ao contrário, as leis naturais, são atemporais e universais. De acordo com o pensamento culturalista, as línguas não existem por si mesmas. São, entretanto, instrumentos culturais condicionados por fatores sociais, históricos, geográficos, psicológicos e, desta forma, de previsibilidade relativa e comportamento inconstante.

Porém, foi só com Ferdinand de Saussure que a linguística assumiu o caráter que lhe permitiu sair do estreito círculo do estudo das línguas naturais (português, espanhol, etc.) e pode ser aplicada aos mais variados domínios da comunicação. Saussure (apud TEIXEIRA COELHO, 1980:17) constrói uma teoria que estudaria os signos no meio da vida social, validando o transporte desta para outros campos de saber. Essa ciência foi por ele chamada de *Semiologia*, ou ciência geral de todos os sistemas de signos através dos quais estabelece-se a comunicação entre os homens.

A Linguística difere da Semiologia (ou Semiótica), pois enquanto a primeira se preocupa com o estudo científico da linguagem humana, a Semiologia preocupa-se também com a linguagem dos animais e de todo e qualquer sistema de comunicação, seja ele natural ou convencional. Assim, a Linguística insere-se como uma parte da Semiologia. Semiologia e Semiótica são termos permutáveis, a primeira surgiu na Europa, com Saussure, e a segunda, nos Estados Unidos, com o filósofo Charles Sanders Peirce.

4.2 A Semiologia e seu modelo linguístico

Um grande precursor da *Semiologia* foi Ferdinand de Saussure. Esta ciência, da qual dizia ser parte da psicologia social, foi por ele denominada como ciência geral de todos os sistemas de signos através dos quais estabelece-se a comunicação entre os homens.

O grande mérito de Saussure, segundo Carvalho (1997:26), está no seu caráter metodológico, um prolongamento de sua personalidade perfeccionista. Em primeiro lugar, era necessário colocar ordem nos estudos linguísticos. Os linguistas até então tratavam de coisas diferentes com nomes iguais e, se pode afirmar que o inverso disso também é verdadeiro. A ausência de uma terminologia precisa e de alcance universal acabava por impedir a expressão das ideias. Por exemplo, o termo *língua* tinha para alguns um determinado sentido e, para outros assumia uma conotação totalmente diversa. Esta colcha de retalhos da linguística reclamava, em Saussure, uma linguagem unívoca, um padrão linguístico, e por que não dizer, de uma metalinguagem, ou seja, de uma nova linguagem para expressar suas elucubrações.

Escreveu ele em seu *Cours de Linguistique Générale* (Curso de Linguística Geral), de que a linguística:

[...] jamais se preocupou em determinar a natureza de seu objeto de estudo.

Ora, sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria (SAUSSURE, 2006:10).

Vale lembrar que o Curso foi resultado da compilação de dois discípulos seus dos três cursos de Linguística Geral que ministrava de 1906 a 1911 na Universidade de Genebra, onde era titular desde 1896. Os dois alunos, Charles Bally e Albert Sechehaye, contaram com a colaboração de um outro discípulo, Albert Riedlinger. O Curso de Linguística Geral trata-se, portanto, de uma obra póstuma e inacabada, centrada nas anotações colhidas em aula por seus alunos. Isso explica algumas obscuridades e contradições das ideias de Saussure.

Para Saussure (2006:22) a linguagem é constituída por uma *parole* (fala) e uma *langue* (língua), que por sua vez, possui uma *diacronia* e uma *sincronia*, esta é estabelecida através de *relações associativas* (paradigmáticas) e *relações sintagmáticas*. Surge a necessidade de distinguir-se o social e o individual e também, o essencial e o acidental (TEIXEIRA COELHO, 1980:18). Ficam a cargo do domínio da *língua* o social e o essencial e, cabendo à *fala* o recorte sobre o que é individual e acidental. A linguagem, excluindo-se a fala, apresenta-se como um sistema preexistente, uma instituição social que acumulou historicamente uma série de valores sobre a qual o indivíduo, ao menos em princípio, não

possui nenhuma ascendência enquanto indivíduo. Inversamente, a fala é um ato individual de utilização da língua, uma maneira de combinar os elementos da língua no ato de comunicação, tornando a comunicação um fenômeno e não mais uma simples potencialidade.

Língua e fala, possuem uma relação dialética onde uma depende da outra. O indivíduo não pode falar sem que a sociedade tenha antes estabelecido regras pelas quais essa comunicação torna-se possível, contudo a sociedade não poderia estabelecer esse *modus* se os indivíduos não se pusessem a falar. Além disso, Saussure inova também com a sua famosa Teoria do Signo Linguístico.

4.2.1 O signo linguístico

$$\text{Signo} = \text{Significado} + \text{Significante}$$

Convém iniciar dizendo que a Semiologia (ou Semiótica) distingue dois tipos de sinais: os naturais e os convencionais (CARVALHO, 1997:31-2). O sinal natural é manifestado através de indícios (físicos) como a fumaça, a trovoada, rastros, o som, o cheiro, a luz, etc., ou em forma de sintonia (fisiológico) como a pulsação, a dor, a febre, a fome, o suor, etc. Já o sinal convencional envolve uma maior complexidade, pressupondo a existência de uma cultura (antropológica) já estabelecida, onde é resultado e expressão, produto e instrumento num só tempo. Pode apresentar-se em forma de *ícone* (do grego *eikón* = imagem), *símbolo* ou *signo*.

O *ícone* é imagístico caracterizado por ser não-arbitrário, como uma foto ou um desenho de alguém ou de algum lugar. Já o *signo* é totalmente arbitrário, é a própria palavra. O termo *signo* comporta também um sentido mais amplo, não seriam somente as palavras, mas também os gestos, as imagens, os sons não estritamente linguísticos, como o apito de um trem, o tilintar de uma campainha, englobando a definição de Peirce: “O signo, ou seu representamem, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém” (PEIRCE, In: *Semiótica e Filosofia*, apud CARVALHO, 1997:32). Enquanto que, o *símbolo*, é um tipo intermediário entre o *ícone* e o *signo*, sendo semi-arbitrário, como a balança é o símbolo da Justiça, ou a cruz simboliza o Cristianismo, por exemplo. Saussure utiliza a palavra *símbolo* para designar o signo linguístico, ou mais exatamente, o que se chamou por *significante*.

Saussure (2006:81) considera a língua como um sistema de signos formados através da união do sentido (*significado*) com a imagem acústica (*significante*). De acordo com uma

publicação de Leonard Bloomfield (apud JAKOBSON, 1989:98), em 1933, “estudar a coordenação entre certos sons e certas significações é estudar a língua”. Saussure (apud JAKOBSON, 1989:98-9) havia retomado, a partir dos estóicos, a noção de signo, unidade indissolúvel entre significante e significado. Essa doutrina considerava o signo (*sêmeion*) como uma entidade constituída através da relação entre o significante (*sémänon*) definido como “sensível” (*aisthēton*), e o significado (*sémänonomenon*) definido como “inteligível” (*noēton*), ou ainda “traduzível”. A referência aparecia distinguida da significação pelo termo *tynkhanon*. Também nos escritos de Santo Agostinho, encontra-se uma adaptação e desenvolvimento mais avançado das pesquisas dos estóicos sobre a ação dos signos (*sêmeiōsis*), recorrendo a termos decalcados do grego, o *signum*, por exemplo, sendo constituído pelo *signans* e pelo *signatum*.

Por sentido pode-se entender conceito ou ideia, isto é, a representação mental de um objeto ou da realidade social em que nos situamos, condicionada pela formação sócio-cultural. O significado seria como a parte espiritual da palavra, a contraparte inteligível em oposição ao significante, que é sua parte sensível. A imagem acústica, ou significante, não se trata do som material (puramente física), mas sim a impressão psíquica deste som. As palavras faladas de uma língua apresentam-se como imagens acústicas que trazem à tona um determinado conteúdo ou conceito. O significante é a parte material do signo, com o som que o conforma, ou os traços pretos sobre o papel branco formando uma palavra, ou os traços desenhados que representem um cachorro, e o significado é o conceito veiculado por esse material, seu conteúdo, a imagem mental por ela fornecida.

Os dois elementos, significante e significado, que vêm a constituir o signo, estão intimamente interligados onde um reclama o outro. São, portanto, interdependentes e inseparáveis. Pode-se confrontar isto com o ponto de vista dos Estóicos que diziam que o *sêmeion* (signo) era constituído pela relação existente entre o *sémänon* (significante) e o *sémänonomenon* (significado).

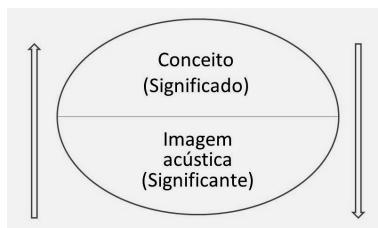


Figura 05 - O signo para Saussure

O signo une sempre um significante a um conceito, a uma ideia, e não a uma coisa, a um nome ou a um rótulo. O linguista, dizia Saussure (2006:79-80) deve ter em mente que “os termos implicados no signo linguístico são ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação”. Ao receber a impressão psíquica pela imagem acústica /kaza/, na qual se manifesta fonicamente o signo *casa*, essa imagem acústica evoca psiquicamente a ideia de abrigo, de lugar para viver, descansar, etc. Figurativamente associa-se o significante /kaza/ ao significado *domus* (tomando o termo latino como ponto de referência para o conceito).

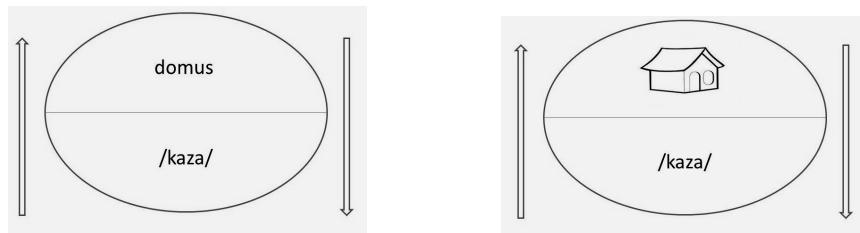


Figura 06 - As associações do signo

Os princípios de um signo passam por sua arbitrariedade e linearidade. Teixeira Coelho (1980:20) também concorda que Saussure considera o signo linguístico como arbitrário, isto é, não possuindo uma relação necessária entre o signo e o objeto representado. O signo é considerado ainda como unidade mínima de primeira articulação, como o exemplo: “comprei uma bola na loja A”, é formada por uma série de signos dotados de significado próprio, essas unidades também são conhecidas como *monemas*.

A linguagem possui além dos monemas, uma segunda articulação, ou seja, toda unidade de primeira articulação pode ser analisada numa sequência de unidades menores que, estas, não tem significado próprio, mas que possuem um valor de posição e oposição, conhecidas como *fonemas*. Uma unidade primeira de articulação como /casas/ pode ser analisada em /c/ /a/ /s/ /a/ e /s/; /c/ não tem significado próprio, salvo o de opor-se a /v/ ou /r/ e todas as demais letras do alfabeto, permitindo com isso a distinção entre /casa/ e /vasa/, por exemplo. Com relação ao valor de posição, basta comparar o primeiro e o segundo /s/ de /casas/, não possuem o mesmo valor, sendo o segundo /s/ posto ao final do signo, traz a ideia de plural. Toda língua deve ter essa dupla articulação. As línguas não-naturais, como as propostas pelo código cinematográfico ou pelo código da pintura, não obrigatoriamente apresentam essas duas articulações fixas.

Não deve-se confundir a *significação* de um signo com seu significado. O significado é o conceito ou imagem mental que vem na esteira de um significante, já a significação é a efetiva união entre um certo significado com um certo significante.

A significação de um signo é uma questão individual, localizada no tempo e no espaço, enquanto o significado depende apenas do sistema e, sob este aspecto, está antes e acima do ato individual, explica Teixeira Coelho (1980:23).

Por exemplo, uma pessoa se vê diante do signo /macutena/, vamos supor que esta não conheça previamente seu significado, o que vê então é apenas um significante. O fato de desconhecer seu significado não implica a inexistência do signo. A partir do momento em que alguém lhe diz: o significado de /macutena/ é “pessoa azarenta”, ela está em condições de unir esse significado ao significante, formando-se aí a significação do signo. Também não devemos confundir significação com *valor* do signo. Pode-se dizer que o valor também depende da situação recíproca dos elementos da língua.

O signo linguístico para ser compreendido exige não somente dois protagonistas que participem do ato da fala, mas, além disso, de um interpretante. A função deste interpretante é realizado por outro signo que são dados juntamente com o signo em questão ou que lhe poderia ser substituído. Segundo Jakobson (1989:31), o sentido de um signo é outro signo pelo qual ele pode ser traduzido. Ao ler no jornal: “OPA permite a alta de preço do porco”, não é preciso saber o que seja OPA, mas o fato de conhecer o sentido das palavras “permite”, “alta”, “preço” e “porco” já oferece a possibilidade de decodificação da frase. “Porco”, do ponto de vista linguístico, significa carne de suíno usada como alimento, tal contexto equacional é perfeitamente aceitável. Há diferentes maneiras de interpretar a palavra “porco” por meio de outros signos. Emprega-se aqui, o que Jakobson (1989:32) chamou de *circunlocução*. Em lugar de um método intralingual, pode-se usar um modo interlingual de interpretação ao traduzir a palavra “porco” para outra língua, o método seria intersemiótico se recorrêssemos a um signo não-linguístico, como um signo pictório, mas ainda assim seriam signos substituídos por signos.

Um outro exemplo apresentado sobre a problemática entre a relação direta entre a palavra e a coisa, Jakobson (*Ibid.*) supõe que se queira explicar a um índio unilíngue o que é *Chesterfield* (marca de cigarros) e lhe aponte com o dedo um maço de cigarros. O que o índio poderia concluir? Ele não sabe se se está pensando nesse maço em particular ou num maço

em geral, num cigarro ou em muitos, numa certa marca ou em cigarros em geral, em algo que se fuma, ou em alguma coisa agradável ou desagradável. Ele só fará ideia do que é, e do que não é *Chesterfield*, quando tiver dominado uma série de outros signos linguísticos que funcionarão como interpretantes do signo em questão.

E ainda em, *As viagens de Gulliver*, de Jonatham Swift, os sábios de Balnibardi decidem que já que as palavras são apenas substitutas das coisas, seria mais prático para todos os homens carregar consigo as coisas de que fossem necessárias para exprimir assuntos específicos que tivessem de discutir. O que se evidenciou foi um inconveniente: se os assuntos fossem longos e de várias espécies, seriam obrigados a carregar um fardo maior de coisas nas costas, se arriscando a ser esmagado por elas. Seria difícil conversar acerca de “uma baleia”, mais difícil ainda, seria falar de “baleias” e, impossível comunicar qualquer coisa sobre “todas as baleias” ou “baleias ausentes”.

A lógica simbólica lembra-nos de que as significações linguísticas, constituídas pelo sistema das relações analíticas de uma expressão com outras expressões, não pressupõem a presença das coisas. Ao contrário, os linguistas fizeram o impossível para excluir a significação, e todo recurso à significação, da Linguística. O campo da significação, adverte Jakobson (1989:33), permanece uma terra de ninguém. A Fonologia vem tentando anexar os sons da fala à Linguística, o que se deve fazer também é incorporar as significações linguísticas à ciência da linguagem.

Nascido em Moscou em 1896, Roman Jakobson fez seus estudos no Instituto Lazarev de Línguas Orientais, da Universidade de sua cidade natal. Fez seu doutorado em 1930, pela Universidade de Praga. De 1920 até a invasão do país pelos nazistas, Jakobson viveu na Tchecoslováquia, lecionando na Universidade Masaryk, onde escreveu e publicou uma série de trabalhos importantes. Em 1941 transferiu-se para os Estados Unidos, trabalhando em diversas universidades como Columbia, Harvard e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

Em 1928, no 1º Congresso Internacional de Linguística, em Haia, Jakobson, em conjunto com Trubetzkoy e Karcevsky, ambos russos, apresenta uma tese que ficou conhecida como *Proposição 22*. Nesta tese, o autor propõe a criação de uma nova disciplina, a Fonologia, procurando estabelecer cientificamente as diferenças com a Fonética (CARVALHO, 1997:153).

As teorias da Escola Fonológica de Praga, onde Jakobson foi o nome mais importante, partiam da dicotomia saussuriana *langue/parole* e a distinção significante/significado. Jakobson postula (apud CARVALHO, Ibid.) que o estudo do som enquanto entidade de

natureza puramente física e articulatória deve ser objeto da Fonética, ou seja, seria a Fonética responsável em estudar o som real, que é efetivamente pronunciado pelo falante, desprovido de qualquer valor significativo, uma ciência da face material dos sons da linguagem humana. A Fonética deve preocupar-se com o som da parole, denominado a partir de então de *Fone*.

Já a Fonologia tem como objeto de estudo o som que preenche uma determinada função na língua. Cabe a essa função distinguir significações e o som que tem essa função, é chamada de *Fonema*. Sob um ponto de vista puramente funcional, o fonema, seria o som ideal, abstrato, acima das diferenças individuais de pronúncia, aquele dos quais os falantes supõem pronunciar ou ouvir. O fonema, por se tratar de um som supra-individual, é o som da langue, compreendido como a menor unidade sonora distintiva, sendo assim indivisível.

A Gramática por sua vez, seleciona, classifica e exprime os diversos aspectos da experiência e, além disso, determina os aspectos de cada experiência que devem ser expressos. Quando se diz “O homem matou o touro” (JAKOBSON, 1989:87-8), entende-se que um homem único e definido matou, no passado, um touro único e definido. Não se deve haver dúvida se se trata de uma pessoa definida ou indefinida, de um touro definido ou indefinido, de uma ou mais pessoas ou touros, do presente ou passado. Tem-se que escolher entre os aspectos, sendo um ou outro o elegido. Estes aspectos obrigatórios são expressos por meio de procedimentos gramaticais.

A escolha de uma forma gramatical por aquele que fala confronta o que ouve com um número definido de unidades de informação e, isto não significa a obscuridade do discurso. Quando necessário, a clareza pode ser obtida a partir de palavras explicativas, para exprimir tempo ou pluralidade, por exemplo, as línguas que não oferecem tempo ou número gramatical recorrem a meios lexicais. Se um russo diz: “Já napisal prijatelju” (Escrevi a um amigo), a distinção entre o caráter definido ou indefinido do complemento (“o” em contrapartida a “um”) não é expressa, ao passo que o aspecto verbal indica que a carta foi terminada, e o sexo do amigo é indicado pelo gênero masculino. Em russo, tais conceitos são gramaticais, não podem ser omitidos na comunicação, já a mesma frase em inglês: “I wrote a friend”, as questões referente a se a carta foi concluída e se foi endereçada a um amigo ou a uma amiga podem ser respondidas com o abrupto “Não é da sua conta”.

A Gramática impõe a quem fala decisões do tipo sim-ou-não. Repetidas vezes os conceitos gramaticais de uma dada língua dirigem a atenção dos linguistas numa direção determinada que, à mercê de seu caráter compulsivo e obstrutor, exercem influência sobre a poesia, as crenças e até mesmo sobre o pensamento especulativo, sem que, com isso, venha a

invalidar a capacidade de qualquer língua adaptar-se às necessidades de conhecimentos avançados.

Além destes conceitos, gramaticalizados e até obrigatórios em certas línguas, mas lexicalizados e facultativos em outras, existem outras categorias relacionais que são obrigatórias no mundo todo: “os métodos por meio dos quais tais relações se exprimem variam muito, mas eles constituem elementos necessários da Gramática” (BOAS, apud JAKOBSON, 1989:92).

Jakobson (*Ibid.*) concorda com Boas no sentido de que toda diferença nas categorias gramaticais conduz informação semântica. O significado pode e deve ser expresso em termos de discriminações e identificações linguísticas e, as discriminações linguísticas, por sua vez, são sempre feitas em função de seu valor semântico.

4.2.2 A arbitrariedade do signo linguístico

Para Saussure (2006:83), arbitrário não deve dar a ideia de que o significado dependa da escolha livre daquele que fala, o sujeito não pode trocar coisa alguma de um signo, pois esta troca, uma vez estabelecida, não está ao seu alcance. O significante é imotivado, arbitrário em relação ao significado, não possui nenhum tipo de laço natural.

A ideia de *mar*, por exemplo, não tem uma relação necessária ou interior, não possui um motivo, com a sequência de sons, ou imagem acústica ou significante /*mar*/, que poderia ser representado por qualquer outro significante, visto que *mar* em outras línguas assume outros significantes. Não existe um significante verdadeiro. Qualquer um é válido.

O signo como um todo, dizia Saussure (2006:132), só tem valor se colocado dentro de um determinado sistema linguístico, do qual é parte integrante. Trata-se de uma ilusão considerar um termo simplesmente como a união de um certo som (significante) com um certo conceito (significado), defini-lo desta forma seria isolá-lo do sistema do qual faz parte. A arbitrariedade do signo está no fato de que o falante não pode mudar aquilo que seu grupo linguístico já consagrou. Algo como tentar trocar mesa por livro: Ele sentou-se ao livro para jantar; ele está lendo uma cadeira.

Para Saussure (2006:88): “Justamente porque o signo é arbitrário, não conhece outra lei senão a da tradição, e é por basear-se na tradição que pode ser arbitrário”.

Carvalho (1997:39) aponta para a existência de dois sentidos para *arbitrário*. No primeiro caso temos o significante em relação ao significado, ou seja, significantes diferentes para um mesmo significado. Por exemplo, livro, book, livre, Buch, etc. Por outro lado temos

que considerar o significado como parcela semântica, em oposição à totalidade de um campo semântico. No inglês temos que *teacher*, corresponde apenas o professor de 1º e 2º graus, enquanto que *professor* distingue o professor universitário, já no português ambos são representados apenas por *professor*.

Vale ressaltar ainda a questão com as onomatopeias, para se destacar que os significantes nem sempre são arbitrários. Para alguns críticos, algumas onomatopeias seriam motivadas, pois sugerem pela forma fônica, uma realidade. Dizer que o gato *mia*, sendo o *miar* derivado do *miau*, som emitido pelo gato, por exemplo. Saussure (2006:83) antecipava estas críticas dizendo que mesmo as onomatopeias autênticas (gluglu, tic-tac), tem sua escolha arbitrária, pois não passam de imitação aproximativa e já meio convencional de certos ruídos. O *auau* do cachorro, em francês seria *ouaoua* e no alemão fica *wauwau*. Além disso, uma vez introduzidas na língua, se engrenam mais ou menos na evolução fonética, morfológica, dentre outras, que sofrem as outras palavras.

O protótipo natural que motivou o surgimento desta ou daquela onomatopeia sugere a existência de um motivo, de um rudimento de vínculo natural entre esta e seu modelo original, passando a impressão de que o significante seja motivado em relação ao significado, ou seja, não-arbitrário (CARVALHO, 1997:40).

Saussure (2006:152) reconhece que haja certos graus de motivação entre o significante e o significado, tanto que considerou a existência de significantes *arbitrários absolutos* e *arbitrários relativos*. Para Carvalho (1997:42) os números *dez* e *nove*, tomados individualmente, a relação entre o significante e o significado é totalmente arbitrária, isto é, essa relação não é necessária, é imotivada. Já a combinação de *dez* com *nove* formando outro signo, *dezenove*, a arbitrariedade absoluta dos dois numerais se apresenta relativamente atenuada, ou seja, é arbitrariedade relativa. Da mesma forma o par *pera/pereira*, sendo *pera* palavra primitiva (arbitrário absoluto) enquanto que, *pereira*, forma derivada de *pera*, seria um caso de arbitrário relativo, devido à relação sintagmática *pera* + *-eira* e à relação paradigmática estabelecida a partir da associação de *pereira* a *laranjeira* ou *bananeira*.

Num certo sentido – que cumpre não extremar, mas que torna palpável uma das formas dessa oposição – poder-se-ia dizer que as línguas em que a imotivação atinge o máximo são mais *lexicológicas*, e aquelas em que se reduz ao mínimo, mais *gramaticais* (SAUSSURE, 2006:154, grifos do autor).

Pierre Guiraud (apud CARVALHO, 1997:44), propõe a existência de dois tipos de motivação para o signo: a *interna* e a *externa*. A motivação interna, ou intralingüística, ocorre dentro do sistema linguístico, através das relações sintagmáticas e paradigmáticas do sistema. Possui natureza morfológica, sendo assim, compreende a *derivação* e a *composição*.

A derivação pode ser:

- a) *Prefixal* – in + feliz;
- b) *Sufixal* – per + eira;
- c) *Prefixal e Sufixal* – in + feliz + mente;
- d) *Parassintética* – em + tard + ec + e + r;
- e) *Regressiva ou Deverbal* – atraso < atrasar;

Enquanto que a composição pode ocorrer por:

- a) *Justaposição* – televisão, edifício-garagem, minissaia;
- b) *Aglutinação* – planalto (plano + alto), dedurar (dedo + duro + a + r);

Também podemos acrescentar outros processos morfológicos como:

- a) *Abreviação* – foto < fotografia;
- b) *Siglas* – ONU, MEC, IBOPE;

Com relação à motivação externa, ou extralingüística, repousa sobre uma relação entre a coisa significada e a forma significante, fora do sistema linguístico, podendo ser *fonética* como é o caso das onomatopeias (que tendem a se desmotivar com o uso caindo no arbitrário), ou *metassêmica*, que engloba os casos de transferências semânticas. Tem-se como exemplo as metáforas (O aluno encontrou a *chave* do problema) e as metonímias (O *brasileiro* adora futebol), as catacreses (*pernas* da mesa) que, em termos diacrônicos sejam metáforas, e os casos de conversão de palavras ou mudança de classe gramatical (Terrível palavra é um *não*).

O princípio da arbitrariedade do signo é um fenômeno geral, resulta historicamente de uma convenção (arbitrário, convencional) social e é ele que garante o funcionamento ahistórico do sistema linguístico.

Toda palavra é sempre motivada em sua origem e ela conserva tal motivação, por maior ou menor tempo, segundo os casos, até o momento em que acaba por cair no arbitrário, quando a motivação deixa de ser percebida (GUIRAUD, apud CARVALHO, 1997:45).

4.2.3 A linearidade do signo

Convém ampliar a noção de linearidade do signo, a partir daquilo que a Linguística moderna (CARVALHO, 1997:47) chama de *unidades discretas*.

O princípio de discrição baseia-se no fato de que toda unidade linguística possui valor único sem matrizes intermediárias. Desta forma, os elementos de um enunciado linguístico são diferentes entre si, possuem limitações, sem variações. Ou pronunciamos *faca* ou *vaca*, não há um meio termo entre *f* e *v*, que são unidades discretas, separáveis, descontínuas.

Tem-se que as unidades discretas devem ser emitidas sucessivamente. Não são, portanto, concomitantes, simultâneas ou coexistentes, ao contrário, são sucessivas, só podemos emitir um fonema de cada vez, linearmente.

A linearidade é do significante e não do significado, reforça Saussure (2006:84):

Por oposição aos significantes visuais (sinais marítimos etc.), que podem oferecer complicações simultâneas em várias dimensões, os significantes acústicos dispõem apenas da linha do tempo; seus elementos se apresentam um após outro; formam uma cadeia. Esse caráter aparece imediatamente quando os representamos pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos.

Ao olhar um texto impresso vemos que se compõe de signos e estes se compõem de elementos que se agrupam numa direção determinada (no alfabeto latino, por exemplo, se estendem da esquerda para a direita; no alfabeto hebreu ou no árabe, se estendem da direita para a esquerda; no alfabeto mongol, de cima para baixo), enquanto que, quando ouvimos um texto falado, também composto de signos e, estes signos se compõem de elementos que ordenam no tempo, uns vem antes, outros depois (HJELMSLEV, apud CARVALHO, 1997:48-9).

4.2.4 Langue e parole

De acordo com a lógica saussureana é possível reduzir a linguagem a cinco ou seis dualidades ou pares de coisas. Juntamente com o par *sincronia/diacronia*, os conceitos de *langue* (língua) e *parole* (fala) são os mais fecundos.

O que é fato da *langue* encontra-se no campo social e o que é fato da *parole* situa-se na esfera do individual (SAUSSURE: 2006:27). A linguagem possui um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. A língua – para R. Barthes (apud TEIXEIRA COELHO, 1980:18) a linguagem menos a fala – apresenta-se ao indivíduo como um sistema preexistente, uma instituição social com valores acumulados historicamente, onde o indivíduo não possui ascendência enquanto indivíduo. A fala por outro lado, é um ato individual de utilização da língua, tornando assim a comunicação um fenômeno e não apenas uma potencialidade.

Analisando mais detidamente os fatores fundamentais da comunicação linguística, tem-se que, qualquer ato de fala envolve uma mensagem e quatro elementos conexos: o *emissor*, o *receptor*, o *tema da mensagem* e o *código utilizado*. Para Jakobson (1989:19), a relação entre esses quatro elementos é variável. Desde há algum tempo, os linguistas passaram a dar mais atenção às possibilidades evidenciadas pela ênfase da mensagem em outros fatores, particularmente nos dois protagonistas do ato de comunicação, o emissor e o receptor. Contudo, também é possível dar ênfase ao código ou à mensagem, esta atenção com relação à mensagem, propriamente dita, constitui a Função Poética. Essa Função não se confina na poesia apenas. Tal Função pode estar subordinada a outras funções ou, ao contrário, aparecer como a função central, organizadora da mensagem. A concepção da linguagem poética como uma forma de linguagem onde a Função Poética seja predominante, oferece um auxílio na compreensão da linguagem prosaica de todos os dias, em que a hierarquia de funções é diferente.

Os papéis de emissor e receptor podem confundir-se ou alternar-se, o emissor e o receptor podem vir a tornar-se o tema da mensagem, por exemplo. O problema essencial para a análise do discurso é o do código comum ao emissor e ao receptor e subjacente à troca de mensagens. Qualquer comunicação, dirá Jakobson (1989:21), é impossível na ausência de um certo repertório de possibilidades preconcebidas ou de representações pré-fabricadas. Os aspectos entre o código e a mensagem já nos são familiares desde a dicotomia da *langue* e *parole*.

A realidade fundamental com que se tem de haver o linguista está na interlocução, isto é, a troca de mensagens entre emissor e receptor, entre remetente e destinatário, codificador e

decodificador. Volta-se com isso a um estágio antigo da disciplina, da tendência a considerar o discurso individual como a única realidade. Qualquer discurso individual supõe uma troca. Não existe emissor sem receptor. Com relação ao discurso não-pronunciado, a chamada linguagem interior, trata-se apenas de um substituto elíptico e alusivo do discurso explícito e exteriorizado. O diálogo subentende mesmo o diálogo interior. Quando se fala a um novo interlocutor, a pessoa tenta, deliberada ou involuntariamente, alcançar um vocábulo comum, seja para agradar, ou para ser compreendido, ou ainda, para livrar-se dele, empregam-se os termos do destinatário. No domínio da linguagem, a propriedade privada não existe, tudo é socializado. O intercâmbio verbal, assim como qualquer forma de interação humana, requer, ao menos, dois interlocutores.

Um processo de comunicação normal opera com um codificador e um decodificador. O decodificador recebe a mensagem. Conhece o código. A mensagem é nova para ele e, por via do código, ele a interpreta, sintetiza Jakobson (1989:23).

É só a partir do código que o receptor comprehende a mensagem.

4.2.5 A langue

Em seu Curso, Saussure deu extrema importância para a langue, sendo uma coisa de tal modo distinta que um homem privado do uso da parole (fala) consegue conservar a langue (língua), contanto que comprehenda os signos vocais que ouve. A langue possui três concepções: como *acervo linguístico*, *instituição social* e *realidade sistemática* (CARVALHO, 1997:62).

a) *Acervo linguístico*

A langue é uma realidade psíquica formada de significados e significantes (imagens acústicas).

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum

conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo, dizia Saussure (2006:21).

Entende-se que a langue é a soma de sinais depositados em cada cérebro, como se um mesmo dicionário fosse repartido entre os indivíduos. Enquanto acervo linguístico é o conjunto de hábitos linguísticos, diremos assim, que permitem a uma pessoa compreender e ser compreendida. Guarda consigo toda a experiência histórica acumulada por um povo durante a sua existência;

b) *Instituição social*

A langue não está completa em um indivíduo, e só na massa ela existe de forma completa, é ao mesmo tempo, realidade psíquica e instituição social, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade nos indivíduos. É a parte social da linguagem, sendo exterior ao indivíduo, este por si só, não é capaz nem de criá-la, nem de modificá-la. Não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. Sendo a langue uma instituição social, é socialmente que devem ser estudados seus signos;

c) *Realidade sistemática*

A langue é antes de tudo um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas, isso a torna um sistema onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica.

4.2.6 A parole

Se a langue é constante e homogênea, a parole em outra linha é multifacetada e heterogênea. Por se constituir de atos individuais, torna-se múltipla, imprevisível, irredutível a uma pauta sistemática. É um ato individual de vontade e inteligência (SAUSSURE, 2006:22), sendo que, convém distingui-la em: a) as combinações pelas quais o indivíduo realiza o código da langue no intuito de exprimir seu pensamento pessoal e; b) o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações. Saussure (2006:21) considera a parole como o lado executivo da linguagem, sendo a execução não podendo ser feita pela massa, mas somente pelo indivíduo. A parole é a própria langue em ação.

Com relação à fala, pode-se mencionar uma subdivisão da fala em *léxico* e *idioleto* (TEIXEIRA COELHO, 1980:19). Por léxico se entende a fala de determinado grupo, por exemplo, o jargão dos médicos e, por idioleto, a fala específica de um único indivíduo, a linguagem criada por James Joyce (1999) para *Finnegans Wake*, por exemplo. Uma maneira mais geral de exemplificar é considerando na história da pintura, o “estilo” renascentista como sendo a língua, o modo ou maneira de um grupo de pintores como um caso léxico (a escola romana, por exemplo) e uma tela singular, de um determinado autor, como um caso de idioleto.

Temos que, de um lado os atos sociais vêm a formar um sistema, pela sua própria natureza homogênea, enquanto que, de outro lado os atos linguísticos individuais por serem ilimitados, não formam um sistema. A langue é necessária para que a parole seja inteligível e produza seus efeitos, contudo, a parole é necessária para que a langue se estabeleça. Assim, a langue é ao mesmo tempo instrumento e produto da parole.

4.2.7 Sistema e não-sistema ou forma e substância

Em Saussure (apud CARVALHO, 1997:66-7), considera-se que o *sistema* está para a langue assim com o *não-sistema* está para a parole. O sistema é superior ao indivíduo, sendo assim todo elemento linguístico deve ser estudado a partir de suas relações com os outros elementos do sistema, de acordo com sua função e não por suas características extralingüísticas. Para exemplificar, vamos considerar um jogo de xadrez. As peças do jogo são definidas segundo suas funções e ainda, de acordo com as regras do jogo. A forma, a dimensão e a matéria de cada peça constituem propriedades puramente físicas e acidentais, podendo variar livremente sem que, com isso, venham a comprometer a identidade da peça. Essas características são, em si, irrelevantes para o funcionamento do sistema, em nosso caso, o jogo de xadrez. Pode-se até substituir uma peça por outra desde que a substituta venha a ser utilizada conforme as regras estabelecidas. Transportando este exemplo para o campo linguístico, temos que todo elemento linguístico, quer seja uma vogal, uma consoante, um acento, um fonema, etc., deve ser definido linguisticamente apenas de acordo com suas relações, sintagmáticas e paradigmáticas, com os outros elementos ou por sua função no sistema, sem levar em conta suas propriedades acidentais (estrutura acústica, modo de formação, variantes morfo-fonêmicas, etc.).

“[...] a língua é uma forma e não uma substância”, dizia Saussure (2006:141). Para este, *forma*, é usada no sentido filosófico, como essência e não como aparência, que seria seu

correlativo para o sentido estético. As relações entre os elementos linguísticos vêm a constituir a forma, já os elementos da rede constituem a substância. Analogicamente ao jogo de xadrez, as regras do jogo, ou seja, a teia de relações entre as peças estão para a forma, assim como as peças do jogo estão para a substância. A famosa expressão paulistana “dois pastel e um chopps” apresenta alteração apenas na substância, sua estrutura, apesar do “erro”, continua a valer como uma frase da língua portuguesa. Sua forma, o que é de fato relevante para o funcionamento do sistema, não sofreu com a mudança das propriedades físicas de sua substância.

A função da *substância* (ligada à parole) é fazer a ligação com a *forma* (ligada à langue), considerada como a verdade total. O conceito de forma (estrutura) não exclui o componente semântico, ao contrário, é justamente este que dá sentido à noção de forma, sem correr o risco de tornar-se letra morta.

Cabe conceber a forma ainda como *coerência sintática* mais *coerência semântica*. Existe coerência sintática, segundo Carvalho (1997:68), tanto em “*O menino chutou a bola*” como em “*A bola chutou o menino*”. Em ambas as orações há a realização sintaticamente coerente de um dos padrões frasais básicos da língua portuguesa, ou seja, sujeito + verbo + objeto direto. Contudo, só a primeira frase encontra correspondência conceitual, por ser a única que contém uma verdade semântica confiável, uma coerência significativa, constituindo com a coerência sintática da frase.

Aquilo que conhecemos como Estruturalismo, surgiu a partir dos anos 30, partindo da oposição fundamental *Sistema/Não-Sistema*, de Saussure, com o linguista dinamarquês Luís Hjelmslev. O que para Hjelmslev seria *Estrutura*, para Saussure era chamado de *Sistema*.

Partindo do ponto de vista de que uma estrutura é uma rede de relações e, desenvolvendo a formulação básica de Saussure, Hjelmslev postula que a estrutura seria uma entidade com autonomia de dependências internas, e que a língua está para dentro de si mesma (imanência) e não para fora (transcendência). Levando às últimas consequências a formulação de que “a língua é forma e não substância”, Hjelmslev enumerou essas relações e criou a sua teoria: a Glossemática.

Compreende-se por Linguística Estrutural um conjunto de pesquisas que se apoiam numa hipótese segundo a qual é cientificamente legítimo descrever a linguagem como sendo essencialmente uma entidade autônoma de dependências internas ou, numa palavra, uma estrutura, dizia Hjelmslev (apud CARVALHO, 1997:149).

Para o linguista, a análise da língua, sob o ponto de vista estrutural, permite destacar constantemente partes que se condicionam reciprocamente, que por sua vez dependem de determinadas outras, não sendo concebível nem definível sem essas outras partes. Reduz o seu objeto a uma rede de dependências, considerando-se os fatos linguísticos como existindo em razão um do outro.

No livro *Omkring*, de 1943, Hjelmslev (apud CARVALHO, 1997:161) rejeita qualquer interferência de outras ciências na análise das línguas. Afirmava que a língua fora até então um meio e não fim. Em outras palavras, a Linguística não passava de um caminho para se atingir o conhecimento de fatos exteriores à língua, tais como os pré-históricos, históricos, físicos, sociais, literários, filosóficos e até mesmo, psicológicos. Para o autor, apesar da variedade de abordagens, um ponto de vista sobre a língua acabou ficando de fora: o ponto de vista linguístico. Deve-se buscar na língua uma constante que só pode existir na própria língua e não numa outra realidade estranha a ela.

4.2.8 Sincronia e diacronia

Saussure conferia grande prioridade com relação à pesquisa descritiva (sincronia) em detrimento da pesquisa histórica (diacrônica), rompendo com a tradição dos neogramáticos.

Em Linguística, distinguem-se os fenômenos de duas diferentes maneiras: 1) do ponto de vista de sua configuração sobre o eixo AB das simultaneidades, ou seja, das relações entre coisas coexistentes, excluindo-se assim qualquer consideração sobre o tempo e; 2) de acordo com a posição do fenômeno sobre o eixo das sucessividades, CD, onde cada coisa deve ser considerada por si, sem deixar de lado, que todos os fatos do primeiro eixo aí se situam com suas transformações. Representado no Curso (SAUSSURE, 2006:95), fica assim:

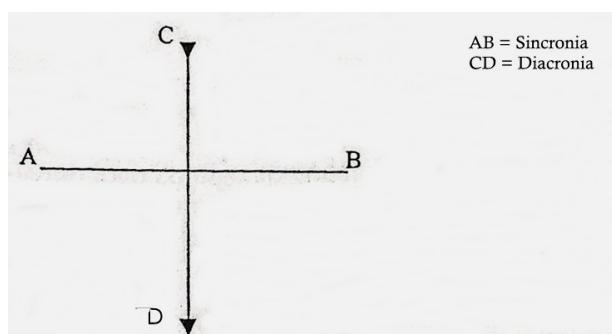


Figura 07 - Eixo da sincronia e diacronia

- No eixo AB, das simultaneidades, o linguista deve se ater às relações entre os fenômenos existentes ao mesmo tempo num determinado momento do sistema linguístico, podendo ser tanto no presente, quanto no passado. Distinguindo fatos da langue sincrônico de fatos da langue diacrônico, estabelece-se que é sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da ciência e, diacrônico o que diz respeito às evoluções. Para Saussure (2006:96), a *sincronia* está para um estado da langue assim como a *diacronia* está para uma fase de evolução. Pertence à sincronia tudo o que se chama de “gramática geral”, pois é somente pelos estados da língua que se estabelecem as diferentes relações que incubem à gramática. A sincronia opera sobre os falantes a partir de uma única perspectiva, a saber, a dos falantes, consistindo o seu método em observar-lhes o testemunho. O objetivo da sincronia, para Martinet (apud CARVALHO, 1997:93), é observar e descrever o funcionamento do sistema linguístico num lapso de tempo suficientemente curto para que, na prática, se possa considerar um ponto no eixo do tempo. A Linguística sincrônica vai se ater das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistema, tais como são notados pela consciência coletiva. Complementa Kadota (2004:35) que este eixo corresponde então ao conjunto dos fatos da língua que estão em estudo no momento da pesquisa, excluindo sua temporalidade ou realidade história, priorizando a disposição dos elementos de linguagem e suas conexões.

- No eixo CD, das sucessividades, o linguista tem como objetivo a relação entre um dado fenômeno e outros fenômenos anteriores ou posteriores, fenômenos estes que o precederam ou lhe sucederam. Um exemplo seria o termo “você” que historicamente evoluiu de “vosmicê”, que por sua vez era antes, “vossa mercê”. É diacrônico tudo o que diz respeito às evoluções, não possui um fim em si mesmo. Tudo quanto seja da ordem da diacronia na língua, não o é senão pela parole (fala). É na fala que se acha o germe de todas as modificações, lançadas a princípio, a um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso, só entram no campo de observação no momento em que a coletividade as acolhe. A Linguística diacrônica estudará as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si. É, portanto, dinâmica. As técnicas da Linguística diacrônica consideram duas perspectivas: uma *prospectiva*, que acompanhe o curso do tempo, e outra *retrospectiva*, que faça o caminho inverso. O método prospectivo vai comparar dois ou mais estados da mesma língua, usado

principalmente em Linguística Histórica. Já o método retrospectivo, ou comparativo, estuda estados de língua que tenham parentesco entre si. Através da indução e dedução, é possível chegar ao estado do último antepassado comum a todos os estados conhecidos. Na prática os métodos são aplicados concomitantemente.

O fato de Saussure ter dado prioridade para os estudos sincrônicos, encontra seu correlato nos estudos da langue (língua) como sistema de valores. O linguista só pode realizar a abordagem deste sistema, analisando suas relações internas (sintagmáticas e paradigmáticas), sua estrutura, sua sincronicidade.

O falante não possui consciência da sucessão de fatos da langue no tempo. A única realidade tangível que se lhe apresenta de forma imediata é o estado sincrônico de língua. Retomando o jogo de xadrez (SAUSSURE, 2006:104) como exemplo, diríamos que, cada posição de jogo corresponde a um estado de língua. O valor de cada peça depende da posição que ela ocupa no tabuleiro, da mesma forma, na língua, cada elemento tem seu valor determinado pela oposição e pelo contraste com os outros elementos. O deslocamento de uma peça não traz uma mudança geral no sistema, faz somente com que ele passe de um equilíbrio a outro, ou de uma sincronia a outra.

Este deslocamento que falamos (CARVALHO, 1997:90) é um fato absolutamente distinto do equilíbrio precedente e do equilíbrio subsequente. Em uma partida de xadrez, qualquer posição dada possui como característica individual estar livre de seus antecedentes, é totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por este caminho ou aquele. Para distinguir a diacronia da sincronia, Saussure propõe que, o indivíduo que acompanhou toda a partida de xadrez não tem a menor vantagem sobre o curioso que, em espiar o estado do jogo no momento crítico, é perfeitamente inútil recordar o que ocorreu dez segundos antes.

Uma falha neste pensamento trata-se de que enquanto o jogador tem o poder de deslocar peças conscientemente e, assim, agir intencionalmente sobre o sistema, ou no caso o jogo de xadrez, o falante nada premedita, não lhe é dado logicar, sendo a língua espontânea. Podemos citar o exemplo da palavra “romaria”, resultado da relação sintagmática entre *Roma* e o sufixo *-aria*, pois significava, historicamente, uma peregrinação a Roma para ver o Papa. O uso desgastou-lhe o sentido original e hoje romaria pode ser qualquer tipo de peregrinação ou de procissão religiosa. A menos que venha explicitado “romaria a Roma”, aquele que ouve o signo não considera esta possibilidade.

A arbitrariedade do signo é outra consideração que levou Saussure a dar ênfase na sincronia. O signo linguístico teria condições de resistir à ação transformadora do tempo,

mantendo-se imutável, não fosse a relação entre o significante e o significado afetados pela contingência do fluir temporal. É exatamente por ser uma entidade histórica que a língua exige, uma análise a-histórica, ou melhor dizendo, sincrônica. Só assim, o linguista pode definir com segurança os elementos existentes nas suas relações internas.

Para Carvalho (1997:95) a língua será sempre sincronia *E* diacronia em qualquer momento da sua existência. Há determinados problemas, por exemplo, em que a descrição sincrônica pode perfeitamente ser conjugada com a explicação diacrônica, ampliando a análise feita pelo linguista. De acordo com Jakobson (1989:26) a grande confusão foi a separação acentuada entre sincronia e diacronia. Uma é a dicotomia entre sincronia e diacronia, outra coisa é a dicotomia entre estático e dinâmico. Estático não é o mesmo que sincrônico. Se, num cinema, lhe pedem para descrever o que estão vendo num determinado momento da tela, não será visto algo estático, ver-se-á cavalos a correr, pessoas a andar e outros movimentos. O estático talvez esteja nos cartazes, mas não o sincrônico. Supõe-se que um cartaz permaneça imutável durante um ano: aí está o estático.

As significações linguísticas são diferenciais ao mesmo passo em que os fonemas são unidades fônicas diferenciais (JAKOBSON, 1989:29). Os estudiosos sabem que os sons da fala apresentam variantes contextuais e variantes facultativas, situacionais (alofones e metafones), além dos fonemas. Da mesma forma, no nível semântico, encontram-se significações contextuais e significações situacionais, contudo, só a existência de elementos invariantes permite reconhecer as variações. O problema dos invariantes, tanto a nível do som como do sentido, é um problema crucial para a análise de um determinado estágio de uma língua dada.

Jakobson (1989:30) adverte que a identificação e a diferenciação, não passam de duas faces de um único problema nos dois níveis do significante e do significado. Alguns teóricos afirmam que a sintaxe se ocupa das relações dos signos entre si e a semântica das relações entre os signos e as coisas. No quadro da linguística sincrônica, a linguagem implica dois eixos: a sintaxe se ocupa do eixo dos encadeamentos (concatenação) e, a semântica do eixo das substituições. Em “o pai tem um filho”, as relações entre “o”, “pai”, “tem”, “um” e “filho” situam-se no nível da cadeia verbal, são relações sintáticas. Ao se comparar os contextos – “o pai tem um filho”, “a mãe tem um filho”, “o pai tem uma filha”, “o pai tem dois filhos”, substitui-se certos signos por outros e as relações semânticas passam a ser relações tanto linguísticas quanto sintáticas. A concatenação implica a substituição.

4.2.9 Relações sintagmáticas e paradigmáticas

Saussure (2006:158) abordava em seu Curso que tudo o que compõe um estado de língua pode ser deduzido a uma teoria das associações e dos sintagmas, sendo necessário deduzir cada fato à sua ordem, sintagmática ou associativa, coordenando assim toda a Gramática sobre esses dois eixos.

As *relações sintagmáticas (in praesentia)* baseiam-se no caráter linear do signo linguístico, excluindo a possibilidade de se pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. A língua é formada de elementos que se sucedem um após outro de forma linear, na fala. Esta relação é o que Saussure denomina como sintagma.

“O sintagma se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas”, dizia Saussure (2006:42).

Uma vez na cadeia sintagmática, um termo passa a ter valor em virtude do contraste estabelecido com aquele que o precede ou sucede, ou ainda, a ambos. Um termo não pode aparecer ao mesmo tempo que outro devido à sua linearidade. Por exemplo, quando se diz “*Hoje fez calor*”, não se pode dizer *je* antes do *ho*, nem *ho* ao mesmo tempo que *je; lor* antes de *ca*, ou *ca* ao mesmo tempo com *lor*. É essa cadeia fônica, reforça Carvalho (1997:110), que faz com que se estabeleçam relações sintagmáticas entre os elementos integrantes.

A noção de sintagma não se restringe somente às palavras, mas também aos grupos de palavras e às unidades complexas de toda dimensão e de toda espécie: palavras compostas, derivadas, membros de frase, frases inteiras. Em sentido lato, sintagma, é toda e qualquer combinação de unidades linguísticas na sequência de sons da fala, a serviço da forma da língua.

As relações sintagmáticas estão sujeitas à limitação imposta pelo significado, ou conteúdo semântico da mensagem. Segundo o exemplo de Carvalho (1997:113): *o Brasil planta soja, planta o Brasil soja, soja o Brasil planta, o Brasil soja planta, soja planta o Brasil, planta soja o Brasil*. Os diversos elementos da oração puderam se relacionar sintaticamente de seis maneiras diferentes, conservando-se o mesmo conteúdo semântico. Porém, a combinação *o soja planta o Brasil* torna-se inviável, uma vez que, não encontra correspondência conceitual no espírito do falante.

Fora do discurso, isto é, fora da cadeia sintagmática e utilizando o exemplo *Hoje fez calor*, dizemos *hoje* pensando opô-lo a outro advérbio, *ontem* ou *semana passada*, por exemplo, ou *fez* em oposição a *faz* e *calor* a *frio*, o que se estabelece é uma *relação associativa, paradigmática (in absentia)*, pois os termos *ontem*, *faz* e *frio* não estão presentes no discurso. Estes elementos encontram-se na memória do indivíduo, numa *série mnemônica*

virtual. As palavras que oferecem algo de comum associam-se na memória e assim se formam grupos que imperam relações diversas das sintagmáticas, relações associativas, ou relações paradigmáticas.

O paradigma seria uma espécie de “banco de reservas” da língua, é o conjunto de unidades suscetíveis de aparecer num mesmo contexto. As unidades do paradigma opõem-se, sendo que uma exclui a outra, se uma está presente no discurso, outras estão ausentes. Saussure (2006:146) usa como exemplo a palavra *enseignement* (ensino) que desperta associações como *enseigner*, *renseigner* (ou outros termos da mesma área semântica como: educação, aprendizagem), para afirmar que cada elemento linguístico evoca no falante ou no ouvinte a imagem de outros elementos. Um caso de paradigma, por exemplo, trata-se da indumentária, os vários grupos de peças que se pode usar ao mesmo tempo sobre uma parte do corpo (sobre a cabeça: chapéu, boné, barrete; sobre o pé: bota, sapato, sandália; etc.). Um sintagma, nesse caso, seria a combinação real, sobre uma pessoa, de um chapéu com um sapato, uma camisa, etc.

Se, um sintagma suscita em seguida a ideia de uma ordem de sucessão e de um número determinado de elementos, por outro lado, os termos da cadeia paradigmática não se restringem nem em número definido nem numa ordem determinada. São estas colunas verticais de termos que se chama de paradigmáticas, já o eixo sintagmático se encontra numa linha horizontal, como visto na figura:

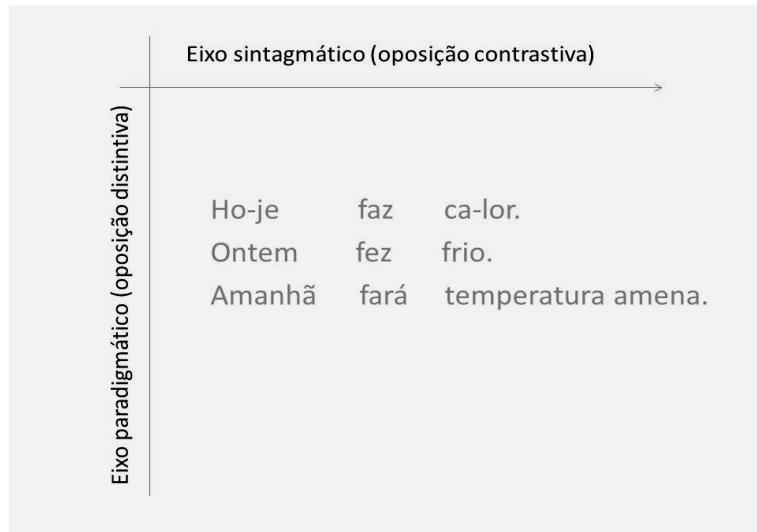


Figura 08 - Eixo sintagmático e paradigmático

As relações associativas (paradigmáticas) podem estabelecer-se tanto entre os significantes como entre os significados. No plano do significante dão origem aos diversos sistemas fonológicos que vão distinguir uma língua da outra. Já no plano do significado são de natureza gramatical como as declinações, conjugações, afixos, desinências, incluindo-se aqui as palavras gramaticais (artigos, provérbios, numerais e conjunções). As relações associativas entre significados lexicais constituem os campos semânticos, estabelecendo-se a partir de significações lexemáticas, formando uma série aberta, embora limitada.

O princípio da linearidade é o que possibilita a realização do sintagma, combinando elementos que contrastam entre si na cadeia da fala. Um fonema contrasta com outro fonema, um morfema contrasta com outro morfema e um termo da oração com outro termo da oração, formando desta forma, o contexto linguístico.

Sabe-se que estas combinações não é algo aleatório, mas sim de relações distribucionais específicas, previstas pelo sistema funcional e reconhecidas como pertinentes pelo usuário, de cujo manejo este dispõe, em decorrência da competência inerente a ele enquanto falante nativo.

Entende-se, a partir daqui, que a frase é o protótipo do sintagma. Sendo a frase pertencente ao âmbito da fala (*parole*), Saussure (2006:144) considera que todos os tipos de sintagmas pertencem à língua e não à fala. A liberdade de que gozam é apenas, aparente, uma vez que se trata de uma liberdade monitorada.

Existem sintagmas que são frases feitas, cristalizadas, clichês, nas quais o uso proíbe qualquer alteração, por exemplo, as expressões “ora essa!”, “não diga!”, “veja só”, “dar com os burros n’água”, “é isso aí”, etc.

Os sintagmas na fala são construídos a partir de formas regulares e que pertencem à língua. Se uma palavra como “incorolável” (derivada de *incolor*) – sugerido por Carvalho (1997:117) – chegar a surgir na fala e passar a fazer parte do sistema linguístico, considera-se que tal fato não foi aleatório, mas sim está calcado em outros modelos ou paradigmas já existentes no sistema, como imperdoável ou infatigável. A própria potencialidade da língua possibilita sua criação através da analogia, tais formações só se tornam possíveis através da lembrança de um número suficiente de palavras semelhantes pertencentes à língua.

Ressalta-se ainda a estreita relação existente entre o sintagma e a fala, uma vez que, “no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual” (SAUSSURE, 2006:145).

Para Orlandi (2012:82), o dito traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito mas presente). O motivo fica como subentendido. O subentendido depende do contexto, não

pode ser asseverado como necessariamente ligado ao dito. O não-dito é subsidiário ao dito, de alguma forma, o complementa, acrescenta-se.

Considera-se, na análise de discurso, que há sempre um não-dizer necessário. Quando se diz “a”, o não-dito “b” permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de “a”, uma forma discursiva pressupõe uma outra. “Terra” significa pela sua diferença com “terra”, “com coragem” significa pela sua relação com “sem medo”, etc. O que já foi dito, mas já foi esquecido, possui um efeito sobre o dizer que se atualiza, o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva.

4.2.10 Na língua só existem diferenças

A noção de valor, para Saussure, está ligada à ideia de forma. A língua é forma e não substância, pode-se dizer que a língua não se encontra na substância fônica nem na substância gráfica, também não existe nas ideias, ou nos conceitos. Saussure (2006:131) compara a língua a uma folha de papel, sendo que, o pensamento seria o anverso e o som o verso, não é possível cortar um sem que para isso o outro também não se corte. Desta forma, na língua, não se pode isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som.

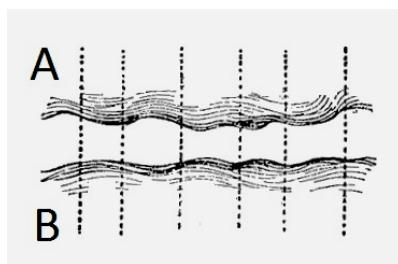


Figura 09 - A interface entre o plano das ideias (A) e o plano do som (B)

O papel da linguagem é cortar a interface em subdivisões, indicando pelas linhas pontilhadas, estabelecendo assim uma série de relações entre ideias e sons particulares. A característica principal da língua frente ao pensamento não é o de criar um meio fônico material para a expressão das ideias, mas sim servir de intermediário entre o pensamento e o som.

O que hoje se conhece como *princípio da dupla articulação da linguagem*, termo consagrado pelo linguista francês, André Martinet (apud CARVALHO, 1997:135), teve seu fundamento a partir das considerações saussurianas: “[...] cada termo linguístico é um

pequeno membro, um ‘*articulus*’, em que uma ideia se fixa num som e em que um som se torna o signo de uma ideia”. Martinet acrescenta que a primeira articulação se constitui a partir das experiências a transmitir, nas necessidades que se pretende revelar a outros, estaria assim representando as ideias. Já a segunda articulação está para os sons, seria a forma vocal analisável numa sucessão de unidades discretas, que contribuem para distinguir o termo “cabeça” de outras unidades como “cabaça” e “cabeço”.

Saussure (2006:133) chama a atenção para que não se confunda significação com valor. Valor, neste caso, não se apresenta com conotação estimativa, não possui qualquer ideia valorativa, entretanto, uma palavra só pode ser comparada com algo da mesma natureza, ou seja, com uma mesma palavra. Além da comparação, o valor é resultado também de oposições funcionais entre os termos do sistema linguístico. O valor de qualquer que seja o termo está determinado por aquilo que o rodeia.

Pode-se entender a significação quando um conceito como “*julgar*” esteja unindo à imagem acústica /*julgar*/, numa palavra. Para Saussure, o valor é que dinamiza a significação.

Segue o exemplo da palavra *teacher* que só adquire valor próprio a partir da coexistência de *professor*, o valor é fixado a partir da situação recíproca das peças da língua, ou ainda, do equilíbrio de termos complexos que se condicionam reciprocamente. Da relação estabelecida entre os dois signos resulta o valor de cada um deles, assim como a significação individual.

Carvalho (1997:137) conclui que, valor resulta sempre e necessariamente a partir de uma relação e, o valor linguístico é sempre um valor semântico, um valor significativo. Isto quer dizer que, só tem valor na língua a relação que esteja a serviço de uma significação.

Tomemos ainda as unidades discretas, ou os elementos da linguagem, só tem valor ao passo em que não se confundem umas com as outras, pois as relações entre elas se estabelecem via oposições funcionais ou relações distintivas. Sendo a língua uma rede de pares opositivos, pode-se ter mais claramente a noção saussuriana (2006:139) de que na língua só existem diferenças.

Partindo desta noção, Jakobson (apud CARVALHO, 1997:153) demonstra que um som linguístico para ser classificado como fonema depende de certos traços distintivos, cuja presença ou ausência é que irão determinar o seu valor, por oposição paradigmática, em relação aos demais fonemas da língua. Este critério distintivo de presença ou ausência ficou conhecido como *oposições funcionais, distintivas ou pertinentes*.

Para Jakobson (1989:29), as significações linguísticas são diferenciais no mesmo sentido em que, os chamados fonemas, são unidades fônicas diferenciais, descrevendo o fonema pelo que ele não é, ou seja, por aquilo com que ele não se confunde.

O valor existe tanto no plano do significante (mala/bala) como no do significado (meninoØ/meninos), um significante só vale em relação a outro significante e um significado, em relação a outro significado. Entramos aqui na noção de campo semântico, em que cada signo funciona como uma parcela semântica inserida na totalidade deste campo. Cada signo, sendo parcela, tem seu valor próprio e, ao mesmo tempo, delimita o valor dos outros signos. Lar, casa, residência, moradia, domicílio, etc., formam o campo semântico de abrigo, por exemplo.

“O valor resulta sempre de uma *comparação* (relações sintagmáticas) e de *oposições funcionais* (relações paradigmáticas) entre os termos do sistema linguístico”, afirma Carvalho (1997:139, grifos do autor).

Uma mensagem pode ser composta por diversos signos os quais tem um valor, uns em relação aos outros, sendo cada um deles dividido em duas partes, que unidas, constituem a significação. Por exemplo, o signo /gata/ pode remeter tanto ao “animal da classe dos felinos, fêmea de gato” quanto à “mulher bonita”, conforme seu entorno, que pode ir desde os signos a sua volta imediata até o nome do jornal em cuja primeira página aparece esse signo.

A questão da significação nos leva a uma abordagem dos fenômenos de *conotação* e *denotação* do signo. De um signo denotativo pode-se dizer que ele veicula o primeiro significado derivado do relacionamento entre um signo e seu objeto, enquanto que, o signo conotativo põe em evidência significados segundos que vêm agregar-se ao primeiro naquela mesma relação signo/objeto. Continuemos com o exemplo, na frase “*a gata estava deitada sobre a cama*”, denotativamente, pode-se entender que um animal estava deitado na cama e, conotativamente, que sobre a cama estava deitada uma mulher. A conotação pode ser entendida como um outro modo de conceber o mesmo objeto, trazendo para o receptor do signo uma concepção subsidiária do objeto.

Na teoria de Saussure (apud TEIXEIRA COELHO, 1980:26), a linguagem é essencialmente uma rede de relações língua/fala, significante/significado, notação/conotação. De um lado, o que se tem são as relações estabelecidas entre as palavras de um discurso, que se combinam umas com as outras e umas após as outras, devido ao caráter linear da língua, impedindo-se assim a possibilidade de dois signos serem pronunciados ao mesmo tempo.

O trabalho da semiologia é propor um modelo para entendimento dessa estrutura central, por exemplo, que orienta o teatro em geral (ou o cinema, a gestualidade, o espaço,

etc.) e não apenas propor um modo de ler, ou traduzir todas as peças. O que interessa à semiologia é saber como se processa a interpretação do signo e qual seu alcance sobre seu receptor ou intérprete.

Os signos aqui, não são lidos em si mesmos, mas sim declarativamente, ou seja, na relação mantida com o texto que os enuncia. Isto equivale a dizer que o significado de cada um dos signos está contido no texto dentro de cujas fronteiras vêm esses mesmos signos formulados.

Para Richard Demarcy (apud TEIXEIRA COELHO, 1980:46), o isolamento de um signo e a leitura de seu significado somente se apresentam como possíveis ao relacionar-se o signo com a sociedade, apenas podem ser verificados quando o signo for lido a partir da sociedade. Para se chegar a isto, Demarcy toma emprestado um texto de R. Barthes⁵, onde são descritos três tipos de consciências: a *simbólica*, a *paradigmática* e a *sintagmática*. É esta última que está associada a muitos estudos da semiologia, a consciência sintagmática propõe a leitura do sentido como algo a ser feito dentro da obra, dentro do texto oferecido, nos limites da relação ou combinação do signo com os signos vizinhos. A consciência simbólica estabelece a leitura do signo como alvo que deve ser feito através de seu relacionamento com a sociedade, a consciência que retira o signo da obra para poder lê-lo. Oferece-se assim um tipo de leitura transversal, oposta ao modelo tradicional de leitura, no qual o espectador se entrega à obra. A extração do signo é seguida pelo relacionamento deste com a cultura e a sociedade que o engendram, examinando-se o lugar e a função por ambas dadas ao signo. É algo como uma pergunta que viria antes do *o que é?*, deve-se perguntar: *o que é esse objeto na realidade, do que é reflexo?* Levantando-se estas questões poderá se chegar à ideologia da obra, sua verdadeira temática, a visão de mundo oferecida, quase sempre encoberta pelos signos.

A leitura dos signos, em muitas semiologias, se faz através das posições ocupadas por eles e das oposições entre eles estabelecidas, utilizando-se a consciência sintagmática e paradigmática, esta última procedendo à seleção e à explicação desta seleção dos signos, e a consciência sintagmática efetuando (e depois explicando) a combinação entre eles. O método de leitura, explica Teixeira Coelho (1980:48), tem de apresentar-se como um método de ida e volta. Num primeiro momento, confronta-se o signo isolado com a sociedade que o formulou, obtendo-se seu significado em relação a esse social; por exemplo, vermelho = revolução. Num segundo momento, procura-se confirmar esse significado no universo da obra,

⁵ “L'imagination du signe”, in *Essais critiques*.

relacionando-se esse signo com os demais presentes no texto, identificando entre eles traços de afinidade ou de oposição, observando sentidos comuns, descobrindo a permanência de um significado através de significantes variados.

Os significados isolados pela leitura meramente paradigmática/sintagmática são aqueles que a consciência simbólica já poderia ter proposto desde o início. De outra forma, esta necessita daquela para ratificar, a nível da obra, os significados propostos, evitando com isso escapar o social e o político e desprezar o estético, por exemplo.

Se numa primeira semiologia procurava-se desenvolver um discurso supostamente isento dos compromissos ideológicos, a proposta de Demarcy vai reinstalar o político e o ideológico no seio do signo e da semiologia. Esse trabalho que a semiologia propunha, era na verdade, uma operação de eliminação do signo, pois o signo é sempre signo de uma ideologia e para uma ideologia, sendo apenas dentro desta que ele possui sentido, que seu significado pode ser percebido. Sob um ponto de vista semiológico, a função primeira da ideologia é afogar o significado dos signos em falsos significados, apresentando como “evidente” algo que está longe de sê-lo, assim como sugerido por Barthes em suas *Mitologias*. Para Louis Althusser (apud TEIXEIRA COELHO, 1980:49), a ideologia apresenta-se como um sistema de representações (signos) dotado de existência e papel históricos numa sociedade. Já Umberto Eco (*Ibid.*), considera a ideologia como um mascaramento (signo) teórico, com pretensões de objetividade científica das relações sociais concretas, ou ainda, como uma mensagem (signo) que, partindo de uma descrição fatual, tenta a justificação teórica dessa descrição e que a sociedade integra como elemento de código.

Nestas atividades de desconstrução é que se poderá postular a existência de uma prática semiológica cuja finalidade não é somente ler o signo, mas além disso, instaurar o homem numa nova relação com o mundo. A atuação ao nível do signo, de fato, não altera de imediato o mundo, mas não se pode dispensar facilmente, como inadequada, a ideia de que essa atuação se apresenta como dispensável.

4.3 Os problemas da linguagem

Jakobson (1989:17) via a linguagem como um caso particular dessa subclasse de signos sob o nome de símbolos, comparando-a com outros sistemas simbólicos, como o sistema de gestos. Não há igualdade entre os diferentes sistemas de signos, e a linguagem é o sistema semiótico mais importante, é o próprio fundamento da cultura. Izidoro Blikstein escreve no prefácio do livro de Jakobson (1989:11) que, o autor preocupava-se com a relação

entre o som e o significado. Seu ponto de partida é o caráter simbólico da arquitetura fônica do sistema linguístico. Pode-se depreender desta arquitetura, uma meta-estrutura significativa, com validade além do próprio fonema como ao nível da palavra, da frase, período. O objetivo último de Jakobson é a semântica, o nexo entre som/significado vem da superposição do princípio da similaridade sobre o da contiguidade que, como se sabe, constituem os dois polos básicos da linguagem humana. O instrumento principal de comunicação que porta a informação é a língua – não tanto a língua dos intelectuais, dos escritores, dos doutores, opressivamente controlada pela gramática, mas o falar de todos os dias, cujos trocadilhos, invenções verbais, com suas figuras de linguagem, revelam as estruturas subliminares (*patterns*) usada pelo povo. No processo de comunicação, o destinatário da mensagem a decodifica segundo um signo interpretante, ocorrendo o fenômeno de comutação de código.

Para Jakobson (1989:34), se a afasia trata-se de uma perturbação da linguagem, segue-se daí que toda a descrição e classificação das perturbações afásicas deve ter início pela questão de saber quais aspectos da linguagem são prejudicados. Para se estudar de modo adequado qualquer ruptura nas comunicações, deve-se primeiro compreender a natureza e a estrutura do modo particular de comunicação que cessou de funcionar.

Falar implica a seleção de certas entidades linguísticas e sua combinação em unidades num alto grau de complexidade. Isto é imediatamente evidenciado ao nível lexical, pois quem fala seleciona palavras e as combina em frases de acordo com o sistema sintático da língua utilizada. As frases são combinadas em enunciados. Entretanto, aquele que fala não é, de modo algum, agente livre na sua escolha de palavras, a seleção, exceto em raros casos de neologismos, deve ser feita a partir do repertório lexical que ele próprio e o destinatário da mensagem possuem em comum.

“Você disse porco ou porto?” perguntou o Gato, em *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll. “Eu disse porco”, respondeu Alice. Neste enunciado, o destinatário, no caso o Gato, se esforça em captar uma escolha linguística feita pelo remetente. Em português corrente, a diferença entre uma oclusiva velar (o /k/ de /porku/) e uma oclusiva dental (o /t/ em /portu/), mesmo se todo o restante for igual, pode modificar a significação da mensagem. Alice, nos diz Jakobson (1989:38), usou o traço distintivo “velar/dental” rejeitando o segundo para escolher o primeiro dos dois termos opostos, combinando no mesmo ato de fala essa solução com alguns traços simultâneos, pois o /k/ é surdo por oposição a /g/ sonoro, e oclusivo por oposição a /r/ vibrante velar. Todos estes atributos foram combinados num feixe de traços distintivos que se chama fonema. O fonema /k/ é precedido e seguido pelos fonemas /p/, /o/, /r/ e /o/, nos quais também são feixes de traços distintivos produzidos

simultaneamente. A concorrência de entidades simultâneas e a concatenação de entidades sucessivas são os dois modos pelo qual nós combinamos os constituintes linguísticos na fala.

Os feixes de traços como /k/ ou /t/, ou as sequências de feixes em /porku/ e /portu/ não são inventados pelo falante. Nem tampouco pode o traço distintivo verbal/velar, ou o fonema /k/, aparecer fora do contexto. O traço velar aparece combinado com outros traços concomitantes e o repertório de combinações desse traço em fonemas como /p/, /b/, /t/, /d/, /k/, /g/, etc., é limitado pelo código da língua. Este código impõe limitações às possíveis combinações do fonema /k/ com os fonemas subsequentes e/ou precedentes, só uma parte das sequências de fonemas permissíveis é realmente utilizada no estoque lexical de uma língua dada. Mesmo se, teoricamente, outras combinações de fonemas são possíveis, aquele que fala é apenas um usuário, não um criador de palavras. Diante de palavras individuais, espera-se que sejam unidades codificadas. Para se compreender a palavra *nylon*, por exemplo, deve-se saber o significado atribuído a esse vocábulo no código lexical do inglês moderno.

Em toda língua existem as palavras-frases, que são grupos de palavras codificadas, o significado da fórmula “*como vai você*” não pode ser inferido da adição dos significados de seus constituintes lexicais. O todo não é igual à soma das partes. Para que se possa compreender a maioria dos grupos de palavras, basta estar familiarizado com as palavras constituintes e com as regras sintáticas de suas combinações. Dentro desses limites, há uma certa liberdade de ordenar as palavras em novos contextos. Contudo, tal liberdade é relativa e a pressão dos chavões usuais sobre nossa escolha de combinações é considerável. A liberdade de compor novos contextos é inegável, apesar de algo do tipo ocorrer com pouca frequência.

Para Jakobson (1989:39), todo signo linguístico implica dois modos de arranjo:

- a) *Combinação*: todo signo é composto de signos constituintes e/ou aparecem em combinação com outros signos. Uma unidade linguística serve, ao mesmo tempo, de contexto para unidades mais simples e/ou encontra seu próprio contexto em uma unidade linguística mais complexa. Toda unidade linguística liga-as numa unidade superior, combinação e contextura são as duas faces de uma mesma operação;
- b) *Seleção*: uma seleção entre termos alternativos implica a possibilidade de substituição de um pelo outro, equivalente ao primeiro num aspecto e diferente em outro. Seleção e substituição são as duas faces de uma mesma operação.

Saussure estabeleceu que a combinação se mostra *in praesentia*, nas relações sintagmáticas, baseando-se em dois ou vários termos igualmente presentes dentro de uma mesma série efetiva, enquanto que a seleção une os termos *in absentia*, nas relações paradigmáticas, como membros de uma série mnemônica virtual. Isto quer dizer que a seleção concerne às entidades associadas no código, mas não na mensagem dada, ao passo que, nos casos de combinação, as entidades estão associadas em ambos ou somente na mensagem efetiva.

De acordo com Jakobson (1989:40):

O destinatário percebe que o enunciado dado (mensagem) é uma combinação de partes constituintes (frases, palavras, fonemas, etc.) selecionadas do repertório de todas as partes constituintes possíveis (código).

Os constituintes de um contexto possuem um estatuto de *contiguidade*, enquanto num grupo de substituição os signos ligam-se entre si por diferentes graus de *similaridade*, oscilando entre a equivalência dos sinônimos e o fundo comum dos antônimos. Duas referências servem para se interpretar o signo, uma ao código e outra ao contexto, seja ele codificado ou livre. Nestes casos, o signo está relacionado com outro conjunto de signos linguísticos, por uma relação de alternação e justaposição, respectivamente. Os constituintes de qualquer mensagem ligam-se, necessariamente, ao código por uma relação interna e à mensagem por uma por uma relação externa. Continua Jakobson (199:41):

Uma dada unidade significativa pode ser substituída por outros signos mais explícitos do mesmo código, por via de que seu significado geral se revela, ao passo que seu sentido contextual é determinado por sua conexão com outros signos no interior da mesma sequência.

4.3.1 Distúrbios por similaridade e a afetação da metáfora

Alguns distúrbios da fala podem afetar a capacidade que o indivíduo tem de combinar e selecionar as unidades linguísticas (JAKOBSON, 1989:41). É possível distinguir dois tipos fundamentais de afasia, de lado temos que a deficiência principal se encontre na seleção e substituição, enquanto que a combinação e a contextura ficam relativamente estáveis e, por

outro lado, a deficiência resida na combinação e contextura, com uma retenção relativa das operações de seleção e substituição normais.

Para aqueles indivíduos com deficiência de seleção, o contexto constitui fator indispensável e decisivo. Ao se apresentar fragmentos de palavras ou frases, o indivíduo afásico as completa com muita facilidade, sua linguagem é meramente reativa, ele continua facilmente uma conversa, mas apresenta dificuldades em começar um diálogo. É capaz de responder a um interlocutor, seja ele real ou imaginário (quando ele próprio é o interlocutor), mas é particularmente difícil empreender ou até mesmo compreender um discurso fechado como o monólogo. Quanto mais seus enunciados dependam do contexto, melhor será sua tarefa verbal. A frase “chove” só poderá ser dita se aquele que a pronuncia perceber que realmente chove. Quanto mais uma palavra depender de outras da mesma frase e quanto mais se relacionar com o contexto sintático, menos afetada será pelo distúrbio da fala, geralmente, o sujeito, principal agente subordinante da frase tende a ser omitido.

Nos distúrbios por similaridade, as frases são concebidas como sequências elípticas, a serem completadas a partir de frases anteriormente ditas, quando não imaginadas, pelo próprio afásico ou recebidas por ele de um interlocutor real ou imaginário. Palavras-chaves podem ser eliminadas ou trocadas por substitutos anafóricos abstratos. Num caso de afasia amnésica, por exemplo, o termo *Ding* (coisa), ou *Stückle* (pedaço), era usado como substituto para todos os nomes inanimados e, *überfahren* (realizar) substituía verbos identificáveis a partir do contexto ou situação e que por isso pareciam supérfluos ao indivíduo.

Podemos usar ainda, outro exemplo fornecido por Goldstein (apud JAKOBSON, 1989:44): “Tenho um bom apartamento, hall de entrada, dormitório, cozinha”, diz o paciente, “há também apartamentos grandes, só que no fundo vivem solteiros.” O termo escolhido pelo paciente, *solteiros*, poderia ser substituído pelo grupo de palavras *pessoas não-casadas*, instado a dizer o que era um solteiro, o sujeito não respondeu e demonstrou-se angustiado. Uma resposta como “solteiro é um homem não-casado” ou “um homem não-casado é solteiro”, constituía numa predicação equacional e desta forma, uma projeção de um grupo de substituição, do código lexical em questão. Os temos equivalentes tornam-se duas partes correlativas da frase e consequentemente se unem por um laço de contiguidade. O paciente era capaz de escolher o termo *solteiro*, quando era apoiado pelo contexto de uma conversa habitual sobre os *apartamentos de solteiro*, mas mostrou-se incapaz de utilizar o grupo de substituição *solteiro = homem não-casado* como tema de uma frase pois sua capacidade de seleção e substituição autônoma tinha sido afetada.

Esta mesma dificuldade surge quando se pede ao afásico que diga o nome de um objeto indicado ou manipulado pelo observador. O paciente não consegue completar o gesto do observador com o nome do objeto indicado. Em vez de dizer “isso é /chamado/ lápis”, dirá uma observação elíptica acerca do seu uso: “para escrever”. Assim também, o desenho de um objeto ocasionará a perda de seu nome, um signo verbal é substituído por um signo pictural. Não se é capaz, nestes casos, de passar de um índice ou de um ícone ao símbolo verbal correspondente. Até mesmo a repetição de uma palavra enunciada pelo observador torna-se redundante ao paciente que não se mostra capaz de repeti-la. Instado a repetir a palavra “não”, o paciente dado pelo exemplo de Head (apud JAKOBSON, 1989:46), responde “Não, não sei como fazê-lo”. Mesmo utilizando espontaneamente a palavra no contexto de sua resposta, não se pode produzir a forma mais pura de predicação equacional, a tautologia $a = a$, logo, não é não.

Conforme explica Jakobson (1989:47):

A interpretação de um signo linguístico por meio de outros signos da mesma língua, sob certo aspecto homogêneos, é uma operação metalinguística que desempenha papel essencial na aprendizagem da linguagem pela criança.

A carência afásica da capacidade de denominar constitui propriamente uma perda de metalinguagem. Um afásico deste tipo não é capaz de passar de sua palavra aos seus sinônimos ou circunlocuções equivalentes, muito menos a seus heterônimos, ou seja, expressões equivalentes em outras línguas.

A afirmação de que na linguagem não existe a propriedade privada, tudo é socializado, deve ser tido com uma reserva especial. Para os afásicos que perderam a capacidade de mudança de código, o “idioleto”, ou seja, o código que os interlocutores procuram em comum, torna-se a única realidade linguística. Enquanto não considerar o discurso do outro como uma mensagem que lhe é dirigida em seus próprios modelos verbais, o indivíduo afásico experimentará sentimentos como “estou ouvindo perfeitamente, mas não posso compreender o que você diz”, ou “ouço sua voz, mas não as palavras”. Trata-se da relação externa de contiguidade que une os constituintes de um contexto e a relação interna de similaridade que vai servir de base para a substituição. Para Goldstein (apud JAKOBSON, 1989:49) os doentes desse tipo captam as palavras em seu significado literal, contudo não chegam a compreender-lhes o caráter metafísico. Dentre as duas figuras polares de estilo, a metáfora e a metonímia, é a esta última, baseada na contiguidade, a mais empregada pelos

afásicos cuja capacidade de seleção foram afetadas. Garfo é substituído por faca, mesa por lâmpada, fumaça por cachimbo, comer por torradeira. Um caso típico trata-se de um paciente que, quando não conseguia lembrar-se da palavra designativa de “preto”, descrevia a coisa como “aquilo que se faz para um morto”, abreviando somente para “morto”. “Quando é que a gente se veste de preto?” – “quando se põe luto por um morto”, mas em vez de dar nome à cor, designa-se a causa de seu uso tradicional.

Tais metonímias podem ser caracterizadas como projeções da linha de um contexto habitual sobre a linha de seleção, ou substituição, assim é que um signo (garfo) que aparece ordinariamente ao mesmo tempo de outro signo (faca) pode ser utilizado no lugar deste signo. A relação entre o uso de um objeto (torrada) e os meios de sua produção, leva ao dito metonímico *comer* por *torradeira*. Nestes casos, o que acontece é uma evasão da igualdade para a contiguidade. Resume Jakobson (1989:50):

Quando a capacidade de seleção é fortemente afetada e o poder de combinação pelo menos parcialmente preservado, a contiguidade determina todo o comportamento verbal do doente e nós podemos designar esse tipo de afasia como distúrbio da similaridade.

4.3.2 Distúrbios da contiguidade e a afetação da metonímia

O discurso não consiste apenas de palavras, mas de palavras que se relacionam umas com as outras de maneira particular. A perda do discurso, por sua vez, é a perda de construir proposições, a inaptidão para o discurso não significa uma ausência total de palavras. Nos tipos de afasia, deficientes quanto ao contexto, a extensão e a variedade das frases diminuem.

As regras sintáticas, responsáveis em organizar as palavras em unidades mais altas, perdem-se. Esta perda, chamada de *Agramatismo* (JAKOBSON, 1989:51), resulta em fazer a frase degenerar num simples monte de palavras, ou até mesmo numa só palavra. Apenas algumas frases “feitas”, mais longas, estereotipadas, conseguem sobreviver. A ordem das palavras se torna caótica, os vínculos de coordenação e subordinação gramatical (de concordância ou regência) encontram-se dissolvidos. As palavras como as conjunções, as preposições, pronomes e artigos, dotadas de funções puramente gramaticais, são as primeiras a desaparecer substituídas pelo estilo chamado “telegráfico”, ao contrário do que acontece nas desordens por similaridade. Quanto menos uma palavra depender gramaticalmente do contexto, mais forte será a sua persistência no discurso dos afásicos por contiguidade e, mais

rapidamente será eliminada pelos pacientes que sofre de distúrbios da similaridade. O sujeito, “palavra-núcleo”, é o primeiro a desaparecer da frase no caso de afasias por similaridade e, ao contrário, o menos destrutível nas afasias de contiguidade.

O doente limitado ao grupo de substituição, ou seleção, quando o contexto é falho, usa as similitudes, e suas identificações aproximadas são de natureza metafórica, em oposição às identificações metonímicas familiares aos afásicos por combinação, ou contexto. Exemplos disso seria a substituição de *microscópio* por *óculos de alcance* ou *fogo* em vez de *luz de gás*.

Em alguns casos, numa das variedades da afasia, designada como “atáxica”, a palavra é a única realidade linguística preservada. Os *morfemas* (palavras) seriam as menores entidades com as quais se lida na fala, ao passo que os fonemas, seriam apenas uma construção artificial. Neste tipo de afasia, o paciente guarda somente uma imagem integral, indissolúvel, das palavras familiares, as demais sequências fônicas lhes parecem estranhas e inescrutáveis, ou ainda, as funde com as palavras familiares, desprezando as diferenças fonéticas. Um dos pacientes de Goldstein (apud JAKOBSON, 1989:54), percebia certas palavras, mas não percebia as vogais e consoantes.

4.3.3 Os polos metafórico e metonímico

De acordo com Kadota (2004:32) a metáfora é uma figura de linguagem que comporta a transposição do significado de um termo, ou enunciado para outro termo ou outro enunciado, devido a uma analogia entre eles, mesmo que subentendida. Temos, então, uma substituição por similaridade. Por exemplo: “a mãe é uma fera”. Já na metonímia, temos que um conceito é definido por um termo diferente do que se previa consistindo na mudança de sentido pela inclusão ou implicação desse elemento. As relações metonímicas podem ligar-se por:

- a) *Causa ou efeito*, por exemplo: O homem esticou as pernas;
- b) *Todo pela parte*: A produção crescia com o aumento das chaminés na cidade;
- c) *Continente pelo conteúdo*: Não resistiu a um bom prato.

Toda forma de distúrbio afásico consiste na deterioração em algum grau da faculdade de seleção e substituição, ou da faculdade de combinação ou contexto. No primeiro caso, seleção e substituição, envolve deterioração das operações metalinguísticas, a relação de similaridade é suprimida, sendo a metáfora incompatível, ao passo que a segunda altera o

poder de preservar a hierarquia das unidades linguísticas, suprimindo as relações de contiguidade, sendo a metonímia incompatível nestes casos. Para Jakobson (1989:56):

Manipulando esses dois tipos de conexão (similaridade e contiguidade) em seus dois aspectos (posicional e semântico) – por seleção, combinação e hierarquização – um indivíduo revela seu estilo pessoal, seus gostos e preferências verbais.

Vale citar um exemplo oferecido por Jakobson (1989:59) tirado de um conto popular russo que emprega o paralelismo como procedimento cômico: “Tomás é solteiro; Jeremias não é casado”. Os dois predicados estão associados por similaridades, são, aliás, sinônimos. Os sujeitos de ambas as orações são nomes próprios masculinos e, assim, morfologicamente semelhantes, enquanto, designam dois heróis contíguos do mesmo conto, criados para cumprir ações idênticas e justificar assim a utilização de pares de predicados sinônimos. Uma versão modificada da mesma construção aparece numa canção de bodas, na qual cada um dos convidados do banquete é interpellado ora pelo seu nome, ora pelo sobrenome: “Gleb é solteiro; Ivanovitč não é casado”. Os dois predicados são sinônimos, porém a relação entre os dois sujeitos mudou: ambos são nomes próprios designativos da mesma pessoa e usados normalmente em posição contígua, como saudação polida.

Na citação do conto popular, as duas proposições paralelas referem-se a fatos distintos, a situação de Tomás é semelhante a situação de Jeremias. Entretanto, nos versos da canção, as duas proposições são sinônimas: repetem, de forma redundante, o celibato do herói, dividindo-o em duas hipóstases verbais.

O romancista russo, Gleb Ivanovitč Uspenskij, sofreu nos últimos anos de sua vida, de uma doença mental acompanhada de distúrbios da fala. Seu nome e seu patronímico, Gleb Ivanovitč, tradicionalmente juntos na conversação polida, haviam-se cindido, a seus olhos, em dois nomes distintos: Gleb era dotado de todas as virtudes, ao passo que Ivanovitč, o nome que ligava o filho ao pai, tornou-se a encarnação de todos os vícios de Uspenskij. Este aspecto linguístico de desdobramento de personalidade aparece na incapacidade do doente de utilizar dois símbolos para a mesma coisa, constituindo um exemplo de desordem por similaridade. Como este distúrbio se liga à tendência para a metonímica, um estudo sobre o estilo de Uspenskij demonstrou que este tinha uma tendência marcada para a metonímia, levando-a para a sinédoque, um tipo de metonímia que consiste na atribuição da parte pelo todo, ou do todo pela parte. O leitor é esmagado pela multiplicidade de pormenores com que o escritor

desenvolve num espaço verbal limitado e, se torna fisicamente incapaz de ter uma noção de conjunto, de maneira que o retrato muitas vezes fica inutilizado, conforme visto na nota de rodapé da página 60 em Jakobson (1989):

De sob um velho boné de palha, com uma mancha negra na viseira, espreitavam dois tufos de cabelo que lembravam as defesas de um javali; um queixo que se tornara adiposo e balouçante estendera-se definitivamente por sobre o colarinho ensebado de peitilho de algodão e cobria de uma grossa camada o colarinho grosseiro do casaco de tela, apertadamente abotoado ao pescoço. Desse casaco emergiam, aos olhos do observador, mãos maciças com um anel que se afundara no dedo gordo, uma bengala com castão de cobre, um acentuado abaulamento do estômago e calças muito largas, de tecido semelhante a musselina, cujas largas bocas escondiam a ponta das botas. (A. Kamegulov, *Stil' Gleba Uspenskogo* [Leningrado, 1930], pp. 65, 145).

A competição entre estes dois tipos de estilo, metafórico e metonímico, se torna manifesto em todo processo simbólico subjetivo, ou social. Eis porque em uma investigação da estrutura dos sonhos, conforme evidenciou Freud (apud JAKOBSON, 1989:61), a questão decisiva é saber se os símbolos e as sequências temporais usadas se baseiam na contiguidade (“transferência” metonímica e “condensação” sinedóquica de Freud) ou na similaridade (“identificação” e “simbolismo” freudianos).

Analizando a sentença pretendidamente absurda “*Colorless green ideas sleep furiously*”⁶ ou, “*Incolores ideias verdes dormem furiosamente*”, extraímos seu sujeito plural “ideias” das quais se diz que desenvolvem uma atividade, “dormir” e ambos os termos são caracterizados (as “ideias”, “incolores verdes” e o “sono”) como “furioso”. Tais relações gramaticais criam uma sentença dotada de sentido que pode ser submetida a uma prova de verdade: existem ou não coisas como verde incolor, ideias verdes, ideias que dormem, ou sono furioso?

“Verde incolor” é uma expressão sinônima de “verde pálido”, contudo com o efeito ligeiramente epigramático de um paradoxismo aparente. O epíteto metafórico em “ideias verdes” faz lembrar o *green thought in a green shade* (verde pensamento numa sombra verde), de Andrew Marvell, ou a expressão russa *zelenaja shuka* (tédio verde) ou *Vse tot zhe*

⁶ Extraído do livro *Syntactic Structures*, de Chomsky (1957:15, apud JAKOBSON, 1989:94-5).

uzhas krasnyj, blyj, kvadratnyj (horror vermelho, branco e quadrado), de Tolstói. Num sentido figurado, o verbo “dormir” significa “estar num estado semelhante ao sono, tal como o de inércia, letargia ou torpor”, por exemplo, “seu ódio nunca dorme”, da mesma forma as ideias de alguém podem vir a dormir. O atributo “furioso” pode claramente vir a exprimir enfaticamente um frenesi de sono.

Mesmo que censuremos, por pedantismo, toda expressão através de imagens e neguemos a existência de ideias verdes, mesmo assim, como no caso de “quadratura do círculo” ou “leite de pato”, a não-existência, o caráter fictício dessas entidades, não possui relação alguma com a questão de seu valor semântico. “Não existe, ademais, nenhuma razão para atribuir à espécie de construções aqui discutidas ‘um grau inferior de gramaticalidade’”, conforme adverte Jakobson (1989:95). Num importante dicionário russo, por exemplo, o adjetivo que significa “prenhe” foi classificado como unicamente feminino, porque um macho prenhe seria inconcebível. Esta sentença russa usa a forma masculina do adjetivo, e o “macho prenhe” aparece em lendas folclóricas, em piadas de jornal, assim como no poema de David Burliuk: “Gosto do homem prenhe que se apoia no monumento de Pushkin” (*Mne nravitsja bermennyj muzhchima, prislonivshisja k pamjatniku Pushkina*). De forma semelhante, uma menina francesa, numa escola primária, sustentou que em sua língua materna não apenas os substantivos, mas também os verbos possuem gêneros. Por exemplo, o verbo “couver” (chocar), é feminino porque “as galinhas chocam, mas os galos não”. Para níveis graduais de gramaticalidade podemos usar o argumento ontológico, a metafísica que trata da existência das coisas, com o intuito de excluir pretensas “não-sentenças inversas” como “o golfe joga João”.

A agramaticalidade efetiva priva um enunciado de sua informação semântica. Quanto mais as formas sintáticas e os conceitos relacionais que elas veiculam parecerem estar obliterados, mais difícil será submeter a mensagem a uma prova de verdade [...] Enunciados totalmente destituídos de gramática são, de fato, contra-senso (JAKOBSON, 1989:96).

4.4 As seis funções da linguagem

Seguimos com a seguinte questão: O que torna uma mensagem verbal uma obra de arte? Jakobson (1989:119) atenta que as *differentia specifica* são o objetivo principal da Poética, entre a arte verbal e as outras artes e espécies de condutas verbais, cabe-lhe um

proeminente lugar nos estudos literários. A Poética trata dos problemas da estrutura verbal, podendo ser encarada como parte integrante da Linguística. A questão das relações entre a palavra e o mundo diz respeito a todas as espécies de discurso, sendo a Linguística responsável pelos estudos da relação entre o discurso e o universo do discurso: o quê, deste universo, é verbalizado por um determinado discurso e de que maneira.

Os estudos literários, na Poética assim como na Linguística, consistem de dois grupos de problemas: sincronia e diacronia. A descrição sincrônica considera não apenas a produção literária de um dado período, mas também aquela parte da tradição literária que permaneceu viva (ou foi revivida). Um dos problemas essenciais dos estudos literários sincrônicos é a escolha de clássicos e sua reinterpretação à luz de uma nova tendência. Por exemplo, Shakespeare e Emily Dickinson constituem presenças vivas no atual mundo poético da língua inglesa, ao passo que as obras de James Thomson e Longfellow não pertencem aos valores artísticos viáveis no momento. Não devemos confundir a Poética sincrônica (assim como a Linguística sincrônica) com a estática. Toda época distingue entre formas mais conservadoras e mais inovadoras. A época contemporânea é vivida na sua dinâmica temporal e, a abordagem histórica na Poética e na Linguística, não se ocupa apenas de mudanças, mas também de fatores contínuos, duradouros, estáticos. Tanto a Poética histórica ou uma história da linguagem compreensiva é uma superestrutura edificada sobre uma série de descrições sincrônicas sucessivas.

Manter a Poética separada da Linguística só pode ser justificada quando o campo da Linguística esteja abusivamente restrinido, por exemplo, quando a sentença é considerada, por alguns linguistas, como a mais alta construção analisável, ou quando o escopo da Linguística se confina à gramática, ou à questões não-semânticas de forma externa, ou ainda ao inventário dos recursos denotativos sem referência às variações livres. Para toda comunidade linguística, para toda pessoa que fala, existe uma unidade de língua, porém esse código global representa um sistema de subcódigos relacionados entre si. Toda língua encerra diversos tipos simultâneos, cada um caracterizado por uma diferente função.

Muitos linguistas acabaram negligenciando fatores secundários da linguagem, por considerarem, concordando com Sapir (apud JAKOBSON, 1989:122) que a ideação reina na linguagem. Os elementos emotivos do discurso não podem ser descritos por um número finito de categorias absolutas. A linguagem precisa ser estudada em toda a variedade de suas funções. Para se ter uma ideia geral dessas funções, é necessário rever uma perspectiva sumária dos fatores constitutivos de todo processo linguístico, de todo ato de comunicação verbal: o *Remetente* envia uma *Mensagem* ao *Destinatário*. A mensagem, para ser eficaz,

requer um *Contexto* a que se refere, ou “referente”, apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; deve possuir um *Código* total ou parcialmente comum, tanto ao remetente quanto ao destinatário; e, finalmente, um *Contato*, ou seja, um canal físico e uma conexão psicológica entre remetente e destinatário, que capacite ambos a entrarem e permanecerem em comunicação.



Figura 10 - Fatores constitutivos da linguagem

Cada um dos seis fatores determina uma função diferente da linguagem. Contudo, dificilmente encontraríamos mensagens verbais que preenchessem uma única função. A diversidade não reside no monopólio de alguma dessas funções, mas numa diferente ordem hierárquica de funções.

A estrutura verbal de uma mensagem vai depender da função predominante. Apesar da tendência para o referente, uma orientação para o Contexto – em suma, a chamada *Função Referencial*, “denotativa”, “cognitiva” – seja a tarefa dominante de numerosas mensagens, a participação adicional de outras funções em tais mensagens deve ser levada em consideração. Na Função Referencial transmite-se conhecimentos de ordem lógico-discursivas sobre determinado objeto, muito utilizada na comunicação informacional, didática ou teórica (KADOTA, 2004:81).

A *Função Emotiva*, ou “expressiva”, centrada no Remetente, visa a uma expressão direta da atitude de quem fala em relação ao que está falando. Quase sempre suscita a impressão de uma certa emoção, verdadeira ou simulada, por isso o termo Função Emotiva acabou sendo preferível a “emocional”. O estrato puramente emotivo da linguagem é apresentado pelas interjeições que diferem dos procedimentos de linguagem referencial pela sua configuração sonora. A Função Emotiva colore, em certa medida, todas as nossas manifestações verbais, ao nível fônico, grammatical e lexical. Caso analisamos a linguagem do ponto de vista da informação que veicula, não se pode restringir a noção de informação ao

aspecto cognitivo da linguagem. Um homem que use elementos expressivos para indicar sua ira ou sua atitude irônica transmite informação manifesta e evidentemente tal conduta verbal não pode ser assimilada a atividades não-semióticas, nutritivas tais como a de “comer toronja”. A diferença entre [grande] e o prolongamento enfático da vogal [gra:nde] é um elemento linguístico convencional codificado. As invariante fonológicas /a/ e /a:/, em português parecem ser as meras variantes de um só e mesmo fonema, mas se nos ocupamos de unidades emotivas, a relação entre a invariante e as variantes se inverte: longevidade e brevidade são invariantes realizadas por fonemas variáveis. Supor que a diferença emotiva seja uma característica não-linguística, atribuível à enunciação da mensagem e não à própria mensagem, é reduzir a capacidade informacional das mensagens. Um ator do Teatro Stanislavski de Moscou (JAKOBSON, 1989:125) relatou que, em sua audição, o diretor lhe pediu que tirasse quarenta mensagens diferentes da frase *Segodnja vecerom* (*Esta noite*). Ele fez uma lista com cerca de quarenta situações emocionais, e então pronunciou a frase dada de acordo com cada uma dessas situações, que sua audiência tinha de reconhecer somente através das alterações na configuração sonora das duas palavras. Num trabalho de pesquisa com este mesmo ator repetindo a prova de Stanislavski, extraiu-se cerca de cinquenta situações implicando a mesma sentença elíptica, sendo, em sua maior parte, decodificadas corretamente por ouvintes moscovitas.

A orientação para o Destinatário da *Função Conativa* encontra sua expressão gramatical no vocativo e no imperativo, que sintática, morfológica e até fonologicamente, se afastam das outras categorias nominais e verbais. Para Kadota (2004:81), procura provocar no destinatário da mensagem uma reação. As tais sentenças imperativas diferem das sentenças declarativas: estas podem e aquelas não podem ser submetidas à prova de verdade. Na peça de O’Neil⁷, Nano, numa voz violenta de comando diz “Beba!”, este imperativo não pode ser contestado pela pergunta “é verdadeiro ou não?”, que se pode fazer no caso de sentenças como “alguém bebeu”, “alguém beberá”, “alguém beberia”. As sentenças declarativas, ao contrário, podem ser convertidas em interrogativas: “bebeu alguém?”, “beberá alguém?”, “beberia alguém?”.

O modelo tradicional da linguagem (BÜHLER, apud JAKOBSON, 1989:125) confinava-se a essas três funções, emotiva, conativa e referencial e, aos três ápices desse modelo – à primeira pessoa (remetente); à segunda pessoa (destinatário); e à “terceira pessoa”, alguém ou algo de que se fala. Algumas funções verbais adicionais podem ser

⁷ A Fonte (*The Fountain*).

inferidas desse modelo. A função mágica, encantatória, é a conversão de uma terceira pessoa ausente ou inanimada em destinatário de uma mensagem conativa. Por exemplo, a fórmula mágica lituana: “Que este terçol seque, tfu, tfu, tfu”, ou “Sol, detém-te em Gibeon, e tu, Lua, no vale de Ajalon. O sol se deteve, e a lua parou [...]” (Josué, 10:12).

Há ainda outros três fatores constitutivos da comunicação verbal e três funções correspondentes da linguagem. Há mensagens que servem para prolongar ou interromper a comunicação, para verificar se o canal funciona (“Alô, está me ouvindo?”), para atrair a atenção do interlocutor ou confirmar sua atenção (“Está ouvindo?” ou, “Prestai-me ouvidos!”, na dicção shakespeareana, e do outro lado do fio, “hm-hm!”). Esta tendência para o Contato, ou para a *Função Fática*, pode ser evidenciada por uma troca profusa de fórmulas ritualizadas, por diálogos inteiros cujo único propósito é prolongar a comunicação. Dorothy Parker (apud JAKOBSON, 1989:126) fornece alguns exemplos: “– *Bem* – disse o rapaz. – *Bem!* – respondeu ela. – *Bem, cá estamos* – disse ele. *Cá estamos* – confirmou ela, - *não estamos?* – *Pois estamos mesmo* – disse ele, - *Upa! Cá estamos.* – *Bem!* – disse ela. – *Bem!* – confirmou ele – *bem!*” A Função Fática da linguagem é a única que certas aves falantes compartilham com os seres humanos, é também a primeira função verbal que as crianças adquirem. Elas tendem a comunicar-se antes de serem capazes de enviar ou receber comunicação informativa.

Na Lógica moderna distinguem-se dois níveis de linguagem, a *linguagem-objeto*, que fala de objetos, e a *metalinguagem*, que fala da linguagem. A *Metalinguagem* desempenha um importante papel na linguagem cotidiana, a praticamos sem nos dar conta do caráter metalingüístico de nossas operações. Sempre que o remetente e/ou destinatário tem necessidade de verificar se estão usando o mesmo código, o discurso focaliza o Código, desempenhando uma função de glosa: “Não o estou comprehendendo – que quer dizer?”, pergunta quem ouve. E, quem fala, antecipando semelhantes perguntas, indaga: “Entende o que quero dizer?”. Ainda, “O ‘sophomore’ foi ao pau”. “Mas que quer dizer ir ao pau?” “A mesma coisa que levar bomba.” “E levar bomba?” “Levar bomba é ser reprovado no exame.” “E o que é ‘sophomore?’”, insiste o ignorante do vocabulário inglês. “Um ‘sophomore’ é um estudante de segundo ano” (JAKOBSON, 1989:127). Estas sentenças equacionais fornecem informação apenas a respeito do código lexical do idioma; sua função é estritamente metalingüística. A aquisição da linguagem pela criança faz uso de tais operações e, a afasia pode ser definida, como uma perda da capacidade de realizar operações metalingüísticas.

O pendor (*Einstellung*) para a Mensagem como tal, o enfoque da mensagem por ela própria, esta é justamente a *Função Poética* da linguagem. Uma tentativa de reduzir a Função

Poética à poesia ou de confinar a poesia à Função Poética é uma simplificação excessiva e enganadora. A Função Poética não é a única função da arte verbal, mas é a função dominante, enquanto que nas outras atividades verbais ela funciona como um constituinte acessório. Tal função aprofunda a dicotomia fundamental de signos e objetos, daí que, ao tratar da Função Poética, a Linguística não pode limitar-se ao campo da poesia. Uma moça costumava falar do “horrendo Henrique”. “Por que horrendo?” “Porque eu o detesto.” “Mas por que não terrível, medonho, assustador, repelente?” “Não sei por que, mas horrendo lhe vai melhor” (JAKOBSON, 1989:128). Mesmo sem se dar conta, ela se aferrava ao recurso poético da paronomásia (de sonoridade semelhante).

As particularidades dos vários gêneros poéticos implicam uma participação, em ordem hierárquica variável, das outras funções verbais a par da Função Poética dominante. A poesia épica, centrada na terceira pessoa, põe em destaque a Função Referencial da linguagem; a lírica, voltada para a primeira pessoa, está intimamente vinculada à Função Emotiva; a poesia da segunda pessoa está imbuída de Função Conativa e é ou súplice ou exortativa, dependendo de a primeira pessoa estar subordinada à segunda e esta à primeira. De acordo com Kadota (2004:84), a Função Poética encontra-se centrada na própria mensagem, voltando para si mesma. Desloca-se, portanto, do enunciado para a enunciação, para a qualidade da organização da mensagem, para o ritmo e sonoridade do texto.



Figura 11 - As seis funções da linguagem

Este quadro das seis funções básicas da linguagem complementa o esquema dos fatores fundamentais dado anteriormente. Entretanto, qual é o critério linguístico empírico da Função Poética? O fator característico indispensável inerente à toda obra poética? Para responder a esta questão devemos recordar os dois modos básicos de arranjo utilizados no comportamento verbal, *seleção* e *combinação*. Por exemplo, caso o tema da mensagem seja “criança”, aquele que fala seleciona, entre os nomes existentes, mais ou menos semelhantes, palavras como criança, guri(a), garoto(a), menino(a), todos equivalentes entre si e, para

comentar o tema, ele pode escolher um dos verbos semanticamente cognatos – dorme, cochila, cabeceia, dormita. Ambas as palavras escolhidas se combinam na cadeia verbal. A seleção pode-se dizer, é feita baseada na equivalência, semelhança e dessemelhança, sinonímia e antonímia, enquanto que a combinação, a construção da sequência, se baseia na contiguidade. “A função poética projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação”, confirma Jakobson (1989:130). Em poesia uma sílaba é igual a todas as outras sílabas da mesma sequência, da mesma forma, cada acento de palavra é considerado igual a qualquer outro acento de palavra, assim como ausência de acento; fronteira de palavra iguala fronteira de palavra, ausência de fronteira iguala ausência de fronteira; pausa sintática iguala pausa sintática, ausência de pausa iguala ausência de pausa. As sílabas são convertidas, assim como as moras ou acentos, em unidades de medida.

A Metalinguagem também faz uso sequencial de unidades equivalentes quando combina expressões sinônimas numa sentença equacional: A = A (*A égua é a fêmea do cavalo*). Poesia e Metalinguagem estão em oposição diametral entre si: em metalinguagem, a sequência é usada para construir uma equação, já na poesia é usada para construir uma sequência. Nas manifestações latentes da Função Poética, sequências delimitadas por fronteiras de palavras se tornam mensuráveis. A simetria dos versos dissilábicos, com idêntica consoante inicial e idêntica vogal final, deu esplendor à lacônica mensagem de vitória de César: *Veni, vidi, vici*. Fora desta Função, a medida de sequências é um recurso que não encontra aplicação na linguagem. Somente na poesia com sua reiteração regular de unidades equivalentes, é que se tem experiência do fluxo verbal, como acontece com o tempo musical.

A aplicação da Poética a algum propósito heterogêneo não esconde a essência primeira, assim como elementos da linguagem emotiva, quando utilizados em poesia, conservam sua nuance emotiva. A análise do verso poético é inteiramente da competência da Poética, que pode ser definida como a parte da Linguística que trata a Função Poética em sua relação com as demais funções da linguagem. É assim que a Poética se ocupa da Função Poética não se restringindo à poesia, onde tal função se sobrepõe às outras funções da linguagem, mas também fora da poesia, quando alguma outra Função se sobreponha à Função Poética.

Qualquer sequência de unidades semânticas em poesia, e não apenas a sequência fonológica, tende a construir uma equação. A similaridade superposta à contiguidade comunica sua radical essência simbólica, multíplice, polissêmica, assim como sugerida pela fórmula de Goethe, *Alles Vergängliche ist nur ein Gleichnis* (*Tudo quanto seja transitório não passa de símbolo*). Em termos técnicos, tudo quanto é transitório é um símilo, ou seja,

uma analogia entre coisas diferentes. Na poesia, onde a similaridade se superpõe à contiguidade, toda metonímia é ligeiramente metafórica e toda metáfora tem um matiz metonímico.

A ambiguidade se constitui em característica intrínseca, inalienável, de toda mensagem voltada para si própria, num corolário obrigatório da poesia. “As maquinações da ambiguidade estão nas raízes mesmas da poesia”, conforme define Empson (apud JAKOBSON, 1989:150). Igualmente, o destinatário da mensagem e seu remetente também se tornam ambíguos. Além do autor e do leitor, existe o “Eu” do herói lírico ou do narrador fictício e o “tu” ou “vós” do suposto destinatário dos monólogos dramáticos, das súplicas, das epístolas. O poema *Wrestling Jacob* (*A Luta Contra o Anjo*) é endereçado pelo herói ao Salvador e simultaneamente, funciona como uma mensagem subjetiva do poeta Charles Wesley aos seus leitores. Virtualmente, qualquer mensagem poética é, como que um discurso citado, com todos os problemas peculiares e intrincados que o “discurso dentro do discurso” oferece ao linguista.

A supremacia da Função Poética sobre a Função Referencial torna-a ambígua e não a oblitera. A mensagem de duplo sentido encontra correspondência num remetente cindido, num destinatário cindido e numa referência cindida. A capacidade de reiteração, a reificação de uma mensagem poética e de seus constituintes, a conversão de uma mensagem em algo duradouro, tudo isto, representa uma propriedade inerente e efetiva da poesia.

Para Jakobson (1989:161),

[...] a “poeticidade” não consiste em acrescentar ao discurso ornamentos retóricos; implica, antes uma total reavaliação do discurso e de todos os seus componentes, quaisquer que sejam.

4.5 A Semiótica

Vamos tentar realizar aqui uma grande redução do que se pode considerar a obra de Charles Sanders Peirce. Só para se ter uma ideia do tamanho de sua obra, calcula-se (SANTAELLA, 1983:04) que seus manuscritos cobrem cerca de 80.000 páginas e destas pelos menos umas 10.000 são consideradas de relevante importância filosófica. Neste trabalho vale apenas algumas considerações sobre alguns aspectos que podem – ou não – serem usados em nossa jornada. Contudo, vale como aporte a imensa contribuição que deixou este grande autor.

Sua primeira tentativa de classificação dos signos apareceu nas *Atas da Academia Norte-Americana das Artes e das Ciências* do ano de 1867, com o trabalho *Sobre Uma Nova Lista de Categorias*. Quarenta anos mais tarde, dizia ele ao resumir uma vida inteira sobre a natureza dos signos:

Sou, tanto quanto sei, um pioneiro, ou antes, um desbravador, na empresa de limpar o terreno e traçar o caminho daquilo a que eu chamo semiótica, isto é, a doutrina da natureza essencial e das variedades fundamentais da semiosis possível; penso que o domínio é vasto demais e a tarefa imensa para um iniciador (PEIRCE, apud JAKOBSON, 1989:99).

O nome de sua ciência remonta à antiga *sêmeiotikê*, explorando bastante a experiência dos lógicos antigos e medievais pensadores. Em 1903 expressou (apud JAKOBSON, 1989:100) a firme convicção de que se, em vez de deixar cair no esquecimento a velha “doutrina dos signos”, houvéssemos nos empreendido em sua elaboração, o século XX teria disposto de ciências particulares de importância tão vital quanto a Linguística, que já estariam notavelmente mais avançadas. Saussure advogou uma disciplina análoga, estimulado pelo impulso helênico, dando-lhe o nome de *Semiologia*. Para Saussure, a Linguística estava destinada a não ser mais do que uma parte da Semiologia, seu papel seria o de definir o que torna a língua um sistema especial no conjunto dos “fatos semiológicos”.

Uma maneira de se iniciar este trabalho talvez seja distinguindo-se, na teoria peirceana (TEIXEIRA COELHO, 1980:52-3), entre *semiótica geral* e *semiótica especial*. Entende-se por *semiótica geral* aquela parte da filosofia que abrange campos como os cobertos pelas designações da Lógica, Filosofia da Lógica, Filosofia da Ciência, Epistemologia ou Teoria do Significado. O objetivo seria o de unificar as diversas questões tratadas por essas disciplinas através de uma abordagem capaz de encarar todas em termos de uma concepção genérica única. Em outras palavras, conceber o pensamento como um processo de interpretação do signo baseado numa relação triádica envolvendo signo, objeto e interpretante.

Esta teoria mais geral serviria para Peirce fundar outra ciência chamada de “psíquica”, uma *semiótica especial*. A palavra grega *psyche* é um termo que representa o início da vida dos seres viventes em geral, nesse sentido, Peirce apresentava sua semiótica especial, ou ciência psíquica, como uma ciência preocupada com os fenômenos mentais, ou com as leis, manifestações e produtos da mente. Os termos “mente” e “pensamento” devem aqui, serem encarados numa perspectiva mais ampla, mente pode ser entendido como semiose, ou

processo de formação das significações e; pensamento pode ser substituído por termos como signo ou símbolo, ou ainda interpretante. Seu método consiste em desenvolver uma concepção da mente derivada de uma análise do que está implícito na tendência humana para a procura da verdade. Como tocamos aqui na “verdade”, esta para Peirce (apud KADOTA, 2004:59), possuía o sentido de uma atividade dirigida para um objetivo capaz de permitir a passagem de um estado de insatisfação para um estado de satisfação.

A questão da verdade em Peirce é tomada como normal no homem, sendo um motor de seu comportamento. Ou seja, numa atividade de busca da verdade que tenha consciência de si mesma e seja capaz de promover sua autocrítica constantemente. Esta atividade comum serve-se de um método chamado de *lógica-em-uso* (*logica utens*), sendo instintiva no homem, permitindo sua satisfação das necessidades mais básicas. Quando tais necessidades revelam-se de uma ordem superior, a lógica-em-uso apresenta-se como base para uma lógica mais complexa, ou *logica docens*, que pode ser ensinada e que significa um método teoricamente desenvolvido de buscar a verdade.

Enquanto a semiologia de Saussure e Hjelmslev apresentava-se como sistema fechado em si mesmo, a semiótica de Peirce alimenta-se de uma filosofia transcendentalista que vai procurar nos efeitos práticos, presentes ou futuros, o significado de uma proposição.

4.5.1 Conceito de signo

Um *signo*, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto, representa alguma coisa para alguém. Esse primeiro signo, uma vez dirigido a alguém criará na mente (semiose) dessa pessoa um signo equivalente a si mesmo ou, um signo mais desenvolvido. Este segundo signo criado na mente do receptor recebe a designação de *interpretante* – não confundir com intérprete – e a coisa representada toma o nome de *objeto*.

O signo utilizado é em parte causado pela referência feita e em parte por fatores sociais e psicológicos constatáveis através dos efeitos causados pelo signo sobre a atitude do receptor, explica Teixeira Coelho (1980:56).

Entre o interpretante e o signo há relações causais, também entre o interpretante e o objeto há uma relação, mais ou menos direta, quando se presta atenção a uma casa, por exemplo, dentro do campo de visão, ou indireta, como quando se pensa sobre uma figura histórica qualquer cujos atos são relatados por interpostas pessoas, como um historiador. No

entanto, entre o signo e o objeto, não existem relações pertinentes, por exemplo, entre uma casa qualquer vista por uma pessoa e o signo /casa/, utilizado para designá-la, neste caso não há nenhuma relação causal ou de obrigatoriedade, nada liga uma coisa a outra.

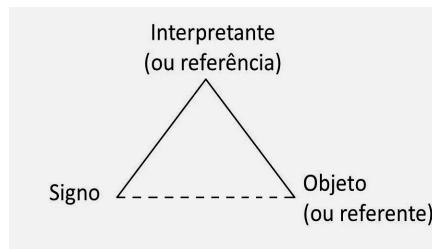


Figura 12 - O signo para Peirce

Para certos tipos de signos haverá uma relação direta entre signo e objeto, como seriam os casos dos ícones e índices, por exemplo. Assim, a linha que aqui aparece pontilhada seria contínua, igual às outras duas linhas que fazem a ligação entre signo, interpretante e objeto. Uma outra consideração se deve ao fato de que, dificilmente um signo deixa de estar marcado pela presença de outros signos, circunstância em que passaria a haver alguma relação direta entre signo e objeto (no caso de uma linha cheia e não pontilhada).

Esta relação triádica do signo vai dividir a Semiótica em três ramos, cabendo a uma *gramática pura* determinar o que deve ser verdadeiro com relação ao signo para que este possa veicular um significado. O segundo ramo é o da *lógica*, ou o estudo do que é verdadeiro em relação ao signo para que este possa aplicar-se a um objeto e, o terceiro ramo é a *retórica pura*, cujo objetivo é estudar as leis pelas quais um signo dá origem a outro e um pensamento provoca outro.

4.5.2 Divisão dos signos

Peirce propôs a existência de dez tricotomias e sessenta e seis classes de signos, porém, seguiremos a orientação de Teixeira Coelho (1980:57-61) para descrever apenas três tricotomias e dez classes. Estas descrições devem bastar para o presente estudo considerando uma análise semiótica com base peirceana.

Vamos então a elas:

a) A primeira tricotomia proposta por Peirce diz respeito ao signo em si mesmo cujas características criam-se relações sintáticas, recobrindo três espécies de signos: *qualissigno*, *sinsigno* e *legissigno*.

- Por *qualissigno* entende-se uma qualidade que é um signo, por exemplo, uma cor qualquer;
- Um *sinsigno* é uma coisa ou evento existente, tomados como signo, por exemplo, um cata-vento, um diagrama de alguma coisa em particular. O *sin* de *sinsigno* indica que se trata de uma coisa ou evento singular, no sentido de “uma única vez”. Um *sinsigno* só pode existir através de qualidade, razão pela qual ele envolve um ou vários *qualissignos*;
- O *legissigno* (de *legi*, *lei*) não é uma coisa ou evento singular, determinada, mas sim uma convenção ou lei estabelecida pelos homens, a palavra, por exemplo.

b) A segunda tricotomia é relativa às relações, ditas semânticas, entre o signo e seu objeto e divide-se em: *ícone*, *índice* e *símbolo*.

- *Ícone* se trata de um signo que tem alguma semelhança com o objeto representado, por exemplo, a escultura de uma mulher, uma fotografia de um carro. Opera (JAKOBSON, 1989:101) pela semelhança de fato entre seu significante e seu significado, por exemplo, entre a representação de um animal e o animal representado: a primeira equivale ao segundo, pois se parece com ele;
- *Índice* é um signo que se refere ao objeto denotado em virtude de ser diretamente afetado por este. Opera (JAKOBSON, Ibid.), antes de tudo, pela contiguidade de fato, vivida, entre seu significante e seu significado. O signo inicial possui alguma qualidade em comum com o objeto, não deixando de ser um certo tipo de ícone, porém especial, embora não seja isto que o torna um signo mas, sim, o fato de ser modificado pelo objeto. Por exemplo, fumaça é signo indicial de fogo, um campo molhado é índice de que choveu, uma seta colocada num cruzamento é índice do caminho a se seguir. São índices também, os pronomes demonstrativos, uma impressão digital, um número ordinal. Robinson Crusoé encontrou em sua ilha um índice, seu significante era

o vestígio de um pé sobre a areia, e o significado inferido a partir desta pegada, a presença de um ser humano na ilha;

- Já o *símbolo* se trata de um signo que se refere ao objeto denotado em virtude de uma associação de ideias produzida por uma convenção. É marcado, desta forma, pela arbitrariedade. Por exemplo, qualquer palavra de uma língua, a cor verde como símbolo de esperança, etc. O símbolo é de natureza geral, tanto quanto o objeto denotado, da mesma forma como aquilo que é geral, deve existir também nos casos determinados, pode-se dizer que esses casos indiretamente afetam o símbolo, razão pela qual há no símbolo uma espécie de índice. Entretanto, a razão da existência do símbolo não deve ser procurada nesta afetação, mas sim em seu caráter convencional, arbitrário. Opera (JAKOBSON, Ibid.) por contiguidade instituída, apreendida, entre significante e significado. Esta conexão consiste no fato de que constitui uma regra e não depende da presença ou da ausência de qualquer similitude ou contiguidade de fato. O intérprete de um símbolo deve obrigatoriamente conhecer esta regra convencional sendo apenas e exclusivamente devido a esta regra que o signo será efetivamente interpretado. Vejamos que, em Saussure, o signo linguístico era exemplo de signo arbitrário, sendo que, em sua teoria não era possível utilizarmos a palavra símbolo para designar o signo linguístico, pois o símbolo nunca era completamente arbitrário, por exemplo, a balança como símbolo da justiça, que não poderia ser substituída por outro objeto qualquer. Nas suas notas os signos convencionais pertencentes a um sistema convencional receberam o nome de *sema*, termo que Peirce reservou para um uso específico e totalmente diferente. Para Peirce o símbolo se apresenta com um *representamen* cuja significância especial, aquilo que faz de um signo um símbolo e não um ícone ou um índice reside no fato de existir um hábito, disposição ou qualquer outra norma a fazer com que esse signo seja sempre interpretado como símbolo. Também ao contrário de Peirce, signo e objeto podiam ser confundidos como a mesma terminologia nas teorias de Saussure ou em Hjelmslev.

- c) A terceira tricotomia vai considerar o signo em relação ao interpretante, podendo-se falar em relações pragmáticas de signo, são elas: *rema*, *dicissigno* e *argumento*.

- Um *rema* (do grego *rhemma*, *palavra*) é um signo que para seu interpretante funciona como signo de uma possibilidade podendo ou não ser verificado. Uma palavra isolada, como “vermelho”, pode funcionar como rema;
- Um *dicensigno*, ou *dicente*, é um signo de fato, signo de uma existência real. Correspondendo a um *enunciado*, envolve remas na descrição do fato. Um sintagma como “Este vermelho está manchado”, pode funcionar como dicente;
- E, um *argumento* se trata de um signo de razão, um signo de lei, correspondendo a um juízo. Um silogismo do tipo “A é B, B é C, portanto A é C”, seria um exemplo de argumento.

4.5.3 Categorias dos signos: primeiridade, secundidate e terceiridade

As três tricotomias apresentadas foram reunidas por Peirce em três correspondentes categorias, denominadas de *primeiridade*, *secundidate* e *terceiridade*.

De acordo com Teixeira Coelho (1980:61), temos então que:

- A *primeiridade* recobre o nível do sensível e do qualitativo, abrangendo o ícone, o qualissigno e o rema;
- A *secundidate* diz respeito ao nível da experiência, da coisa ou do evento, como é o caso do índice, do sinsigno e do dicente.
- A *terceiridade*, por sua vez, refere-se à mente, ao pensamento, à razão, cobre o campo do símbolo, do legissigno e do argumento.

Tabela 04 – Divisão dos signos

Categoria	DIVISÃO DOS SIGNOS		
	O signo em relação a si mesmo	O signo em relação ao objeto	O signo em relação ao intepretante
Primeiridade	qualissigno	ícone	rema
Secundidate	sinsigno	índice	dicente (ou dicissigno)
Terceiridade	legissigno	símbolo	argumento

Fonte: TEIXEIRA COELHO, 1980:62.

4.5.4 Classes de signos

Quando combinadas, as três tricotomias produzem uma segunda divisão dos signos em dez classes distintas (TEIXEIRA COELHO, 1980:62-3):

- a) *Qualissigno*: é uma qualidade tomada como signo. Ex.: sensação de “vermelho”. Sendo uma qualidade, só pode significar um objeto tendo com este alguma semelhança. É um ícone. E, considerando que uma qualidade é uma mera possibilidade lógica, só pode ser interpretada enquanto rema. Portanto, esta é a classe do qualissigno icônico remático;
- b) *Sinsigno icônico*: é uma coisa ou evento da experiência cujas qualidades fazem com que signifique um objeto. Ex.: o diagrama de uma árvore. Tendo semelhança com o objeto, é um ícone, envolvendo um qualissigno e é interpretado através de um rema: sinsigno icônico remático;
- c) *Sinsigno indicial remático*: coisa ou evento da experiência que chama a atenção para um objeto, funcionando como signo, pelo qual sua presença é determinada. Ex.: um grito como signo de dor. Também interpretado através de um rema;
- d) *Sinsigno dicente*: objeto ou evento da experiência que funciona como signo de algo que o afeta diretamente, fazendo com que seja um índice. Ex.: cata-vento. Só dá informações sobre fatos concretos e materiais. É uma classe onde combina-se dois tipos de signos: um sinsigno icônico, para materializar a informação, e um sinsigno indicial remático para indicar o objeto;
- e) *Legissigno icônico*: é uma lei ou convenção que se apresenta com signo de algo. Ex.: um diagrama genericamente considerado, sem estar ligado a alguma coisa em particular. Neste caso é um ícone, a ser interpretado como rema: legissigno icônico remático;
- f) *Legissigno indicial remático*: é uma lei a requerer que cada um de seus casos seja afetado pelo objeto correspondente, de forma a atrair a atenção para este. Ex.: um

pronome demonstrativo. Este legissigno será um índice e seu interpretante é um rema;

- g) *Legissigno indicial dicente*: é uma lei cujos casos são afetados por seu objeto de modo a dar uma informação sobre esse objeto. Ex.: uma placa de trânsito com um E inscrito num círculo vermelho significa que ali onde está “é permitido estacionar”. Trata-se de uma convenção que indica uma coisa concreta e localizada, cujo significado não é apenas uma palavra, mas um enunciado;
- h) *Legissigno simbólico remático (símbolo remático ou rema simbólico)*: signo que representa seu objeto através de uma convenção. Como este símbolo é de tipo geral, é um legissigno; é remático por fazer parte de um enunciado maior. Ex.: qualquer palavra do dicionário;
- i) *Símbolo dicente*: signo que representa seu objeto através de uma convenção e que é interpretado sob a forma de um enunciado. Qualquer proposição do tipo “A é B” é um exemplo de símbolo dicente. É um legissigno: legissigno simbólico dicente;
- j) *Argumento*: signo que representa seu objeto através das leis de um silogismo ou das leis segundo as quais a passagem de certas premissas para certas conclusões tende a ser verdadeira. Ex.: toda argumentação do tipo “A é B, B é C, logo A é C”. Utiliza-se de símbolos e, sendo lei, é legissigno: legissigno simbólico argumental.

Um mesmo signo pode ser simultaneamente, icônico e simbólico, por exemplo, podendo ainda participar de mais de uma tricotomia: sinsigno icônico, legissigno icônico, legissigno indicial. É desta forma mista que os signos se apresentam, tornando a tarefa de identificar o tipo de signo num dado discurso em algo simples e imediato. Um resumo proposto por Teixeira Coelho (1980:64) pode ser descrito da seguinte forma:

Tabela 05 – As 10 classes dos signos

Qualissigno	sensação de vermelho
Sinsigno icônico	um diagrama particular
Sinsigno indicial remático	um grito de dor
Sinsigno dicente	um cata-vento, uma foto
Legissigno icônico	um diagrama geral
Legissigno indicial remático	um pronome demonstrativo
Legissigno indicial dicente	uma placa de trânsito no lugar em que significa
Símbolo remático	um substantivo
Símbolo dicente	uma proposição
Argumento	um silogismo

Fonte: TEIXEIRA COELHO, 1980:64.

4.5.5 Segundo conceito de signo

Este segundo conceito surge como formalmente mais complexo que o anterior e, se não é mais que a adequação de sua definição inicial de signo ao quadro de categorias, vem fazer uma abertura na teoria, extraíndo qualquer traço esquemático e com isso valorizando-a além de colocar questões sobre o signo e seus correlatos.

Peirce (apud TEIXEIRA COELHO, 1980:64) apresenta o signo, portanto, como sendo um Primeiro que se coloca numa tal relação triádica genuína com um Segundo, denominado seu Objeto, de modo a ser capaz de determinar que um Terceiro, denominado seu Interpretante, assuma a mesma relação triádica com seu Objeto na qual ele próprio está em relação com o mesmo objeto. Tal designação recobre a descrição inicial sobre o signo, porém desenvolvendo-a ao apresentar o signo com um Primeiro (Primeiridade, nível do sensível), o objeto como um Segundo (Secundidade, nível do evento), e o Interpretante como um Terceiro (Terceiridade, nível da razão). Pode-se dizer que é através do signo que o objeto cria seu interpretante, ou ainda, é através do signo que o objeto determina mediante o interpretante ou mente, como descreve Peirce.

De acordo com Teixeira Coelho (1980:65), Luís Hjelmslev pretendia que a Semiótica deveria interessar-se somente pelo lado esquerdo da tríade signo-interpretante-objeto, ou seja, restringindo os estudos apenas das relações entre signo e interpretante, uma preocupação

puramente linguística do problema do sentido. Além do restabelecimento do triângulo semiótico em sua totalidade, Peirce também considerou que nem tudo aquilo que existe e é representável é, necessariamente, um signo. O exemplo dado é: se um girassol, ao virar-se na direção do sol, se tornasse apenas com esse ato capaz de reproduzir um girassol que também se voltaria na direção do sol, o girassol se transformaria num signo do sol. Porém, o pensamento é o principal (se não for o único) modo de representação, neste caso é só quando o girassol cria seu interpretante, quando o homem vem admirá-lo em seu movimento de seguir o sol, que ele se transforma em signo.

O signo é uma relação triádica completa e ordenada, não é apenas um dos elementos do triângulo, uma de suas pontas, mas também, a reunião das três pontas, a relação completa dos três vértices do triângulo. O fato de estabelecer o signo como uma relação triádica genuína, isso nos coloca a considerá-lo como uma operação da Terceiridade, ou da mente do Interpretante, o que não exclui a possibilidade de qualquer um desses três relativos apresentar-se como um Primeiro ou um Segundo. A mente (semiose) é um processo de geração infinita de significações, razão pela qual o que era um Terceiro numa relação triádica passa a ser um Primeiro numa outra relação triádica. Graficamente, pode ser representado assim:

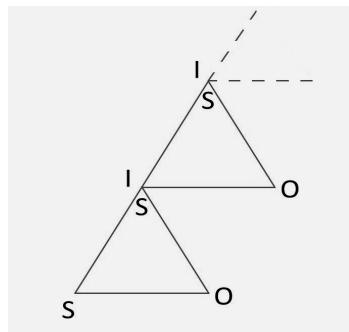


Figura 13 - O signo em sua relação triádica

O Interpretante de um dado Signo determinado por um Objeto torna-se, por sua vez, num novo Signo que remete a outro Objeto num processo que determina um novo Interpretante e assim sucessivamente. O Objeto “homem”, por exemplo, pode ter por Interpretante *animal racional*, determinado pelos signos /animal/ e /racional/. O *animal* de *animal racional* transforma-se no signo /animal/ que remete a seu componente Objeto, cujo Interpretante agora é *ser vivo organizado, dotado de sensibilidade e movimento* (oposição às plantas). *Sensibilidade* pode transformar-se em outro Signo e etc.

Para Santaella (1983:12), o signo é uma coisa que vem a representar uma outra coisa. Só pode ser considerado como signo se carregar este poder de representar. O signo, portanto, nunca é o objeto.

4.5.6 Objeto do signo: Conceito e divisão

Existe um lugar especial na teoria peirceana para o objeto. O Objeto da relação triádica de signo é o que determina uma base ou Primeiro (o signo) através do qual determina um Terceiro (Interpretante), sendo o Objeto um Segundo: coisa, objeto ou evento (TEIXEIRA COELHO, 1980:67-8). Toda relação triádica ordenada e completa tem de ter um Objeto, do qual não necessariamente deve ser entendido apenas como coisa, objeto ou evento, mas na medida em que se entende a Semiótica como uma filosofia, de que todo processo de interpretação de signo tende para um estado final que é a busca da verdade (mudança de um estado de insatisfação para outro de satisfação baseado no conhecimento), só vem a acentuar o alcance da doutrina de Peirce.

Este Objeto admite uma divisão: pode-se falar num Objeto enquanto conhecido no signo, o Objeto tal como o próprio signo o representa e que depende de sua representação, ou no Objeto tal como ele é, independentemente de qualquer aspecto particular seu, o Objeto tal como seria mostrado por um estudo definitivo e ilimitado (o Objeto como Real, como Realidade). O primeiro é chamado de *Objeto Imediato* e o segundo, *Objeto Dinâmico*. Por exemplo, na sentença “O céu é azul”; um dos objetos do sintagma é “azul”. Caso se pretende significar uma qualidade de sensação, “azul” está sendo entendido aqui como Objeto Imediato. Mas, se a intenção é significar um comprimento curto de onda da luz, o que está em questão é o Objeto Dinâmico, delimitado por uma ciência.

O Objeto Imediato pode envolver algum tipo de interpretação errônea, dando ao objeto uma representação falsa e diferente daquilo que ele é realmente. Este Objeto é aquilo que se supõe que um objeto é, sendo o Objeto Dinâmico uma representação real do objeto tal como é possível obtê-la através do estudo definitivo. Fica a questão de que seria possível alguém afastar-se de sua própria mente, de seu processo de formação das significações e comparar a noção que tem desse objeto (seu Interpretante) com a condição real do mesmo objeto? Ou seja, um objeto qualquer pode dar origem a um conhecimento objetivo e definido, capaz de revelar a realidade desse objeto? Em princípio, não se podia falar de uma realidade da qual não se pudesse conhecer, o processo de interpretação sucessiva (semiose) continuaria sempre até que se chegasse a uma última interpretação cujo resultado seria a fusão entre o objeto

imediato e o objeto dinâmico do signo ou, a identificação plena entre o que pensamos ser um objeto e sua condição real. Até atingir-se esse ponto seria indispensável estabelecer a devida distinção entre Objeto Imediato e Dinâmico.

Este tenha sido talvez o grande motivo que levou alguns semióticos a afastarem-se dessa questão do objeto, devido à impossibilidade ou pequena probabilidade de falar-se na existência de um único Objeto final, do qual se pudesse ter uma interpretação inequívoca.

4.5.7 Interpretante do signo: Conceito e divisão

O signo cria algo na mente do intérprete, algo que também foi criado de modo imediato e relativo pelo Objeto do signo. De acordo com Teixeira Coelho (1980:70), essa relação signo-objeto foi nomeada como Interpretante entendido como o conceito ou imagem mental criada na relação triádica de signo. O Interpretante comporta uma divisão tripartite: Interpretante Imediato, Interpretante Dinâmico e Interpretante Final.

Vamos a um exemplo: alguém faz a pergunta “Como está o dia, hoje?”, essa pergunta é um Signo cujo Objeto é o tempo naquele momento. O interpretante desse signo, em princípio, é a qualidade do tempo, mas há o Interpretante Dinâmico que seria uma resposta efetiva àquela pergunta, a contrapor-se assim ao primeiro Interpretante, o Imediato. Este signo comporta ainda um terceiro Interpretante, Final, que é o objetivo da pessoa que fez a pergunta, junto com o efeito que a resposta terá sobre seus planos para aquele dia. Caso a resposta seja “Está um dia feio”. Este outro signo tem por Objeto Imediato a noção de tempo comum à mente do indivíduo que respondeu tanto quanto àquele que fez a pergunta. Não se trata do caráter do tempo, mas sua identidade. O Objeto Dinâmico desse signo é a identidade (a condição) real do tempo naquele momento. A imagem suscitada de tempo feio seria o Interpretante Imediato, ou aquilo que há de comum nas várias e vagas imagens de um dia feio. O desapontamento eventual que recai sobre quem formulou a pergunta inicial é o Interpretante Dinâmico, e o Interpretante Final é a soma das “lições” da resposta: a condição do tempo, o objetivo inicial em mente ao formular-se a pergunta, o desapontamento, etc..

Em outras palavras, o Interpretante Imediato de um signo é o interpretante tal como se revela na correta compreensão do próprio signo; Interpretante Dinâmico seria o efeito concreto determinado pelo signo, e Interpretante Final é o modo pelo qual o signo tende a representar-se, no final de um processo, em relação a seu Objeto. Do Interpretante Final pode-se dizer ainda que é aquilo que finalmente se decidiria ser a interpretação verdadeira se se considerasse o assunto de um modo tão profundo que se pudesse chegar a uma opinião

definitiva, seria aquela interpretação última em que se chegaria quando o Objeto Imediato se fundisse com o Objeto Dinâmico. Este Interpretante Absoluto é, no mínimo, discutível. Na teoria de Peirce, o que mais se aproxima desse tipo de interpretante seriam os princípios lógicos.

4.5.8 Sentido, significado e significação

A divisão do Interpretante também pode ser feita através dos termos *Sentido*, *Significado* e *Significação* (TEIXEIRA COELHO, 1980:71).

- O Interpretante Imediato corresponde ao *Sentido*, efeito total que o signo foi calculado para produzir e que vem a produzir imediatamente, sem qualquer reflexão prévia, na mente. É a Interpretabilidade peculiar ao signo, antes de qualquer intérprete, uma abstração, uma possibilidade, o sentido atribuído a uma palavra em geral e registrado no dicionário, por exemplo, “cão”;
- O Interpretante Dinâmico equivale ao *Significado*, efeito direto realmente produzido no intérprete através do signo. É aquilo que é concretamente experimentado em cada ato de interpretação, dependendo do intérprete e da condição do ato, sendo diferente de outra interpretação. Seria então, um evento real, único, o significado de “cão” determinado pelo Objeto *cão* aqui, nesta rua, por exemplo;
- E, o Interpretante Final corresponde à *Significação*, ou seja, ao efeito produzido pelo signo sobre o intérprete em condições que permitissem ao signo exercitar seu efeito total. É o resultado interpretativo a que todo e qualquer intérprete chegaria, se o signo receber a suficiente consideração. Este interpretante é aquilo para o que tende o evento real, ainda usando o exemplo citado, diante deste cão, nesta rua, a significação deste encontro tende a representar esta ou aquela imagem de natureza psicológica ou sociológica, em função da qual a razão será esta ou aquela.

Entretanto, diante da concepção filosófica de Peirce segundo a qual o ser humano tende para a verdade, sendo esta verdade marcada pela passagem da insatisfação para a satisfação e, que essa tendência atinge um estágio mais elevado quando se manifesta de modo

consciente e autocritico, ou seja, através da Razão, do Terceiro, o único modo de entender-se o Interpretante seria como aquilo e só aquilo que promove uma autocorreção refletiva, manifestação por excelência do Terceiro. Neste caso, o Interpretante estaria mais para o lado da Significação do que do Significado e, muito mais perto da Significação que do Sentido.

Ainda de acordo com a noção de Interpretante, Peirce (apud TEIXEIRA COELHO, 1980:72-3) vai formular uma segunda divisão que, embora diretamente relacionada com a divisão em Imediato, Dinâmico e Final, não é possível se identificar com esta por tratar-se de tipos diferentes de classificação. O Interpretante pode apresentar-se como sendo *Emocional*, *Energético* e *Lógico*. O primeiro efeito significativo próprio de um signo é um sentimento, quase sempre constatável, interpretado como prova de que compreendemos o efeito adequado do signo, embora as bases de sua verdade seja muito tênue. Sendo um Primeiro na teoria de Peirce, este Interpretante Emocional pode assumir um papel bem mais amplo do que um simples sentimento de reconhecimento do signo, apresentando-se mesmo como o único efeito significativo produzido por esse signo, por exemplo, o que ocorre na execução de uma música. Supostamente, adianta Teixeira Coelho (1980:73), essa peça musical veicula as ideias do compositor, que por sua vez, geralmente consistem numa sequência de sentimentos e, mesmo que o signo acabe produzindo um efeito de outra ordem (um outro Interpretante), este só se verificará através da mediação do Interpretante Emocional, considerado como determinante dos demais Interpretantes. Que, para serem produzidos dependerão de um “esforço” por parte do intérprete, quer seja físico ou mental, teríamos então o Interpretante Energético. Em seguida, o terceiro Interpretante, o Interpretante Lógico, é descrito como sendo a compreensão de um conceito geral.

4.6 Análise de Discurso

“Não temos como não interpretar”, assim nos diz Eni P. Orlandi (2012:09) em seu livro intitulado como *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. A contribuição desta disciplina coloca o sujeito num estado de reflexão, sem a pretensiosa ilusão de que somos conscientes de tudo, permitindo uma relação menos ingênua com a linguagem. A análise de discurso vai problematizar as maneiras de ler, levar o falante ou o leitor a se posicionarem frente a questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Coloca o sujeito num estado com o simbólico irremediável e permanente, estando comprometido com o sentido e o político. Leva, contudo, a perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade.

O discurso, em todo caso, ou o ritual da palavra, seria o movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de trajetos, de ancoragem e de vestígios. Mesmo quando nada se diz. De um lado, os sujeitos e os sentidos se estabelecem na movência, na provisoriação, por outro lado se estabilizam, se cristalizam, permanecem. Da relação imprevisível do sujeito com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social possui formas de controle da interpretação, historicamente determinadas. Há modos de se interpretar que não pode servir de luxo a qualquer um. Os sentidos estão sempre “administrados”, existem especialistas, ou seja, um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar, de atribuir sentidos.

Para Orlandi (2012:10):

Diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico somos instados a interpretar, havendo uma injunção a interpretar. Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá.

4.6.1 O discurso

Existem diversas maneiras de se estudar a linguagem, enquanto sistema de signos ou como sistema de regras formais através da Linguística, ou como normas do bem dizer e a Gramática. A própria palavra gramática ou a palavra língua podem significar coisas muito diferentes, levando-nos a considerar de que o estudo da gramática e da língua são diferentes em diferentes épocas, em distintas tendências e em diversos autores. A origem da Análise de Discurso surge a partir dessa multiplicidade de olhares e possibilidades de significações acerca da linguagem.

Como o próprio nome indica a Análise de Discurso (ORLANDI, 2012:15), que teve seu início nos anos 60, vai se ater ao próprio discurso, que traz em si a ideia de curso, de percurso, de movimento, através do discurso observa-se o homem falando. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, enquanto parte do trabalho social, constitutivo do homem e da sua história. Vai considerar assim, a linguagem, enquanto mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, torna-se possível, através desta mediação, tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive.

A primeira coisa a se observar nesta disciplina é que não se trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, através de maneiras de significar,

com sujeitos falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas. Levando-se sempre em conta o homem na sua história, relacionando a linguagem à sua exterioridade. Articula-se assim os conhecimentos do campo das Ciências Sociais e do domínio da Linguística, fundando-se em uma reflexão sobre a história da epistemologia e da filosofia do conhecimento empírico. Numa proposta em que o político e o simbólico se confrontam, coloca questões para a Linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo coloca questões para as ciências sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual se sustenta. Assim posto, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do sujeito, descentrando a própria noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística.

Para Foucault (2006:08-9) em toda sociedade o discurso, ou se podemos dizer, sua produção, é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que tem a função de invocar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos “aleatórios”, desviar sua materialidade. Em sociedades como a que vivemos, por exemplo, conhecemos os procedimentos da *exclusão* e da *interdição*.

Não é possível dizer tudo, qualquer um não pode falar de qualquer coisa. Nos dias atuais as regiões onde a grade é mais cerrada são as regiões da sexualidade e as da política. O discurso, longe de ser neutro, é um dos lugares onde exerce seu poder, suas interdições revelam rapidamente uma ligação com o desejo e com o poder. A partir de uma visão psicanalítica, Foucault (2006:10) mostra que o discurso não se trata simplesmente daquilo que manifesta, ou oculta o desejo, é também, aquilo que é o objeto do desejo. O discurso não é aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta.

Ao lado da interdição, da loucura e da razão, está a oposição do verdadeiro e do falso como um sistema de exclusão. Chama-se a atenção aqui para uma *vontade de verdade* que atravessou o século passado e que rege nossa vontade de saber. Durante o século VI, era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada um sua parte, profetizava o futuro, não apenas anunciando-o, mas contribuía para sua realização. Séculos mais tarde, a verdade já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia. A verdade se desloca do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado, seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência. Esta divisão histórica não parou por aí, a vontade de saber nos séculos XVI e XVII, antecipando-se a seus conteúdos atuais, desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis e classificáveis. Uma vontade que impunha ao sujeito cognoscente certa posição, certo olhar e certa função, uma

vontade de saber que prescrevia o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e, consequentemente, úteis.

Essa vontade de verdade apoia-se sobre um suporte institucional, ao passo em que é reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Uma vontade, em especial, valorizada pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é distribuída, repartida e atribuída. Acaba exercendo sobre os outros modos de discurso uma pressão e um poder de coerção. A literatura ocidental teve, por exemplo, que buscar apoio no natural, no verossímil, na ciência, enfim, no discurso verdadeiro. As práticas econômicas procuraram fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção. O sistema penal procurou seus suportes, sua justificação primeiramente, em uma teoria do direito para em seguida, a partir do século XIX, apoiar-se num saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico, como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada senão, por um discurso de verdade.

Segundo Foucault (2006:19), dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, é este terceiro que procura mais se retomar. Os primeiros não pararam de orientar-se em sua direção, porém, a vontade de verdade procura sempre retomar-se a si mesmo para, ao mesmo tempo, modificar-se e fundamentar-se, tornando-se mais profunda e mais incontornável. Estranhamente, é dela que menos se fala. Como se para nós, a vontade de verdade fosse mascarada pela própria verdade, se o discurso verdadeiro não é mais aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, o discurso na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo é o desejo e o poder.

Estes discursos se exercem a partir do exterior como sistemas de exclusão, mas há ainda outro grupo de procedimentos internos, haja vista que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle, princípios que funcionam como classificação, ordenação, distribuição, como se se tratasse de submeter outra dimensão ao discurso: a do acontecimento e do acaso.

Vejamos inicialmente o *comentário*. Não existem sociedades onde não há narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; formas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram; coisas ditas uma vez e que se conservam; enfim, há nas sociedades uma espécie de desnívelamento entre os discursos. Há aqueles que “se dizem” no correr dos dias e das trocas e que passam com o ato que os pronunciou e, os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam, os discursos

que são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Em nossa cultura são conhecidos como *textos* religiosos ou jurídicos, os literários e, em certa medida, os textos científicos. Um comentário é, na verdade, a reaparição, palavra por palavra, daquilo que ele comenta; uma obra literária, por outro lado, pode dar lugar a tipos de discurso bem distintos. Numa espécie de jogo solidário, o comentário não possui outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto: “[...] dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (FOUCAULT, 2006:25). O novo não está naquilo que se é dito, mas no acontecimento que marca sua volta. Desta forma, o comentário conjura o acaso do discurso permitindo-lhe dizer algo além do texto, porém, sob a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado.

Uma outra forma de rarefação do discurso, de acordo com Foucault (2006:26), está no jogo com o *autor*. Não entendendo autor como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. Há muitos discursos que circulam sem receber uma autoria ao qual seriam atribuídos, como as conversas cotidianas, decretos ou contratos que precisam de signatário, mas não de autor, receitas técnicas transmitidas no anonimato. Entretanto, diferentemente, o autor não desempenha o mesmo papel nos domínios em que uma atribuição ao autor é regra: a literatura, a filosofia e a ciência. Na ordem do discurso científico, na Idade Média, por exemplo, a atribuição a um autor era indispensável, pois era um indicador de verdade. Desde o século XVIII, esta função não parou de enfraquecer no discurso científico. O autor só funciona para dar nome a um teorema, um efeito ou uma síndrome. Enquanto que, no discurso literário a função do autor não cessou de se reforçar. Todas as narrativas, poemas, dramas ou comédias, que antes circulavam livres na Idade Média, agora exige-se saber quem é o autor; que revele o sentido oculto que os atravessa; que os articule com sua vida pessoal e experiências vividas.

O indivíduo que escreve e inventa um texto retoma por sua conta a função do autor. O comentário limitava o acaso do discurso através do jogo de uma identidade que teria a forma da repetição e da mesmice. O princípio do autor limita o acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu.

Deve-se reconhecer também o papel limitador não das ciências, mas das *disciplinas* (FOUCAULT, 2006:29). Diferentemente do autor, a disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições tomadas como verdadeiras, um jogo de regras, de definições, de técnicas e instrumentos. Isso constitui um sistema anônimo

disponível à todos, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor. Da mesma forma, a disciplina se diferencia do comentário. Em uma disciplina o que é suposto no ponto de partida, não se trata de um sentido que precisa ser redescoberto, nem uma identidade que precisa ser repetida, é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados. Para que haja disciplina é necessário que haja a possibilidade de formular, indefinidamente, novas proposições.

A medicina não é constituída de tudo o que se pode dizer de verdadeiro sobre a doença, a botânica não pode ser definida pela soma de todas as verdades que concernem às plantas, assim como qualquer outra disciplina, são feitas tanto de erros como de verdades, erros que tem funções positivas, uma eficácia histórica, um papel indissociável da verdade. Para fazer parte de uma disciplina, uma proposição precisa responder a condições além da simples verdade. A disciplina, nada mais é do que um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites através do jogo de uma identidade que possui a forma de uma (re)atualização permanente das regras.

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “política” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos (FOUCAULT, 2006:35).

Outro grupo de procedimentos que permite o controle dos discursos vai tratar de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim não permitir que qualquer um tenha acesso a eles. Selecionamento, desta vez, dos sujeitos que falam. Só entrarão na ordem do discurso aqueles que satisfizerem certas exigências. Algumas regiões do discurso são impenetráveis, altamente proibidas. Passemos então ao exame do *ritual*.

Para Foucault (2006:39), o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam, define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso. Vai fixar a eficácia das palavras, suposta ou imposta, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem. Fazem parte desta prática os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e políticos que, determinam para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.

Com forma de funcionar parcialmente distinta, existem as “sociedades de discurso”, cuja função é conservar ou produzir discursos, entretanto, fazendo-os circular em um espaço

fechado, sob regras restritas, sem que para isso seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição. Podemos citar como exemplo, o ato de escrever tal como está institucionalizado no livro, no sistema de edição e no personagem do escritor. A diferença do escritor, oposta por ele mesmo à atividade de qualquer outro sujeito que fala ou escreve, o caráter intransitivo que empresta seu discurso, a singularidade fundamental que atribui há muito tempo à “escritura”, a dissimetria afirmada entre a “criação” e qualquer outra prática do sistema linguístico, tudo isso vai manifestar a existência de certa “sociedade do discurso”. E, muitas outras que funcionam sob o regime de exclusividade e de divulgação: o segredo técnico ou científico, as formas de difusão e de circulação do discurso médico, os que se apropriam do discurso econômico ou político.

As *doutrinas* (religiosas, políticas, filosóficas) num primeiro momento se opõem às “sociedades de discurso”, nestas, o número daqueles que falam tendem a ser limitados e, somente entre eles o discurso pode circular e ser transmitido. Já as doutrinas (FOUCAULT, 2006:42) tendem a difundir-se. É pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que os indivíduos definem sua pertença recíproca. A única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra, mais ou menos flexível, de conformidade com os discursos validados. A doutrina vai questionar os enunciados a partir dos sujeitos que falam, na medida em que a doutrina vale sempre como sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia (de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação). A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo dos indivíduos que falam. Liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe todos os outros, enquanto que, serve-se de certo tipo de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los de todos os outros.

A educação embora seja de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, permitindo e proibindo, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. “Todo sistema de educação”, diz Foucault (2006:44), “é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”.

O que nos parece até aqui é que o pensamento ocidental tomou o devido cuidado para que o discurso ocupasse o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra, para que o discurso aparecesse apenas como certo aporte entre pensar e falar. Se o discurso existe, o é, somente uma discreta leitura, as coisas murmuram um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifestar-se.

O tema da mediação universal é uma maneira de elidir a realidade do discurso. Ao encontrar em toda parte a existência de um logos que eleva as singularidades até o conceito e que permite à consciência imediata desenvolver toda a racionalidade do mundo, é o discurso que se situa no centro da especulação. Contudo, este logos, não seria senão um discurso já pronunciado, ou antes, não seriam as coisas mesmas e os acontecimentos que se tornam insensivelmente discurso, manifestando o segredo de sua própria essência? O discurso, nesse sentido, nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos e, quando pode enfim, tomar a forma do discurso, quando pode ser dito, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à silenciosa interioridade da consciência de si.

O discurso trata-se então de um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura, essa escritura, jamais põe em jogo senão os signos. O discurso se anula em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante. Parece que sob esta *logofilia*, sob esta aparente veneração do discurso, esconde-se uma espécie de temor. Como se as interdições, limitações, supressões num tipo do *logofobia*, tivessem sido dispostos de modo a dominar a grande proliferação do discurso. A saída para esse temor, de acordo com Foucault (2006:51), seria: “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante”.

A Análise de Discurso não vai trabalhar assim como na Linguística, com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto. Nem se trabalha, por outro lado, com a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato de que elas significam. Partindo desta ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e materialidade específica do discurso é a língua, vamos estar trabalhando com a relação língua-discurso-ideologia. Para Pêcheux (apud ORLANDI, 2012:17), não há discurso sem sujeito, da mesma forma em que não há sujeito sem ideologia, o indivíduo é sempre interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua adquire sentidos.

A noção de discurso distancia-se do modo como o esquema elementar da comunicação dispõe seus elementos, definindo o que é mensagem. Este esquema se constitui de emissor, receptor, código, referente e mensagem. O emissor transmite uma mensagem ao receptor, mensagem essa formulada por um código referindo a algum elemento da realidade, o referente. Para a Análise de Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, muito menos há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação. Na realidade,

a língua não é só um código entre outros, não existe esta separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica, etc.. Realizam ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque.

Ao invés da mensagem o que se propõe aqui é pensar, justamente, o discurso. Desse modo, não se trata de transmissão de informação apenas, pois no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, tem-se um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos, não simplesmente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção de realidade. Também não se pode assentar este esquema na ideia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. Sendo as relações de linguagem, relações de sujeitos e de sentidos, seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores.

Adverte-se também para o fato de não se confundir discurso com fala, na continuidade da dicotomia saussuriana, *langue/parole*. O discurso não corresponde à noção de fala (*parole*), pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém com sua natureza social e suas constantes. Nesta noção, o discurso, assim como a fala, seria apenas uma ocorrência casual, individual, realização do sistema. O discurso possui sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não se opõe o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto.

Dentro do quadro teórico da Análise de Discurso, nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como sendo totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sistematicidades linguísticas são as condições materiais de base sobre a qual se desenvolve o processo discursivo. A língua, desta forma, é condição de possibilidade do discurso. A fronteira entre língua e discurso éposta em causa sistematicamente em cada prática discursiva, pois as sistematicidades referidas não existem, contudo sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica (PÊCHEUX, apud ORLANDI, 20112:22). Não há uma separação estável entre eles, mas sim uma relação de recobrimento.

Respondendo à questão sobre o que o texto quer dizer, a análise de conteúdo vai procurar extraír sentido dos textos, diferentemente, a análise de discurso considera que a linguagem não é transparente. Desta maneira, não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado, a questão que se coloca é: como este texto significa? Já não estamos

mais no campo do “o quê”, mas passamos para o “como”. Para responder à questão, a análise não trabalha com os textos apenas como ilustração ou documento de algo que já possui um saber em outro lugar e que o texto exemplifica. Produz um conhecimento a partir do próprio do texto, pois o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica, o concebe em sua própria discursividade.

A Linguística constitui-se pela afirmação da não-transparência da linguagem, possui seu objeto próprio, a língua, e esta possui sua ordem própria. A Análise de Discurso vai mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo. Cada um possui sua especificidade particular. Pressupõe-se também o legado do materialismo histórico, isto é, de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente. Conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos, portanto, linguística-histórica. Nos estudos discursivos não há a separação da forma e do conteúdo e, procura-se compreender a língua não apenas como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história e, é aqui que a Psicanálise se faz presente, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. “As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que no entanto significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2012:20).

Analisando os próprios gestos de interpretação que considera como atos no domínio do simbólico, a Análise de Discurso faz compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, pois eles intervêm no real do sentido. Não se “acomoda” na interpretação, mas trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Daí a proposta que vai distinguir a *inteligibilidade*, a *interpretação* e a *compreensão*. A *inteligibilidade* refere o sentido à língua: “ele disse isso” é inteligível, no entanto não é interpretável, pois não se sabe quem é ele e o que ele disse. A *interpretação* é o sentido pensando-se também as outras frases do texto e o contexto imediato. Numa situação “x” Maria diz que Antonio vai ao cinema, João pergunta como ela sabe e ela responde: “Ele disse isso”. A interpretação aqui é que “ele” é Antonio e “o que” ele disse é que vai ao cinema. Mas, a *compreensão* vai muito mais que isso. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música, etc.) produz sentidos. Na medida em que se interpreta já se está preso num sentido. A *compreensão* procura a explicitação dos processos

de significação presentes no texto e permite que se possam apreender outros sentidos. Pode-se compreender que Maria, por exemplo, não quer ir ao cinema, ou que Antonio é quem decide tudo, ou que ele está indo em outro lugar, etc..

A proposta que se apresenta para um dispositivo de análise é a construção de um dispositivo de interpretação. Este tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que é dito a partir de um lugar e não de outro, procurando ouvir naquilo que diz aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. Não se trata de uma busca da verdade, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. Todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação, suscetível de ser/tornar-se outro. Este lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos.

Com relação à interpretação pode-se considerar ainda, o interdiscurso (o exterior) como a alteridade discursiva. Porque há o outro nas sociedades e na história, correspondente a este outro languageiro discursivo, que pode aí haver ligação, identificação ou transferência, ou seja, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. Assim, as filiações históricas podem organizar-se em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.

Uma mesma palavra, na mesma língua pode possuir significados diferentes, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva.

O processo de produção de sentidos está sujeito ao deslize, produzido pela metáfora, havendo sempre um “outro” possível que o constitui. Fala-se a mesma língua, mas fala-se diferente. Diz-se as mesmas palavras, mas elas podem significar diferente. As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que representam no discurso as formações ideológicas. O fato da historicidade ser compreendida, em análise de discurso, como aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem, se deve ao trabalho do interdiscurso (relação do discurso com uma multiplicidade de discursos), ou seja, um conjunto não discernível, não representável de discursos que sustentam a possibilidade mesma do dizer, sua memória. Representa assim a alteridade, o Outro, a historicidade.

O efeito metafórico, o deslize (da ordem do simbólico) é lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade. A interpretação é constitutiva da própria língua, e onde está a interpretação está também a relação da língua com a história para significar. Essa é a relação entre a língua e o discurso. A língua é pensada como um sistema sintático passível de jogo e o

discurso como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história (PÊCHEUX, apud ORLANDI, 2012:80). Portanto, os efeitos materiais na história, deslizes, paráfrases, metáforas, formam um conjunto de noções que sustentam a possibilidade da análise. Pensando-se a interpretação, o efeito metafórico aponta para um discurso “duplo e uno”. Essa duplicidade faz referir um discurso a um discurso outro para que ele faça sentido, na Psicanálise, isso envolve o inconsciente, na Análise de Discurso, envolve também a ideologia. Pode-se dizer que a metáfora está na base de constituição dos sentidos e dos sujeitos.

4.6.2 Condição de produção, interdiscurso e esquecimento

Para Orlandi (2012:30), as *condições de produção* compreendem os sujeitos e a situação, também a memória faz parte da produção do discurso. Num sentido mais estrito, temos as instâncias da interpretação: é o contexto imediato. Já num sentido mais amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.

A memória tem suas próprias características quando pensada em relação ao discurso. Nesta perspectiva, é tratada como *interdiscurso*. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Em outras palavras, é a chamada memória discursiva, o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentado assim, cada palavra tomada. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa numa situação discursiva dada. Um pouco do que Saussure já havia adiantado através da inter-relação entre langue e parole, sendo a langue enquanto língua já constituída e a parole, a fala, por sua vez só a sustenta no dizer de cada um.

Há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscursso, entre a constituição do sentido e sua formulação. Courtine (apud ORLANDI, 2012:32-3) explicita essa diferença considerando a constituição representada como um eixo vertical onde se tem todos os dizeres já ditos em uma extratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E, teríamos o eixo horizontal, o intradiscursso, o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele dado momento. Também aqui se percebe os mesmos eixos comentados por Saussure, porém sob a denominação de paradigmático e sintagmático, respectivamente. A constituição determina a formulação, só se pode dizer (formular, parole) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscursso, memória, langue). Todo dizer se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação), tirando daí os sentidos.

As condições de produção funcionam de acordo com certos fatores. Um destes é chamado de *relação de sentidos* (ORLANDI, 2012:39). Não há discurso que não se relate com outros, um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. O discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo.

Por outro lado, segundo o mecanismo de *antecipação*, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras. Antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras vão (ou podem) produzir. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal maneira que o sujeito dirá de um modo ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte.

Por fim, temos a *relação de forças*. Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Se o sujeito fala a partir do lugar de professor, por exemplo, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse de lugar de aluno. Nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação.

Estes mecanismos descritos constituem as *formações imaginárias*. Não são os sujeitos físicos, nem os seus lugares empíricos como estão inscritos na sociedade, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas que permitem passar das situações empíricas para as posições dos sujeitos no discurso. Estamos distinguindo aqui *lugar e posição*. O que significa no discurso são essas projeções, e elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito).

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita ao equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Isso faz com que imagens sejam produzidas dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, tudo isso dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição *sujeito locutor* (quem sou para lhe falar assim?), da posição *sujeito interlocutor* (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?) e também a do *objeto do discurso* (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. Fazendo intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo, pois incluirá a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e por aí vai.

Tudo isso vai contribuir para a constituição das condições de produção do discurso e, consequentemente, para seu processo de significação. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem, mas não surge “do nada”, assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por

relações de poder. A imagem que temos de um professor, se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições. Supõe-se que um sujeito de esquerda diga “x” e outro de direita possa dizer “y”, contudo, isso nem sempre é verdadeiro. Nesse sentido, a Análise de Discurso pode atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, explicitando o modo como os sentidos estão sendo produzidos. O sentido “de esquerda” ou “de direita” não está no dizer em si mesmo, nem tampouco nas intenções de quem diz, é preciso referi-lo às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva para que se possa compreender o processo discursivo que indica se ele é de esquerda ou de direita. Os sentidos não se encontram nas palavras elas mesmas, estão aquém e além delas.

Paralelamente, é o interdiscurso, a historicidade que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. No funcionamento do interdiscurso, suprime-se a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. Pensando na relação da historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica, segundo Pêcheux (apud ORLANDI, 2012:33), as condições nas quais um acontecimento histórico seja suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória.

Cuidado para não confundir interdiscurso com intertexto. O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que aquilo o que digo tenha sentido é necessário que elas já façam sentido. Foucault (2006:05) começa assim seu discurso em sua posse no Collège de France, dizendo que uma voz (histórica) fala antes dele, ao final percebemos (brilhantemente, por sinal) que esta voz tratase de seu antecessor, Jean Hyppolite (FOUCAULT, 2006:79). O interdiscurso é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer, enquanto que o intertexto restringe-se à relação de um texto com outros textos e, nesta relação intertextual, o esquecimento não é estruturante.

Ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos, mas sem um “aprendizado” sobre como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente. Certamente, o fazemos determinados por nossa relação com a língua e a história, por nossa experiência simbólica e de mundo, através da ideologia. É nesse sentido que a Análise de Discurso se propõe a construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse saber que não se aprende, mas que produz seus efeitos. Essa prática de leitura, discursiva, consiste em considerar o que é dito num discurso e o que é dito de outro, o que é dito de um modo e o que

é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária. Só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz, e o que muitas vezes desconhece, significa em suas palavras.

Para Pêcheux (apud ORLANDI, 2012:34-5), pode-se distinguir duas formas de esquecimento no discurso. Um deles é da ordem da enunciação, é chamado de *esquecimento enunciativo* e atesta o que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos. Ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ter sido outro. Ao falarmos “sem medo”, podíamos dizer “com coragem”, ou “livremente”, etc.. Nem sempre temos consciência de que isto significa em nosso dizer. Produz a impressão da realidade do pensamento, denominada de ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal maneira que se pensa que o que se diz só pode ser dito com aquelas palavras e não com outras. Estabelece uma relação natural entre palavra e coisa. Porém, este é um esquecimento parcial, e muitas vezes se volta para ele, recorre-se a esta margem de famílias parafrásticas, para melhor especificar o que se diz. O outro esquecimento, também chamado *esquecimento ideológico*, é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento tem-se a ilusão de ser a origem do que se diz quando, na realidade, se retoma sentidos preexistentes. Este esquecimento reflete o sonho adâmico, isto é, o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos. Embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós, eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não pela nossa vontade.

O fato do discurso já estar em processo e nós é que entramos nesse processo, isto não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afeta. O esquecimento é estruturante, pois parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. Os sujeitos “esquecem” o que já foi dito, involuntariamente, para, ao se identificarem com o que dizem se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras.

4.6.3 Paráfrase e polissemia

De acordo com Orlandi (2012:40), todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos *parafrásticos* são

aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. Kadota (2004:40) concorda acrescentando que a mudança está no nível da enunciação, permanecendo os enunciados, em relação ao texto original. Na *polissemia*, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação, joga-se aqui com o equívoco.

Estas duas forças trabalham continuamente o dizer, todo discurso se constitui nesta tensão, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, significam. Se toda vez que se fala, ao tomar a palavra, produz-se uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, fala-se com palavras já ditas.

Se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos, afirma Orlandi (2012:37).

É porque a língua está sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Nem o sujeito, nem o sentido, logo, nem os discursos já estão prontos e acabados, ao contrário, estão sempre em um movimento do simbólico e da história.

Deste modo, distingue-se na Análise de Discurso o que é *criatividade* e o que é *produtividade*. A “criação” em sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos cristalizados. Regida pela paráfrase, a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível. Produzimos frases da nossa língua, por exemplo, mesmo as que não conhecemos, a partir de um conjunto de regras de um número determinado. Já a criatividade implica, justamente, na ruptura do processo de produção da linguagem, através do deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a própria língua. Surgem, assim, sentidos diferentes. A mídia, por exemplo, é pura produtividade. As novelas obedecem, em geral, um estrito processo de produção dominado pela produtividade. Assistimos a “mesma” novela contada muitas vezes, com algumas variações. Para que se tenha criatividade é preciso um trabalho que ponha em conflito o já produzido e o que vai se instituir.

A paráfrase é a matriz do sentido, pois não se pode conceber o sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo e, a polissemia, a simultaneidade de movimentos

distintos de sentido no mesmo objeto simbólico, é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não haveria necessidade de dizer. Atesta-se, via paráfrase e polissemia, o confronto entre o simbólico e o político. Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa.

4.6.4 Formação discursiva

As palavras mudam de sentido conforme as posições daqueles que as empregam, o sentido não está em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas (ORLANDI, 2012:42-3).

A noção de formação discursiva permite compreender o processo de produção de sentidos, sua relação com a ideologia, além de oferecer ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. Definida como aquilo que numa formação ideológica determina o que pode e deve ser dito, a formação discursiva comporta dois pontos:

- a) O discurso se constitui em seu sentido, pois o que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra, passando a ter um sentido e não outro. As palavras não possuem sentidos em si mesmas, denotam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem que, por sua vez, representam as formações ideológicas. Os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Cada palavra, cada sentido tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. O estudo do discurso deve explicitar a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca. As formações discursivas são, na verdade, regionalizações do interdiscurso, que disponibiliza dizeres, determinados pelo já-dito. Os sentidos não estão assim predeterminados por propriedades da língua. As formações discursivas são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. A partir daqui, Orlandi (2012:44) cita a noção de *metáfora* como imprescindível na Análise de Discurso. A metáfora não deve ser considerada como figura de linguagem (retórica), mas sim definida como a tomada de uma palavra por outra, articulação psicanalítica lacaniana. Na análise de discurso significa “transferência”, estabelecendo o modo como as palavras

significam. Para Pêcheux (apud ORLANDI, Ibid.), o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, expressão ou proposição. É por essa superposição, essa transferência (*metaphora*), que elementos significantes passam a se confrontar de modo a se revestirem de sentido. O sentido existe nas relações de metáfora, realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos, das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório;

- b) Palavras iguais podem significar diferentes coisas, pois se inscrevem em formações discursivas diferentes, é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. A palavra “terra”, por exemplo, não possui o mesmo significado para um índio, um agricultor sem terra ou um grande proprietário rural, se a escrevermos com letra maiúscula (Terra), vai ter ainda outro sentido. Todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas. Isso vai definir em grande parte o trabalho do analista, observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para, só então, compreender o sentido que ali está dito. A evidência do sentido, que não passa de um efeito ideológico, mascara seu caráter material, a historicidade de sua construção. A evidência do sujeito, sua identidade, apaga o fato de que ela resulta de uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação (ideologicamente pela sua inscrição numa formação discursiva) que, em uma sociedade como a atual, o produz sob a forma de sujeito de direito, sujeito jurídico. Esta forma-sujeito corresponde ao sujeito do capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo, responsável pelo que diz, um sujeito com seus direitos e deveres.

4.6.5 Ideologia e sujeito

O fato de que não há sentido sem interpretação, confirma a presença da ideologia. Segundo Orlandi (2012:45), por esse mecanismo ideológico de apagamento da interpretação, ou seja, nesse movimento de interpretação onde o sentido aparece como evidência, como se estivesse sempre lá, há transposição de formas materiais em outras, constituindo-se

transparências para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. O trabalho da ideologia é o de produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.

Partindo do pressuposto de que a ideologia e o inconsciente são “estruturas-funcionamentos”, sendo o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer, a característica mais comum da ideologia é dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas, nas quais se constitui o sujeito. Daí, temos a necessidade de uma teoria materialista do discurso em que se possa trabalhar o efeito de evidência do sujeito e também do sentido.

A *evidência do sentido*, que faz com que uma palavra designe uma coisa, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. Os sentidos das palavras estão nas relações das formações discursivas, efeito da determinação do interdiscurso (da memória). A *evidência do sujeito*, ou seja, a evidência de que somos sempre já sujeitos, apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia: paradoxo da existência.

Essas evidências apontam aos sujeitos a realidade como sistema de significações percebidas, experimentadas, que funcionam pelo esquecimento. A subordinação-assujeitamento se realiza sob a forma da autonomia, com um interior sem exterior. A relação simbólica com o mundo para que produza sentido invoca a língua, como sistema passível de equívocos, para que venha a se inscrever na história. Esta inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história é a discursividade. O sentido é assim uma relação determinada do sujeito, afetado pela língua, com a história, realizado pela interpretação. Não há discurso sem sujeito e, não há sujeito sem ideologia.

A interpretação é regulada em suas possibilidades, em suas condições, não é mero gesto de decodificação, de apreensão de sentidos como insistem alguns autores. A interpretação não é livre de determinações, ou seja, não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. É assim, garantida pela memória sob dois aspectos:

- a) a *memória institucionalizada* (o arquivo), trabalho social da interpretação que separa quem tem e quem não tem direito a ela;
- b) a *memória constitutiva* (o interdiscurso), trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo). O gesto da interpretação se faz

entre a memória institucional e os efeitos de memória, podendo tanto deslocar quanto estabilizar sentidos.

Já a ideologia não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou ocultação da realidade. Não há realidade sem ideologia. Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. É através do funcionamento imaginário que permite que as imagens colem as palavras às coisas. O efeito ideológico elementar culmina na constituição do sujeito.

Para Orlandi (2012:48):

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz.

Nem a linguagem, nem os sujeitos e nem os sentidos são transparentes, possuem antes, sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente.

O sujeito é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito *de* e é sujeito *à*. É assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, se não se submeter à língua e à história, não se constitui, não fala, não produz sentidos.

O sujeito discursivo deve ainda ser pensado, numa visão foucaultiana, como um “lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz. A maneira como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, não oferece acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Por exemplo, quando se fala a partir da posição de “mãe”, o que se diz deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que as palavras estão inscritas, equivalentemente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando a mãe fala, ao abrir a porta de madrugada para o filho, “Isso são horas?”, ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. Ela aí está sendo dita, pois não é a mãe falando, mas sua posição, e isso a significa.

O trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento, sendo só ao passar para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade (sentido-lá). É quando esquecemos quem disse “colonização”, quando, onde e porquê, que o sentido de colonização produz seus efeitos. Sob o modo do sentido-lá, com a memória já trabalhada pelo

esquecimento, que se pode dizer que os sentidos não se esgotam no imediato. Fazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores.

Levando em consideração a relação da língua com a ideologia, observa-se como, através da noção de determinação, o sujeito gramatical cria um ideal de completude, participando do imaginário de um sujeito dono de suas palavras. Entretanto, essa característica nem sempre foi presente ao que se chama de sujeito-de-direito ou sujeito jurídico, próprio da modernidade. Não se pode reduzir a questão da subjetividade ao linguístico, mas deve-se levar em conta sua dimensão histórica e psicanalítica.

Orlandi (2012:51) vai citar C. Haroche para mostrar que a forma-sujeito religioso, característico da Idade Média, representou uma forma-sujeito diferente da modernidade (forma-sujeito jurídico). A partir das transformações das relações sociais, o sujeito teve de tornar-se seu próprio proprietário, a subordinação explícita do homem ao discurso religioso dá lugar à subordinação, menos explícita, do homem às leis, com seus direitos e deveres. Daí decorre o sujeito capitalista, livre em suas escolhas. A crença na Letra (submissão a Deus) dá lugar à crença nas Letras (submissão ao Estado e às Leis), crença nas cifras, na precisão, sustentadas pelo mecanismo lógico. Essa nova submissão, de *assujeitamento*, é menos visível, pois preserva a ideia de autonomia, de liberdade individual, de não-determinação do sujeito. A injunção a não-contradição é a garantia da submissão do sujeito ao saber. No capitalismo, acrescenta-se a isso a noção de indivíduo, diferentemente do sujeito-de-direito que é um efeito de uma estrutura social bem determinada. Há processos de individualização do sujeito pelo Estado, processo fundamental no capitalismo para que se possa governar.

O assujeitamento faz com que o discurso apareça como instrumento límpido do pensamento e um reflexo justo da realidade. Na transparência da linguagem a ideologia fornece as evidências que apagam o caráter material do sujeito e do sentido. O sentido literal, sustentado aqui na concepção linguística imanente, inseparável, é aquele que uma palavra tem independentemente de seu uso em qualquer contexto. Mas, se levarmos em conta a ideologia, somos capazes de apreender, de forma crítica, a ilusão que está na base do estatuto primitivo da literalidade, isto é, o fato de que ele é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder. A literalidade – efeito referencial que representa a relação imanente entre palavra e coisa, considerando que as estratégias retóricas, manobras estilísticas não são constitutivas da representação da realidade determinada pelos sentidos de um discurso – é uma condição que o analista deve considerar em relação ao processo

discursivo com suas condições, expondo como essa impressão é produzida e quais seus efeitos.

A condição da linguagem está em sua incompletude. Nem sujeitos, nem sentidos estão constituídos definitivamente. Constituem-se, na verdade, sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude justifica a abertura do simbólico, sendo a falta o lugar do possível.

Isso não quer dizer que o processo de significação não seja administrado. É pela sua abertura que também está sujeito à determinação, à institucionalização, à estabilização, isso faz com que possamos referir a linguagem aos limites da paráfrase e da polissemia. O homem significa, e se significa, através do sujeito à falha, ao jogo, e também à regra, ao saber, à necessidade. Se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições. O deslize é o efeito metafórico, a transparência, a palavra que fala com outras. Entre o jogo e a regra, no confronto do mundo e da linguagem, na experiência e na história, na relação tensa do simbólico com o real e o imaginário, o sujeito e o sentido se repetem e se deslocam. O equívoco, o irrealizado tem no processo polissêmico, na metáfora, o seu ponto de articulação.

Em termos teóricos, isso significa que trabalhamos continuamente a articulação entre estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato. Pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem, do simbólico, mesmo que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Porém, há injunções à estabilização, bloqueando o movimento do significante. Nesse caso, o sentido não flui e o sujeito não se desloca. Sem fazer um lugar para fazer sentido, é antes, pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera, só repete. Decorre daí a distinção de três formas de repetição:

- a) A *repetição empírica* (mnemônica) que é a do efeito papagaio, só repete;
- b) A *repetição formal* (técnica) que é um outro modo de dizer o mesmo;
- c) A *repetição histórica*, que é a que desloca, que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo com que o discurso flua nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido.

Para Orlandi (2012:55):

A evidência, produzida pela ideologia, representa a saturação dos sentidos e dos sujeitos produzida pelo apagamento de sua materialidade, ou seja, pela sua des-historicização. Corresponde a processos de identificação regidos pelo imaginário e esvaziados de sua historicidade. Processos em que perde-se a relação com o real, ficando-se só com (nas) imagens. No entanto há sempre o incompleto, o possível pela interpretação outra. Deslize, deriva, trabalho da metáfora.

4.6.6 Textualidade e discursividade

O termo usado “historicidade” não se trata da história refletida no texto, mas a historicidade do texto em sua materialidade. Historicidade é, de acordo com Orlandi (2012:68), o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos neste. Não há dúvidas de que há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto, porém essa ligação não é direta, nem automática, muito menos funciona como uma relação de causa e efeito. Os conteúdos da história são tomados na análise como discursos, cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade. O texto, referido à discursividade, é o vestígio mais importante da materialidade histórica da linguagem, funcionando como unidade de análise. Desta forma, o texto não é definido pela sua extensão, podendo ter desde uma só letra até muitas frases, enunciados, páginas, etc., ou seja, o fato de, ao ser referido à discursividade, constituir uma unidade em relação à situação. Ser escrito ou oral também não altera a definição do texto. Tanto um quanto o outro significam de modo específico particular a suas propriedades materiais.

Unidade de análise, o texto, só pode sê-lo porque representa uma contrapartida à unidade teórica, o discurso, definido como efeito de sentidos entre locutores. Como bem define Orlandi (2012:69) “o texto é texto porque significa”. Para a Análise de Discurso o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito relacionado com o mundo, unidade de natureza linguístico-histórica.

Todo texto é heterogêneo, quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagens, sons, grafias...), quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição...), quanto às posições do sujeito. Podemos ainda, considerar essas

diferenças em função das formações discursivas, ou seja, num texto não encontramos apenas uma formação discursiva, pois o texto pode ser atravessado por várias formações discursivas que nele se organizam em função de uma dominante. O discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. A subjetivação do sujeito se dá de diferentes maneiras ao longo de um texto. O discurso universitário, por exemplo, se constitui de uma dispersão de textos: de professores, de alunos, de funcionários, de administradores, textos burocráticos, científicos, pedagógicos. D. Maingueneau, retomando Foucault (apud ORLANDI, 2012:71), dirá que o discurso é uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica define um espaço de regularidades enunciativas (enunciativo-discursivas).

Por princípio, o discurso não se fecha, não é um conjunto de textos, mas uma prática. Um sujeito não produz somente um discurso, ao passo que um discurso não é o mesmo que um texto. Na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as formações discursivas é fundamental. No procedimento de análise, procura-se remeter os textos aos discursos e esclarecer as relações deste com as formações discursivas pensando as relações das formações com a ideologia. Constituímos aqui as etapas da análise, passando da superfície linguística ao processo discursivo, pela análise dos esquecimentos chegando mais perto dos sentidos na observação das posições dos sujeitos.

O texto é a unidade de análise afetada pelas condições de produção e também o lugar da relação com a representação da linguagem (som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho), sobretudo, o texto é espaço significante, lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. Como objeto simbólico, é objeto de interpretação. Feita a análise o analista vai falar sobre o discurso e não do texto.

4.6.7 Autor e sujeito: O imaginário e o real

A relação entre texto e discurso oferece uma contrapartida que deve ser feita entre autor e sujeito. O sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto. A relação do sujeito com o texto é a da dispersão, enquanto que a autoria implica em disciplina, organização, unidade.

Considerou-se o discurso como efeito de sentido entre locutores e, na sua contrapartida, o texto como sendo uma unidade que se pode, empiricamente, representar como tendo começo, meio e fim, uma superfície fechada nela mesma. Assim também deve-se considerar o sujeito como resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia, contudo, o autor é representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica

do sujeito. Orlandi (2012:73) concorda com Vignaux, onde o discurso não tem como função constituir a representação de uma realidade. Ele funciona de modo a assegurar a permanência de uma certa representação. Há na base de todo discurso um projeto totalizante do sujeito, projeto que o converte em autor. O autor é o lugar em que se realiza esse projeto totalizante, lugar em que se constrói a unidade do sujeito. O sujeito se constitui como autor ao constituir o texto em unidade, com sua coerência e completude. Coerência e completude imaginárias, deve-se acrescentar.

Vamos então, distinguir entre real e imaginário, o que se tem, em termos de real do discurso é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido. De outro lado, a nível das representações, na instância do imaginário, o que se tem é a unidade, a completude, a coerência, o claro e o distinto, a não contradição. O discurso funciona nessa articulação necessária entre real e imaginário, também dessa natureza é a relação entre discurso e texto, sujeito e autor. Trata-se de considerar a unidade (imaginária) na dispersão (real), de um lado, a dispersão dos textos e do sujeito e, de outro, a unidade do discurso e a identidade do autor. Mesmo se um discurso e o sujeito sejam da ordem da incompletude, da dispersão, e que um texto seja heterogêneo, pois pode ser afetado por distintas formações discursivas, por diferentes posições de sujeito, este discurso é regido pela força do imaginário da unidade, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva com outras, na sua constituição, o que lhe dá uma direção ideológica, uma ancoragem política.

4.6.8 Função autor

A autoria entende-se aqui como uma função do sujeito. A função autor, função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras funções, enunciativas, que são o locutor e o enunciador. O locutor é aquele que se apresenta como “eu” no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói (DUCROT, apud ORLANDI, 2012:74). A noção de autor implica no processo de individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, da filosofia e também da ciência (FOUCAULT, 1992:33). Neste sentido, a escrita é um jogo ordenado de signos que se deve mais à própria natureza do significante do que ao seu conteúdo significativo.

Embora a escrita esteja regulamentada numa certa ordenação, está também sempre a ser experimentada nos seus limites. Não se trata da exaltação do gesto de escrever, nem da fixação de um sujeito numa linguagem, mas antes se trata de uma abertura de um espaço onde

o sujeito vem a desaparecer. Se tomarmos como exemplo a narrativa dos gregos, percebemos que estas destinavam-se a perpetuar a imortalidade do herói, a narrativa salvava a aceitação da morte do herói. Distintamente, a narrativa árabe apresentava como tema e pretexto o adiamento da morte. Contavam-se histórias até de madrugada para evitar o momento em que o narrador se calaria. Atualmente, a cultura metamorfoseou este tema da narrativa ou da escrita destinadas a conjurar a morte, para o sacrifício da própria vida. De acordo com Foucault (1992:36), “a obra que tinha o dever de conferir a imortalidade passou a ter o direito de matar, de ser a assassina do seu autor”, manifestando-se também no apagamento dos caracteres individuais do sujeito que se dispõe a escrever.

Se questionarmos a escrita em suas manifestações com o autor, em que momento se torna uma obra? Usando as publicações de Nietzsche como exemplo, onde se deve parar? Será necessário publicar tudo? Mas o que vem a ser este “tudo”? Como definir uma obra dentre os vestígios deixados por alguém após sua morte? A palavra obra e a unidade designada por esta palavra são provavelmente tão problemáticas como a individualidade do autor. O nome de um autor é um nome próprio, que apresenta, além da função de indicação, o equivalente a uma descrição, uma designação. Um nome de um autor não transita, portanto, como um nome próprio, permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los e opô-los a outros textos. Seguindo este raciocínio foucaultiano (1992:45), o fato de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” indica que este discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto. O nome do autor não está situado no estado civil dos homens nem na ficção da obra, mas na ruptura instaurada por um grupo de discursos e o seu modo de ser singular.

O que se percebe é que uma quantidade de discursos em nossa cultura são providos da função autor e outros, desprovidos. Uma carta privada, um texto anônimo, pode ter um signatário, um redator, mas não um autor. A função autor, segundo Foucault (1992:51) trata-se de objetos de apropriação,

[...] o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz do indivíduo um autor) é apenas a projecção, em termos mais ou menos psicologizantes, do tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efetuamos.

Como pode-se perceber, existem processos internos de controle do discurso que se dão a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, visando domesticar a dimensão de acontecimento e de acaso do discurso. Este controle é mais observado em noções como as de comentário, de disciplina e na de autor, que apesar do papel multiplicador tem também função restritiva e coercitiva.

O autor é considerado como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como amparo de sua coerência. Entretanto, o princípio da autoria não vale para tudo nem de forma constante, há discursos que precisam de quem os assine, mas não de autores, por exemplo, as conversas, receitas, decretos, contratos. Orlandi (2012:75) vai considerar que a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio de autoria. Atribui-se assim, um alcance maior e que especifica a autoria como necessária para qualquer discurso, colocando-a na origem da textualidade. Um texto pode até não ter autor específico, porém através da função autor, sempre se imputa uma autoria a ele.

O princípio do autor em Foucault (apud ORLANDI, Ibid.) limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu. Uma autoria como uma função discursiva é pensada a partir de um locutor que se apresenta como eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que o eu assume, a função discursiva autor é a função que esse eu assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Das dimensões do sujeito, é a que mais está determinada pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, na contradição, responsabilidade. Sendo assim, a autoria está mais submetida às regras das instituições e mais visível os procedimentos disciplinares. Se o sujeito é opaco e o discurso não é transparente, o texto deve ser coerente e seu autor deve ser visível, colocando-se na origem de seu dizer. É do autor que se exige: coerência, respeito às normas estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais, relevância, unidade, não-contradição, progressão e duração de seu discurso, ou melhor, de seu texto.

Essas exigências tem a finalidade de tornar o sujeito visível, enquanto autor, com suas intenções, objetivos, direção argumentativa. Uma vez visível é calculável, identificável, controlável. Enquanto autor, o sujeito reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ao mesmo tempo, se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor. Na relação exterioridade/interioridade, “aprende” a assumir o papel de autor e o que isso implica. Esse processo foi denominado como *assunção da autoria*. O autor é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa pela linguagem esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz e como diz. Não é suficiente falar para ser autor. A assunção da autoria implica

uma inserção do sujeito na cultura, uma posição no contexto sócio-histórico. Se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem.

O correspondente da função de autor é o leitor. Cobra-se do leitor um modo de leitura especificado, pois está, da mesma maneira que o autor, afetado pela sua inserção no social e na história. A identidade do leitor está configurada pelo lugar social em que se define “sua” leitura, pela qual ele é considerado responsável. Isso varia de acordo com a forma histórica, tal qual a autoria: não se é autor (ou leitor) do mesmo modo na Idade Média e nos dias atuais, pois a relação com a interpretação é diferente nas diferentes épocas, assim como também é diferente o modo de constituição do sujeito nos modos como ele se individualiza, se identifica, na relação com as diferentes instituições, em diferentes formações sociais, tomadas na história.

Na análise dos textos há a necessidade de reconhecer, em sua materialidade discursiva, os indícios dos processos de significação inscritos. A Análise de Discurso (ORLANDI, 2012:90) constitui-se na relação de pressuposição com a Linguística e numa proximidade com as Ciências Sociais, tem de mostrar os meios pelos quais se demarca delas em sua prática analítica. Diferencia-se da Linguística, pois não trabalha com as marcas (formais), mas com propriedades discursivas (materiais) que referem a língua à história para significar. Trabalha, portanto, com as formas materiais que reúnem forma-e-conteúdo. Interessa ao analista como as marcas formais se apresentam no texto, como elas se “encarnam” no discurso. Uma marca como a negação só interessa enquanto propriedade, por exemplo, do discurso político polêmico.

Não se procura atravessar um texto para se extrair deste um conteúdo, mas estanca-se em sua materialidade discursiva para compreender como os sentidos e os sujeitos nele se constituem e a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação.

A proximidade entre esses campos de conhecimento é que os fatos de linguagem tratados por eles referem a linguagem ao seu exterior. A Pragmática tem sido considerada de modo mais amplo muitas vezes incluindo a enunciação, a argumentação e o discurso. Do ponto de vista dos fatos, estes campos, pela forma como consideram a linguagem, distinguem-se de uma abordagem linguística imanente (que não se pode encontrar “fora”). Há diferenças entre esses campos a se considerar, a maneira como concebem o sujeito (na enunciação, o sujeito é um sujeito origem de si; na argumentação o sujeito é o sujeito psicossocial; na Análise de Discurso, o sujeito é linguístico-histórico, constituído pelo esquecimento e pela

ideologia) e o modo como definem o exterior (na pragmática o exterior é o fora e não o interdiscurso) marcam as diferenças teóricas, de distintos procedimentos analíticos, com suas consequências práticas diversificadas.

Em suma, penso que o que faz a diferença é a própria noção de língua trabalhada na análise de discurso – como um sistema sujeito a falhas – e o da ideologia como constitutiva tanto do sujeito quanto da produção de sentidos, resume Orlandi (2012:92).

Partindo desta base, assumindo um papel de analista é possível investir nos conhecimentos que poderão expandir o campo de compreensão. À diferença da Pragmática, o sujeito discursivo não realiza apenas atos. Ao dizer, nos significamos e significamos o próprio mundo, ao mesmo tempo, a realidade se constitui nos sentidos que, enquanto sujeitos, praticamos. Considerada dessa forma, a linguagem é uma prática. Pratica sentidos, intervindo no real. O sentido é história e o sujeito do discurso se faz na/pela história. Da mesma maneira, as palavras não estão ligadas diretamente às coisas, nem são reflexos da evidência. É só pela ideologia que torna-se possível a relação palavra/coisa. Para tanto, conta com as condições de base (língua) e o processo (discursivo) onde a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Parafraseando a Psicanálise (LACAN, 2002:139) que considera o inconsciente estruturado como uma linguagem, na Análise de Discurso, considera-se que a ideologia se materializa na linguagem, lugar de descoberta.

CAPÍTULO 5
ANÁLISE DO CASO CLÍNICO

*Toda a canção quer se multiplicar
na multidão única se tornar
(Multiplicar-se Única – Tom Zé)*

5.1 O caso clínico

Certa vez uma paciente disse a seguinte frase: “Eu falo, mas ele não me ouve!” Só mais tarde foi possível entender que esta frase estava dirigida ao analista, este não a ouvia, pois aquele que ouvia estava em outro lugar, ele se ouvia. Mesmo buscando a compreensão do que estava sendo dito (lugar, certamente, que não passa pelo lugar do analista) o que se ouvia era um ruído, uma fala desconexa, confusa, desorganizada. Graças a muitas supervisões e discussões, leituras e reflexões, divergência de opiniões e convergência de postura, uma análise pode se instaurar.

Este trabalho de descoberta se deu numa via de mão dupla, não só a paciente encontrou um lugar para falar, mas também pode se construir um lugar para se escutar. Isto foi se dando aos poucos. Mas, partindo do pressuposto de que o analista só o é na relação com o outro, a busca por uma escuta que fosse além da compreensão não se deu sem certa resistência. O trabalho todo de compartilhamento do delírio foi construído nessa relação, possibilitando assim, construir uma escuta nessa direção, onde se dirige a fala a esse outro que se dispôs, não sem custo, a escutá-la. Cria-se aqui um lugar, com o atrevimento da palavra, um lugar de analista.

M., contava com 61 anos de idade quando decidiu procurar o Centro de Psicologia de uma universidade na cidade de São Paulo em meados de 2001. Esta decisão partiu da indicação de seus professores. Cursando fonoaudiologia na mesma universidade, M. só foi atendida em 2004. Mesmo esperando três anos, vem para as primeiras entrevistas, vem pelo simples fato de que seus professores pediram para vir, não havia uma demanda, uma questão, uma queixa, um motivo para vir, veio porque lhe pediram.

Chega falando de questões que geralmente se falam em análise, sobre sua família, suas conquistas, dissabores, trabalho, assuntos do passado, presente, perspectivas para o futuro, enfim, de sua vida e de como lidava com o mundo. Entretanto, havia algo de estranho na forma como este discurso se apresentava. Não havia uma lógica, uma coerência entre os assuntos, o que saltava aos olhos era a desorganização das ideias, um assunto que se misturava a outro, sem profundidade, sem sentido, mas não sem significação.

M. é solteira, aposentada, trabalhou como técnico de raio-x num grande hospital privado de São Paulo. Trabalhou, pois um dia seu pai lhe disse que devia trabalhar para não ter que depender das pessoas. Em sua adolescência viu os pais se divorciarem, o pai saiu de casa para ir morar com outra mulher e faleceu algum tempo depois. Na época do atendimento, M. morava com a mãe, um irmão e um sobrinho em São Paulo.

Cursou fonoaudiologia durante oito anos, não chegando a se formar. M. se saiu bem nos primeiros anos de faculdade, sem muitas reprovações nos exames, o problema se deu no último ano do curso, permanecendo neste período por mais quatro anos. As notas eram baseadas nos atendimentos e observações, estágios e trabalhos que os alunos faziam no último ano do curso. Segundo seus professores (que lhe pediram para procurar o Centro de Psicologia), M. apresentava delírios durante a observação dos atendimentos de seus colegas de curso. Certa vez, M. se dirige à professora responsável pelo Centro de Atendimento dizendo que a estagiária estava mostrando os seios para o paciente. Ao chegar ao local, o atendimento estava sendo administrado como previsto, ou seja, nada de seios à mostra. Este e outros exemplos foram suficientes para que os professores de M. a reprovasssem, até o fechamento do curso na universidade em 2005.

Na maioria de seus relacionamentos predomina um aspecto de complô, tanto da mãe, do irmão, vizinhos, colegas de classe e professores. Além da fonoaudiologia, diz ter feito outros cursos, como natação, computação, técnico de raio-x, “bombeiro”, entre outros. No início dos atendimentos, a paciente relatava sobre a posse de uma fazenda no interior de São Paulo, uma fazenda que havia pertencido aos seus avós, mas que havia sido tomada por um político da capital paulista. M., já fazia um tempo, estava tentando reaver o bem familiar, pois segundo ela, foi nesta fazenda que os avós inventaram a cerveja. Carregava uma pasta com vários documentos, escrituras, cartas e muitas outras folhas. Dizia que ali estava tudo o que já havia conseguido adquirir em suas viagens ao interior, visitas ao cartório local, à atual fábrica que atualmente ocupa a fazenda, conversas com advogados e com os representantes da propriedade. M. relata que o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf e seu filho, Flávio Maluf, eram os responsáveis por tomarem a fazenda de sua família. Estes personagens, mais especificamente o filho do político, como veremos, acaba assumindo uma parte fundamental nas sessões que se seguem.

M. dizia manter uma relação com Flávio Maluf, filho de Paulo Maluf, atuais “ocupantes” da fazenda de sua família. De acordo com a paciente, esta conheceu o Flávio Maluf numa visita sua à fazenda, porém Flávio não se apresenta como Flávio Maluf, e sim como Paulo Hilário Valério. Depois deste encontro de nomes trocados, a paciente diz ter percebido o interesse do Paulo e inicia assim um relacionamento onde nunca mais houve outra conversa frente a frente. M. conta que quando fazia um curso de computação, Paulo mandava mensagens que chegavam em sua tela, sem que as outras pessoas soubessem do ocorrido. Também houve trocas de mensagens por telefone. Quando Paulo ligava reinava o silêncio do lado dele da linha e quando M. ligava só ela falava. Paulo também passava em

frente à casa de M. todos os dias e ia aos lugares onde M. estava, chegando a trocarem olhares, mas não se comunicavam. Segundo M., Paulo era também muito paquerado por suas vizinhas que o esperavam passar na rua. Quando questionada como sabia que era o Paulo quem passava em frente de sua casa, M. responde que o Paulo é muito rico e tem uma agência de carros. Desta forma, qualquer carro que passasse em frente a sua casa no tal horário, poderia ser o Paulo.

Pode-se dizer que há linguagem, mas há também comunicação? M. ligava praticamente todos os dias para um número de telefone móvel que, supostamente, seja o do sujeito, mas toda ligação caía na caixa de mensagens, dirigindo seu discurso para esta caixa. O curioso é que a paciente nunca recebia um retorno de suas mensagens. Em uma das sessões, o analista pediu para que M. ligasse para o número e este caiu na caixa de recados, nenhum número desativado ou cancelado, mas um telefone que chama e ninguém atende. M. num ato falhado chamou este discurso de monólogo, não se encontrou termo melhor.

Levando em consideração a desorganização do pensamento, um discurso que pode ser muito bem tomado como delírio, em sua maioria de cunho persecutório, tomou-se este como um caso de psicose, mais especificamente um quadro de psicose paranoica. Portanto, ao que tudo indica, nunca houve uma crise ou um surto. Um sujeito errante, um quadro estabilizado na sua errância.

[...] errante no sentido da errância, não do erro. Um sujeito que pode errar [...] Mas errar não na procura de algo que poderia ser encontrado como significação final, nada disso. Isso seria mais o “erro neurótico” do que o “errar psicótico”. Errar porque não existe um lugar a partir do qual podemos medir a significação do que estamos fazendo. Nesta medida é evidente que a única coisa que resta é percorrer *todos os caminhos* (CALLIGARIS, 1989:12-13, grifos do autor).

Os atendimentos aconteceram por três anos no Centro de Psicologia da universidade. Iniciou-se o atendimento deste caso quando o analista cursava o terceiro ano de psicologia e para podermos atender M., criamos em parceria com a universidade e com alguns professores um Curso de Extensão sobre Psicose, passando depois para o processo de Psicodiagnóstico e por último o atendimento clínico. Por mais dois anos o caso seguiu para um consultório particular com o mesmo analista, totalizando cinco anos de atendimento, que acontecia uma

vez por semana com uma hora de duração. Não se recorda sobre uma única falta sequer de M. às seções.

Conforme os atendimentos avançavam as questões de M. também avançavam, porém continuava seu relacionamento com o Paulo Hilário Valério da mesma forma com o Paulo, seu analista. Como veremos, o “excesso” de Paulos não se deu à toa. A paciente morava em São Paulo, estava em análise onde o analista se chamava Paulo, tinha um relacionamento com outro Paulo e, quando precisava comprar medicamentos se dirigia para a Drogaria São Paulo. A relação transferencial surgida a partir da análise, tendo o Paulo como seu analista, proporcionou que um outro Paulo surgisse para a paciente. A “falsificação” podia ser sustentada uma vez que, a própria paciente já advertia que Paulo Hilário Valério era o nome trocado de Flávio Maluf. Muitas situações apresentadas pela paciente envolvendo o Paulo Valério traziam situações semelhantes vivenciadas com o Paulo (analista).

M. trazia ainda nos discursos seus cuidados com a mãe, suas brigas com o irmão, com os sobrinhos, suas vizinhas e seu atendimento enquanto “fonoaudióloga” com um primo deficiente. M. conta que seu irmão recebia todo o dinheiro da aposentadoria da mãe e também um dinheiro que pertencia a seu pai, não repassando para elas o necessário para as despesas. Desta forma, a paciente recorreu à justiça para que pudesse receber em seu nome todo o dinheiro. Quando consegue ocupar, através da lei (Lei), o lugar que um dia pertenceu a seu pai (e depois a seu irmão), M. chega ao que foi sua última seção dizendo que não necessitava mais “seguir a psicologia sob a orientação do Paulo”.

5.2 As cartas

Ao final do primeiro ano de atendimento, um período que corresponde às férias das sessões, foi sugerido à M. para que esta escrevesse cartas ao analista. A estratégia adotada aqui era a de manter os atendimentos mesmo em período de férias da faculdade, mantendo assim a relação transferencial. A paciente deveria escrever as cartas e entregar na recepção da universidade, endereçadas ao Paulo e ao Centro de Psicologia.

M. produziu um material que nos serve agora de estudo, mas que na época pode manter a relação transferencial. Nas cartas, a paciente conta o que já havia dito nos atendimentos, desta vez, sustentado não apenas pela oralidade, mas gravado sobre o papel, ganhando forma de texto, numa literalidade reveladora do eu, de seu funcionamento, de sua organização, de sua estrutura.

Não foi sem resistir que M. aceitou desempenhar esta tarefa. Todos os caminhos para que a carta chegasse até o analista era digno de se tornar um elemento persecutório, alguém poderia lê-las, e assim descobrir sua verdade. Escrever já era por si mesmo, uma atividade penosa. Foi preciso, em conjunto com o analista, encontrar um lugar que M. considerava seguro para compor as cartas. O próximo passo foi traçar o percurso desta carta até chegar às mãos do analista. Vale ressaltar que não se respondia às cartas, pois não era objetivo transformar as sessões em troca de correspondências. A sugestão serviu apenas para que M. pudesse manter seu discurso e, consequentemente, manter-se em análise.

No período que foi de novembro de 2004 a outubro de 2005, M. escreveu um total de vinte e quatro cartas, um cartão de natal (em 2004) e um cartão parabenizando o dia do psicólogo (também em 2004). Mesmo com o retorno dos atendimentos a paciente continuou escrevendo cartas, aumentando a quantidade destas com a proximidade do período das férias no meio do ano. Para dados estatísticos:

- No período que foi de novembro de 2004 até março de 2005, ou seja, referente ao final dos atendimentos, férias de fim de ano e retorno dos atendimentos, a paciente produziu onze cartas, sendo duas em novembro (dias 08 e 25/11/04), uma em dezembro (31/12/04), três em janeiro (04, 11 e 19/01/05), quatro em fevereiro (01, 06, 11 e 23/02/05) e uma em março (dia 07/03/05);
- Com o retorno dos atendimentos, M. escreveu duas cartas em abril (13 e 28/04/05) e três em maio (05/05/05, 12 e 19/05);
- Quatro cartas foram escritas em junho (fielmente a cada sete dias: 02, 09, 16 e 23/06/05), duas em julho (05 e 21/07/05) e, uma no início de agosto (01/08/05), período que corresponde às férias do meio do ano;
- A última carta foi escrita quase no final de outubro de 2005 (no dia 20/10/05);

Outro dado interessante diz respeito ao tamanho e tipo de papel escolhido por M. para escrever as cartas. A primeira carta foi escrita num pedaço de folha do que parece ser um bloco de anotações (65x80mm) e as cartas do período das férias do meio do ano eram maiores do que uma folha A4, chegando a medir 217x330mm. As cartas de 06 e 11 de fevereiro de 2005 foram escritas no verso de uma folha A4 contendo o extrato bancário da paciente e a carta de 23 de fevereiro foi escrita na parte de dentro de um envelope usado para se fazer depósito bancário nos caixas de autoatendimento. Acrescenta-se ainda que, a carta escrita no

dia 02 de junho de 2005 tem um lado com vários rabiscos, nomes de pessoas, inclusive o nome *Paulo*, nomes de supermercados, estações de metrô e bairros de São Paulo, a planta do que parece ser uma casa e, até onde se sabe, o neologismo “*Guaurapus*”. Trata-se de uma das cartas onde M. se mostra mais ansiosa, mais pessimista e com mais erros sintáticos. Segue:

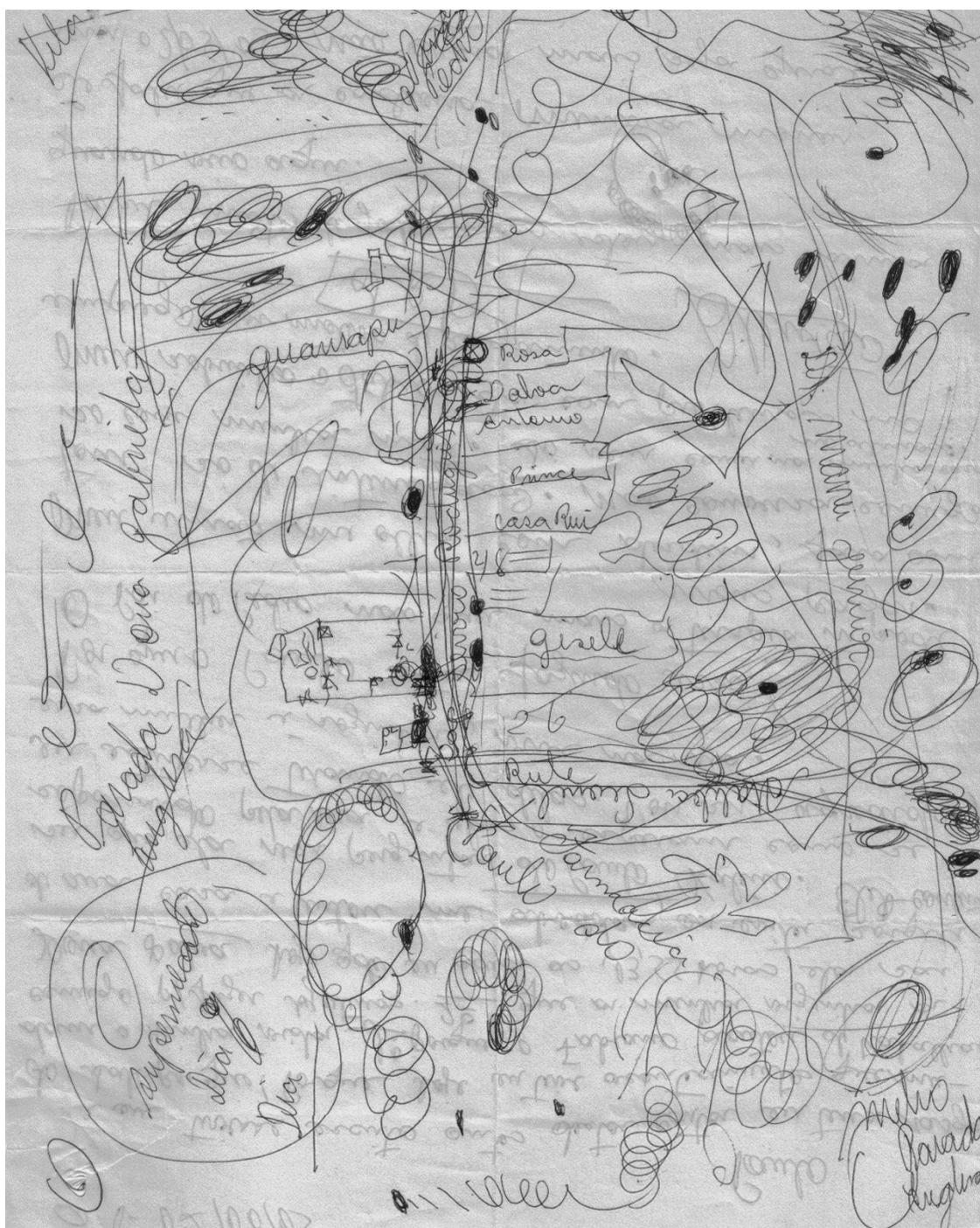


Figura 14 - Verso da carta de 02 de junho de 2005

d P 02/06/05
 Paulo
 Se eu tivesse escrito antes de ter cantado tua sargalha.
 Sabe por que? Porque hoje entrei em contactos que mudaram a minha vida. 1º porque o acidente de trabalho comigo p/ fazer justiça. 2º que a minha vizinha da Dona
 hoje às 13,55 horas ela saiu de sua casa e tentou me abordar, eu entrei porque sei que ela vai perguntar do Paulo Kalílio. Ela continua
 se passando pela sua e elas esperam como se estivesse Tiando elas. Vou ser agredida, essa mulher é ruim, vive na sua.
 Por que Paulo está fazendo isso?
 O Pai do não quer mais a terapia n/pode mais pagar.
 Meu irmão me olha com desdém, fala com tom só de intenção. Mas conversa comigo só com minha mãe. Só vem com a minha cara no almoço.
 Meu sobrinho está com problemas no emprego, por motivo de pagamento.
 S.R.D. Aleitad
 Tive muitos desgostos mas estou mais calma quando vivo aqui.
 Te falei que a cochona mimosa morreu em 02/05/05. Não chora mais seja qual for a situação, fico emocionada, mas aprendi, quero viver futuro.

Figura 15 - Carta de 02 de junho de 2005

Destas cartas selecionou-se algumas que servem ao nosso propósito, por apresentarem uma boa síntese discursiva do que já vinha sendo trabalhado em análise e que agora retornam através da escrita. Outra observação acerca das cartas se trata de que todos os nomes de pessoas ou localidades foram omitidos, exceto o nome Paulo Hilário Valério e o nome do analista (Paulo). Impossível analisar todas as cartas dentro de um pequeno espaço de tempo, tanto pela quantidade de assuntos que as cartas contêm ou ainda dependendo da profundidade que se pretende dar. Para facilitar a análise, recortes destas cartas foram feitos para que pudesseem constituir-se em objeto de estudo para a análise de discurso, ou através das teorias da linguagem e igualmente, para a psicanálise.

5.3 Análise das cartas

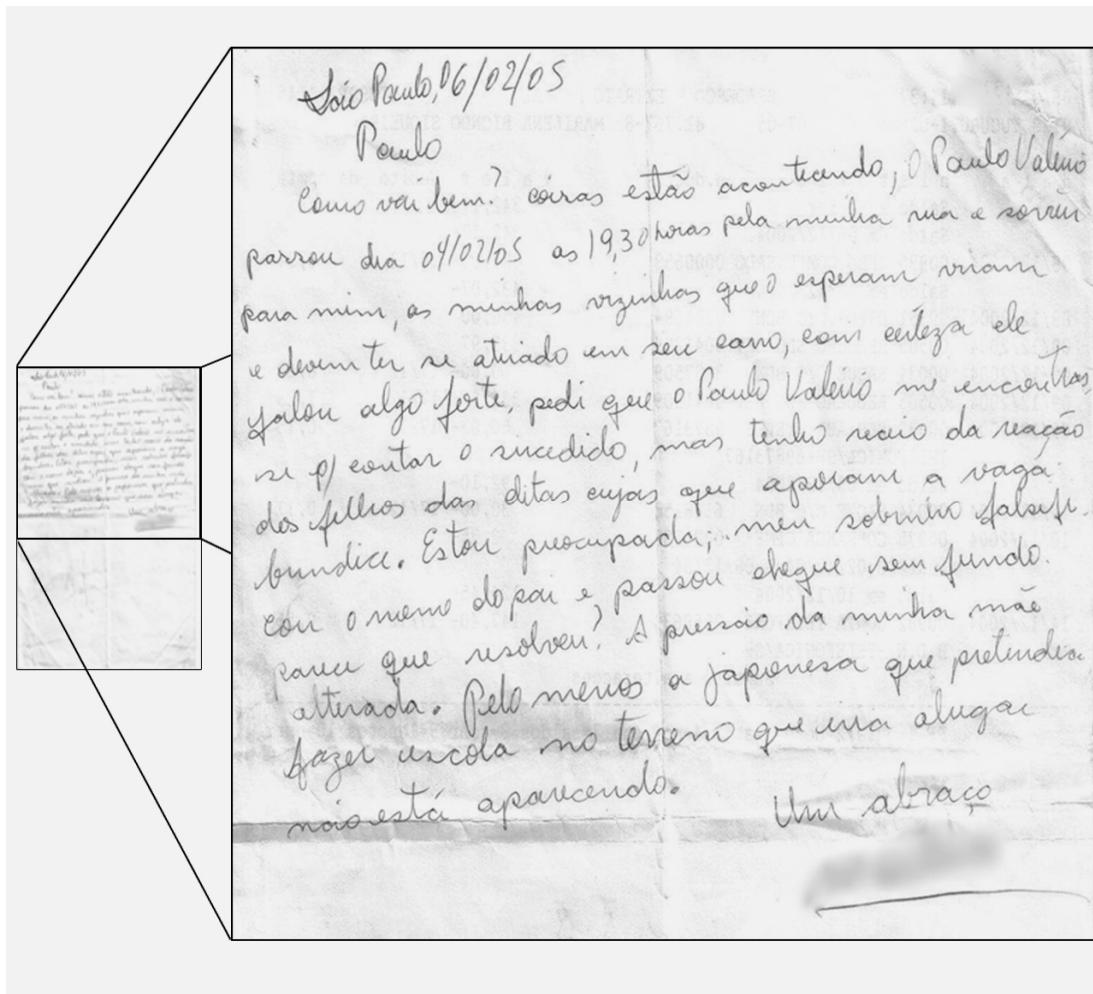


Figura 16 - Carta de 06 de fevereiro de 2005

Saussure (2006:104) dizia sobre o jogo de xadrez que as alterações das peças, uma vez estabelecida as regras, não modificam o jogo em si. Na ausência de uma torre, por exemplo, pode-se usar um pedaço de madeira qualquer como seu representante, desde que este respeite as regras de ser uma torre. O jogo prossegue. Da mesma forma, uma vez estabelecidos os jogos da linguagem, o discurso acontece mesmo que as substâncias deste discurso apresentem alguns “erros”. A comunicação acontece. Orlandi (2012:09) dizia que não temos como não interpretar. Liberman (1983:508) é ainda mais categórico ao sustentar de que é impossível não comunicar-se. Acreditamos que diga respeito tanto aos discursos neuróticos, psicóticos ou quaisquer outros tipos de linguagens que possam ser inseridas no campo do discurso.

Como vimos (TEIXEIRA COELHO, 1980:18), a partir da lógica saussureana a linguagem constitui-se de uma língua que pode ser dita através de uma fala. Sendo assim, fica a cargo da língua aquilo que é essencial, enquanto regra socialmente estabelecida, cabendo à fala o recorte sobre o que é acidental, sendo de ordem individual, uma forma particular de cada indivíduo em combinar os elementos da língua no ato de se comunicar. Para Jakobson (1989:41), duas referências servem para se interpretar o signo, uma correspondente ao código (relação interna) e outra correspondente à mensagem, ao contexto (relação externa). O signo, neste caso, relaciona-se com outro conjunto de signos linguísticos por uma relação de alternação e justaposição.

Ao ler a carta de M. de 06 de fevereiro de 2005, podemos dizer que há uma comunicação em andamento. Porém, como nos é advertido *coisas estão acontecendo*. As alterações lexicais, em sua condição de substância, não prejudicam a essência da linguagem em comunicar. Como se vê estão presentes a arbitrariedade e a linearidade do signo. A análise sintagmática e paradigmática do texto torna evidente o acontecimento de algumas destas *coisas*. Substantivo que serve para uma infinidade de significados na língua portuguesa, o termo *coisas* para M. revela as ações de certos personagens específicos de seu discurso, mas que em nossa análise aludem os jogos de linguagem. No tabuleiro da língua o valor de cada signo depende de sua posição no jogo, de sua oposição e contraste com outros signos. Os primeiros contatos da caneta com o papel servem para localizar o discurso no espaço e no tempo e, também, para situar aquele que será seu interlocutor. Depois disso, todo o texto segue num único e revelador parágrafo. Para Carvalho (1997:139) “o valor resulta sempre de uma *comparação* (relações sintagmáticas) e de *oposições funcionais* (relações paradigmáticas) entre os termos do sistema linguístico” (grifos do autor).

As três palavras que abrem o parágrafo deveriam ser uma saudação. A arrumação dos significantes *Como vai bem?*, em sua condição sintagmática possuem o valor semântico de

uma saudação, porém há algo da ordem do não-dito endereçado ao Paulo que comprometem o significado de cada significante que compõe a frase, justamente caracterizado pelo que não está *in praesentia*. A saudação comumente usada seria:

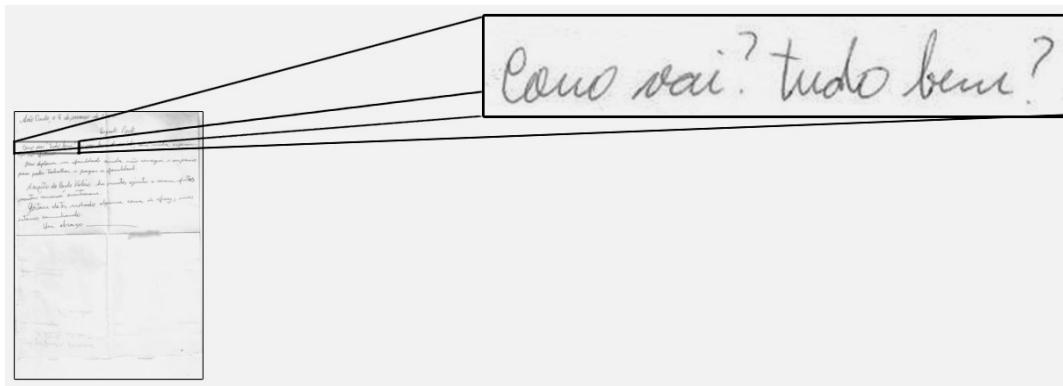


Figura 17 - Trecho da carta de 07 de março de 2005

Neste caso a saudação é composta de duas perguntas: *Como vai?* e *tudo bem?*. Estando o *tudo* ausente da frase, o significante *bem* em sua oposição distintiva (paradigmática) assume outros significados, causando outros deslizamentos na significação. Para Orlandi (2012:82) o dito traz consigo um pressuposto, não-dito mas presente. Poder-se-ia opor *bem* por *mal*, deixando a frase *Como vai, tudo mal?*, na ausência de *tudo* o *bem* deixa de ser um estado de espírito e passa a ser condição de estima do sujeito. Assim, só podemos opor *bem* por *querido*, pessoa amada. A ausência da vírgula aproxima ainda mais o outro estimado pelo sujeito, no caso de M., os Paulos.

De acordo com Carvalho (1997:137), o valor de um signo está norteado por aquilo que o rodeia, a partir de sua relação tanto ao nível do significante quanto do significado. Este valor está sempre a serviço da significação. No caso, o significante *bem* pode comportar mais de um valor semântico, dependendo das relações sintagmáticas estabelecidas com os outros signos – *Como, vai* e *?*. O signo como um todo, dizia Saussure (2006:132), só tem valor se colocado dentro de um determinado sistema linguístico, do qual é parte integrante. Seguindo este raciocínio (TEIXEIRA COELHO, 1980:24), encontramos uma correspondência da significação de *bem*, enquanto fenômeno denotativo como oposição a *mal*, onde interroga o interlocutor sobre sua condição naquele momento, se num bom estado, de bom humor, sem grandes preocupações, enfim, se *tudo bem*. E, considerando a função conotativa da significação, encontra-se a evidência de outros significados para a relação do signo com seu objeto que, na presente análise tem embasamento no significante *bem* trazendo outros

significados como *querido*, *amor*, ou qualquer outro tipo de nomeação carinhosa trocada entre os casais em saudações do tipo: *Como vai, querido?*, *Como vai, amor?*, *Como vai, chuchu?*, *Como vai, bem?*.

Ao avançarmos nas cartas veremos que a estima de M. pelo Paulo Valério só vai aumentar chegando inclusive a supor um noivado. Na carta de 11 de fevereiro de 2005, M. anuncia o namoro entre ela e o Paulo:

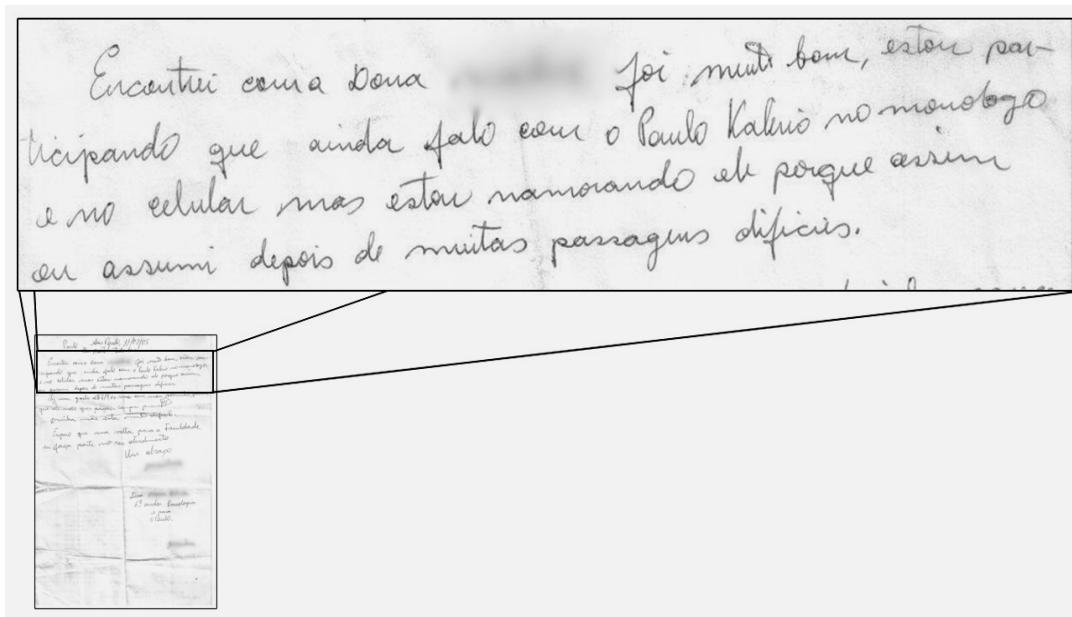


Figura 18 - Trecho da carta de 11 de fevereiro de 2005

E, na carta de 19 de maio de 2005 surge a indagação sobre um noivado entre M. e o Paulo. A questão levantada pode se valer tanto para a condição do relacionamento quanto para o Paulo. De qual Paulo, M. gostaria de ficar noiva? Qual deles é o Outro que vale para M.?

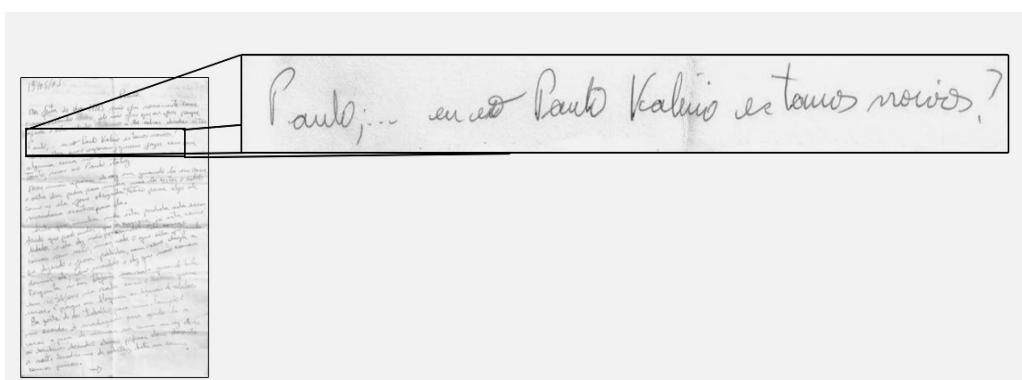


Figura 19 - Trecho da carta de 19 de maio de 2005

O uso do ponto e vírgula numa oração apresenta uma pausa maior que a vírgula, porém menor que o ponto, acrescenta-se também a indicação de que a sentença ainda não terminou, diferentemente se tivesse usado o ponto apenas. O que vem em seguida na carta são as reticências, pontuação geralmente usada em hesitações, causando uma interrupção no que está sendo dito, mas que tenha seu sentido subentendido, ou ainda, usa-se as reticências justamente para apresentar maior emoção ao leitor, que é justamente o Paulo. As pontuações juntas conforme apresentadas no trecho soam quase como um suspiro antes de anunciar o status do relacionamento da paciente com o Paulo Valério, para o Paulo. As reticências ocultam a sequência da frase, ocultam o Paulo, se o Valério ou o analista, sobressai a entonação emotiva, numa junção das Funções Emotiva e Conativa propostas por Jakobson (1989:123-5). Para quem a carta está sendo endereçada? Esta, não é uma questão simples de ser respondida.

Continuando com a leitura do trecho nota-se que os significantes *e* e *o* estão juntos. O *e* teria a função de distinguir os dois sujeitos da frase, no caso, M. e o Paulo Valério, mas é quase encoberto pelo artigo que define o Paulo, sendo este, na verdade, indefinido, pois falta seu representante no simbólico. Revelam que o Paulo Valério e o sujeito da frase são a mesma pessoa. Dita de outro modo, com diferentes pausas, a frase ficaria assim: “*Paulo;... eu, o Paulo Valério. Estamos noivos?*”.

Erro que vai retornar num outro trecho da carta de 23 de junho de 2005:

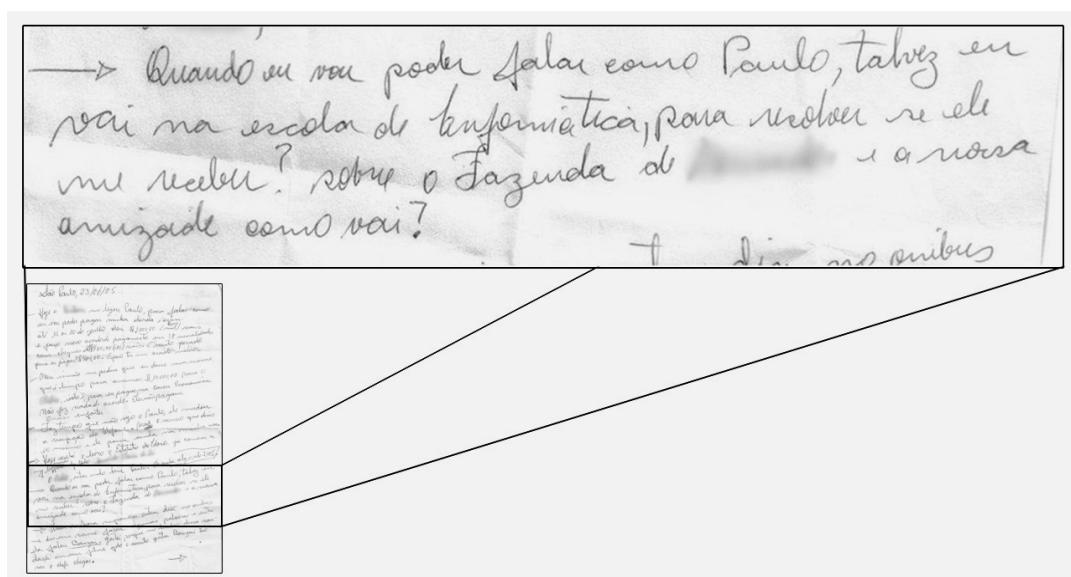


Figura 20 - Trecho da carta de 23 de junho de 2005

A separação que deveria haver entre os significantes *com* e *o*, são inexistentes, formando o significante *como*. Se a paciente se questiona quando vai poder falar *com o* Paulo, o que torna evidente é quando M. vai poder falar *como* Paulo, do lugar deste Outro que ouve de si, para si. Confusão que retorna na continuação da frase causando outro erro: *talvez eu vai na escola de Informática*. Ou teria que dizer *talvez eu vou*, ou ainda *talvez ele vai. Eu vai* junta as duas sentenças. Eu-ele, se tornam uma coisa só.

No cenário analítico as relações entre paciente e analista são fundamentadas pelo conceito de transferência.

Designa em psicanálise o processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles e, eminentemente, no quadro da relação analítica (LAPLANCHE, 2001:515).

Neste sentido, o paciente repete certos protótipos vividos na infância que são atualizados na figura atual do analista. Freud levantou muitas questões para a transferência, ao passo em que é uma resistência para o processo terapêutico, também se trata, nas mãos do analista, de um poderoso instrumento na dinâmica e condução do processo. O sentido, se é que podemos dizer assim, da transferência pode se apresentar negativamente, através de sentimentos hostis contra a figura do analista, ou ainda, de maneira positiva, onde o paciente demonstra sentimentos de afeição e ternura para com o analista. Sentimentos, segundo Laplanche (2001:516-8), uma vez vivenciados com as figuras parentais. A relação de M. com o Paulo (analista) é uma relação de transferência, porém atualizada na figura do Paulo Valério.

Jakobson (1989:30) advertia que tanto a identificação quanto a diferenciação são as duas faces de um mesmo problema. O jogo aqui está presente numa análise tanto nas relações sintáticas, por exemplo, compostas por *Como, vai, bem* e a interrogação (Fig.16), assim como a partir do contexto. Como sabemos, “a concatenação implica a substituição” (JAKOBSON, 1989:31). O signo linguístico exige no ato da interpretação, um interpretante que vai além dos dois protagonistas do ato da fala. A função deste interpretante é realizado por outro signo que é dado juntamente com o signo em questão ou que lhe poderia ser substituído. Desta forma, o sentido de um signo é um outro signo pelo qual ele pode ser traduzido. De acordo com Lacan

(1999:100), não há uma garantia de que a significação seja unívoca, a equívocação (*maldonne*) e o desconhecimento são um caráter fundamental da linguagem.

Ação feita com o significante *bem*, da carta de 06 de fevereiro (Fig.16). Tem se ouvido muito as pessoas dizerem *Eu estou bem triste*, ou *Eu fiquei bem ansiosa*. Num bate-papo não perceberíamos o que tal frase sustenta, em um processo de análise a ênfase recairia sobre uma formulação da mesma frase com outra entonação, ficando *Eu estou bem, triste*. A hiância que se produz na nova formulação da frase, acentua o caráter do significante *bem* como um marcador lexical de intensidade. *Bem*, nestes casos é um oximoro, figura de linguagem que possui dois significantes que se contrapõem, mas que se fundem numa mesma frase. Uma terceira interpretação fica a cargo do paciente em se haver com o seu dito.

Antes de prosseguir precisamos considerar ainda a hipótese de que em toda língua existem as palavras-frases, que são grupos de palavras codificadas onde a soma das partes não é igual ao todo (JAKOBSON, 1989:38-9). Para que se possa compreender a maioria dos grupos de palavras, basta estar familiarizado com as palavras constituintes e com as regras sintáticas de suas combinações. *Como vai bem?*, neste sentido, não pode ser inferido a partir da adição dos significados de seus constituintes lexicais. É, portanto, uma palavra-frase comumente usada para saudação. Contudo, podemos ir um pouco mais além.

Com o mesmo nome do analista, *Paulo*, ganhando algumas sessões depois um segundo nome, *Hilário*, e o sobrenome, ou o nome do pai, *Valério*, este personagem acabou se tornando um dos personagens centrais da análise de M.. Surgindo no início dos atendimentos, M. foi apresentada ao Paulo (Valério) em uma de suas visitas à fazenda e diz que alguma coisa aconteceu neste encontro, pois percebeu o olhar do Paulo com *interesse*. Que interesse era este M. nunca pode descobrir, de lá para cá, não houve mais um encontro entre os dois em que pudessem ter uma conversa frente a frente.

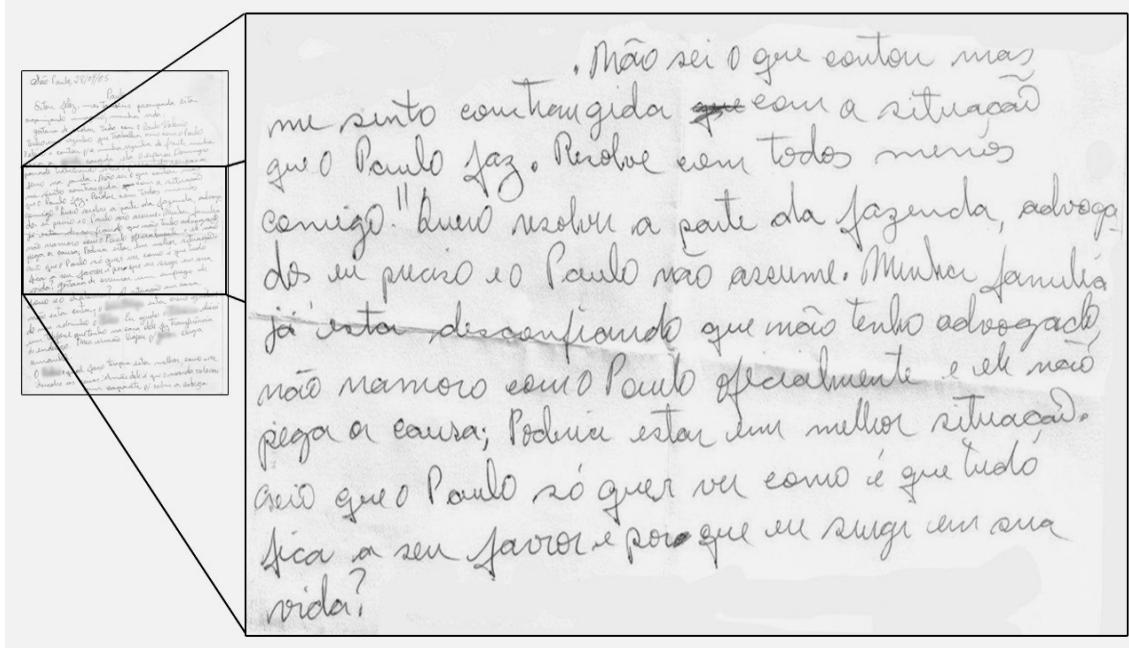


Figura 21 - Trecho da carta de 28 de abril de 2005

Para M., o Paulo não resolve sua situação com ela, não assume *oficialmente* o namoro, não pega esta causa. A pergunta sobre estar numa situação melhor dirige-se a quem? Para ela mesma ou para o Paulo? Provavelmente, uma tentativa de sedução, se o Paulo (analista) assumisse um relacionamento além dos atendimentos poderia estar *em melhor situação*. Assumir este lugar seria sair da posição de analista, e como o Paulo (analista) está interessado unicamente na análise, M. passa então a construir este namoro impossível, sem encontros, sem oficialidades, na tentativa de um relacionamento com um Paulo que vale, o Valério. O nome Paulo Hilário Valério é falso, segundo M., pois foi o nome que o Flávio Maluf se apresentou para ela no encontro da fazenda. Um “falso” significante que sustenta outro. Seria mais evidente concluir que a falsidade está no significado, pois o significante é tão verdadeiro quanto qualquer outro.

Para M.,

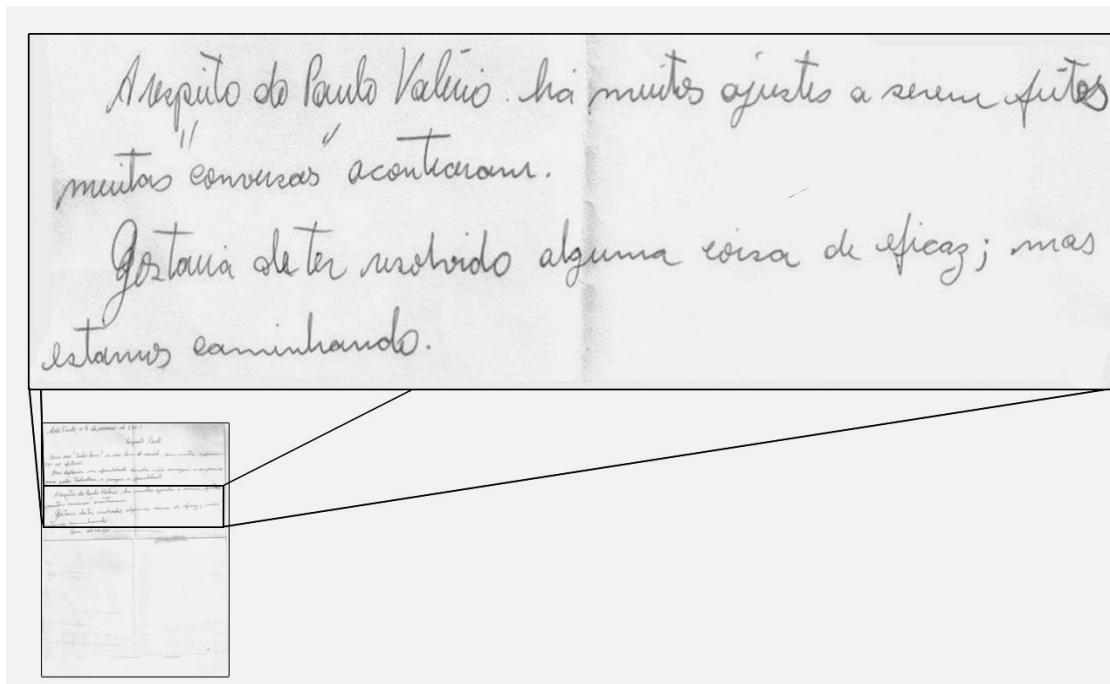


Figura 22 - Trecho da carta de 07 de março de 2005

As conversas com o Paulo Valério são postas entre aspas, pois ainda precisam ser ajustadas para M.. O ajuste trata-se de (re)situar os encontros que tem com o Paulo (analista), mas desta vez com certa eficácia, constituindo num Valério digno de respeito. Acrescenta-se aqui uma ressalva, tanto analista quanto paciente cursavam psicologia e fonoaudiologia, respectivamente, na mesma faculdade, para ser mais exato os dois cursos estavam situados no mesmo corredor. Assim, um encontro casual entre os dois, não seria obra do acaso. Apesar de serem poucas vezes em que este encontro se deu, talvez por uma questão de horários entre o início, intervalos e final das aulas, M. pode construir muitas histórias se valendo desta situação. O *passar pela rua* pode ser substituído por *passar pelo corredor*. Sabe-se que grande parte dos estudantes de psicologia são do sexo feminino, assim para M. ver o Paulo em contato com suas vizinhas de sala abriu a possibilidade para as vizinhas de sua casa assediarem o Paulo. Hilário? Claro, que sim. Temos um analista que não conversa com M. no corredor, apenas a cumprimenta, olha-a, mantém diálogo com suas vizinhas, mas não com ela, todos estes buracos faltantes são “ajustados” imaginariamente, via discurso.

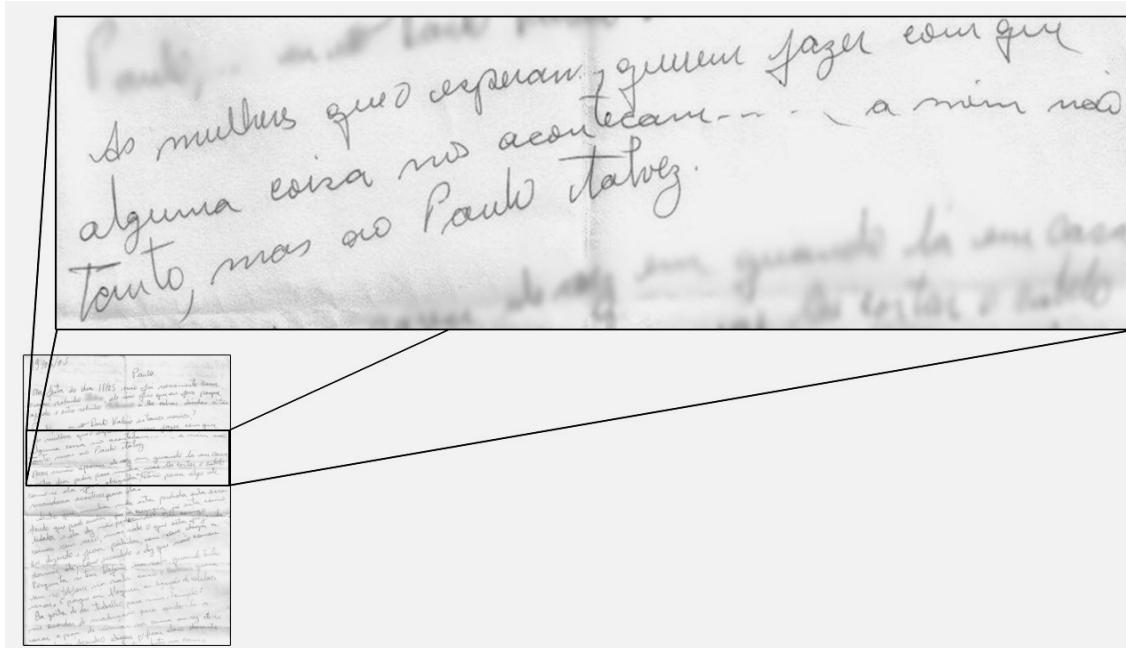


Figura 23 - Trecho da carta de 19 de maio de 2005

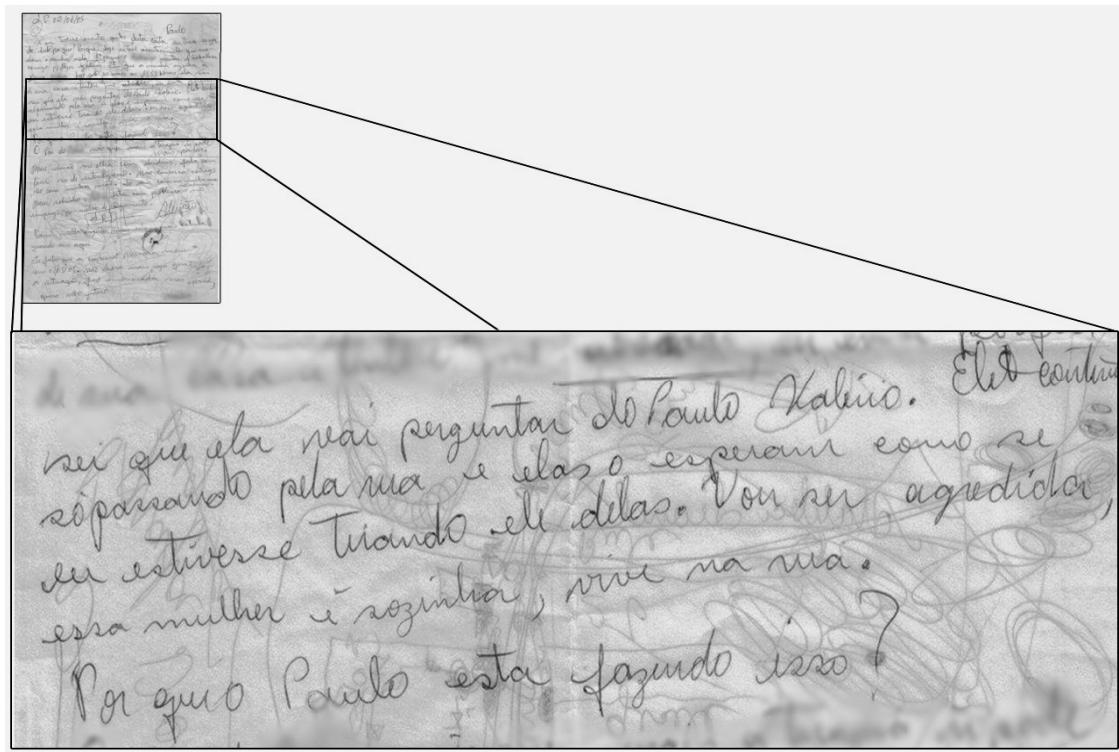


Figura 24 - Trecho da carta de 02 de junho de 2005

Se tomarmos os conceitos de Peirce (apud TEIXEIRA COELHO, 1980:69) acerca do Objeto, pode-se dizer que o objeto imediato, ou seja, o objeto tal como o signo o representa e que depende de sua representação, pode envolver uma interpretação errônea do que ele realmente é. Uma vez que, o objeto dinâmico fica um tanto distante enquanto conhecimento universal. Para formarmos o signo triádico de Peirce, qual seria o objeto Paulo para a mente interpretante de M.? Paulo possui um sentido, enquanto interpretante imediato possui uma abstração, uma possibilidade. Não pode ser uma mulher, por exemplo. Ainda seguindo Peirce (apud TEIXEIRA COELHO, 1980:71-2), Paulo produz 2 significados, enquanto interpretante dinâmico, um Paulo para o Paulo (analista) e outro Paulo (Valério) para M.. A significação (interpretante final) resulta na junção, via delírio, dos Paulos para M.. Porém, esta separação só existe para o analista através de seu esforço enquanto intérprete do discurso. Para M. só um Paulo que vale, o Valério.

Se analisarmos o significante *Paulo* no trecho que segue, veremos que a proximidade de retorno com relação aos atendimentos com o Paulo (analista), aproxima também a paciente do Paulo Valério.

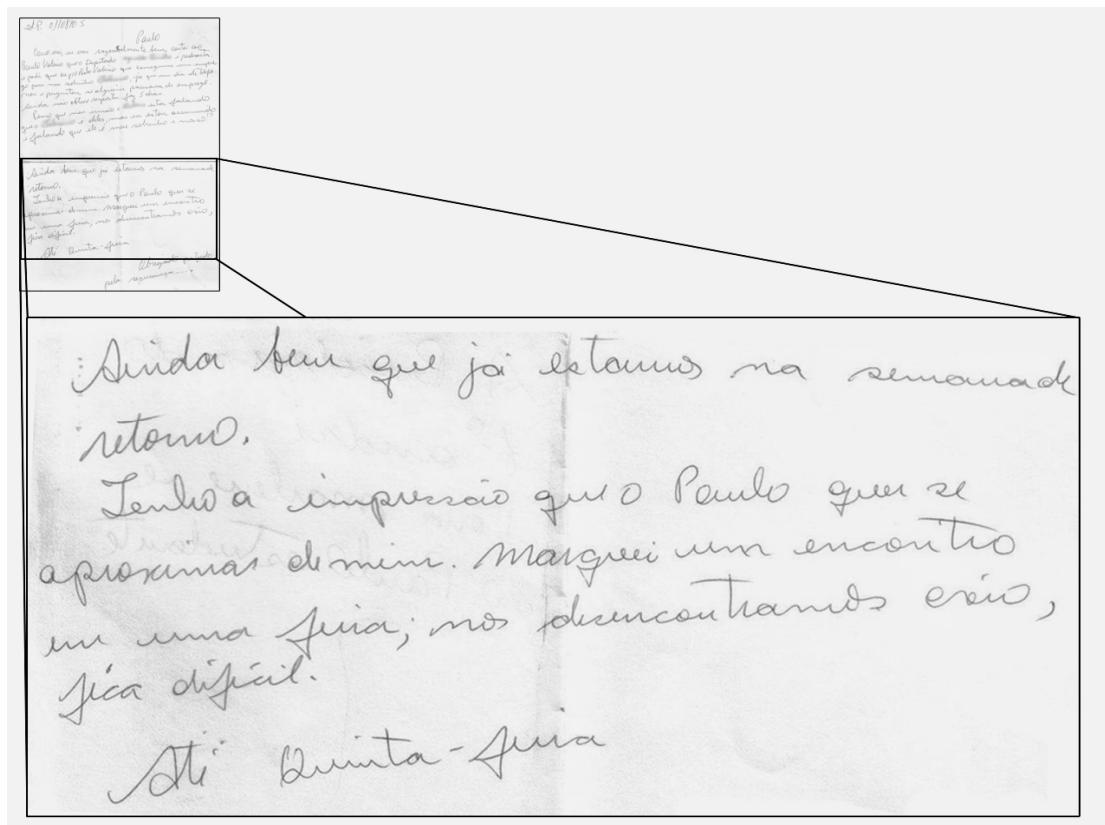


Figura 25 - Trecho da carta de 01 de agosto de 2005

Para Jakobson (1989:92) as diferenças nas categorias gramaticais conduzem informações semânticas, sendo que tais relações criam uma sentença dotada de sentido que podem ser submetidas a uma prova de verdade. Contudo, como fica a prova de verdade na suposta evidência de que o discurso do outro não passa de um delírio? Conforme dizia Foucault (2006:10), existe no discurso um princípio de exclusão marcado pela separação e rejeição, visto na oposição entre razão e loucura, por exemplo. Desde muito tempo o discurso do louco é aquele que não possui um signo válido dentro da cultura.

Para Teixeira Coelho (1980:56):

O signo utilizado é em parte causado pela referência feita e em parte por fatores sociais e psicológicos constatáveis através dos efeitos causados pelo signo sobre a atitude do receptor.

O discurso para M., através do enquadre delirante deixa as sentenças inquestionáveis à prova da verdade, ao menos para si mesma, fato constatado quando a orientação do discurso volta-se para o destinatário, como visto na Função Conativa (JAKOBSON, 1989:125). Sendo este destinatário o Outro, por excelência, enquanto presente-ausente.

Buscar um lugar de escuta, dentro de um processo analítico é sair da condição do entendimento cartesiano, da compreensão segundo “A” verdade. Ainda mais, quando lidamos com uma cadeia discursiva dispersa, a céu aberto, sem um ponto de referência que a amarra a uma historicização. Esse ponto dirige-se ao que Lacan (1999:151) chamou de Nome-do-Pai, lugar que autoriza o texto da lei, sendo que na psicose este lugar é representado enquanto buraco (LECLAIRE, 1991a:117). Está forcluído. Qualquer tentativa de tampar a metáfora paterna é *passar um cheque sem fundo*, justificativa levantada por M. quando o sobrinho tenta falsificar o nome do pai, na carta de 06 de fevereiro de 2005 (Fig.16). Lugar que para o discurso delirante só existe enquanto ausência. Possui sentido, mas com sua verdade forocluída⁸. M. não pode mudar as regras estabelecidas pela junção significante mais significado. E não é justamente esta a característica do signo linguístico proposto por Saussure? Sua arbitrariedade reside na lei da tradição, consagrada ideologicamente pela cultura (SAUSSURE, 2006:88).

⁸ Tanto *forclusão* quanto *foraclusão* são traduções aceitas para *verwerfung*.

Neste sentido preferimos deixar em suspenso àquilo que foi nomeado por Foucault (2006:17) como vontade de verdade, ou seja, por um discurso que possui seu estabelecimento orientado numa pedagogia de saber normatizado e, consequentemente como forma de controle do poder. M. não pode surgir como autor (FOUCAULT, 2006:26; ORLANDI, 2012:74), da maneira como seria tratada no discurso científico, como um princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, e ainda como foco de uma coerência (incoerente), pois o que fala não indica a verdade.

Uma saída geralmente encontrada dentro da psicose caminha para o discurso literário, textual, que dá uma maior relevância para o dizer psicótico. Saída, aliás, apresentada por Schreber e suas *Memórias*, além de James Joyce e outros que encontraram na literatura a possibilidade de assumir a função autor, de locutor e enunciador, de sujeito do próprio discurso. De acordo com Foucault (1992:46) a função autor não passa de uma característica do modo de existência, de circulação e funcionamento do discurso estabelecido na sociedade. A função autor acrescenta Orlandi (2012:74), estabelece-se ao lado de outras funções, enunciativas, que são o locutor e o enunciador. O locutor é aquele que se apresenta como “eu” no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói.

Lacan (2008a:184) retoma em seu seminário de 26 de fevereiro de 1969, a questão levantada por Foucault (1992) no que nomeou como um “lugar precário, chamado Sociedade de Filosofia”, onde enunciou a pergunta: *o que é um autor?*⁹. Para Lacan (*Ibid.*), Foucault encontrou meios de destacar a ordenação dessa função ao nível de uma interrogação semântica. O que leva Lacan a retomar esta conferência de Foucault foi o fato da apreciação do filósofo sobre a originalidade de um autor como Freud, trazendo este *retorno a*, sendo que o próprio Lacan deu também uma grande ênfase no retorno a Freud. Foucault ressalta em sua conferência qual o ponto-chave que este retorno constitui, em relação a tudo o que acontece com o deslizamento, a defasagem, a profunda revisão da função do autor, em especial o autor literário.

Relação dialética entre texto e discurso, autor e sujeito. O sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto, a relação entre o sujeito e o texto se caracteriza pela dispersão, enquanto que a autoria implica numa certa organização. O autor é o lugar em que se constrói a unidade do sujeito, através da coerência e completude oferecidas, imaginariamente, pelo texto (ORLANDI, 2012:73). Para M., surge uma verdade no ato da escrita que só é possibilitada pelo pronome de primeira pessoa do singular enquanto

⁹ Foucault pronunciou este discurso na tarde de 22 de fevereiro de 1969.

enunciador dos acontecimentos, afirmando o sujeito que escreve, “[...] todos os discursos que são providos da função autor comportam esta pluralidade de ‘eus’”, nos diz Foucault (1992:55). Conforme observamos em nossa análise, são muitos os sujeitos que a paciente pode representar em seu discurso, enquanto sujeito que escreve as cartas, como enunciador dos acontecimentos, sujeito da frase e, até mesmo outros personagens que recaem na própria paciente, através dos monólogos, transmissões de pensamentos, e falar no lugar do outro.

É preciso abandonar a falta de razão do delírio, instância psiquiátrica anunciadora de uma patologia. Pensando desta forma, é mais conveniente considerar a verdade segundo a lógica peirceana, isto é, uma atividade dirigida para um objetivo capaz de permitir a passagem de um estado de insatisfação para um estado de satisfação (TEIXEIRA COELHO, 1980:53). Também é necessário abandonar a autoria do ponto de vista daquele que escreve uma obra. Afinal, o que é uma obra? Se numa antiguidade as obras vinham a eternizar o autor, atualmente o ato de escrever é tomado como um sacrifício. Para Foucault (1992:36), “esta relação da escrita com a morte manifesta-se também no apagamento dos caracteres individuais do sujeito que escreve”. Para M., escrever a revive, autoriza o discurso, pois terá alguém (instalado numa posição simbólica) que lerá sua verdade.

Voltando à Jakobson (1989:19), qualquer ato de fala envolve uma mensagem, o emissor, o receptor, o tema da mensagem e o código utilizado. Apesar da grande ênfase nos estudos da linguagem acerca da relação emissor/receptor, é possível observar alguns aspectos envolvendo o código ou a mensagem. Esta última, ou seja, a Função Poética (JAKOBSON, 1989:130), quando o discurso centra seu enfoque para a mensagem, justapondo os eixos sintagmáticos e paradigmáticos, é uma das principais funções utilizadas por M.. Na função poética percebemos que cada sílaba possui o mesmo valor de qualquer outra sílaba no discurso, as sílabas são convertidas em unidades de medida.

Diferentemente da poesia onde se faz um uso proposital deste recurso para criar os versos, esta construção nas psicoses não é “pensada” antes. Apesar de o discurso estar marcado no texto escrito, não fica clara a intencionalidade da Função Poética em M., o discurso delirante se mostra espontaneamente, como visto na frase da carta de 06 de fevereiro de 2005 (Fig.16): [...] mas tenho receio da reação dos filhos das ditas cujas que apoiam a vagabundice.

Mesmo os papéis do emissor e receptor podem vir a confundir-se, alternando-se os papéis, por exemplo, ou ainda, tornar-se o tema da mensagem. O ato de comunicar-se é impossível na ausência de algumas representações preconcebidas (JAKOBSON, 1989:21), assim como descrevia Saussure e a relação entre langue e parole.

Qual é o receptor dentro do discurso delirante? A priori, podemos afirmar que o receptor, a partir da psicanálise, seria sempre o Outro. Mesmo que um sujeito qualquer escreva diários para ninguém ler, o Outro está devidamente endereçado dentro do discurso. Retomando o esquema L (LACAN, 1999:163-4), tudo o que se realiza no sujeito (*S*), depende do que se coloca de significantes no Outro (*A*), formando o ziguezague do esquema. Três desses quatro pontos são dados pelos três termos subjetivos do complexo de Édipo como significantes encontrados no triângulo: Mãe (*a*), Criança (*a'*) e Pai (*A*). O que se passa entre os eus do *S* e do *A*, sendo *a* e *a'*, ou seja, entre a criança (*a'*) e aquilo que foi nomeado pela mãe sobre o que é uma criança, através do “*Tu és isso!*” (*a*), é uma relação puramente imaginária. Se, como vimos o Outro constituído na função paterna, está ausente na psicose, o que se vai encontrar no lugar do *A*, é sempre o significante foracluído, prevalecendo a linha imaginária entre *a* e *a'*.

A relação imaginária entre os eus do *S* e do *A*, é o que torna possível a comunicação, ao passo em que quando M. (*S*) diz algo, deve reconhecer que é ela (*a*) quem diz (reforçando aqui a função autor), endereçando ao Paulo, analista (*A*). Estando o Paulo (*A*) foracluído do jogo simbólico, o eu (*a'*) deste lugar do Outro é o que vai se fazer valer como receptor. Para M. é o Paulo Valério, que valida o nome do pai. Não se pode dizer que o Outro na psicose não existe. Ele existe enquanto falta, enquanto hiância. O excluído está incluído do lado de fora, por isso, foracluído. Nesta confusão, M. ao representar o Paulo (*A*) na cortesia da saudação (Fig.16), *Como vai*, o que aparece é o Paulo Valério (*a'*), seu amante, um *bem* imaginário.

Confusão, aliás, sustentada por M. por um fazer/desfazer:

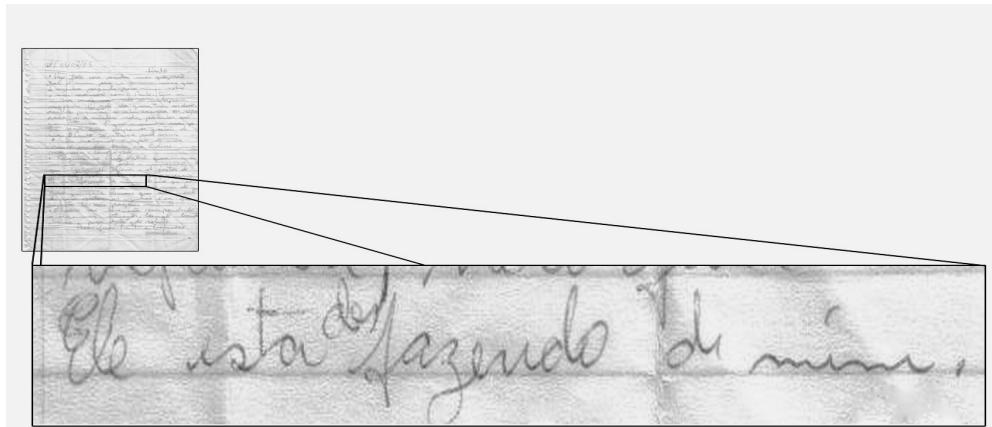


Figura 26 - Trecho da carta de 05 de julho de 2005

Nas neuroses, o sujeito faz ressurgir a realidade emprestando-lhe uma significação particular, com um sentido simbólico. As projeções na psicose fazem voltar de fora o que está posto como ausente da simbolização estruturante (*verwerfung*), os signos continuam a serem usados como signos, mesmo dissociado de seus elementos constitutivos, o significante e o significado. Estando o significante *Paulo*, desarticulado de seu significado inscrito no simbólico, o resultado disto, ou seja, a significação faz confundir o Paulo, desta vez, imaginário. “[...] Podemos dizer que o sujeito não controla mais o sentido da linguagem que fala, que ao invés de conduzí-la e escolhê-la, encontra-se possuído por ela” (LECLAIRE, 1991a:111). O privilégio das psicoses é tomar a falta, a frustração, sempre na tentativa do tamponamento via delírio. Ato realizado com um sucesso muito maior do que quando tentado pelas neuroses, que só encontra no objeto (causa do desejo) um gozo parcial.

Estas articulações refletem muito bem o encadeamento do inconsciente que está estruturado como linguagem (LACAN, 2002:139). A linguagem do inconsciente dito através dos discursos delirantes evidencia o discurso interior do sujeito, numa espécie de monólogo (LACAN, 2002:133). Para Jakobson (1989:22), todo discurso supõe uma troca, não podendo haver emissor sem receptor, mesmo quando se tem uma linguagem interior. Para M., ao dialogar com o Paulo, o que ocorre é ter que delatar seu monólogo com os eus imaginários, como pode ser visto no trecho que segue:

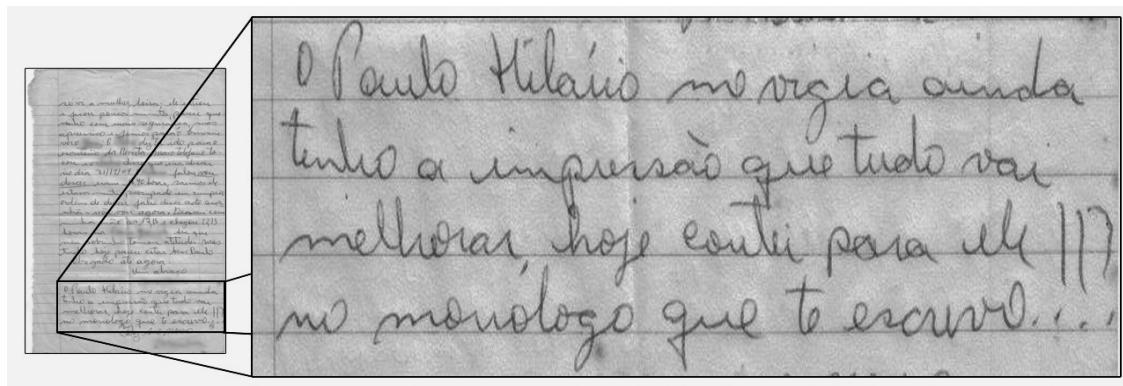


Figura 27 - Trecho da carta de 31 de dezembro de 2004

A lógica do discurso psicótico está muito mais orientada para a ordem da metonímia do que para a metáfora. A interpretação da frase *Como vai bem?* (Fig.16) não se dá pela similaridade, pela semelhança presente nos processos metafóricos. Admitir isto cairia na possibilidade da saudação, como palavra-frase. Jakobson (1989:51), ao analisar os casos de afasia, dizia que o sujeito, palavra-núcleo, é o primeiro a desaparecer no caso de afasias por

similaridade e, o menos destrutível nas afasias de contiguidade. Se o sujeito é o que mais persiste nas afasias de contiguidade, o contexto, tão prejudicado nos distúrbios de metáfora, é também ligado ao sujeito, pois seu contexto é, essencialmente, interno, mais do que externo.

A semelhança da palavra *bem* tem seu atributo metafórico como estado, bem estar, a metáfora supõe que a significação comanda o uso do significante (LACAN, 2002:249). Os significados estariam condensados. Entretanto, devemos admitir que o significante *bem* desloca os Paulos. O Paulo (analista) estaria bem? Esta é a pergunta metafórica, porém o Paulo (Valério) é também o bem querer de M., seu amante. É quase uma equação:

$$\text{Paulo (analista)} + \text{bem} = \text{Paulo Valério} \rightarrow \text{namorado} = \text{bem} \rightarrow \text{Paulo (Valério + analista)}$$

O significante *bem* une-se ao Paulo (analista), ao Paulo Valério e de novo ao Paulo (grafado no texto), por laços de contiguidade. Para Lacan (2002:252), “*o que ele* (Freud) *chama o deslocamento é a metonímia*”.

Há um potencial enorme nos discursos psicóticos em fazer da fala, através do remanejamento dos signos, uma reinvenção da língua. Para Lacan (1999:80) “[...] a metonímia é a estrutura fundamental em que se pode produzir esse algo novo e criativo que é a metáfora”. Temos que, há um Paulo falso, pois seu nome real seria Flávio, por ser falso, pode vir a ser o outro Paulo; as mulheres que rivalizam com M. são suas vizinhas, mas vizinhas de casa e não mais vizinhas de salas de aula. É como se, cada significante tivesse seu significado remanejado no discurso “interior” do delírio, nos *ajustes* (Fig.22) que M. diz ser necessário fazer antes de comunicar. Ao escrever este monólogo para o Paulo sobre o Paulo, este segundo Paulo, já deve estar sabendo das aflições da paciente sobre seus sentimentos, uma vez que o Paulo enquanto analista se encontra numa posição de saber. Escrevendo um monólogo, este passa a ser um diálogo, e como diálogo subentende-se uma comunicação ao outro, é possível assim, contar ao Paulo Valério escrevendo o monólogo ao Paulo (analista). São duas afirmações que geram uma interrogação - !?. Será mesmo *que tudo vai melhorar?* (Fig.27).

A questão sobre os ditos do Paulo Valério via telefone abrem algumas brechas para que M. possa ouvi-lo. Quando o Paulo, enquanto Outro lhe fala, o outro que M. ouve é simplesmente da ordem do delírio. Sendo imaginário apenas, não encontra correspondência no simbólico. Ouve, aquilo que de outra forma diria. Diz, aquilo que de outra maneira, ouviria. Katz (1991:28) argumenta que o delírio encontra sua fonte na libido. Freud (1894a, *Carta 21 à Fliess*) no caso da jovem que passou por uma cena de sedução, sugere que a

recriação das vizinhas contra a moça se devia ao fato dela ter se excitado com a situação. Cada vez que se excitava, ouvia as vizinhas dizerem coisas contra ela, contra sua decência, ouvia aquilo que dizia sobre si mesma. Para Freud, a paranoíá é um modo patológico de defesa, que se vê às expensas com os conflitos entre o ego e o id, projetando seu conteúdo no mundo externo. Paralelamente, Lacan (2002) no texto “*Eu venho do salsicheiro*”, trabalha com o caso de uma paciente que ouviu de um homem na rua a expressão “*Porca*”. Esta admite que ao cruzar com tal homem, havia dito: “Eu venho do salsicheiro”. “A projeção na psicose [...] é o mecanismo que faz voltar de fora o que está preso na *Verwerfung*, ou seja, o que foi posto fora da simbolização geral que estrutura o sujeito” (LACAN, 2002:58, grifos do autor).

Num trecho da carta de 11 de janeiro de 2005, a paciente chega a ouvir o Paulo Valério dizer algumas coisas para ela:

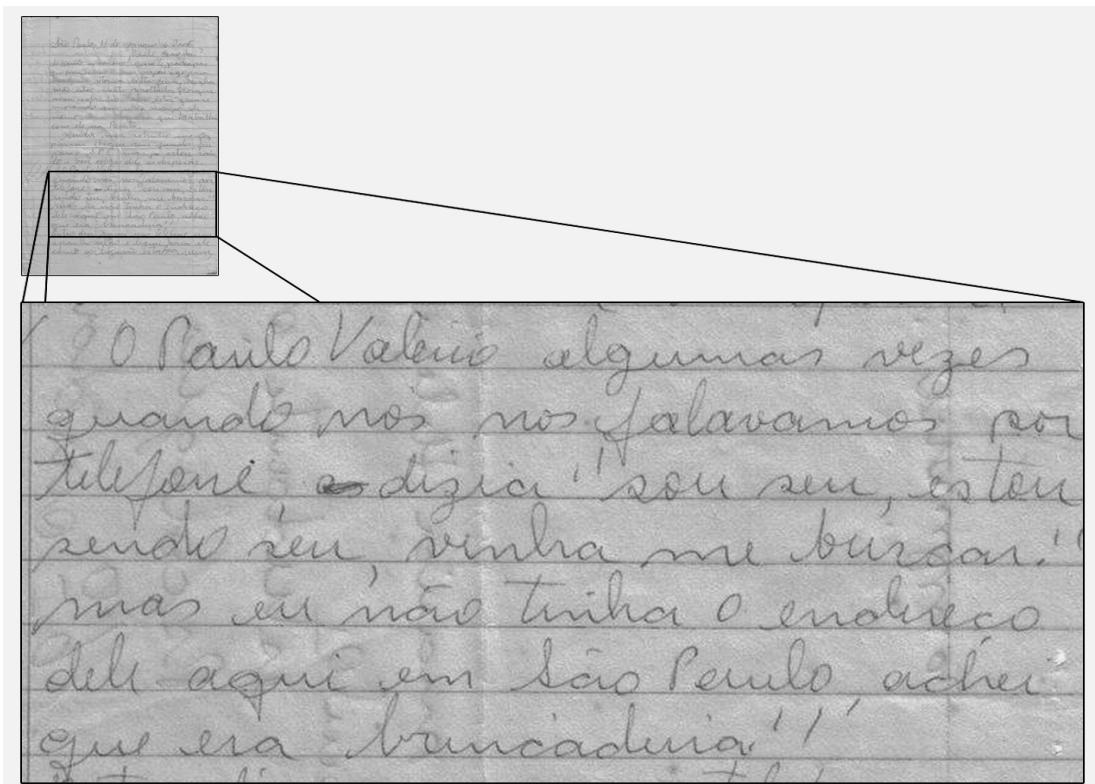


Figura 28 - Trecho da carta de 11 de janeiro de 2005

E, mais adiante:

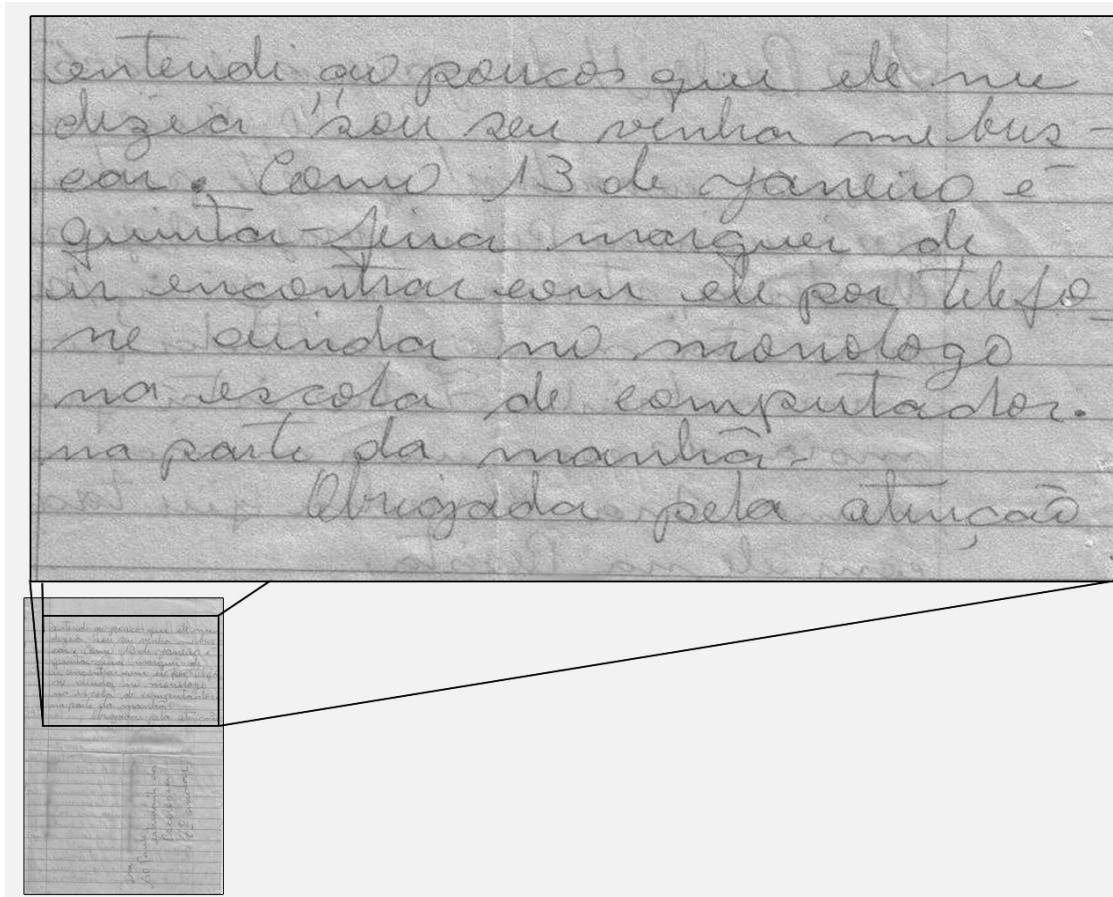


Figura 29 - Verso da carta de 11 de janeiro de 2005

Alguns dias depois, na próxima carta que a paciente enviou, com data de 19 de Janeiro de 2005, M. reforça como se dão as conversas pelo telefone com o Paulo, ao menos com aquele que vale uma conversa:

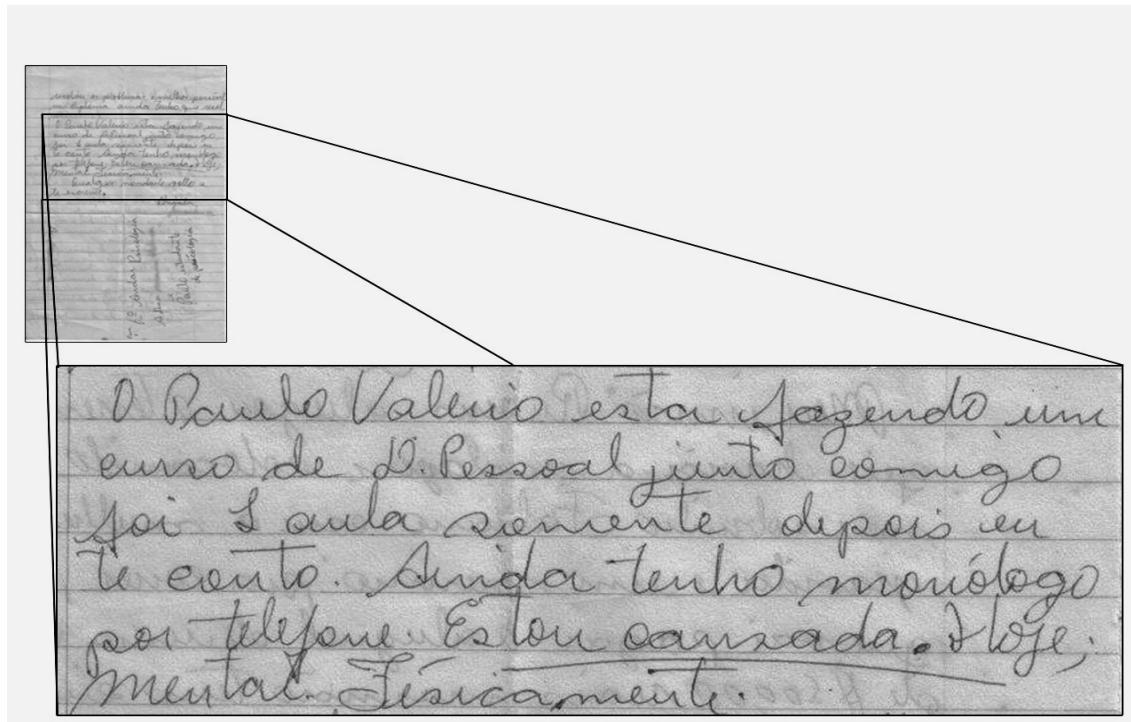


Figura 30 - Trecho da carta de 19 de janeiro de 2005

Tratando-se de um monólogo, fica claro quando a paciente relata sua conversa com o Paulo Valério. Este chega a fornecer as dicas de quem é o *eu*, sujeito-enunciador da frase: *Sou eu, Estou sendo eu, venha me buscar* (Fig.28 e 29) Novamente, voltamos para a função autor. Sendo monólogo, os eus imaginários vistos no Esquema L (*a* e *a'*) são uma só e mesma pessoa. Presentifica no texto a imutabilidade do *ser* reforçada pela transitoriedade do *estar*. Isso nos traz a tese lacaniana (2002:37) de que se encontra no texto do delírio uma verdade desmascarada, não no sentido de desmistificação uma vez que tal máscara nunca foi posta, mas sim de uma verdade que lá não se encontra escondida, como acontece nas neuroses, de uma verdade explícita, quase teorizada. Motivo, que nos levava, nos grupos de estudos, a supor que M. estivesse estudando psicanálise, ou que houvesse qualquer encenação dos atendimentos.

A possibilidade do monólogo, enquanto discurso interior abre caminho para as descobertas via pensamento.

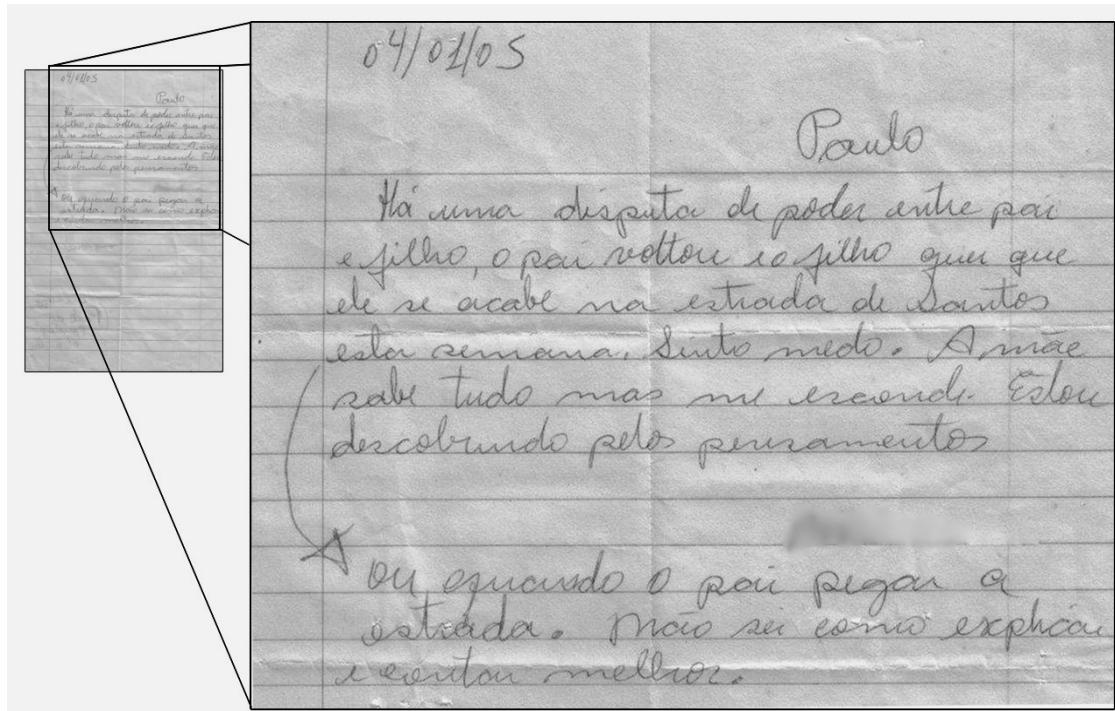


Figura 31 - Carta de 04 de janeiro de 2005

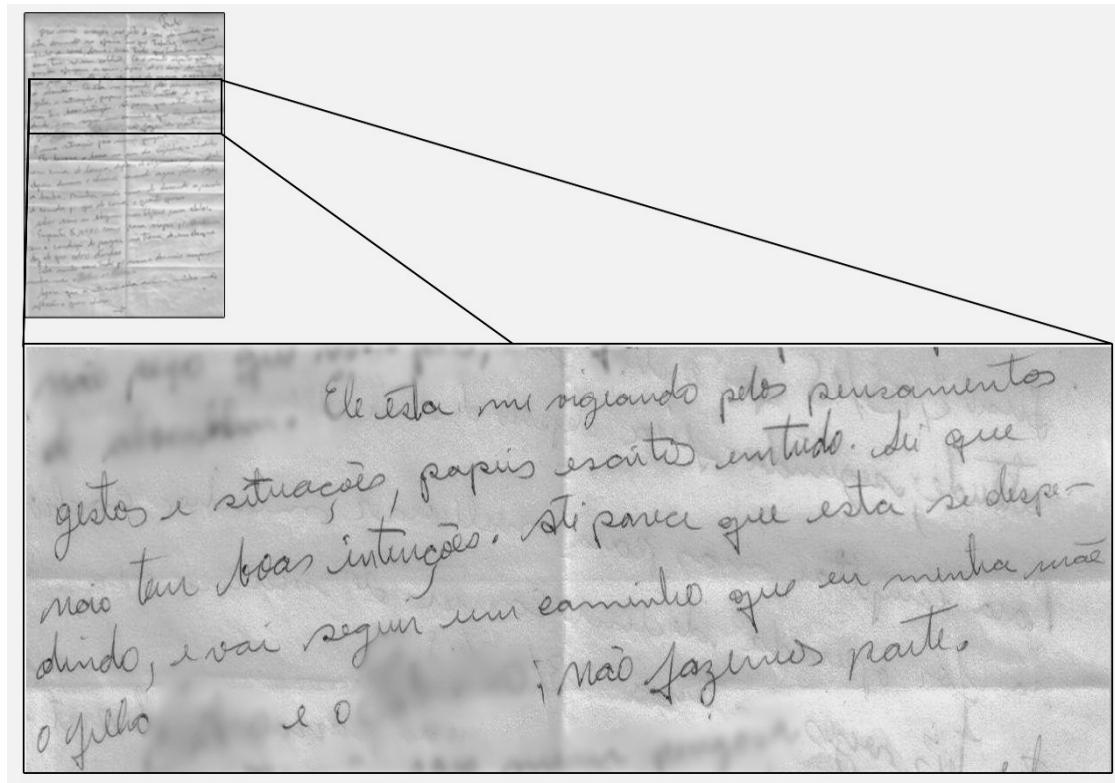


Figura 32 - Trecho da carta de 05 de maio de 2005

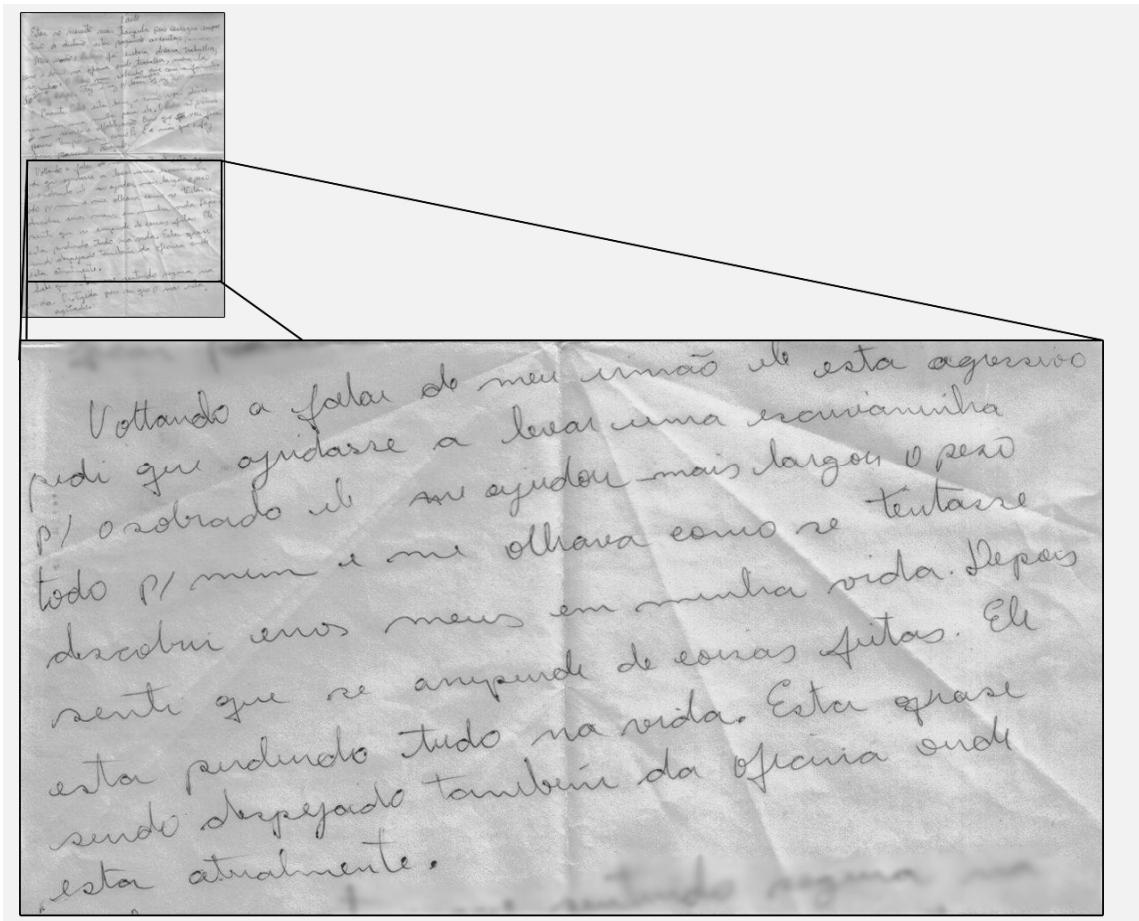


Figura 33 - Trecho da carta de 12 de maio de 2005

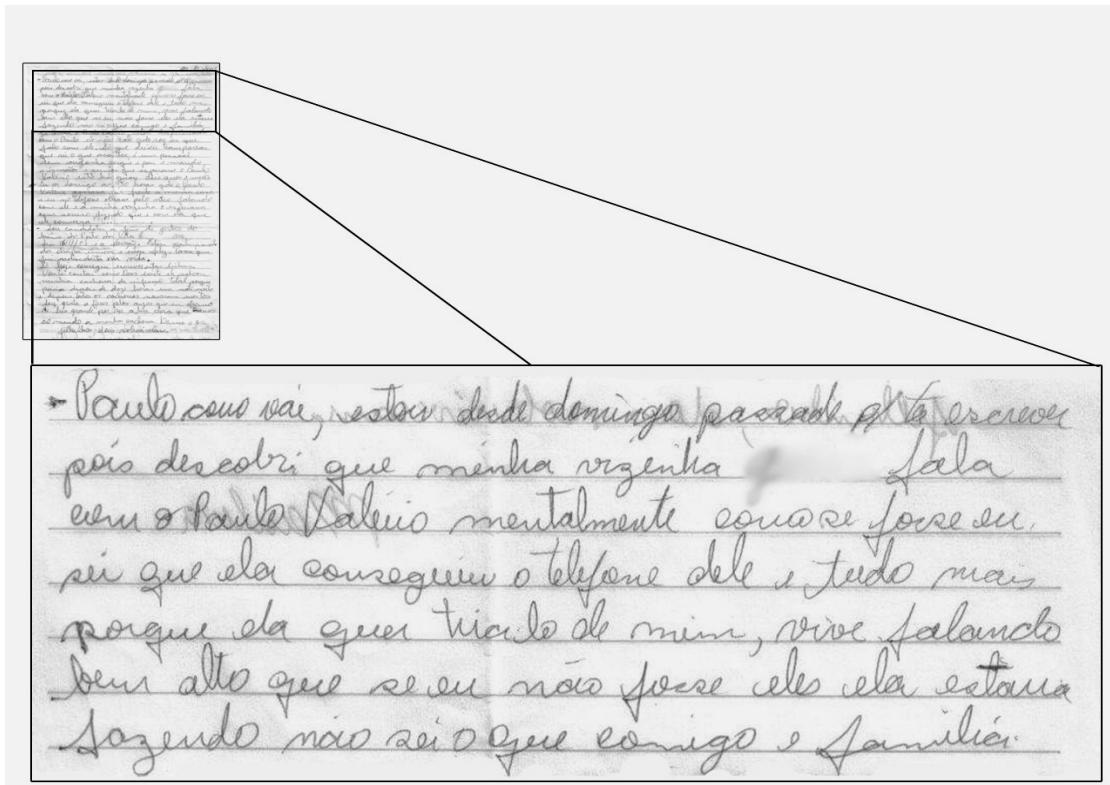


Figura 34 - Trecho da carta de 20 de outubro de 2005

As condições de ser e, posteriormente, ter, são fundamentais na estruturação do sujeito, que por sua vez, dependem do desejo da mãe. Todo o discurso possui sua âncora a partir desta configuração. Voltando para as cartas de M., nos diálogos deveríamos encontrar um correspondente no plano simbólico. O analista dialoga com M. fornecendo um aparato metafórico de seu discurso para a paciente, organizando a cadeia de significantes barra significado igual à significação ($Ste/sdo = Sgn$). Segundo Soler (2007:196), a metáfora é justamente o que permite fixar a significação. Porém, não se trata de qualquer metáfora que, na clínica do sujeito seja suficientemente capaz de metaforizar um “significável” especial. Quando M. não encontra seu correspondente enquanto símbolo recorre à imagem do Paulo criando um monólogo. Permanecem os significantes, mas com outros significados e consequentemente outras significações. Quando o Paulo, que se encontra no nível do imaginário, lhe dirige a palavra só pode dizer que ele é, na verdade a própria paciente: *Sou eu, Estou sendo eu* (Fig.28). Ao questionar o *me* presente no pedido *Venha me buscar*, não encontra seu correspondente no plano simbólico, ou seja, no Paulo (analista), fazendo com que tome o dito como uma brincadeira. É o Paulo falando, mas o Hilário.

Soler (2007:198) chama a atenção para o fato de que o delírio não deve ser lido como uma metáfora, pois se trata do significante no real, isto é, quando se rompe a cadeia significante que concatena os significantes para produzir significação. A falta da metáfora paterna, do Nome-do-Pai, abre um furo no significado dando início

[...] à cascata de remanejamentos do significante de onde provém o desastre crescente do imaginário, até que seja alcançado o nível em que significante e significado se estabilizam na metáfora delirante (LACAN, 1998:584).

Mesmo que M. se encontre com o Paulo Valério, passagem que não ocorreu em suas falas durante as seções, isso só pode ser tomado como uma defesa sua enquanto sujeito. O curso de *D.Pessoal* (Fig.30) em uma aula que participaram seria então, um delírio.

Uma tese muito simples deve ser organizada: a de que uma metáfora pode substituir outra (mesmo que esta outra se encontra foracluída) como princípio de estabilização (SOLER, 2007:202). Neste caso, teríamos uma pseudometáfora, mas que seja capaz de oferecer uma estabilização na cadeia significante: uma metáfora delirante. Foi nesse sentido que se caminhou para o fim da análise de M., ou seja, ao buscar através da lei receber os benefícios de seu pai, em seu nome e não mais no nome do irmão, foi que a paciente encontra um ponto de estabilização. Não apenas financeiramente, mas enquanto sujeito. Se tomarmos que o Nome-do-Pai seria o princípio da Lei simbólica, função organizadora da cadeia discursiva, M. toma o caminho inverso, ou seja, busca através das leis assumir a Lei do nome do pai.

A carta a seguir será reproduzida na íntegra para exemplificar as considerações psicanalíticas freudianas (1894a, *Carta 21 à Fliess*) de que o que foi abolido do lado de dentro retorna do lado de fora, onde Lacan (2002:22) retoma esta consideração para articular que o que está foracluído do simbólico retorna no real.

20/10/2005

- Paulo com vai, vestiu desde domingo passado para escrever pois descobri que minha sogrinha q... fala com o Paulo Kalleis mentalmente e soube que ele era eu, só que ela conseguiu o telefone dele e tudo mais porque ela queria falar com mim, vive falando bem alto que se eu não fosse eles ela estaria sozinha não sei o que é comigo e familiar.
- já avisei o Paulo Kalleis estou desapontado com o Paulo ele não sabe qdo seu eu que falo com ele. Só que deixa transparecer que sim e que acontece, é um pessoal sem vergonha porque é pai e mando vizinhos e amigos que esperam o Paulo Kalleis este dia quase dois anos e meia. Eu vi domingo as 10:30 horas qdo o Paulo Kalleis passava em frente a minha casa e eu no telefone olhava pelo vito falando com ele e a minha sogrinha o esperava com sorriso dizendo que é com ela que ele conversa!!!
- Sou candidata a 1ºas de gestão do bairro do Posto da Vila b... m dia 16/11/05 e a eleita. Estou participando da chapa única e estou feliz. Parece que fui redescoberta na vida.
- Tô hoje conseguindo escrever estas linhas. Venho contar como Deus existe ele salvou minha família de infecção total porque pariu depois de doze horas um nati-morfo e depois todos os cadáveres nasaram mortos. São gratas a Deus pelos anjos que em dia de "luta grande" por mim a sua elicia que encoraja ao mundo a minha sachona Dame e os filhinhos, deus sobreviveram.

Figura 35 - Carta de 20 de outubro de 2005

Numa relação inversa, ou seja, se ao falar com o Paulo (analista) fala-se também ao Paulo Valério, M. se diz decepcionada com o Paulo – qual deles? – pois este desconhece a mensagem que ela lhe dirige. A possibilidade de transmissão de pensamentos é sustentada antes através da vizinha que conversa mentalmente com o Paulo Valério. L. Zolty (apud NASIO, 2001:37) retoma o conceito de foraclusão localizada, ou seja, para o autor, no lugar de uma realidade simbólica abolida, o que se tem é uma nova realidade, alucinada, coexistindo no mesmo sujeito juntamente com outras realidades psíquicas não afetadas pela foraclusão. Para M. a junção de todas as vozes (mentais) é descrita na frase *se eu não fosse eles.*

Para Lacan (2008a:192), o que se articula de uma configuração de significantes não significa que se possa totalizar o universo constituído como uma totalidade. Ao contrário, esse universo deixa de fora tal conjunto, como não podendo ser situado como uma de suas partes, mas apenas articulado como elemento numa referência a outros conjuntos. Não necessariamente, haverá coincidência entre a afirmação intuitiva de que um dado elemento faz parte desse universo e a articulação formal dessa perspectiva. A partir desta articulação, constata-se que a função do significante fundamenta-se por ele ser uma diferença absoluta, lembrando que, para Saussure (2006:139), na língua só o que existem são justamente as diferenças. Isso nos leva à concepção aforística lacaniana (2008a:186) de que a verdade tem uma estrutura de ficção, na medida em que seu lugar só pode ser aquele em que se produz a fala, pois passa por uma linguagem e a linguagem tem também uma estrutura de ficção. Ela só pode se semi-dizer. Nesta carta (Fig.35) que exibimos por completo, é notável ainda como os discursos vão se intercalando. Como a cadeia de significantes se encontra aberta a inúmeras possibilidades, pois são muitos assuntos sem uma organização entre estes, mas cada assunto tem sua coerência textual, sustentados numa relação sintaticamente organizada.

Nesta linha de produzir metáforas de suplências, além da relação com o Paulo Valério, M. pode trazer através das cartas uma direção, uma saída para todos os anos que passou estudando fonoaudiologia.

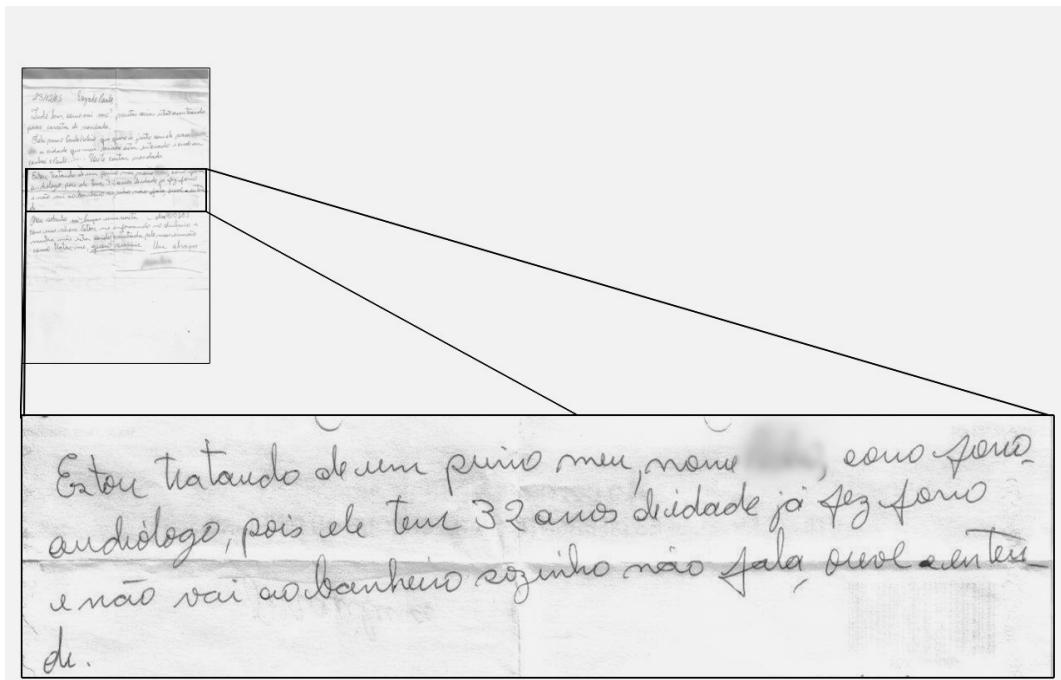


Figura 36 - Trecho da carta de 23 de fevereiro de 2005

De acordo com Foucault (2006:36), as disciplinas são também formas de controle do discurso, fixando os limites do que pode e do que não pode ser dito. Não à toa M. tinha problemas com as disciplinas de seu curso de fonoaudiologia. Não era capaz de reproduzir a verdade do discurso das disciplinas, sendo estas uma forma de controle, que por sua vez, emaranhava-se numa nova trama do discurso delirante. Quando solicitada a reproduzir o dizer da disciplina nas provas, o caráter objetivo destas, não abria espaço para os delírios. Era reprodução de significantes, nada mais. De outra maneira, ao ser interrogada a reproduzir aquilo que aprendia com as disciplinas de forma aplicada, esta atividade, por demandar uma ressignificação subjetiva do discurso, convidava M. a inserir algo seu, neste discurso que agora deixava de pertencer à disciplina.

Freud (1924) já adiantava sobre o caráter projetivo evidenciado pela psicose. Dizia ele no texto *A perda da realidade na neurose e psicose* que, a neurose não repudia a realidade, mas a ignora, enquanto que, a psicose não só repudia a realidade como também tenta substituí-la. O que vem a ser significante neste discurso disciplinar de M. é marcado por uma modificação. Alguns de seus elementos se isolam, ganham uma força, desta vez particular, carregando-se de significação (LACAN, 2002:67).

Aceita-se melhor o controle exercido pelo discurso disciplinar nas neuroses do que na psicose. Está, o neurótico, a todo o momento checando a veracidade de seu discurso, justifica-

se no ritual, nas doutrinas, enfim, naquilo em que o prende: na Lei. Esta lei é fundamentalmente simbólica. Jakobson (1989:126) vai afirmar que a tendência para o contato, é uma característica da Função Fática do discurso, evidenciada pela troca de fórmulas ritualizadas. Ou, ainda, as dúvidas quanto ao código utilizado pelo dizer neurótico podem ser questionadas por um simples o *que você está querendo dizer?*, através da Metalinguagem (JAKOBSON, 1989:127). Para M. a possibilidade de aplicação do saber universitário pode ser reproduzida com seu sobrinho, uma vez que este toma as palavras de um outro lugar, diferente das neuroses. Não há metalinguagem, já que a fonoaudiologia entre M. e o sobrinho é sempre polissemia ou, o que Orlandi (2012:36) chamou de deslocamento de processos de significação. A censura imposta pelos professores de M. implica em não autorizá-la a dizer o que aprendia nas disciplinas de fonoaudiologia. Sempre há silêncio acompanhando as palavras. Ora, o que está censurado na psicose é justamente a razão.

A função do analista nos casos de psicose não se trata de uma busca de verdade, uma vez que, quando se questiona um significante, o que vemos surgir são sempre novas significações. Podemos dizer, sustentados por Orlandi (2012:59), que se trata do real do sentido em sua materialidade linguística e, porque não acrescentar, a materialidade histórica. Pois, como pode-se perceber há no dizer delirante um sujeito articulado com a linguagem e com a ideologia.

Todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de possibilidades abertos à interpretação, suscetível de ser e/ou tornar-se outro, no Outro. Diferentemente de uma análise com um sujeito encerrado em sua neurose, onde se busca a desmetaforização de seu discurso, nos casos de psicose o analista cumpre a função de compartilhamento do dizer, fundamentalmente metonímico, deslocado, delirante. Aqui a função é metaforizar.

O equívoco tem no processo polissêmico, na metáfora, o seu ponto de articulação. A proposta da psicanálise a partir da óptica lacaniana é oferecer ao discurso delirante uma escuta, é colocá-lo sob efeito do simbólico, do analista, sem dúvida, mas que agora pode ser compartilhado por mais-um. A proposta que se apresenta para um dispositivo de análise passa pela construção de um dispositivo de interpretação. Para a Análise de Discurso o psicótico pode vir a ser sujeito, pois se encontra inscrito na ideologia, mesmo que essa ordem imaginária seja tomada como real e não simbolicamente como seria nos casos de neuroses.

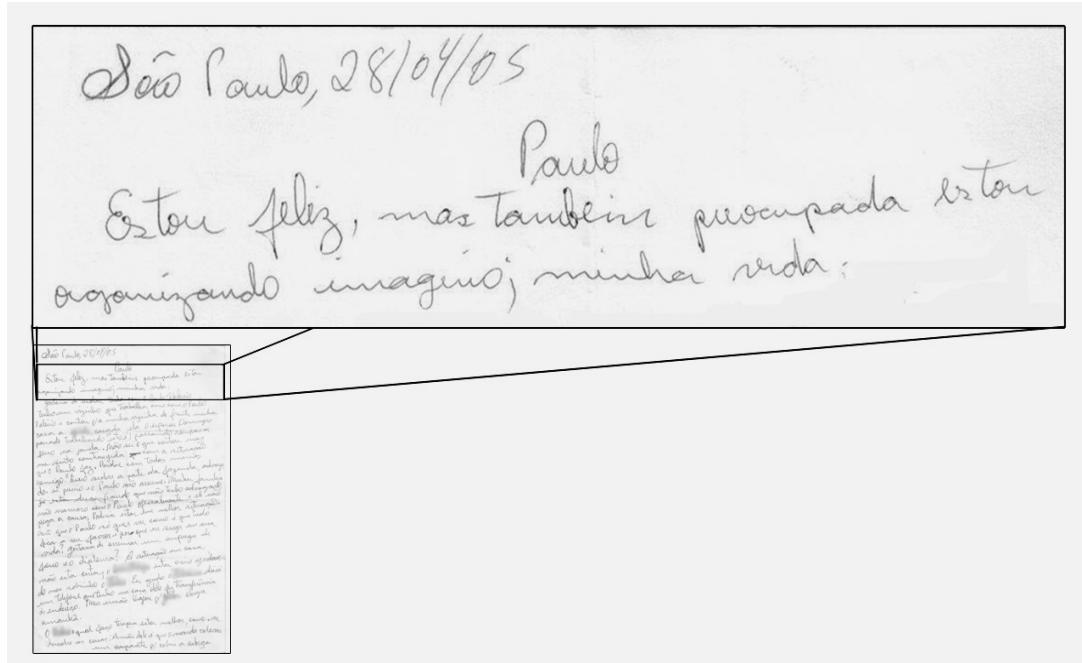


Figura 37 - Trecho da carta de 28 de abril de 2005

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dito, os pássaros não entendem o sentido das palavras que falam; mas, ao que parece, eles têm uma sensibilidade natural para a assonância.
(Memórias de um Doente dos Nervos – Daniel Paul Schreber)

Aquele que fala não é livre na sua escolha de palavras, a seleção deve ser feita a partir do repertório lexical que ele próprio e o destinatário da mensagem possuem em comum, assim sintetiza Jakobson (1989:37) sobre a relação do sujeito com as palavras. Tais escolhas de palavras seguem uma orientação, salvo os casos de neologismos. Em toda sociedade, nos diz Foucault (2006:08-9), o discurso é controlado e organizado de acordo com um certo número de procedimentos que tem a específica função de invocar e exercer seus poderes e perigos.

Durante a história, pudemos acompanhar as consequências quando um mal dito, um dizer fora da regra, uma alteração consonantal, ao se encontrar com o poder, tiveram seu destino obliterado, traçado, tratado e excluído do convívio social. Mesmo que tais discursos não cheguem ao cárcere, fora dele também estará aprisionado, mas desta vez encerrado em si mesmo, com sua verdade não compartilhada. Dir-se-á que esses discursos perderam o teste da realidade. Porém, quais discursos fazem parte de uma realidade de fato sem que haja qualquer inserção de uma outra realidade subjetiva, plausível apenas devido à sua particularidade que pode ser compartilhada?

Para Orlandi (2012:10), o discurso enquanto ritual da palavra trata-se justamente do movimento dos sentidos, da errância dos sujeitos, de lugares provisórios de conjunção e de dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de trajetos, de ancoragem e de vestígios. O discurso, concluirá Foucault (2006:10), não é aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta. Quando M. foi indicada por seus professores para acompanhamento psicológico devido aos seus delírios, já adiantávamos que suas palavras não eram mais ouvidas, seriam até o final, interpretadas de acordo com sua loucura. Em nossos atendimentos, precisávamos desenvolver uma outra clínica, uma que fosse possível uma escuta específica. Encontramos a psicanálise lacaniana e por ela avançamos. Com dedicação e coragem precisávamos tornar o delírio legível. Um delírio, de acordo com Lacan (2002:141), deve ser julgado como um campo de significação que organizou um certo significante, da mesma forma como em todo discurso. Neste sentido devia-se buscar aquilo que Soler (2007:187) nomeou como uma metáfora de suplência. A possibilidade de metaforizar na loucura trata-se de um princípio de estabilização, ou seja, cria um ponto de parada no deslizamento do significado sob o significante, produz, portanto, um ponto de basta. Mas, não se trata de qualquer tipo de metáfora para que se cumpra a estabilização da psicose, somente aquelas passíveis de metaforizar um significável, continua Soler (2007:196).

Nosso guia neste caso foi o Paulo, mas o Hilário e o Valério. Estes “ajustavam” a troca do real articulando o imaginário e o simbólico através da relação transferencial entre M. e o

Paulo (analista). Seus monólogos com o Paulo Valério, transformados em diálogo com o outro Paulo levaram M. a encontrar na lei, a Lei que se mostrou falha na situação edípica. Uma possibilidade de estabilização via significante. Uma possibilidade sempre falha, porém com capacidade de levar M. para “mares nunca dantes navegados” – parafraseando Camões (2002:13), mas fazendo referência também às naus citadas por Foucault (2004) que serviam para levar os loucos para longe de seu lugar de origem. Para Lacan (2002:12), o significante, o verdadeiro significante é aquele que não significa nada. Leclaire (1991b:143) reforça dizendo que “na psicose, alguma coisa da função da letra se demonstra impossível ou falha”.

Neste jogo de palavras a participação da linguística foi fundamental. Através da análise sintagmática e paradigmática das cartas, pudemos articular os signos presentes no texto em suas associações com outros signos, quer seja, *in praesentia* ou *in absentia*, percebendo como M. utiliza o signo, muitas vezes amputado de sua função de significante ou de seu valor de significado. Oferecendo uma escuta diferenciada, pudemos perceber o delírio tendo também parte enquanto função da linguagem, na linguagem. Ao invés da mensagem o que se propôs aqui foi pensar o discurso. Desse modo, não se trata de transmissão de informação apenas, pois no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, tem-se um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos, não simplesmente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, afirma Orlandi (2012:21), de argumentação, de subjetivação, de construção de realidade.

Não há discurso sem sujeito, da mesma forma em que não há sujeito sem ideologia, o indivíduo é sempre interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua adquire sentidos. Há na base de todo discurso um projeto totalizante do sujeito, projeto que o converte em autor. O autor é o lugar em que se realiza esse projeto totalizante, lugar em que se constrói a unidade do sujeito. O sujeito se constitui como autor ao constituir o texto em unidade, com sua coerência e completude (ORLANDI, 2012:73). Para a psicanálise o sujeito, o sujeito do inconsciente, grafado como \$, é fruto de um complexo de Édipo “bem sucedido”, ou seja, coloca o sujeito dentro de uma cadeia de significantes, com uma amarração, equacionado desde a estrutura da linguagem como efeito desta, sendo sujeito da enunciação e não do enunciado. Como fica o psicótico que só chega ao final do Édipo a partir de um buraco, uma hiância no simbólico? Ainda pode ser sujeito? Questão que divide analistas. Trabalhamos com M. e seus textos usando a óptica da autoria segundo propõe Foucault (1992:46): “A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de

alguns discursos no interior de uma sociedade". E, mais adiante o autor (1992:56) vai articular que a função autor,

[...] não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários "eus" em, simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar.

Vamos assim, distinguir entre real e imaginário. O que se tem, em termos de real do discurso é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido. Já ao nível das representações, na instância do imaginário, o que se tem é a unidade, a completude, a coerência, o claro e o distinto, a não contradição. O discurso, para Orlandi (2012:74) funciona nessa articulação necessária entre real e imaginário, também dessa natureza é a relação entre discurso e texto, sujeito e autor. Trata-se de considerar a unidade (imaginária) na dispersão (real), de um lado a dispersão dos textos e do sujeito e, de outro, a unidade do discurso e a identidade do autor. Mesmo se um discurso e o sujeito sejam da ordem da incompletude, da dispersão, e que um texto seja heterogêneo, pois pode ser afetado por distintas formações discursivas, por diferentes posições de sujeito (*se eu não fosse eles* – Fig.35), este discurso é regido pela força do imaginário da unidade, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva com outras, na sua constituição, o que lhe dá uma direção ideológica, uma ancoragem política. Para Foucault (2006:49), o discurso trata-se então de um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura, essa escritura, jamais põe em jogo senão os signos.

A clínica das psicoses, entendida aqui como uma vicissitude do sujeito, na medida em que este sujeito não passa de um efeito da linguagem (SOLER, 2007:194), vai ouvir no delírio a articulação que o sujeito realiza com o Outro fazendo retornar no real o que ficou de fora do simbólico (LACAN, 2002:22), simbolizando-o. Nesse sentido pode-se dizer que há psicose na linguagem, uma vez que o discurso delirante revela a estrutura do sujeito tomado, possuído pela linguagem (LECLAIRE, 1991a:111). O ponto de estabilização para esta cadeia de significantes a céu aberto da psicose pode surgir através do compartilhamento do delírio, através da relação transferencial entre paciente e analista e ainda através da possibilidade textual que reforça a noção de autoria defendida por Foucault (1992) e Orlandi (2012),

função, aliás, encontrada por Schreber, James Joyce e muitos outros que através da escrita criaram uma metáfora de suplêncio, um ponto de basta no deslizamento do significado sob o significante.

O presente trabalho nos leva a concluir que as significações articuladas – de forma poética, que fique bem claro – através dos delírios de M. devem ser postas ao lado das considerações sobre o desejo, uma vez que os desejos são propriamente falando, loucos, deveríamos assim, incluir em sua definição, em sua articulação primeira, a possibilidade da estrutura psicótica, ou então nunca passaremos de alienistas. Para os mais céticos que talvez digam que não se trata de um caso de poesia, encerramos com as palavras de Lacan (2002:94):

Há poesia toda vez que um escrito nos introduz num mundo diferente do nosso, e, ao nos dar a presença de um ser, de uma certa relação fundamental, faz com que ela se torne também nossa [...] A poesia é criação de um sujeito assumindo uma nova ordem de relação simbólica com o mundo”.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

*Seja do peito que me dói, Herói
Se o seu olhar você me nega, Me cega
Deixa que eu aja como louco, Que é pouco
No mais horroroso castigo, Te sigo*
(Cedotardar – Tom Zé)

AULAGNIER, Piera. Observações sobre a estrutura psicótica. In: *Psicose: uma leitura psicanalítica/Chaim S. Katz.* 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Escuta, 1991.

BARRET, Syd. No good trying. Tradução disponível em <http://letras.mus.br/syd-barrett/179296/traducao.html>. Último acesso em 09 de julho de 2013.

BARRET, Syd. She took a long cold look. Tradução disponível em <http://www.vagalume.com.br/syd-barrett/she-took-a-long-cold-look-traducao.html>. Último acesso em 09 de julho de 2013.

CALLIGARIS, Contardo. Introdução a uma clínica diferencial das psicoses. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CAMÕES. Luís de. Os Lusiadas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002.

CARVALHO, Castelar de. Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica. 7 ed. rev. e ampl. com exercícios e um estudo sobre as escolas estruturalistas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ESTAMIRA. Direção: Marcos Prado. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2005. 1 DVD (115 min).

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Trad. de António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 3 ed. Lisboa: Editora Vega – Passagens, 1992.

_____. História da loucura na idade clássica. 7^a ed., trad. de José Teixeira Coelho Netto. Coleção Estudos, dirigida por J. Guinsbrug. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

_____. A ordem do discurso. Aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Leituras Filosóficas, 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

- FREUD, Sigmund (1894a). Carta 21. Rascunho H: Paranóia. *Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950[1892-1899])*. Vol. I: Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos. In: *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. José Luís Meuer. Rio de Janeiro: Imago Editora. CD-ROM.
- _____(1894b). As neuropsicoses de defesa. Vol. III: Primeiras publicações psicanalíticas. In: *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. José Luís Meuer. Rio de Janeiro: Imago Editora. CD-ROM.
- _____(1911). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia Paranoides). Vol. XII: O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos. In: *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. José Luís Meuer. Rio de Janeiro: Imago Editora. CD-ROM.
- _____(1924[1923]). Neurose e Psicose. Vol. XIX: O ego e o id e outros trabalhos. In: *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. José Luís Meuer. Rio de Janeiro: Imago Editora. CD-ROM.
- _____(1924). A perda da realidade na neurose e na psicose. Vol. XIX: O ego e o id e outros trabalhos. In: *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Trad. José Luís Meuer. Rio de Janeiro: Imago Editora. CD-ROM.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. 10^a ed., trad. e org. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix, 1989.
- JOYCE. James. Dublinenses. Trad. de Hamilton Trevisan. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- JOYCE, James. Finnegans Wake / Finnicius Revém. Livro1. Trad. de Donaldo Schüler. Cotia: Ateliê Editorial, 1999.
- JULIEN, Philippe. Psicose, perversão, neurose: a leitura de Jacques Lacan / Julien Philippe. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

KADOTA, Neiva Pitta. A construção da linguagem: introdução à linguística, semiótica, comunicação. São Paulo: Wisdom Books, 2004.

KAPLAN, Harold I. Manual de psiquiatria clínica / Harold I. Kaplan e Benjamin J. Sadock; trad. de Dayse Batista, 2 ed.. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

KATZ, Chaim Samuel. O caso Schreber: Algumas questões acerca da teoria das psicoses na obra de Freud. In: *Psicose: uma leitura psicanalítica/Chaim S. Katz. 2.ed. rev. e ampl.* São Paulo: Escuta, 1991.

LACAN, Jacques. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: *Escritos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. O seminário, livro 5: as formações do inconsciente, 1957-1958/Jaques Lacan; texto estabelecido por Jacques Alain-Miller. Tradução de Vera Ribeiro; revisão de Marcus André Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. O seminário, livro 3: as psicoses, 1955-1956/Jaques Lacan; texto estabelecido por Jacques Alain-Miller; [versão brasileira de Aluisio Menezes]. 2.ed. revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. O seminário, livro 16: de um Outro ao outro; texto estabelecido por Jacques Alain-Miller; [trad. de Vera Ribeiro; preparação de textos de André Telles; versão final de Angelina Harari e Jésus Santiago]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008a.

_____. Escritos. Trad. de Inês Oseki-Depré. Coleção Debates; 132, dirigida por J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008b.

LAPLANCHE. Jean. Vocabulário de psicanálise / Laplanche e Pontalis; sob a direção de Daniel Lagache. Trad. de Pedro Tamem, 4 ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LECLAIRE, Serge. Em busca dos princípios para uma psicoterapia das psicoses. In: *Psicose: uma leitura psicanalítica/Chaim S. Katz. 2.ed. rev. e ampl.* São Paulo: Escuta, 1991a.

_____. As palavras do psicótico. In: *Psicose: uma leitura psicanalítica/Chaim S. Katz. 2.ed. rev. e ampl.* São Paulo: Escuta, 1991b.

LIBERMAN, David. Lingüística, interacción comunicativa y proceso psicoanalítico; Tomo II. Buenos Aires: Ediciones Kargieman, 1983.

NASIO. Juan-David. Os grandes casos de psicose. Colaboração de Annie-Marguerite Arcangioli...[et al.]. Trad. De Vera Ribeiro; revisão técnica de Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

NIETZSCHE. Friedrich. O anticristo: maldição contra o cristianismo. Trad. de Renato Zwick. V. 721. Porto Alegre: Coleção L&M POCKET, 2011.

OMS (Organização Mundial de Saúde). CID-10; trad. Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português, 9 ed. rev.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

QUINET. Antonio. Psicose e laço social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SANTAELLA, Lucia. O que é semiótica. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1983. (Versão digitalizada disponível em http://www.4shared.com/office/TEEttaZ/Coleo_Primeiros_Passos - O Que.html. Último acesso em 30 de junho de 2013).

SARAMAGO, José. O homem duplicado. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral; organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHREBER. Daniel Paul. Memórias de um doente dos nervos. Trad. de Marilene Carone. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. (Versão digitalizada disponível em

<http://www.youblisher.com/p/74818-Please-Add-a-Title>. Último acesso em 08 de julho de 2013).

SOLER, Collete. O inconsciente a céu aberto da psicose. Trad. de Vera Ribeiro; consultoria de Marco Antônio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2007.

TEIXEIRA COELHO NETTO, J. Semiótica, Informação e Comunicação. Diagrama da Teoria do Signo. Coleção Debates; 168 / dirigida por J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

TOM ZÉ. Cedotardar. Letra disponível em <http://letras.mus.br/tom-ze/338205/>. Último acesso em 09 de julho de 2013.

TOM ZÉ. Multiplicar-se única. Letra disponível em <http://www.radio.uol.com.br/#/lettras-e-musicas/tom-ze/multiplicar-se-unica/885395>. Último acesso em 09 de julho de 2013.